Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Marília Márcia Cunha da Silva

Nos mundos do Departamento Geral de Ações Socioeducativas: adolescentes, agentes e técnicos nos contextos da administração da justiça para a juventude

Rio de Janeiro
2013

Marília Márcia Cunha da Silva

Nos mundos do Departamento Geral de Ações Socioeducativas: adolescentes, agentes e técnicos nos contextos da administração da justiça para a juventude

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Machado da Silva

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA IESP

S586 Silva, Marília Marcia Cunha da.
Nos mundos do Departamento Geral de Ações Sócioeducativas: adolescentes, agentes e técnicos no contexto da administração da justiça para a juventude / Marília Marcia Cunha da Silva. – 2013.
272 f.

Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Adolescentes - Teses. 2. Servidores públicos – Teses. 3. Sociologia – Teses. I. Silva, Luiz Antonio Machado da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 378.245

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Marília Márcia Cunha da Silva

Nos mundos do Departamento Geral de Ações Socioeducativas: adolescentes, agentes e técnicos nos contextos da administração da justiça para a juventude

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia.

Aprovado em 31 de julho de 2013.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Luiz Antônio Machado da Silva (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____

Prof^{a}. Dr^{a}. Jussara Freire
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr$^{\cdot}$. Fábio Reis Mota
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof^{a}. Dr^{a}. Lia de Mattos Rocha
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

_____

Prof^{a}. Drª Márcia Pereira Leite
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à minha família – que abrange a nuclear e a extensa -, pois convivendo com aquelas 104 pessoas, nunca me senti só.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que contribuíram para que a elaboração desta tese fosse possível. Cursar o doutorado e concluir este trabalho me proporcionaram múltiplas e enriquecedoras experiências que fizeram minha natureza plástica, como diz Nietzsche, mudar de forma. Após um processo longo, tenso, conflitivo, reflexivo, instigante, crítico e renovador, concluí esta tese e tenho muito a agradecer àqueles que contribuíram de alguma maneira para a sua confecção.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador Luiz Antônio Machado da Silva, o qual me orientou não apenas de forma categórica, arguta e perspicaz, mas especialmente de maneira prática, facilitando enormemente as minhas buscas. Machado me orientou ainda nos conflitos acadêmicos – os quais foram muitos -, dando apoio e conselhos, além de pilheriar com meus questionamentos, me levando a perceber que nada é tão sério quanto parece e me fazendo rir, desfazendo assim muitas angústias.

Agradeço também a todo o Instituto de Estudos Sociais e Políticos – professores e funcionários – pela oportunidade de passar por esta instituição e por aprender muito sobre Sociologia e sobre relações humanas. Agradeço em especial ao professor Adalberto Cardoso, Frédéric Vandenberghe e José Maurício Domingues, cujas contribuições foram importantíssimas para a produção desta tese.

Ainda no Iesp, conheci grandes pessoas, inteligentes, questionadoras, sagazes, amigas, justas. Foi um prazer conviver e aprender com todos vocês e quero fazer um agradecimento sem tamanho à Priscila Coutinho – uma grande amiga que o Iesp me deu -, Diogo Correa, José Rodrigues, Kelly Pedrosa, Rodrigo Cantu, Tomás Garcia, Palloma Menezes, Thiago Panica, Joyce Louback, Lilian Paula Oliveira e Rodrigo Ribeiro. Obrigada pela força, pelas contribuições e pela amizade. Obrigada também a todos aqueles que entraram no Iesp, na minha turma, em 2009, e aos outros orientandos do Machado, muitos dos quais leram o que eu estava escrevendo e deram importantes contribuições à minha pesquisa.

Há agradecimentos a serem feitos aos professores “extra-Iesp” que foram decisivos na ampliação do meu olhar sobre o campo e para meus questionamentos teóricos. Obrigada ao orientador da minha dissertação de mestrado, professor Marcelo Rosa, o qual, como disse uma vez, colocou minhocas na minha cabeça e a cada encontro, alimenta as minhocas. Obrigada também aos professores Luiz Fernando Rojo e Fábio Reis Motta pelas discussões teóricas e metodológicas que colocaram muito mais graus na minha lente de observação do

mundo e me sensibilizaram para inúmeras questões do campo. Obrigada também às professoras Márcia Pereira Leite e Jussara Freire pelas colaborações à minha pesquisa.

Pessoas para as quais também não tenho palavras para agradecer são aquelas que viveram e trabalharam do Departamento Geral de Ações Socioeducativas enquanto realizei pesquisa de campo. Estas pessoas não apenas viabilizaram minha pesquisa, mas também se abriram comigo, se expuseram, opinaram, permitiram que eu invadisse seus universos e os conhecesse. Muito obrigada à Carmelita, João, Grazielle, Verônica, Antônio, Jorge, Teresa, Rodrigo, Rose, Helena, Marcos Paulo, Adelson, Denise, Luciano e a todos os outros funcionários e adolescentes com os quais convivi por algum tempo. Sem vocês, este trabalho não seria possível.

Sou grata também aos meus amigos de muitos anos, os quais estiveram e foram parte imprescindível do meu crescimento pessoal, da leitura das minhas experiências e de muita graça e emoção na minha vida. Camille Ribeiro, Iamara de Andrade, Caroline Bordalo e Sérgio Muniz, vocês sempre foram uma base forte, cheia de amor, cuidados, carinhos e amizade. Espero sempre retribuir à altura. Aos meus queridos Thiago Turíbio, Bianca Roriz, Victoria Souza, Raphael Couto, Fabiana Pinheiro, Tássia Martinho e Ana Paula Diniz, um muito obrigada: vocês fizeram parte dos momentos mais divertidos dos meus últimos anos – para vocês não houve tempo ruim. Gostaria de agradecer também à Roberta Novaes, Sabrina Trica, Aline Magalhães, Bruna Zaniboni e Ana Cristina Pimentel, pois apesar de não estarmos muito próximas nestes anos, vocês puderam me ensinar muitas coisas, estando sempre presentes nas minhas novas experimentações e reinvenções.

Obrigada, a mon petit amour, Robson Costa. Agradeço à Deus todos os dias por ter te conhecido e por poder desfrutar da sua companhia, amizade, otimismo e amor. Te admiro muito e sem o seu apoio, ajuda, opiniões, debates, força e confiança, eu não chegaria ao fim deste trabalho. Todos os meus beijos hard rockers em você. Obrigada por entrar para a minha família.

E finalmente o maior reconhecimento para a realização desta tarefa vai para Jéssica, Paulo Vitor, Isabel e Paulo Roberto: a minha família, formada por pessoas amigas, fiéis, justas, bem humoradas e sempre otimistas. Vocês são para sempre e meu amor por vocês é imenso e eterno. Vocês são minhas maiores riquezas e meu grande orgulho.

Na pedra de turmalina
E no terreiro da usina
Eu me criei
Voava de madrugada
E na cratera condenada
Eu me calei
E se eu calei foi de tristeza
Você cala por calar
Mas e calado vai ficando
Só fala quando eu mandar...

Rebuscando a consciência
Com medo de viajar
Até o meio da cabeça do cometa
Girando na carrapeta
No jogo de improvisar
Entrecortando
Eu sigo dentro a linha reta
Eu tenho a palavra certa
Prá doutor não reclamar...

Avôhai, Zé Ramalho

RESUMO

SILVA, Marília Márcia Cunha da. *Nos mundos do Departamento Geral de Ações Socioeducativas: adolescentes, agentes e técnicos nos contextos da administração da justiça para a juventude.* 2013. 272 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

O universo que envolve os "*adolescentes em conflito com a lei*" tem sido bastante explorado nas mais diversas áreas das ciências humanas: procura-se descobrir as causas do aprisionamento dos adolescentes, da criminalidade, da criminalização ou o perfil da população que povoa as instituições destinadas à execução das medidas socioeducativas. Com esta tese, procurou-se estabelecer um diálogo com estes trabalhos, por meio da sistematização dos *mundos* (cf. Boltanski e Thévenot, 1991) observados em duas unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) responsáveis pela aplicação das medidas de internação e semiliberdade às meninas acusadas de infringirem leis: o Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) de Ricardo de Albuquerque e o Educandário Santos Dumont, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Intentou-se conhecer como agentes, técnicos e adolescentes organizam e justificam suas experiências, como hierarquizam as coisas e as pessoas e como qualificam os seres – humanos e não humanos. A pesquisa empírica realizada para esta tese nos leva a perceber que há uma pluralidade de situações, de formas de ajustamento e investimento pelas quais passam as adolescentes, constatando que algumas delas são contraditórias e questionam constantemente as personalidades, potencialidades e tendências a elas atribuídas. Verifica-se que as adolescentes estão sob contínua provação – atendendo aos mais diversos critérios de legitimidade, mantidos seja pelos técnicos seja pelos agentes seja pelas próprias adolescentes – durante o tempo que duram suas medidas socioeducativas.

Palavras-Chave: Adolescentes em conflito com a lei. Agentes. Técnicos. *Mundos*. Degase.

ABSTRACT

SILVA, Marília Márcia Cunha da. *In Degase's world: a study of the contexts of juvenile justice system in Rio de Janeiro, Brazil.* 2013. 272 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The universe that surrounds the teenagers who breaks the law in Brazil has been extensively explored by several studies of the humanities: there are many authors seeking to discover the causes of the imprisonment or of the transgressions, the criminalization or the profile of the population that temporarily inhabits the juvenile detention. Trying to keep a dialogue with these works, this thesis examines the *worlds* (cf. the formulation of Luc Boltanski and Laurent Thévenot) perceived in two institutions responsible for the execution of sentences for young girls: CRIAAD de Ricardo de Albuquerque and Educandário Santos Dumont, both localized at Rio de Janeiro. On tried to know how caseworkers, psychologists, pedagogues, correctional officers and teenagers organize and justify their experiences, how they hierarchize things and people and how qualify beings – humans and not humans. The research presented in this thesis show us the plurality of situations, ways of adjustment and investment that the girls go through, remarking that some of these ways are contradictories and disagree about the potentialities and tendencies assigned to the girls. On verify that the girls are constantly tested while they're at juvenile detention.

Keywords: Teenagers who break the law. Caseworks, psychologists, pedagogues. Correctional Officers. *Worlds.* Degase.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 13
1 O MUNDO POVOADO PELOS TÉCNICOS..... 27
1.1 Pela primeira vez no Degase..... 27
1.2 Digressão sobre o CRIAAD Ricardo de Albuquerque..... 40
1.3 Os mundos e as justificações nas cenas do atendimento técnico..... 44
1.3.1 Por dentro dos Códigos de Menores..... 46
1.3.2 Da criminalização da pobreza à dupla hermenêutica..... 52
1.3.3 Como avaliar o desenvolvimento de adolescentes que infringiram leis..... 81
2 O MUNDO POVOADO PELOS AGENTES SOCIOEDUCATIVOS..... 106
2.1 *L'État c'est moi* ou como fazer uma antropologia simétrica do Estado..... 106
2.2 "O Degase sou eu" ou como se mantém um Departamento Geral de Ações Socioaducativas..... 114
2.2.1 Agente dentro do CRIAAD..... 114
2.2.2 O agente enquanto Estado..... 120
2.2.3 Os nós das instituições totais e das instituições semiabertas..... 127
2.2.3.1 Como ser ajustado ou desajustado no mundo dos agentes..... 130
2.2.4 Os agentes socioeducativos, os menores infratores e os adolescentes em conflito com a lei..... 161
2.3 Uma pesquisadora entre "trabalhadores" e "bandidos"..... 165
3 O MUNDO POVOADO PELAS GAROTAS..... 185
3.1 Fabiana..... 187
3.2 O "mundo das garotas"..... 210
3.2.1 A entrada..... 210
3.2.2 O destemor..... 229
3.2.3 A morte..... 242
3.2.4 "Joãos" e "Marias"..... 245
3.2.4.1 "Cheio de gatinha aqui, tia!": Novos gêneros para todas as adolescentes..... 254
3.2.5 Transitando entre os diferentes estados..... 261
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 271
REFERÊNCIAS..... 275

INTRODUÇÃO

Esta tese é fruto de muitas inquietações teóricas, metodológicas e éticas sobre o universo que envolve os "*adolescentes em conflito com a lei*"[1]. Debruço-me sobre este tema há alguns anos e a cada novo contato com o campo, me surpreendi com a incerteza que envolvia meu estado de especialista: os adolescentes contradiziam as teorias que levei anos lendo, esmiuçando, debatendo com colegas – também nomeados especialistas – e acabavam impossibilitando o emprego de certas metodologias, dizimando muitos dos meus pressupostos.

A semente da dúvida foi plantada logo no trabalho de conclusão de curso em ciências sociais, quando entrei pela primeira vez numa unidade do Degase. Portando alguns pressupostos teóricos baseados em análises sobre aquele grupo, me deparei com um contexto muito mais complexo – e diferente – de todos aqueles que havia entrado em contato até então por meio de livros, artigos, teses etc. Os adolescentes foram tão difíceis de interpretar naquele momento que decidi fazer mestrado para continuar tentando entendê-los e alcançar alguma resposta. Mas a resposta não veio e a inquietação continuou, mais forte do que na primeira vez.

Nesta minha terceira jornada ao campo, pude conviver por oito meses – de outubro de 2010 à maio de 2011[2] - com atores e *actantes* que habitam duas unidades do Departamento

---

[1] Termos em itálico sem aspas serão sempre usados, nesta tese, para evidenciar conceitos de autores, bem como palavras estrangeiras. Aspas duplas são empregadas para assinalar categorias e termos nativos ou citações longas de autores, seguidas das devidas referências. Palavras em negrito são apenas para dar ênfase.

[2] Não é possível entrar nas unidades do Degase sem uma autorização do Poder Judiciário e do Poder Executivo, do Juiz da Segunda Vara da Infância e da Juventude, e da Escola de Gestão Socioeducativa, mais especificamente. Para conseguir entrar nas unidades, tive que em março de 2010, entrar com um processo junto à Segunda Vara. Para tal, levei meu projeto de doutorado até o Juizado, localizado na região do cais do porto, no Rio de Janeiro, e recebi um protocolo indicando o número do meu processo. Neste mesmo dia, ali, fui entrevistada a respeito das intenções da minha pesquisa por uma funcionária do Centro de Estudos, Capacitação, Pesquisas, Divulgação, Comunicação e Estatísticas (CECADE) do Juizado: "*o que eu pretendia com ela?*", "*Quem seria entrevistado?*", "*O que eu queria provar com aquilo?*" etc. Disse-me a funcionária que eu tinha que pensar na forma como eu escreveria, para não prejudicar ninguém, especialmente os adolescentes, já suficientemente discriminados pela sociedade. Este setor do Juizado ficaria responsável pela produção de um parecer, sobre minha pesquisa e minhas intenções, que seria enviado para que o Juiz aprovasse, ou não, meu trabalho de campo. Após a aprovação do Juiz, o projeto seguiria para o Ministério Público, cujo Promotor entrevistaria o Juizado sobre o por quê da aprovação do meu projeto. Concomitantemente, eu teria que abrir um processo junto à Escola de Gestão Socioeducativa, responsável pela aprovação das pesquisas pelo Degase. Se todos aprovassem, eu assinaria um termo de compromisso de fazer a investigação em "*consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente*", como fiz. Entrei com o processo em março de 2010 e em meados de setembro, recebi uma comunicação do Degase dizendo que minha pesquisa havia sido aprovada, podendo ser realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2010. Durante um mês – de outubro a novembro de 2010 -, visitei o Educandário Santos Dumont, na Ilha do Governador, e consegui entrevistar três adolescentes. Após alguns problemas no campo – os quais farão parte das análises – passei a fazer a visitar o Centro de Recursos

Geral de Ações Socioeducativas (Degase), uma responsável pela aplicação de medidas socioeducativas de internação e outra de semiliberdade para meninas. A partir deste campo, a confusão virou certeza.

Aquelas teorias sobre adolescentes, crime e criminalização – que serão tratadas ao longo desta tese da forma como são abordadas pelos atores em campo e contribuem para justificar aquela realidade – foram amplamente questionadas pelos fatos que pude ver, ouvir e ler durante os meses que conheci técnicos, agentes e adolescentes. Estas teorias divididas não apenas por correntes teóricas e metodológicas, mas também por posições políticas e morais específicas devidamente delimitadas em encontros e congressos acadêmicos, recortavam aspectos daquele fenômeno como se sempre houvesse "bons e maus", "um réu e uma vítima": ou estavam os bandidos recrudescendo a violência, tendo atos e éticas cada vez mais malvados, empenhando-se numa *sociabilidade violenta* que tratava os outros seres humanos como objetos e prescindindo da intersubjetividade, ou eram os condenados vítimas de um sistema que os aprisiona para manter o *status quo*, selecionando grupos das classes populares para que estas se mantenham dóceis e úteis, não prejudicando a livre acumulação do capital.

Ao entrar no campo, porém, não encontrei pessoas ou grupos bons e maus. Os atores possuíam uma pluralidade de *estados* e o que regia aquele contexto era a *incerteza* (BOLTANSKI, 2000). Todos estavam inseridos no que Latour (2006) chama de *rede*, compondo os fenômenos sociais mais amplos, aqueles identificados pelo cientista social como "crime", "violência", "Estado", "criminalização da pobreza" etc., mas nesta rede, também a Academia é um *nó*, compondo os fenômenos que recorta, analisa e muitas vezes, acusa. Todas as correntes que analisam crimes, criminosos e criminalização estavam lá, compondo junto com técnicos, agentes e adolescentes os fenômenos analisados pelos cientistas sociais em níveis mais elevados em escala.

E este trabalho, cujo olhar foi inspirado pelas teorias e metodologias de alguns pragmatistas franceses, especialmente pelos trabalhos de Boltanski, Thévenot e Latour,

---

Integrados de Atendimento ao Adolescente (Criaad), em Ricardo de Albuquerque. Ao chegar ao Criaad, os funcionários da administração entregaram-me a autorização judicial, na qual constava que eu poderia visitar as unidades do Degase uma vez por semana entre os meses de junho de 2010 e junho de 2011 (12 meses). Acompanhei então, a rotina desta instituição de novembro de 2010 a maio de 2011, e gravei oito entrevistas com adolescentes, três com técnicos e uma com uma mãe. Copiei as fichas destas oito adolescentes detalhadamente, além de ler e copiar trechos das fichas das demais meninas que conheci. Conversei muito também com os técnicos, agentes e as outras adolescentes, registrando as conversas num diário de campo. Fiquei oito meses observando a rotina institucional, circulando livremente pelo espaço físico, participando das atividades socioeducativas (como filmes, debates, passeios e festas) e de audiências. Todos os acontecimentos que presenciei encontram-se registrados no caderno de campo e em áudios, gravados assim que deixava o Criaad.

procurou analisar, descrever e expor de forma simples aquele contexto, aquele nó à cuja complexidade certamente não fará jus.

Tentei observar os *estados* das adolescentes, ou seja, perceber como suas qualidades, seus *status*, suas *magnitudes*, obrigações, ações, discursos, enfim suas posições em diferentes hierarquias coordenadas por princípios superiores diversos[3], variam de situação para situação e segundo os preceitos acionados para justificar a ordem das coisas. Há uma pluralidade de estados, cuja magnitude é incerta, já que, para ser estabelecida, necessita da apresentação de provas de todos os tipos. As *provas* estabeleceriam posições entre os seres – humanos e não humanos - por meio de diferentes tipos de verificação. Haveria diferentes disposições justificáveis entre pessoas e coisas e, para cada situação, haveria uma demanda de ações, práticas, discursos, objetos e memórias específicas. Como diz Corrêa (2010, p. 594) sobre as provas nas obras de Boltanski:

> Antes, contudo, convém retomar uma breve discussão a respeito das provas (*épreuves*). Elaborado em obras anteriores, trata-se de um conceito inspirado em Bruno Latour (1984), cujo objetivo é definir os momentos em que o estado de coisas deixa de ter a sua configuração advinda da configuração rotineira dos objetos ou das disposições habituais dos corpos e torna-se objeto de reavaliação ou ratificação; em outros termos, trata-se do momento em que, mediante o desajuste entre estado de coisas e representações simbólicas, o valor das entidades situadas é colocado à prova. A prova escolar, a prova esportiva ou o pleito eleitoral seriam momentos de verificação exemplares, com base nos quais o valor diferencial das entidades envolvidas em uma situação é definido. Delas, das provas, resultam veredictos com base nos quais se define a hierarquia de uma sociedade, pois é a partir delas que emergem o bom aluno, o mau cidadão, o atleta olímpico, etc.

[3]"*Para que la escena se desarolle armoniosamente, sin litigio ni escándalo, es necessário que los participantes estén de acuerdo sobre la magnitud relativa de las personas evidenciada por el orden de servicio. Ahora bien, esse acuerdo acerca del orden de las magnitudes supone un acuerdo más fundamental sobre un principio de equivalencia en relación con el cual puede establecerse la magnitud relativa de las entidades presentes. Aun cuando el principio de equivalência no se recuerde de manera explícita, debe estar suficientemente claro y presente en el espíritu de todos para que el episodio pueda desarrollarse con naturalidad. Designamos esos principios de equivalencia con los términos, tomados de Rosseau, de* principios superiores comunes. *Sobre la base de ellos será posible alcanzar um acuerdo sobre la magnitud relativa de las personas* (BOLTANSKI, 2000, p. 77)". ["Para que a cena se desenvolva harmoniosamente, sem litígio nem escândalo, é necessário que os participantes estejam de acordo sobre a magnitude relativa das pessoas, evidenciada pela ordem do dia. Esse acordo, contudo, acerca da ordem das magnitudes supõe um acordo mais fundamental sobre um princípio de equivalência em relação ao qual pode estabelecer-se a magnitude relativa das entidades presentes. Ainda quando o princípio de equivalência não seja lembrado de maneira explícita, deve estar suficientemente claro e presente no espírito de todos para que o episódio possa desenrolar-se com naturalidade. Designamos esses princípios de equivalência com os termos, tomados de Rosseau, de *princípios superiores comuns*. Sobre sua base será possível alcançar um acordo sobre a magnitude relativa das pessoas" – Tradução minha]. O princípio superior comum suporia o valor das coisas e das pessoas, uma escala de valores.

A prova introduziria uma ordem entre as pessoas, mas uma ordem que não é objeto de nenhuma inscrição. Ela sempre é renovável, de forma que quem se revelou pequeno pode, a qualquer momento, voltar a apresentar-se perante seus juízes e reverter sua magnitude – ou mantê-la, dependendo da prova apresentada (BOLTANSKI, 2000, p. 95). As *provas ilegítimas* seriam as que não se ajustam às exigências da situação e as *legítimas*, ajustam-se ao que um princípio superior partilhado por todos expõe como sendo justo, correto, esperado e até mesmo "normal". Por meio das provas se qualificam os seres; por meio das provas seus valores são designados. Os adolescentes ajustam-se (ou não) a diferentes formatos de prova, institucionalizadas, como as que concernem aos mundos dos técnicos, ou não, como aquelas que se estabelecem entre as garotas.

Nada melhor do que uma história para exemplificar os *estados* definidos por diferentes *mundos* – ou seja, ordenações entre pessoas e objetos justificadas por um princípio superior comum - sobre os quais falarei nesta tese. Como minhas análises serão situacionais, tentando compreender quais os seres que compõem tais situações e quais princípios unem estes seres, organizando-os e hierarquizando-os, trarei uma situação na qual um menino – e não uma menina, como se falará por toda a tese – acionou as *gramáticas*[4] pertinentes aos diversos mundos que compõem o Degase e como, por meio de seu *ajustamento*[5] a tais situações, conseguiu ter sua medida progredida de semiliberdade para liberdade assistida (BOLTANSKI; THEVENOT, 1991). O ajustamento às gramáticas, ou seja, às regras que coordenam as situações – que devem ser seguidas pelos participantes para que não haja conflitos, para que a rotina e a sensação de naturalidade não sejam rompidas - demonstra a *competência* do adolescente em compatibilizar as normas, os discursos e os objetos com um princípio compartilhado por todos os outros participantes (FREIRE, 2010, p. 127).

---

[4] "*Para Boltanski e Thévenot (1991), o termo 'gramática' designa o conjunto de regras ou restrições (*contraintes*) a ser seguido por participantes de uma* situação*, unidade espacial e temporal na qual pessoas coordenam suas ações de modo a comportarem-se de forma adequada ao contexto, ainda que de forma crítica ou não conformista. O ajustamento a essas regras reflete um trabalho prévio de definição de situação que se caracteriza pela capacidade de relacionar a "compatibilização" (*justesse*) da gramática mobilizada com um princípio superior comum compartilhado por todos os participantes*" (FREIRE, 2010, p. 127). Ou ainda como esclarece Garcia (2009: 09): "*Gramáticas têm o sentido de formalizar, sistematizar e universalizar o bem comum de forma a permitir a avaliação de situações possíveis*".

[5] O conceito de *ajustamento* refere-se à necessidade que os atores encontram de se adequar às regras da situação para que esta transcorra com naturalidade. Como as situações variam de acordo com os objetos e atores aos quais fazem referência, haveria diferentes maneiras pressupostas para o ajustamento. Para que um ator se ajuste adequadamente às diferentes situações, ele deve apresentar *provas* que legitimem suas intenções.

Jeremias, durante sua audiência, ajustou-se a alguns princípios de justiça e equivalência possíveis[6]. Lançou mão de objetos e posturas, de ações passadas, de sentimentos e de tons de voz para se ajustar às situações que cambiavam com as idas e vindas das pessoas. Ele queria provar em algumas delas que era grande, noutras que era pequeno na hierarquia dos seres.

O conheci numa audiência realizada no Fórum de Paracambi, cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, microrregião de Vassouras. Nesta audiência seriam reavaliadas além da sua, as medidas de três outras adolescentes – Raquel, Camila e Ana, irmãs e prima.

No Fórum de Paracambi havia uma "sala especial", dedicada aos "*adolescentes em conflito com a lei*". Dentro dela havia dois sofás de dois lugares - um de frente para o outro, encostados em paredes opostas - e uma janela, com grades, que estava fechada por causa do ar condicionado ligado. A porta tinha que permanecer fechada, caso a sala estivesse ocupada.

Quando chegamos ao Fórum, nos dirigimos a esta sala, a qual ficava em frente à sala de audiências. Neste dia, fomos eu, as três adolescentes e a assistente social do Degase, Isabel, responsável por vigiar e cuidar das três. Ao entrarmos na sala, vimos que Jeremias estava de pé olhando pela janela e o agente do Centro de Atendimento Intensivo (CAI Baixada), onde Jeremias estava internado, parado ao lado da porta. Eu sentei-me no braço de um dos sofás. Raquel e Camila ao meu lado. Ana e Isabel à nossa frente.

Sentada no sofá, enquanto as outras conversavam ansiosas pela sua liberação, eu observava Jeremias de pé, olhando pela janela após três meses internado. Jeremias era negro, tinha por volta de 1,90 m de altura e vestia um uniforme desgastado do Degase: blusa de algodão branca, bermuda de tactel azul marinho e chinelos de plástico azul marinho. Ele usava algemas e mantinha as mãos unidas e os dedos cruzados no parapeito da janela. Aquela imagem ativou minha memória coletiva, no sentido de Halbwachs (2004), e me fez pensar nos tempos da escravidão, nos quais os negros escravizados, quando reconstruídos por meio de imagens, estão comumente vestidos com roupas surradas de algodão e com mãos e pés algemados.

Pouco tempo depois, ele grita: "*Ih, olha lá o Marcelo! Nossa tá gordo...*". Uma das meninas se levanta para olhar. Neste momento percebi que eles se conheciam e que se se conheciam e seriam julgados na mesma audiência, tinham sido apreendidos por tráfico juntos.

---

[6] Na minha dissertação de mestrado (SILVA, 2008) analiso as provas apresentadas por adolescentes acusadas de cometerem atos infracionais e como estas são determinantes na confecção da sentença pelo Juiz. Neste trabalho, analisei apenas um dos *mundos* possíveis naquele contexto e nesta tese observo este e mais dois.

Jeremias parecia conhecer todas as pessoas que passavam em frente ao Fórum: "*Olha lá a Bianca!*", "*olha o filho do seu João do mercado*", e a cada apontamento, surgiam histórias e comentários sobre os transeuntes. Eram tantas pessoas e histórias que tive que me levantar para olhá-las a fim de acompanhar as narrativas.

Num determinado ponto da conversa, Jeremias e Ana começam a falar sobre o tráfico no bairro onde moravam e sobre como estariam as pessoas apreendidas junto com eles. A postura descontraída e o tom de voz suave de Jeremias mudaram. Ele esticou o corpo, passou a falar mais firme e a usar gírias. Dizia ele que era "*bandido*" e que nunca deixaria de ser; falava que alguns dos outros que foram presos com eles e outros meninos do CAI Baixada não eram bandidos de verdade, como ele era e sempre seria. As meninas começaram a fazer pilhérias com as afirmações de Jeremias e este se irritou, dizendo que se elas não parassem, ele daria "tiros na cara delas".

Um pouco desconfortável com o comentário e o rumo da conversa, Isabel diz que qualquer dia visitaria o bairro que eles moram para ver como era, e ouve de Jeremias: "*Vai sim, mas vai voltar sem o celular*".

Na conversa entre Jeremias, Ana, Raquel e Camila, acionam-se princípios que conjuntamente com certos objetos formam determinado *mundo*, o qual, nesta tese, chamo de *mundo das garotas* que, por sua vez, se insere numa concepção mais ampla acerca da violência urbana. Neste mundo, analisado e descrito no **capítulo 3**, leis, armas, drogas, infrações, prisões etc. são organizados segundo um princípio no qual a ousadia, a coragem e a valentia são critérios de engrandecimento, são provas que determinam quem é *grande* e quem não é.

Jeremias reivindicava sua grandeza neste mundo, usava certo discurso para mostrar que era maior do que os outros traficantes e "bandidos" do CAI Baixada. Ele daria tiros, venderia drogas, roubaria celulares, e assim seria bandido para sempre, mais bandido do que os outros. Dizia ele que jamais sairia "*dessa vida*". Ele não tinha medo de nada nem de ninguém e não "*baixava a cabeça*" nem algemado e escoltado por um agente.

Assim que Jeremias falou sobre o roubo ou furto do celular, o agente interfere na conversa e diz que todos os nove irmãos de Jeremias eram "*trabalhadores*", só ele que era "*bandido*". Aqui, aciona-se o que chamo no **capítulo 2** de *mundo dos agentes*. Nesta ordem cujas leis, normas, violência urbana e uniformes ajudam a compor uma arquitetura justificada pela ética do trabalho, na qual há pobres trabalhadores e pobres bandidos, estabeleciam-se diferentes níveis de cidadania da qual estes últimos estavam excluídos por suas próprias ações e mérito. Neste mundo, não havia teoria que justificasse as infrações, e a "*realidade*" era

reivindicada como sendo privilégio daqueles que trabalhavam, moravam nas periferias urbanas e se dedicavam aos “trabalhos concretos”, não às abstrações.

Com este comentário do agente socioeducativo sobre “*trabalhadores*” e “*bandidos*”, o silêncio volta à sala. O agente permanecia parado em frente à porta com os braços cruzados, Jeremias de pé olhando o movimento da rua e as meninas sentadas no sofá. A assistente social diz que vai almoçar e pede para eu “*olhar as garotas*”, vigiar suas coisas e a acetona que Ana usava para retirar o esmalte das unhas. “*Vigia aí para ela não cheirar*”, disse Isabel num tom alto o suficiente para que todos na sala escutassem. Eu tinha que “vigiar”, afinal, no *mundo das garotas*, qualquer coisa poderia virar arma, qualquer coisa poderia virar droga.

Isabel deixou a sala e os quatro adolescentes continuaram conversando. Quando terminou de usar a acetona, Ana me devolveu o recipiente e o restante do algodão, que não havia usado, e eu os guardei na bolsa de Isabel.

Os adolescentes conversavam sobre as rotinas nas instituições e os relatos de Jeremias sobre o CAI Baixada espantavam suas colegas. Dizia ele que o lugar era duro, que era “*uma luta todo dia*”. Contou que era difícil ficar ouvindo certas coisas e não poder reagir para não se prejudicar. Disse que o local era violento e que era muito difícil conviver com os outros menores. Confessou também que torcia para que o Juiz não o enviasse para o Criaad Nova Iguaçu, pois lá eles eram de outra facção, e ele não queria ficar com os “*alemães*”.

Ana conta que o Criaad era tranquilo, apesar das confusões provocadas por uma ou outra que era mais difícil. Disse que Lívia era uma delas e que só fazia besteira. Levava até cocaína lá pra dentro da unidade sem ninguém saber. “*Que isso garota!! Tá caguetando a outra pra técnica aí!*”, repreende bruscamente Jeremias, apontando em minha direção. “*Ela não conta não! Ela é fechamento... não é?*”, me perguntou Ana. “*Eu não falo o que vocês me contam pra ninguém e não conto o que as técnicas me contam pra ninguém também*”, respondo. “*Então, viu?*”, diz Ana para Jeremias, o qual parece aceitar os argumentos e dá prosseguimento à conversa.

Nos oito meses de trabalho de campo, não passei informações de um grupo para outro. A confiança de cada um dos grupos foi conquistada por meio inúmeras provas que tive que apresentar, provas ajustadas aos diferentes princípios. Para os técnicos, meus diplomas de especialista no assunto tiveram peso fundamental, garantiram minha presença junto a eles e o acesso às informações que eles produziam. Para os agentes, o fato de eu morar em São Gonçalo, cidade da periferia do Rio de Janeiro, fazia com que eles me enquadrassem na categoria “*trabalhadora*”, permitindo que eu compreendesse seus pensamentos e afirmações. Para as adolescentes, o fato de eu rir delas, não demonstrar medo e afirmar sempre que não

podia contar o que sabia para elas nem para as técnicas, permitiu que elas se abrissem comigo – e estas últimas sempre foram as pessoas mais fáceis de conversar; elas sempre pareceram acreditar no que eu dizia. A minha presença certamente influenciava de formas diferentes as situações e de diferentes formas também, eu me ajustei a elas. Estes ajustamentos serão tratados ao longo dos três capítulos desta tese.

E ali estava eu, ouvindo os segredos dos adolescentes, informações que só quem estivesse ajustado àquele mundo poderia saber.

Quando Isabel retornou à sala, as adolescentes perguntaram se poderiam se sentar nas cadeiras de espera que ficavam em frente à sala de audiências. Isabel assentiu e elas saíram. Eu disse que estava bem no sofá e esperaria ali pelo início da audiência.

Quando as adolescentes deixaram a sala, Jeremias se sentou no sofá – o agente socioeducativo em nenhum momento saiu da porta. O adolescente parecia mais relaxado e sentou-se de forma a ocupar quase o sofá inteiro. Virado para mim, com uma expressão reflexiva continuou falando sobre a rotina na instituição de internação. Seu tom de voz, porém era outro: ele falava mais baixo e pausadamente. Disse-me que o dia a dia no CAI era tão "*feio*" que não era difícil ver uns sujeitos grandões chorarem. "*A cama era dura e a vida não era mole*", contou.

Pouco depois começaram a chegar seus familiares. Primeiro chegou o pai com um menino de aproximadamente oito anos. O pai cumprimentou o filho, e o adolescente pediu um beijo e um abraço do menino, que parecia tímido. Jeremias estava sorridente e brincalhão, trocando afagos com seu pai e com a criança.

O pai de Jeremias entregou-lhe uma quentinha e a garrafa de refrigerantes que havia levado. O agente abriu uma das algemas e o adolescente começou a comer, usando uma colher de plástico.

A mãe chegou então, acompanhada de seu neto mais novo, de cinco anos, o qual tinha problemas de visão e chegava perto das coisas e das pessoas para poder vê-las. A criança se aproximou de Jeremias, encostou os olhos nas algemas e disse, surpreso: "*Você está preso!*". Jeremias ri, o segura e diz: "*É melhor tomar cuidado pra não ser também!*". Pede-lhe então um beijo e um abraço, que o pequeno efusivamente, deu.

Jeremias não era mais o "*bandido*". Sua postura era outra, seu tom de voz também. Agora ele ria, brincava, beijava e abraçava as pessoas. Enquanto comia a quentinha, dava porções para seus irmãos mais novos. Jeremias inseriu-se em outro mundo, o doméstico, no qual seus pais eram os grandes e mereciam ser respeitados. Os menores eram afagados por ele, o tio, responsável pelos seus cuidado e bem-estar.

Assim que Jeremias terminou de comer, o agente algemou-o novamente. O adolescente permaneceu por mais algum tempo sentado, enquanto sua família esteve lá. Ele brincava com os pais, irmãos – que também foram vê-lo - e sobrinhos, abraçando e beijando especialmente as crianças.

Chegou então o advogado de Jeremias. Ele usava roupa social e óculos escuros e quando entrou na sala, os adultos ficaram em volta dele numa roda apertada perto da janela, como se compartilhassem um segredo. O agente continuava de pé na porta com os braços cruzados, e eu sentada no sofá. Pude ouvir o que disse o advogado:

> Olha só, você vai dizer que o CAI te ajudou muito. Agora você dá valor à escola e à sua família. Agora você percebe o mal que fez aos seus pais e está arrependido. Diz que quer voltar a estudar e que está pensando em arrumar um emprego logo. E só chame o Juiz de Senhor Meritíssimo.

O jovem e sua família acenavam com a cabeça de forma afirmativa, parecendo ouvir atentamente àquelas afirmações. As orientações do advogado ajustavam-se aos critérios e às provas pertinentes ao *mundo dos técnicos*, analisado no **capítulo 1**. Neste mundo, povoado por inúmeros livros e teorias das ciências humanas, leis, boletins de ocorrência, históricos escolares, mães, pais e filhos etc. observa-se a existência de uma natureza adolescente, comum a todos os seres humanos, com suas necessidades específicas, que, associada às condições de falta de acesso aos direitos básicos de saúde, educação, trabalho e moradia, levavam os jovens a cometerem atos infracionais. Neste mundo, a socioeducação era justificada como uma necessidade de fazer com que o adolescente alcançasse outras etapas de desenvolvimento cognitivo, etapas essas necessárias ao amadurecimento saudável. A abstração era um objetivo a ser alcançado e faria com que as adolescentes construíssem projetos de futuro, de forma a viverem em sociedade sem se desviar. Valorizar a escola, a família e pensar em trabalhar eram formas de prezar o presente e elaborar um futuro, e o arrependimento demonstrava a reflexão. Se as adolescentes não se envolvessem em brigas, demonstrando estarem desajustadas a este mundo, e se cumprissem as obrigações a elas conferidas, ficariam livres das medidas socioeducativas.

A audiência começaria logo e todos fomos chamados a entrar na sala.

A sala de audiências era grande e eu me sentei no fundo, ao lado dos familiares dos acusados e de Isabel. À nossa frente, sentados no alto, numa espécie de tablado, atrás de uma

mesa comprida estavam o promotor, o Juiz e o escrivão. Noutra mesa que ficava imediatamente à frente do promotor - formando um L -, mas num nível abaixo da mesa e da cadeira do Juiz, estavam a defensora pública, representando as meninas, e o advogado que representava Jeremias.

Os adolescentes sentavam-se de frente para o Juiz, em cadeiras individuais, num nível mais baixo do que as cadeiras deste e do advogado e da defensora.

O Juiz cumprimentou os presentes e em suas mãos estavam os relatórios dos quatro adolescentes. "*Raquel!*" - Sua voz era firme e empossada – "*Aqui diz que você não foi ao ginecologista porque você só vai ao médico na presença de sua mãe. Quando você ia dormir com a Camila, você levava sua mãe?*"[7]. O Juiz confunde a história. Raquel e Camila eram irmãs e era Camila quem residia com a companheira antes de ir para o Degase. Raquel não contestou e apenas balançou a cabeça negativamente.

> Juiz - Ana, que série você está?
> Ana - Sétima.
> Juiz - E você, Camila?
> Camila - Quinta.
> Juiz - E você, Raquel?
> Raquel - Quarta.
> Juiz - Uhm... E vocês Ana e Camila, estão fazendo curso? Se receberem LA [liberdade assistida] continuarão fazendo curso? Se receberem LA têm que fazer supletivo pra resolver a escolaridade de vocês.
> Ana - Vamos continuar no curso sim, com certeza! Mas não vai dar pra gente estudar porque a gente pega o trem de 5 da manhã e só chega em casa 10 da noite...
> Juiz - Uhm... E você Raquel, vai ter que ir pra escola [Raquel acena afirmativamente com a cabeça]. Escreve aí [para o escrivão] que a Raquel vai estudar na escola [nome da escola] e vai fazer curso na Faetec. Vê se manda um ofício pra lá. E vocês duas vão continuar fazendo esse curso.
> Camila - Com certeza!! [...]
> Juiz - E você Jeremias? O que você aprendeu lá no CAI?
> Jeremias- Aprendi a dar mais valor pra minha família. Aprendi que fiz minha mãe sofrer muito e vou sair dessa vida errada, vou procurar um trabalho quando sair, Meritíssimo...
> Juiz- Porque você sabe que a gente está acabando com o tráfico na [bairro que moravam], né?!?! Você sabe qual é o fim dessa vida: ou é a cadeia ou é a morte! Porque Pedrão, Meio quilo, RT, tão presos! O Gordo morreu! Tripa Seca também tá preso! A Carlinha não foi presa porque decidimos dar outra chance pra ela!

[7] Ao contrário do Juiz e dos agentes socioeducativos, as equipes técnicas não consideravam desviantes e condenáveis os relacionamentos afetivos e sexuais entre as meninas. Segundo os técnicos, relacionamentos assim eram normais entre os adolescentes, em "fase de descobertas", e relacionar-se com pessoas do mesmo sexo era da alçada individual – sendo necessário, inclusive que fosse assumido para que o indivíduo pudesse realizar-se e desenvolver-se enquanto pessoa. Isso será discutido no **capítulo 3**.

Aparentemente o adolescente conhecia todos os citados porque a cada nome lembrado pelo Juiz e pronunciado quase como um grito, o adolescente estremecia e contraía o seu rosto, como se levasse pequenos choques.

> Juiz - Se a gente te der semiliberdade você vai se comportar?
> Jeremias - Com certeza, senhor Meritíssimo! Aprendi muita coisa nesse tempo que fiquei na fechada.
> Juiz - Vou contar uma história pra vocês. Um dia começou uma chuva muito forte. A chuva foi tão forte que inundou uma cidade. Alguns homens fugiram, outros homens morreram. Um homem tentava fugir da chuva, pedia ajuda a Deus e subia sempre nos lugares mais altos: primeiro ele subiu numa árvore e pediu salvação pra Deus; mas a chuva continuava a encher a cidade. Depois o homem subiu no topo de uma igreja e pediu ajuda pra Deus, mas não adiantou: a chuva continuou caindo e o homem morreu. Quando ele chegou no céu perguntou pra Jesus porque ele não o salvou se ele havia pedido ajuda tantas vezes. Jesus disse: "Eu era o homem no barco que te ofereceu ajuda, mas você não aceitou". Então, eu não estou me comparando a Jesus Cristo, mas estou dando mais uma chance pra vocês e espero que vocês entrem nesse barco. Espero que vocês agarrem essa chance...

Após a história sobre Jesus Cristo no barco que não foi visto enquanto o homem suplicante esteve vivo, o Juiz decide então determinar que Raquel, Camila e Ana cumpram liberdade assistida, relembrando todas as condições no ofício - a de que as mais velhas teriam que continuar o curso de gastronomia que frequentavam no Degase e que Raquel seria matriculada na escola e num curso técnico -, e que Jeremias cumprisse semiliberdade. Todos pareceram confortados com a decisão e Jeremias demonstrou grande empolgação e alívio por ser enviado para o CRIAAD Nova Iguaçu.

Neste rápido relato, Jeremias perpassou por diferentes situações e ajustou-se a todas elas. Ele tentou se engrandecer no mundo das garotas – ele dizia-se mais "*bandido*" do que os outros -, pequeno no dos agentes – dentre dez irmãos trabalhadores, Jeremias era o único bandido -, pequeno no familiar – ele era filho e respeitava e acariciava seus pais e irmãos mais velhos - e engrandeceu-se no dos técnicos – demonstrando reflexão desenvolvida durante a "*fechada*", reconhecendo seu erro e seu empenho em estudar e respeitar os pais. Um acordo sobre suas magnitudes foi alcançado em cada uma das situações apontadas, tomando-se como base uma pluralidade de princípios de equivalência.

Assim como Jeremias, as outras adolescentes também tinham múltiplos estados variáveis segundo os mundos, como veremos ao longo da tese. Neste trabalho, tento observar a competência que aquelas atrizes tiveram quando se ajustaram aos diferentes princípios de justiça e aos dispositivos que apoiam e reafirmam essa competência, assegurando assim a sua

eficácia. "*Esta competencia no es solamente una competencia de lenguaje. En efecto, la competencia que buscamos analizar debe permitir tanto formar argumentos aceptables em términos de justicia como construir conjuntos de objetos, dispositivos duraderos cuya justeza pueda comprobarse* (BOLTANSKI, 2000, p. 66)"[8]. Jeremias e as adolescentes aqui citadas – Ana, Camila e Raquel – tiveram competência para formular argumentos e articular os objetos necessários para ajustar-se às coações das diferentes situações[9] - o que não foi o caso de algumas outras adolescentes como veremos. Esta competência para conhecer as gramáticas das diferentes situações não as leva, entretanto, a sempre concordar e se ajustar inconscientemente, cabendo às adolescentes definir o grau de investimento que destinam aos mundos que percorrem durante o cumprimento da medida. Procuro, como fez Rosa (2011), perceber e compreender as várias legitimidades que perpassam o cotidiano daqueles atores tomando suas próprias ações como ponto de partida, notando como algumas delas legitimam e, por isso, justificam a presença de um sujeito em certos espaços sociais (ROSA, 2011, p. 387). Exploro o que Rosa (2011, p. 370) chama de *vida em movimento*, sendo esta todo o tempo tencionada pela pluralidade de situações e legitimidades que as conformam, que as enquadram, e apesar disso, continuam necessariamente incoerentes.

Durante o cumprimento da medida socioeducativa, suas inclinações, potências e tendências foram avaliadas e determinadas por meio dos seus atos e somente por estes, repetidos numa devida escala de tempo, mas foram revistas quando os comportamentos mudavam, justificando a incorporação de outras aptidões, propensões e qualidades. Pressupõe-se então, que seus estados de grandeza não podiam ser atribuídos de forma durável a partir de características pessoais. Um estado facultado pode ser sempre posto em causa e a sua manutenção depende das provas que permitem a atribuição de tais estados. Como aponta Boltanski (2000, p. 86): "*las personas están siempre* en potencia *en todas las magnitudes. De donde se siegue que la determinación del estado de magnitud en que se encuentra una*

---

[8]"Esta competência não é apenas uma competência de linguagem. De fato, a competência que buscamos analisar deve permitir tanto formar argumentos aceitáveis em termos de justiça como construir objetos, dispositivos duráveis cuja justeza possa comprovar-se [tradução minha]"

[9]"*En el centro de esse modelo de competencia figura, por lo tanto, lo que podemos denominar* capacidade metafísica. *Dotamos a las personas humanas de una capacidade metafísica y consideramos que esa capacidade es essencial para comprender la posibilidad de un lazo social. En efecto, para converger hacia un acuerdo las personas deben hacer referencia a algo que no son personas y que las transciende* (BONTANSKI, 2000, p. 72)". ["No centro desse modelo de competência figura, portanto, o que podemos denominar capacidade metafísica. Dotamos as pessoas humanas de uma capacidade metafísica e consideramos que essa capacidade é essencial para compreender a possibilidade de um laço social. De fato, para convergir a um acordo, as pessoas devem fazer referência a algo que não são pessoas e que as transcende" – tradução minha].

persona está subordinada a la realización de una prueba *[épreuve] que denominamos prueba de magnitud*"[10].

A partir de certos pressupostos – o de que os atores têm competência para ajustar-se às situações e por meio de tal ajustamento estabelecer o laço social que mantém o aspecto de normalidade; o de que os atores devem apresentar provas que legitimem o estado a eles atribuídos, podendo ser tal estado revisto caso a manifestação de novas provas não esteja em conformidade com os dispositivos situacionais; e o de que há diferentes estados organizados por uma pluralidade de princípios compartilhados que gerenciam pessoas e coisas em diferentes mundos – esta tese foi pensada, o olhar sobre o campo foi direcionado e a análise elaborada.

Numa tese com apenas três capítulos, optei por focar em cada um deles as gramáticas mais evidentes e peculiares ao sistema socioeducativo, demonstrando, paralelamente, como as adolescentes ajustam-se ou não a elas.

No capítulo 1, descrevo as rotinas, as práticas, as ações de atores e *actantes*, os princípios que norteiam e justificam a ordem dos seres no que denomino *mundo dos técnicos*. Neste capítulo, trato de como se produzem os relatórios e quais os critérios de avaliação dos comportamentos para que estes sejam considerados legítimos ou não. Apresento como alguns livros das ciências humanas, o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras leis e normas são fundamentais na justificação do fenômeno da criminalidade juvenil. Aponto também como uma ideia de Adolescência saudável com necessidades próprias à sua natureza delineiam a maior parte dos critérios de regulação da normalidade.

No capítulo 2, parto para a descrição do que chamo de *mundo dos agentes*. Neste mundo, orientado por um princípio de que há a necessidade de um tratamento diferenciado a ser conferido pelo setor público às distintas categorias de pessoas, organizam-se as adolescentes, os agentes socioeducativos, as armas, os direitos humanos, a violência urbana, os uniformes, as periferias da cidade do Rio de Janeiro, as leis e o próprio Estado. Aqui, fortalece-se uma ética do trabalho tornada rigorosamente oposta e incompatível com a *sociabilidade violenta* (MACHADO DA SILVA, 2004), podendo as adolescentes aproximar-se ou distanciar-se da categoria "*trabalhador*" e da possibilidade de merecer ou não a

[10]"As pessoas estão sempre *em potência* em todas as magnitudes. De onde se segue que a determinação do estado de magnitude em que se encontra uma pessoa está subordinada à realização de uma *prova* [épreuve] que denominamos prova de magnitude" [tradução minha].

cidadania. As provas exigidas para que se observem esta aproximação ou distanciamento, geralmente envolvem critérios de obediência e disciplina.

E finalmente, no capítulo 3 descrevo o que os agentes apontaram como sendo o *mundo das garotas*. Neste, o princípio que rege as relações entre os seres envolve a valentia, a coragem e a ousadia, orientadas para a manutenção do renome. É este princípio que organiza as adolescentes, os boletins de ocorrência, as leis, as armas, as drogas, os cargos no tráfico, etc. Neste mundo também se estabelecem papéis de gênero com ações específicas, mas sem destacar-se do que Zaluar (2004) definiu como *etos da masculinidade* ou da *virilidade*: elas são "*joãos*" ou "*marias*", mas não se apartam, apesar dos papéis femininos ou masculinos, das demonstrações de força. Para ajustar-se a este mundo é necessário estar disposta a infringir as normas institucionais apesar das consequências.

Enfim, procurei, por meio destes três capítulos, contribuir para o debate sobre os contextos do sistema socioeducativo, sobre a organização dos seus espaços e sobre a forma como as adolescentes os atravessam durante um período de suas vidas, no qual estiveram privadas da liberdade de ir e vir. Como uma tentativa de compreensão da pluralidade de ações, comportamentos e ajustamentos dos diversos atores e de como estes contribuem para a manutenção de fenômenos mais amplos, tento explorar uma realidade que certamente é mais complexa do que meu olhar foi capaz de alcançar.

1 O MUNDO POVOADO PELOS TÉCNICOS

1.1 Pela primeira vez no Degase

Neide Dias[*] chegou ao sistema socioeducativo em dezenove de janeiro de 2009, aos 14 anos de idade. Como não foi detida pelos policiais militares no momento do cometimento do "*ato infracional*"[11], ou seja, na hora do flagrante, Neide foi conduzida ao Educandário Santos Dumont (ESD) - unidade responsável pela "*internação*" e pela "*internação provisória*"[12] das adolescentes acusadas pelo Poder Judiciário de cometerem atos infracionais – apenas três meses após a denúncia, feita por policiais militares na delegacia do bairro onde morava, na Baixada Fluminense. Quando foi convocada para a "*audiência*"[13], Neide residia em outro município, localizado a 60 quilômetros do bairro onde cometeu o ato, e após a decisão judicial foi encaminhada ao ESD a fim de cumprir a medida de internação provisória.

Como Neide Dias, Alice também não foi apreendida em flagrante. Mas ao contrário destas, Ana, Jaqueline, Caroline e Raquel o foram, sendo conduzidas pela Polícia Militar após a apreensão direto para o Juizado da Infância e da Juventude de suas "*comarcas*"[14] (isto, se

---

[*] Os nomes das adolescentes foram alterados a fim de preservar suas identidades.

[11] "A*to infracional*" é toda conduta descrita como crime ou contravenção penal (Art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Ecriad -, lei federal 8069 promulgada em 1990).

[12] O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a possibilidade de aplicação de seis medidas: Advertência (admoestação verbal reduzida a termo e assinada), Obrigação de Reparar o Dano (com restituição da coisa ou ressarcimento do dano), Prestação de Serviços à Comunidade (com a realização de tarefas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, programas comunitários ou governamentais), Liberdade Assistida (com o acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente. Nesta medida, o jovem deve ir a uma instituição de semiliberdade ou ao Juizado da Infância e da Juventude para receber acompanhamento e orientação técnica e para que suas atividades, como frequência escolar e profissionalização, sejam supervisionados. A partir disto produz-se um relatório que será apreciado pelo Juiz), Semiliberdade (no qual o adolescente fica internado durante a semana, saindo para ir à escola, aos cursos profissionalizantes e à algumas atividades culturais supervisionadas, indo para casa nos fins de semana) e a Internação (na qual o adolescente fica completamente privado de sua liberdade, sem a possibilidade de atividades externas, sendo a escolarização e a profissionalização responsabilidade da própria instituição. O período máximo de internação é de três anos). As medidas de Advertência e Obrigação de Reparar o Dano são aplicadas pelo Juizado da Infância e da Juventude das cidades nas quais moram os adolescentes; a de Liberdade Assistida pode ser aplicada tanto pelo Juizado quanto pelas instituições do Degase; e as de Semiliberdade e Internação são aplicadas pelo Degase nas instituições disponíveis.

[13] Na audiência de apresentação, ocorre a oitiva do adolescente, como num interrogatório. Há ainda a audiência de continuação, na qual há a oitiva de testemunhas. Na "*audiência, presentes as partes e o Ministério Público, serão ouvidas as testemunhas, colhendo-se oralmente o parecer técnico,* [...], *manifestando-se sucessivamente o requerente, o requerido e o Ministério Público* [...]. *A decisão será proferida na audiência, podendo a autoridade judiciária, excepcionalmente, designar data para sua leitura no prazo máximo de cinco dias* (Art. 162, §2°, Ecriad)".

[14] Circunscrição judiciária sob a alçada de um juiz de direito.

for horário de expediente, se não, as adolescentes passam a noite na Delegacia até serem atendidas pelo Juiz) e de lá, para as unidades de internação e semiliberdade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase).

Neide, Alice, Ana, Jaqueline e Raquel foram denunciadas por policiais militares, mas Caroline o foi por uma "*vítima*", ou seja, alguém que se sentiu lesado pelos atos cometidos pela adolescente. Os denunciantes foram até a Delegacia de Polícia e descreveram o ocorrido, o qual foi registrado num Boletim de Ocorrência (BO). Após ouvir a vítima ou o comunicante, o acusado (se este quiser falar, já que tem direito de ficar calado[15]) e as testemunhas, o delegado dá procedimento a uma investigação. Após as investigações, o delegado encaminha uma cópia dos registros, dos laudos e da conclusão da investigação ao Juizado da Infância e da Juventude para que a Justiça tome as medidas cabíveis – determine que o jovem cumpra alguma medida socioeducativa ou não. Em muitos casos, o fato é apresentado, antes de ir para o Juizado, ao Ministério Público[16], o qual abre uma representação[17] perante o Juiz, contra o jovem infrator. Quando há a surpresa do flagrante, com as adolescentes apreendidas na própria ocasião em que cometeram o ato, as investigações ocorrem estando as jovens internadas ou semilibertas, dependendo da gravidade do ato infracional cometido[18].

---

[15] Artigo 5º, LXIII, da Constituição Federal prevê o direito do réu de permanecer calado (MIRABETE, 1997, p. 265).

[16] O Ministério Público é um órgão da estrutura estatal, porém com funcionamento autônomo: não pertence ao Poder Executivo nem ao Poder Judiciário. Ele atua como um "defensor da sociedade como um todo", quando numa determinada situação existe "interesse público". O Ministério Público pode interferir em questões de Justiça que acarretem a "ofensa a toda a comunidade", que ataquem aos "interesses coletivos". Existem o Ministério Público Estadual (o qual atua nos órgãos de Justiça estaduais) e o Ministério Público Federal (o qual atua na Justiça Federal). Os "*promotores*" do Ministério Público têm "independência funcional", ou seja, ninguém dentro da instituição ou fora dela pode obrigá-lo a tomar ou deixar de tomar determinada medida. Sendo assim, dentro desta independência funcional, o promotor deve apenas satisfação "à lei e à sua consciência" (há, entretanto, mecanismos de controle que evitam que esta independência transforme-se em arbítrio ou abuso funcional). Os promotores podem propor acusações, denúncias, contra um infrator, independentemente do consentimento, ou de uma denúncia prévia por parte da vítima. Eles advogam "em nome da sociedade" e da "ordem pública" (STACHINI, 2004). De acordo com o Ecriad (Arts. 200-205) o Ministério Público é responsável pela concessão e remissão dos processos, promoção e acompanhamento os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes, promoção e acompanhamento das ações de suspensão de pátrio poder, nomeação e remoção de tutores e guardiães, além da promoção de ações civis públicas para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência.

[17]Uma representação aberta pelo Ministério Público contra um infrator é uma forma de "pedido de providências" por aquele órgão às instituições judiciais competentes. A representação é um documento que descreve os atos infracionais (neste caso), identificando o autor (nome, endereço e telefone, se possível) e fornecendo elementos materiais que demonstrem a veracidade do que está sendo relatado na representação. Após as descrições do fato, o Ministério Público requer as medidas cabíveis (sugerindo inclusive a melhor medida socioeducativa para os casos).

[18]Tais procedimentos estão de acordo com o estipulado na Seção V do Ecriad: "*Art. 171. O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária. Art. 172. O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.* [...] *Art. 174. Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente*

Após o indiciamento, os atos infracionais atribuídos à Neide foram julgados, tendo a Juíza da Infância e da Juventude decidido que a adolescente deveria cumprir medida socioeducativa de internação provisória por 45 dias.

Quando chegou ao Educandário Santos Dumont, logo que deixou o Juizado da Infância e da Juventude da comarca da Capital, Neide trazia consigo um Boletim de Ocorrência, que narrava os atos atribuídos à adolescente, e a ata da audiência, que julgara tais atos como sendo infrações, concluindo, desta forma, que a jovem necessitava de "socioeducação".

O Boletim de Ocorrência e a ata da audiência determinavam que Neide Dias, assim como as outras jovens que se encontravam dentro dos muros do ESD e impedidas de sair por seus portões, era uma adolescente autora de um "*ato infracional*". O que as diferenciava dos outros jovens de suas idades (ou seja, dos outros *adolescentes* - aquelas pessoas com idade entre doze e dezoito anos, como diz o artigo segundo do Ecriad[19]) era justamente o registro de certos acontecimentos no Boletim de Ocorrência e de seu depoimento na ata da audiência. A associação daquele objeto à sua pessoa transformava seu *status* de simples adolescente para "*adolescente em conflito com a lei*".

No Boletim de Ocorrência constam o número do registro da ocorrência feito na Delegacia de Polícia Civil, a data, a hora do início e a hora do fim do registro; O artigo do código penal do qual o réu está sendo acusado, os dados do "*comunicante*" (filiação, data de nascimento, sexo, cor, profissão, nível de escolaridade, estado civil, naturalidade e endereço). Narra-se então o fato: data, hora e local; quem são os envolvidos (pedindo-se, se possível, filiação, data de nascimento, sexo, cor, profissão, nível de escolaridade, estado civil, naturalidade e endereço), qual o material arrecadado ou "subtraído" (se houver) e enfim, o desenrolar dos acontecimentos (narrado pelo "*comunicante*" ou "*vítima*", se for o caso de alguém se sentir diretamente lesado).

As atas de audiência variam, mas nelas geralmente constam os nomes das acusadas - em alguns casos, há também dados das adolescentes, como filiação, endereço e nível de escolaridade - e as apresentações formais dos representantes no Ministério Público, da Defensoria Pública e do Juiz. Há a narrativa dos fatos e questiona-se o adolescente (pergunta-

---

liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública. Art. 175. Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência. [...]".

[19] Pela questão do acrônimo, tem-se substituído a sigla ECA por Ecriad, já que "eca" também pode ser uma interjeição que exprime repugnância, desprezo ou aversão.

se sobre o ato cometido, sobre a família, sobre o seu desempenho na escola, se trabalha etc.). Este é ouvido e os referidos representantes se manifestam, sugerindo ao Juiz o tipo de medida que seria mais eficaz para a "socioeducação" daquele jovem. O Juiz acata, ou não, alguma das sugestões dadas e profere o despacho.

Saindo da sala de audiências do Juizado da Infância e da Juventude com um status diferente do qual entrou – agora Neide era "*infratora*" – graças ao Boletim de Ocorrência e à ata da audiência que passaram a acompanhá-la, Neide foi algemada e conduzida ao Educandário Santos Dumont numa viatura policial. Os documentos alteraram as pretensões de Neide de retornar à sua casa e agora a acompanham, dando não apenas um novo curso à sua vida, como servem de prova cabal da necessidade que a adolescente tem de ser "socioeducada". Tanto no Boletim de Ocorrência quanto na ata da audiência, certos fatos que se passaram na vida de Neide foram separados, deslocados, qualificados e reunidos de acordo com uma classificação nova, possibilitando que determinado tempo e espaço fossem transportados, observados e registrados em folhas de papel. Eles passaram a preservar uma fração de uma situação original em suas páginas, e alteraram o rumo dos acontecimentos: estes *não-humanos*, na qualidade de *actantes*, transformaram, redefiniram, autorizaram os humanos a porem fim aos debates acerca da transgressão praticada por Neide (LATOUR, 2001)[20]. Após o Boletim de Ocorrência e a ata, vieram as algemas, a Kombi, os uniformes, os portões, as grades, os relatórios, as leis etc.

O Boletim de Ocorrência e a ata de audiência chegam ao Educandário Santos Dumont na viatura policial junto com Neide. A partir destes documentos, abriu-se uma pasta na qual foram anexados todos os documentos pertinentes ao cumprimento da medida da adolescente: laudos e receitas médicas, registros dos atendimentos realizados pelos membros da equipe técnica, os relatórios elaborados a partir de tais registros, circulares internas que tratavam do deslocamento da adolescente dentro da unidade e ofícios enviados do diretor do ESD para o Juiz da infância e da juventude, e vice-versa, pedindo autorizações e concedendo autorizações para que a adolescente participasse de atividades fora dos muros da unidade. Com o Boletim de Ocorrência e a ata da audiência inicia-se uma nova contagem do tempo e de avaliação dos eventos passados e presentes da vida de Neide, dos quais, como se verá, a adolescente participará ativamente.

---

[20] Neste trabalho não pretendo discutir questões morais como a culpa das adolescentes no cometimento da infração ou não. Detenho-me no fato de muitos adolescentes e adultos também infringem leis, mas que justamente na ausência de Boletins de Ocorrência e de atas de audiência ou julgamento, não são identificados como criminosos ou infratores.

No Boletim de Ocorrência e na ata de audiência[21] de Neide, os quais a caracterizam como infratora e dão início a uma nova coleção de documentos, objetos, tempos e lógicas - com as quais a adolescente aprenderá a se relacionar e a se ajustar -, constam que a adolescente estava sendo acusada de ato infracional análogo ao artigo 121 do Código Penal, ou seja, homicídio simples.

Neide contou, para a delegada de polícia, que começou a trabalhar para o tráfico de drogas como "*radinho*"[22] após ter deixado a casa da família para viver numa favela na companhia de uma amiga. Algum tempo depois, os traficantes do local determinaram que Neide buscasse a tal amiga em casa para que eles pudessem cobrar uma dívida que esta havia feito, a qual seria paga com a vida. Neide contou na delegacia que não cometeu o crime, não executou a jovem, apenas a atraiu para o local em que os bandidos encontravam-se. Disse ainda que presenciou a tortura, mas se manteve apenas como expectadora. A delegada perguntou o nome dos jovens que executaram a vítima e Neide informou os nomes dos três que o haviam feito.

A mãe de Neide disse que esta repetiu exatamente o mesmo depoimento durante a audiência, apenas com a diferença de que neste dia, a jovem estava mais calma, pois já haviam se passado três meses do depoimento dado à delegada, e, pelo tempo, Neide acreditava que não seria mais penalizada pelo ato. Disse a mãe que tal calma irritou a Promotoria que a tratou de "*fria*" e, por isso, teria acreditado na culpa e não na inocência da adolescente, a qual, na verdade, teria sido morta se não entregasse a vítima. Na audiência, a Juíza determinou então, que Neide ficasse em internação provisória até que houvesse outra audiência e fossem decididos, baseando-se em novas informações e nos relatórios técnicos, quais seriam os próximos passos dados pela jovem dentro do sistema.

Ingressando no sistema socioeducativo no momento pós-audiência, Neide, como foi dito, foi conduzida ao Educandário Santos Dumont na viatura policial. O prédio do Educandário localiza-se numa das ruas paralelas à Estrada do Galeão, a principal via de acesso à Ilha do Governador, bairro do município do Rio de Janeiro conhecido por estar próximo a diversos *campi* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e por abrigar alguns

---

[21] Na pasta de Neide acondicionada no CRIAAD, ao contrário das pastas das outras adolescentes, não constava o seu Boletim de Ocorrência (BO) nem a ata da audiência. Nela, havia apenas os registros referentes às duas passagens da adolescente pelo CRIAAD. Reproduzo o que constava no BO e o que foi dito na audiência, baseando-me nos depoimentos dados pela jovem, por sua mãe e pelos registros dos atendimentos técnicos.

[22] O "*radinho*", também chamado de "*olheiro*" é um "*sistema de alerta*" contra invasões da polícia ou de facções criminosas. Cabe a eles ficar em pontos de entrada das favelas para "*vigiar todos aqueles que entram nas comunidades*". Eles usam rádios para avisar aos trabalhadores da boca caso percebam alguma atividade suspeita que possa afetar ou prejudicar a venda de drogas. São a primeira função do tráfico e geralmente são confiadas às mulheres e às crianças (DOWDNEY, 2003, p. 142).

complexos da Aeronáutica, residências de funcionários desta força militar, além do Aeroporto Internacional Tom Jobim. O Educandário encontra-se numa espécie de “complexo socioeducativo”, entre o Instituto Padre Severino, instituição para internação provisória de “adolescentes do sexo masculino”, a Escola João Luiz Alves, destinada à aplicação da medida de internação àqueles, o Centro de Socioeducação Gelso de Carvalho Amaral, que é uma espécie de centro de triagem que recebe os adolescentes oriundos das diversas varas da infância e juventude do Estado, a Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire, na qual alguns adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação provisória, internação, semiliberdade e liberdade assistida realizam cursos profissionalizantes, oficinas ou atividades esportivas, e o Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD - Ilha), destinado à aplicação da medida de semiliberdade também aos adolescentes do sexo masculino.

Este complexo abrange todo um quarteirão, sendo cercado por muros beges altos com arames nas extremidades e alguns portões de ferro azuis marinho que impossibilitam qualquer tipo de tentativa de visualização das atividades tanto dos de fora – para os de dentro – quanto dos de dentro – para os de fora, além de impedir, obviamente, a possibilidade de pulá-los sem a ajuda de instrumentos especiais para este fim. Os grandes portões azuis marinho possuem uma pequena divisão, como uma porta, para a entrada dos pedestres, e nesta, ainda mais uma divisão, uma espécie de janela para que o agente responsável pela portaria confira quem está tocando a campainha do lado de fora.

Apenas a Escola Socioeducativa está aberta aos olhos dos pedestres e permite aos curiosos a observação de suas instalações interiores sem a necessidade de mandatos, autorizações judiciais, ou de autorizações do Poder Executivo – mas também não sem nenhuma restrição e questionamento.

Os portões do “complexo socioeducativo” estão fechados para o público, e através dele passam apenas aqueles que possuem autorização dos Poderes Executivo ou Judiciário ou um Boletim de Ocorrência com a ata da audiência. A única porta que se abrirá sem a presença do papel contendo ou a autorização ou a ocorrência será a janela e por meio dela dois olhos e um nariz perguntarão o que o senhor ou a senhora deseja.

Neide e o policial ultrapassaram aqueles portões. Como diz Latour (1992) na sua *Sociologia da porta*, tratando sobre esta invenção *milagrosa* que serve como buraco temporário na parede impedindo que coisas e pessoas entrem ou escapem, aqueles portões azuis, com suas subdivisões em porta e janela, permitem a seleção do que entra e sai, do que pode ser visto e principalmente do que não pode. Eles “prendem” uma acumulação de certos

adolescentes, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, agentes, conhecimentos, papéis, arquivos, mais portões, grades, registros etc. e são eles que permitem a seleção do que entra e do que sai, "*para aumentar localmente a ordem ou a informação*" (LATOUR, 1992, p. 2). E o agente que cuida dos portões resolve o problema de manter a disciplina da entrada e da saída de informações, pessoas e objetos, mantendo os altos muros sempre selados. As *prescrições* dadas pelos portões, mesmo que de forma silenciosa, levam o agente a assumir as atitudes seletivas daqueles que desenharam aqueles grandes quadrados de ferros azuis com suas subdivisões e dobradiças. Poderíamos dizer, parafraseando Latour (1992), que os resultados das distribuições de competências entre humanos e não-humanos será a discriminação de quem entra e quem sai portando – em ambas as direções: para dentro e para fora – um documento de autorização[23].

De acordo com Latour, tanto o portão, quanto o porteiro e as autorizações agem, são *actantes*, pois podemos ver seus efeitos durante o desenrolar das cenas: assim que esta pesquisadora chegou ao Educandário Santos Dumont foi prontamente proibida de entrar, pois o portão estava trancado e quando solicitei que ele fosse destrancado para que eu pudesse entrar, não pude, tendo em vista não possuir uma autorização. O portão impedia que eu visse quaisquer atividades atrás de si e conjuntamente com o porteiro, bloquearam a minha entrada (sim, pois um porteiro sem portão certamente satisfaria a curiosidade dos passantes; assim como um portão sem muros). Mesmo após ter conseguido a autorização judicial, tive que apresenta-la inúmeras vezes por meio da pequena janela aberta na porta - aberta no portão -, me apresentando e lendo o documento, demonstrando que desta forma, eu estava legitimamente dotada com a possibilidade da entrada.

Neide também possuía tal legitimidade (apenas no sentido "para dentro". Para sair, ela precisaria de novas autorizações judiciais), já que carregava os documentos necessários e estava sob os cuidados da Polícia Militar – a qual, por sua vez, estava autorizada a entrar no Educandário sob justificativa de garantir a segurança e a ordem na instituição. E Neide entraria apenas pelo portão do Educandário Santos Dumont, já que os do Instituto Padre Severino e os das demais unidades daquele "complexo socioeducativo" a discriminavam e impediam sua entrada (nos outros entravam apenas "adolescentes do sexo masculino" com boletim de ocorrência e ata da audiência, além dos funcionários autorizados).

Como diz Luna Freire:

---

[23] Mesmo que eu não mostre o meu documento diariamente para o porteiro, ele estará pressuposto ao ser apresentado algumas vezes, ao menos, até que a entrada e permanência na instituição fosse legitimada. Se a minha entrada e permanência ali fosse questionada, eu podia lançar mão do documento e provar que ela era legítima.

> Ator é tudo o que age, deixa traço, produz efeito no mundo, podendo se referir a pessoas, instituições, coisas, animais, objetos, máquinas etc. Ou seja, ator aqui não se refere apenas aos humanos, mas também aos não-humanos, sendo por esse motivo sugerido ainda por Latour [...] com o termo *actante* (LUNA FREIRE, 2006, p. 55).

Os efeitos dos portões e muros eram sentidos: nada entra e nada sai sem fiscalização e nada pode ser visto ou deixar-se ver. O efeito do Boletim de Ocorrência e da Ata da audiência também, já que estes possibilitaram a entrada e permanência de Neide no ESD e alteraram seu destino, estabelecendo novas rotinas, situações e relações – das quais, sem eles, Neide não desfrutaria.

Estando no interior dos muros, com os portões fechados, Neide foi levada por uma agente para uma sala, afim de que fosse realizada a revista. Abriu a boca e pôs a língua para fora. Tirou a roupa e agachou-se três vezes para ver se caía algo que pudesse estar escondido em sua vagina ou em seu ânus. Deixou seus pertences no que Valéria, adolescente que estava internada há pouco mais de um ano no ESD, identificou como "*cofre*": Neide colocou suas roupas, sapatos, *piercings* e brincos dentro de um envelope, o qual foi guardado e lhe seria entregue assim que ela cumprisse a medida naquela instituição. Valéria conta que:

> você entrou aqui com um celular, entrou com dinheiro, com um brinco, com alguma coisa, vai para aquele cofre. Quando você sair, tudo com o que você entrou aqui tem que estar ali. Tem que estar ali. Quando eu entrei aqui com um brinquinho de ferro, não podia entrar. Aí eles pegaram, tiraram da minha orelha e botaram no cofre, num envelope. É assim...

Usar grampos ou piranhas de cabelo, brincos e *piercings* não é permitido dentro do Educandário sob a justificativa de que podem virar armas. E as roupas guardadas, são trocadas por uniformes compostos por uma blusa de malha de algodão branca com o logotipo do "*Novo Degase*"[24] em cor azul, e uma bermuda feita com tecido tactel azul marinho,

[24] No estado do Rio de Janeiro, a aplicação, a coordenação, a promoção e o controle das medidas socioeducativas privativas de liberdade estão sob os cuidados do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (o Degase), órgão da Secretaria para a Infância e Juventude do estado do Rio de Janeiro, criado pelo Decreto nº 1843 de 26 de janeiro de 1993. Durante o mandato do governador Sérgio Cabral (2006-2014) houve a reforma e a desativação de algumas unidades consideradas fora dos padrões previstos pelo Ecriad e pelo Sistema Nacional de

também com o referido logotipo, só que em cor branca (o mesmo uniforme dado aos meninos). Nos dias de frio, dão-lhes calça de moletom azul marinho com o logotipo na cor branca. Nos pés, chinelo de borracha azul marinho. E nos cabelos, apenas elásticos ou prendedores feitos com borracha ou silicone.

Neide entrou, trocou de roupa e foi conduzida ao alojamento de internação provisória.

No Educandário Santos Dumont, há, como disse, altos muros e um grande portão azul. Na parte de dentro, em anexo ao portão, do lado direito de quem entra, há uma espécie de guarita com três cômodos: na saleta de entrada há uma mesa e uma cadeira feitas de madeira, na qual o agente responsável pela portaria faz as leituras dos documentos e anota num grande caderno com capa preta a hora de entrada e de saída de cada funcionário e visitante. Há ainda dois pequenos cômodos: um para o agente/porteiro e outro para o policial militar - que fica responsável pela segurança e pela ordem na instituição - descansarem durante seus plantões. Além da televisão de 14 polegadas, não pude observar os móveis que compunham tais ambientes, graças às condições adversas pelas quais passei ali e que serão detalhadas no próximo capítulo.

Saindo da guarita, somos levados ao prédio destinado à direção. Ao lado deste prédio há mais um portão trancado que dá acesso ao pátio. Se não somos adolescentes saindo da unidade por motivo de audiência ou de atividades externas – passando por este portão, as adolescentes ingressam diretamente na Kombi que as levará ao Juizado ou aos locais das atividades -, estes portões permanecerão trancados e teremos que acessar o pátio atravessando o prédio da direção e da equipe técnica.

Entrando no prédio da direção, o qual se encontrava devidamente refrigerado e tonalizado com cores claras e neutras, como o branco, o gelo, o cinza e o bege, nos deparamos com cadeiras, como as de espera de consultórios médicos e dentistas, posicionadas de forma transversal à mesa da recepcionista, a qual permanecia de frente para a porta e à esquerda do corredor que dava para as salas do diretor e da vice-diretora. Atrás da mesa localizava-se o corredor que dava acesso ao banheiro e às salas de atendimento técnico, e destas para o pátio central e para os alojamentos. Sendo assim, não seria possível acessar o interior da unidade sem antes se identificar para a recepcionista (e mesmo que suas intenções não fossem acessar tal interior, você deveria se identificar para a recepcionista de qualquer forma). Na parede atrás da mesa da recepção havia um quadro de cortiça, decorado com fotos de atividades desenvolvidas pelas e com as adolescentes. Sobre a mesa, algumas revistas para que os

---

Atendimento Socioeducativo, a reformulação de alguns cargos e a reorganização das atividades do Degase, o qual passaria a ser “Novo Degase”.

visitantes folheassem e os papéis de entrada e saída, pelos quais a recepcionista ficava responsável.

À direita de quem entra na unidade e à esquerda da mesa da recepção, vislumbrava-se o corredor com as salas do diretor e da vice-diretora e a de processamento de dados, as quais estavam preenchidas com mesas e arquivos de escritório, muitos papéis, pastas e telefones. No corredor logo atrás da mesa da recepção, estava uma pequena copa e um banheiro feminino, ao qual se seguia, à esquerda de quem entra na unidade, de um corredor com um espaço com duas paredes, em L, preenchido com uma mesa e algumas cadeiras de plástico, onde aconteciam as visitas dos familiares das adolescentes. No lado oposto a este espaço estavam quatro salas de atendimento técnico: uma mais ampla, com duas mesas, cadeiras, armários de escritório e muitas pastas, papéis e canetas, lápis etc.; uma saleta apenas com mesa, uma cadeira atrás e uma cadeira na frente, posicionadas para atendimento, onde alguém fala e alguém ouve, e um armário de escritório; e duas saletas menores com uma mesa, duas cadeiras, um computador e um ar condicionado cada. A sala ampla estava de frente para a saleta com armário e ao lado das duas saletas sem armário e com computador. Em frente a estas duas, num pequeno espaço sem cobertura no teto, encontrava-se uma árvore, uma grande mangueira circundada por um banco de madeira e mesas e bancos feitos de plástico. Ao lado destas saletas estava a sala da defensoria pública, a qual durante o período que visitei o Educandário, não esteve aberta.

Seguindo num corredor mais à frente, se seguíssemos em frente quando entramos na unidade, havia um banheiro masculino, mais salas destinadas aos arquivos, pastas e papéis preenchidos pelos técnicos, e no fim deste, uma pequena biblioteca. Saindo deste corredor, à esquerda de quem entra, havia uma mesa com um telefone e uma cadeira destinadas às ligações feitas pelas adolescentes para seus familiares e destes para a unidade; a enfermaria com uma maca – apenas pelo que foi possível observar -, e em frente a esta, mais uma sala para atendimento técnico. O fim deste pequeno corredor dava para o pátio, espaço restrito às adolescentes e aos agentes.

Quando passamos pela porta que dá acesso ao pátio, observamos no lado direito dois prédios correspondentes à internação e à internação provisória - separados por uma quadra de esportes -, e o prédio do auditório (o qual possui cadeiras como as de consultório médico - as quais são pretas, acolchoadas e ligadas umas às outras - e cadeiras de plástico brancas, além de uma mesa de madeira, uma grande televisão e um aparelho de DVD, uma estante e um banheiro ao fundo). No lado esquerdo, está o prédio dos refeitórios um e dois, com sua cozinha comum, o prédio onde se localizam os alojamentos dos agentes “masculinos” e os

alojamentos dos agentes "femininos", e as salas onde são ministrados os cursos para as adolescentes, as chamadas "*oficinas*". No fundo do pátio está localizado o Colégio Estadual Luiza Mahin, pintado de azul, destoando da paisagem bege dos demais prédios[25].

Neide foi para o alojamento destinado às adolescentes cumprindo medida de internação provisória. Em cada quarto havia um banheiro e duas beliches, comportando assim, quatro meninas, no máximo. Cada um deles possuía ainda um portão que ficava trancado à noite e nas horas que cada plantão achasse ser conveniente. Em cada prédio havia oito quartos e um portão que trancava todo o alojamento (além dos portões que trancavam cada quarto). E além de estarem separadas por medida (internação ou internação provisória), dentro dos alojamentos, as adolescentes também estavam divididas por idade[26].

Assim que entrou no sistema, Neide, como as outras adolescentes, foi chamada pela equipe técnica para realizar seu primeiro atendimento técnico e para responder ao questionário de recepção. Valéria resume os passos seguidos pelas adolescentes até este momento, descrevendo-os por meio de sua própria experiência:

> [...] Aí no IML eles perguntaram: "alguém te bateu? Te agrediu?". "Me bateu. Os policiais me bateu". Aí ele [o responsável pelo instituto Médico Legal] assim: "tá bom". Tirei a roupa, fique pelada lá no negócio. Aí: "pode sair, pode sair". Aí botei a roupa, aí me levaram pra DPCA [Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente]. Aí eu fui pra DPCA que é o negócio lá da criança e do adolescente. Aí eu fui e dormi lá no banco! Fiquei dormindo lá no banco. [...]. Aí eu fiquei assim, pensando... aí nem dormi. Quando foi no outro dia, já era de manhã, eles abriram a porta. Aí ele [o policial]: "vem". "Eu vou pra onde?". "Pro Santos Dumont". "Eu nem sei onde é!". Ele falou: "É... quando chegar lá, você vai ver...". Aí me botaram dentro da Blazer e eu peguei e vim pra cá... aí quando eu entrei aqui, até que eu fui bem recebida, mas eu estava assustada porque eu não sabia como era o sistema. Nunca imaginei passar pelo sistema! Nunca! Nunca imaginei mesmo estar aqui! Nunca mesmo! Aí eu cheguei aqui, olhei pros muros, tudo altão, eu fiquei assustada. As pessoas que eu não conhecia... outras meninas... umas que tinham feito isso, feito aquilo... aí eu fiquei assustada. Aí as técnicas me chamou pra conversar. A Sandra* foi a primeira a me chamar pra conversar... a Sandra*, a Taís*, a Andressa*... aí ela falou assim; "sabe que a gente está aqui pra ajudar você... você fale só a verdade pra gente... você fala só a verdade pra mim, porque a gente vai te ajudar...". Aí eu falei assim: "Tá bom". Aí eu comecei a falar o que eu tô falando... comecei a falar com elas... "isso tudo vai estar no seu relatório e vamos estar te ajudando...". "Tá bom". Foi tudo no meu relatório e eu tive audiência. [...]

---

[25] Não me alongarei na descrição das atividades e da rotina do Educandário Santos Dumont, pois não me foi permitida a sua observação e registro por mais tempo. A maioria das informações que obtive sobre elas foi por meio das entrevistas dadas pelas adolescentes nesta instituição e no CRIAAD de Ricardo de Albuquerque, sendo citadas ao longo deste trabalho.

[26] Práticas que estão de acordo com o artigo 123 do ECRIAAD: "*A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração*".

Acompanhando Neide em sua entrada no Educandário Santos Dumont e através dos espaços pelo qual passou, chegamos até a entrevista de recepção feita pela equipe técnica. As equipes técnicas, devidamente localizadas em suas salas de atendimento, aguardam as adolescentes para que estas relatem aspectos de sua vida e procuram relacionar tais aspectos ao cometimento do ato infracional. As equipes são responsáveis pela confecção de um relatório a ser entregue ao Juiz e neste relatório exploram os motivos que justificam o cometimento dos atos infracionais por cada uma das adolescentes.

Todas as unidades socioeducativas têm uma equipe técnica multidisciplinar. Estas equipes são responsáveis pela orientação, pelo acompanhamento, pelo atendimento, pelo aconselhamento e pelo encaminhamento aos serviços de saúde, de escolarização e profissionalização de cada adolescente acusado de cometer ato infracional que esteja sob os cuidados da unidade em que trabalha. A equipe técnica geralmente é formada por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, os quais se baseiam em parâmetros nacionais, leis e minutas do poder executivo para exercer suas atividades. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a equipe técnica é responsável pela promoção social do adolescente e de sua família, inserindo-os em programas oficiais ou comunitários de auxílio e assistência social; pela supervisão da frequência e do aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; pela tentativa de iniciar o jovem em algum tipo de profissionalização e no mercado de trabalho; e pela apresentação de um relatório para cada caso (Artigo 119).

E em 29 de março de 2011, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro sancionou a lei 5933, que descreve as atribuições da equipe técnica dentro do Degase. Nesta lei, lemos que os assistentes sociais devem desenvolver projetos, programas e atividades relacionadas à "*realidade social*" do "*adolescente em conflito com a lei*", além de informar a tais adolescentes e aos seus familiares sobre recursos comunitários disponíveis para a defesa de seus direitos. Os assistentes sociais, diz ainda a lei, devem interpretar de forma diagnóstica a "*problemática social a autoridades de outras áreas profissionais na instituição*" para que os recursos citados acima sejam utilizados de forma "*otimizada*", impedindo desta forma, que sua clientela fique "*acomodada*" – "*a fim de adequar o equacionamento da ação profissional*". Estes profissionais devem ainda: promover o registro dos dados, elaborar relatórios - compondo uma documentação técnica que possibilite "*pesquisas, estudos e análises*" sobre a "*dinâmica social*" – e laudos sociais e técnicos; trabalhar as relações interpessoais, familiares, vicinais e comunitárias, sejam elas conflitivas ou não; sensibilizar o adolescente e seus familiares para a importância de ter um acompanhamento socioeducativo; realizar visitas domiciliares, se necessário; elaborar e garantir a execução de propostas de

prestação de serviço a nível institucional, de atendimento social, de pesquisas que analisem a realidade social; e zelar pelo patrimônio sob sua guarda direta. É ainda obrigação do assistente social do Degase portar o crachá, dentro das unidades, como identificação funcional (LEI 5933, anexo III).

Os pedagogos também estão obrigados a portar o crachá dentro das unidades. E a estes cabe promover, junto com a diretoria, as ações pedagógicas, além de participar da elaboração e avaliação dos projetos educacionais oferecidos dentro da instituição, sempre "*observando o aspecto atual da necessidade breve, excepcional e limitadora da institucionalização*". Se a unidade possuir uma escola, os pedagogos ficam responsáveis pela comunicação com seu corpo docente e pela elaboração, acompanhamento, apoio e orientação da execução do seu currículo. Os pedagogos devem participar ainda da orientação do adolescente para o trabalho; viabilizar a integração entre escola e unidade socioeducativa; produzir e analisar gráficos que traduzam o "*desempenho individual e coletivo*"; manter um registro atualizado da frequência dos adolescentes que estejam matriculados em alguma escola ou atividade profissionalizante – e se houver alguém que não esteja matriculado, promover sua matrícula. Enfim, o pedagogo fica responsável pelo zelo quanto à vida escolar do adolescente acusado de cometer ato infracional (matricula-o em escolas, cursos e oficinas, solicita comprovantes, elabora treinamentos e capacitação de pessoal da área educativa, e organiza a grade curricular e os horários das oficinas), e, além disso, registra por meio de relatórios, pareceres ou "*outro instrumento o quanto a Escola Regular tem sido propiciadora da estruturação do adolescente, remetendo-a ao Juiz no momento da avaliação da medida*" (LEI 5933, anexo III).

Já os psicólogos devem basear seu trabalho no "*Código de Ética Profissional dos Psicólogos*", especialmente nos itens que preconizam "*o respeito à dignidade e integridade do ser humano, a análise crítica da realidade política e social, a colaboração na criação de condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização do ser humano, completando a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres, de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos*" (LEI 5933, anexo III). O psicólogo deve trabalhar em consonância com a premissa de que o adolescente é uma "*pessoa em desenvolvimento*" inserida num contexto familiar social e institucional, não realizando uma análise isolada, nem o estigmatizando ou definindo padrões de comportamento. Deve escutá-lo de forma diferenciada, própria, individual, mas realizar também atendimentos em grupo para propiciar a reflexão e discussão sobre temas pertinentes à fase vivida, promovendo o crescimento pessoal e grupal. O psicólogo deve atender ainda aos familiares dos

adolescentes, visando promover a melhoria das relações e o fortalecimento dos seus vínculos afetivos, e apontar as necessidades do adolescente para seu desenvolvimento. Junto com a equipe multidisciplinar, o psicólogo tem obrigação de realizar estudos de caso que forneçam elementos ao processo judicial de avaliação e reavaliação da medida socioeducativa, sinalizando se esta se mostra adequada ou não "à *condição do adolescente de pessoa em desenvolvimento*". Como o assistente social e o pedagogo, o psicólogo deve portar crachá dentro da unidade, além de zelar pelo patrimônio público sob seus cuidados e participar de eventos e atividades de aprimoramento técnico e prático. Foi dada ao psicólogo, na lei 5933, a tarefa de participar do processo de recepção do adolescente, "*realizando entrevista inicial, a fim de imprimir um caráter mais humano à entrada do adolescente no Sistema*".

No Educandário Santos Dumont (ESD), conheci três psicólogos e uma pedagoga, e como não pude dar prosseguimento à pesquisa neste campo[27], observei mais atentamente ao trabalho da equipe técnica quando cheguei ao CRIAAD de Ricardo de Albuquerque.

Antes de realizar uma análise mais detida de como se desenrola o trabalho dos técnicos e a confecção dos relatórios, é necessário descrever o Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente de Ricardo de Albuquerque, sua arquitetura e seus objetos, de forma a, em seguida, podermos compreender como funciona a rotina naquele espaço e como as equipe técnicas se movem e delimitam seus lugares.

1.2 Digressão sobre o CRIAAD Ricardo de Albuquerque

Após alguns momentos de tensão ocorridos entre mim e os agentes do Educandário Santos Dumont – os quais serão analisados no próximo capítulo -, fui orientada a realizar trabalho de campo no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente de Ricardo de Albuquerque (CRIAAD Ricardo), não tendo tido, desta forma, tempo hábil para me aprofundar em questões tais como a rotina dos atores que compõem os fluxos que perpassam o Educandário.

O CRIAAD Menina ou CRIAAD Ricardo, assim chamado pelos técnicos quando recebem visitas ou quando atendem às ligações, localiza-se no bairro de Ricardo de Albuquerque, o qual fica a aproximadamente 35 quilômetros do Centro da cidade do Rio de

[27] Este episódio será relatado no capítulo seguinte, como parte da análise sobre os agentes.

Janeiro e faz divisa com os bairros de Guadalupe, Anchieta e Parque Anchieta, fazendo parte, com estes, da XXII Região administrativa da cidade, zona norte.

Para o CRIAAD Ricardo são encaminhadas adolescentes que receberam a medida de semiliberdade e que são provenientes dos mais diversos municípios do Estado. Esta unidade, - a qual é afastada do centro da cidade e exige que seu visitante percorra um considerável trecho da Avenida Brasil para chegar até ele –, encontra-se numa rua localizada entre ruas residenciais com casas baixas e pequenas. A unidade localiza-se ao lado de uma escola municipal, em frente a uma oficina mecânica e, sugestivamente, seus muros laterais seguem pela rua "Alcatraz"[28]. Graças à movimentação da oficina mecânica, a rua do CRIAAD Ricardo, que é estreita, sempre tem carros estacionados, inclusive no gramado que fica em frente à unidade.

Como é uma unidade de semiliberdade, ou seja, uma unidade destinada a uma medida que se pressupõe ser uma "forma de transição para o meio aberto" e que possibilita a realização de atividades externas independentemente de ter-se uma autorização judicial, como diz a seção VI do Ecriad, o CRIAAD Ricardo é principalmente cercado por grades de ferro pintadas de branco, sustentadas por um muro com aproximadamente um metro.

O CRIAAD Ricardo é composto por quatro prédios em formato retangular dispostos em cruz, tendo um pátio no centro. O pátio é cercado por portões, os quais permanecem trancados, evitando que as meninas saiam a qualquer hora, sem autorização – ou que alguém entre sem autorização. Os portões que cercam a unidade como um todo ficaram, na maioria das vezes em que estive na unidade, abertos, permanecendo trancados poucas vezes, sendo-o apenas num único plantão[29] de agentes. O acesso ao pátio e aos alojamentos – ou para sair desses – só era possível ou pelos portões internos ou pelo prédio da administração, o que, para as meninas que tentassem escapar, seria certamente trabalhoso, já que há muitas pessoas circulando por este espaço.

Como disse, quando entramos na unidade, acessamos o pátio ou pelo portão que dá acesso direto a ele ou via prédio da administração. Na entrada deste prédio, há uma espécie de caixa de luz: sua parte de trás era um muro de aproximadamente três metros, com a base pintada de verde e a parte superior, em concreto, toda escrita e desenhada com tinta colorida, lendo-se palavras como "*esperança*", "*harmonia*", "*capacitação*", "*sonho*", "*união*",

---

[28] **Alcatraz** é uma ilha localizada no meio da Baía de São Francisco na Califórnia, Estados Unidos. Inicialmente foi utilizada como base militar, e somente mais tarde foi convertida em uma prisão de segurança máxima. Atualmente, é um ponto turístico operado pelo National Park Service junto com a Área de Recreação Golden Gate (WICKIPÉDIA). http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_Alcatraz

[29] Os agentes trabalham por plantões de 24/72 horas.

"*coragem*", "*amizade*" etc. Entrando pelo prédio da administração, passamos pela lavanderia, com suas máquinas de lavar, dois pequenos banheiros com ducha, vaso sanitário e armários, destinados aos funcionários da limpeza, e um pequeno sofá que normalmente era coberto com um tecido rosa bebê e que servia de descanso também para os funcionários da limpeza. Seguindo em frente, encontrava-se uma porta que dava acesso tanto para a sala da direção quanto para a sala dos agentes administrativos e para o pequeno banheiro que servia aos funcionários desta sala. Na pequena sala da direção, viam-se uma mesa e duas cadeiras de escritório, um computador, um telefone, muitos papéis, documentos e instrumentos para escrita, como lápis, canetas etc., um sofá de dois lugares, um ar condicionado, e um armário de madeira recheado com pastas, arquivos e algumas fotos dos parentes da diretora. Havia ainda quadros, desenhos e esculturas feitos pelas adolescentes decorando as paredes e os móveis. Na sala dos agentes administrativos havia três mesas e cadeiras de escritório, telefones, muitos papéis e canetas, dois computadores, impressoras, armários de ferro e um ar refrigerado.

Saindo da sala da direção e seguindo adiante, paramos direto na cozinha do CRIAAD. A cozinha com fogão industrial era separada do refeitório por uma porta e pela janela através da qual os pratos eram servidos às garotas. Na cozinha, havia um freezer e uma geladeira, o fogão industrial rodeado por duas bancadas e duas pias. Havia pratos e os copos de plástico e de vidro, além de todas as espécies de talheres comuns: garfos, facas e colheres.

O refeitório – que passou por uma reforma enquanto realizei trabalho de campo – era pintado de pêssego e decorado com desenhos de frutas. Havia pequenas mesas de madeira que permitiam que quatro pessoas se sentassem e uma mesa mais ampla, que dava lugar a aproximadamente dez pessoas.

Saindo do refeitório, o qual permanecia com os portões fechados – nem sempre trancados – no intervalo das refeições, nos deparávamos com o pátio. No pátio havia algumas cadeiras escolares, bancos de madeira, e uma mesa com uma cadeira de madeira ao lado do portão da esquerda, na qual ficava sentado(a) o(a) agente do plantão responsável pela observação de quem entrava e saía – registrando os nomes, as entradas e saídas num livro de capa preta. Ao lado desta mesa e à esquerda do portão do refeitório, ficava o prédio reservado para o atendimento técnico. Na entrada dele, à esquerda estava o alojamento dos agentes – homens e mulheres dormiam no mesmo quarto; não eram separados por gênero "masculino" e "feminino", como no ESD. No alojamento estavam duas beliches de madeira e um quadro de cortiça com alguns avisos. Em frente ao alojamento, ficava o "*cofre*", no qual os pertences das adolescentes eram guardados.

Seguindo pelo corredor, à direita localizava-se a sala de vídeo com uma televisão de 20 polegadas, um DVD e algumas cadeiras escolares; a sala de informática (a qual estava em obras e ainda não havia sido inaugurada) e a biblioteca. No fim do corredor, a sala dos técnicos, a qual era ampla, refrigerada e pintada de verde. Esta sala subdividia-se em duas: na primeira saleta eram guardadas, num armário de ferro trancado com cadeado (cuja chave ficava os agentes e a cópia escondida no armário da sala ao lado), as pastas das adolescentes que cumpriam medida. Além de contar com um ventilador de teto, uma mesa, uma cadeira e um telefone. Na sala ao lado, onde eram realizados os atendimentos, havia uma mesa ampla, na qual cabiam aproximadamente dez pessoas. Esta mesa, em horário de expediente dos técnicos, vivia repleta de papéis, pastas, processos, documentos, circulares, exames médicos feitos pelas jovens etc. sendo todos devidamente guardados ao final do dia de trabalho. Além da mesa, havia cadeiras que a cercavam, um banco de madeira encostado à parede, armários confeccionados com material compensado, caixas com os processos de meninas que já passaram pelo CRIAAD e uma mesinha com computador que tinha acesso à internet. Decorando os armários, esculturas feitas pelas adolescentes.

Os outros dois prédios (em frente e à direita da saída do refeitório) eram os alojamentos das adolescentes. Sua estrutura física comportava vinte adolescentes - como previsto nas normas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo[30] - e estes dois prédios se dividiam em três alojamentos, “A”, “B” e “C”, sendo os alojamentos “A” e “B” separados por uma parede. Em cada alojamento havia um banheiro que não possuía portas, apesar das paredes levantadas para dividir os vasos sanitários e as duchas. Cada prédio possuía ainda 4 quartos, e cada quarto contava com duas beliches de ferro.

Ao lado dos alojamentos “A” e “B”, havia ainda um galpão, no qual eram realizadas as aulas de arte, cerâmica negra e cabelo afro, e uma pequena lavanderia com dois tanques e algumas cordas, nos quais as meninas lavavam e penduravam suas roupas para secar. O CRIAAD contava ainda com uma quadra de esportes que não foi muito utilizada enquanto realizei o trabalho de campo, servindo na maior parte do tempo como estacionamento.

As equipes técnicas tanto do ESD quanto do CRIAAD trabalhavam em salas isoladas, com regras específicas e com exigências peculiares, reinantes especialmente dentro delas (ao menos naquele contexto). Os trabalhos e tarefas eram regidos pelo Estatuto da Criança e do

[30] O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) contempla as regras estabelecidas em 2006 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para a padronização da aplicação das medidas socioeducativas em todo território nacional. Relembro que a aplicação das medidas socioeducativas é de competência do Governo do Estado.

Adolescente, pela lei 5933, pelo SINASE e por outros não-humanos que influenciavam diretamente tanto os discursos quanto as práticas dos humanos, como veremos a seguir.

1.3 Os *mundos* e as *justificações* nas cenas do atendimento técnico

Neide foi atendida pela equipe técnica do Educandário Santos Dumont, e da conversa que teve com os membros da equipe ficou registrado que:

> Ad. com 14 anos em sua 1ª passagem pelo sistema sócio-educativo. Em entrevista relatou que residia com sua mãe e irmãos antes de iniciar sua trajetória no tráfico. Relata que tudo iniciou quando foi 'curtir' o baile funk, fazendo uso pela 1ª vez de cocaína e a partir desse momento passou a utilizar além da cocaína outras substâncias tais como: bolo, maconha, desirré e crack chegando a fazer uso dessa substância durante dias e noites inteiras. Neide iniciou sua função no tráfico como "radinho" sendo olheira e vendendo drogas ilícitas. Segundo a adolescente sua mãe a colocou para fora, pois já havia conversado com ela e agora ela iria aprender com a vida (sic). Neide então foi morar em uma casa perto da boca de fumo onde exercia suas atividades; abandonando então o 6º ano do ensino fundamental (5ª série). Ao ser perguntada pelo ato infracional, a mesma disse que só chamou a vítima para a emboscada por ter se sentido ameaçada pelos traficantes. A adolescente possui histórico de estupro aos 13 anos sendo atendida pelo conselho tutelar de Santo Aleixo e incluída no Programa Sentinela tendo como conselheira de referência a Sra. Rosangela. Avaliamos que a Ad. necessita de acompanhamento na questão do tratamento de uso e abuso de drogas, sendo encaminhada para a equipe de tratamento do CITUAD nesta unidade (art. 121, caput- CP: Homicídio simples [...]). Cabe ressaltar que os genitores compareceram, a esta unidade sendo orientados e informados sobre os procedimentos da unidade, demonstram que os vínculos familiares encontram-se preservados. A adolescente foi no programa de Proteção a Testemunha após depoimento com a delegada sobre o AI [ato infracional], residindo agora em [...] com a genitora, sendo o endereço sigiloso. Diante do exposto, submetemos caso a apreciação e consideração de V. Exa.

O trabalho dos técnicos - cujos parâmetros foram descritos na seção anterior - é o de supervisionar, orientar e acompanhar o adolescente no cumprimento da medida socioeducativa. Todas as tarefas dos técnicos durante este período culminarão na produção de um relatório a ser enviado à autoridade judicial competente para que esta avalie as condições de cumprimento e o nível de "socioeducação" que o(a) adolescente acusado(a) de cometer ato infracional se encontra. É com base neste relatório que o Juiz decidirá se a medida pode cessar ou se é necessário estendê-la. Como dizem Bugnon e Duprez (2010, p. 168), "*os psicólogos e assistentes sociais se veem divididos entre um papel terapêutico (eles acompanham o jovem e*

os apoiam ao longo do cumprimento da medida) e um trabalho de perícia (eles avaliam, ao serviço da autoridade judiciária, o 'sucesso' ou o 'fracasso' do jovem em função dos objetivos colocados pela instituição".

Estes relatórios foram amplamente estudados e as suas conclusões serviram como alvo das críticas de estudiosos de múltiplas disciplinas das áreas ditas "humanas" (especialmente dos antropólogos, sociólogos, assistentes sociais, psicólogos e juristas). Debate-se e analisa-se o relatório pronto, formatado, aquele que é entregue ao Juiz e que faz parte da sentença. Procura-se compreender as possíveis consequências que estes relatórios têm sobre a sociedade e como eles têm contribuído para a legitimação de ideologias estigmatizantes e para a exclusão de certos grupos sociais. Aponta-se como os relatórios eram produzidos antes do Estatuto da Criança e do Adolescente – o qual se baseia numa *doutrina de proteção integral* – e como agora, após esta lei, eles ainda contribuem para um quadro institucional *perverso* (GONÇALVES in ZAMORA, 2005, p. 35), estando esta perversidade baseada na antiga *doutrina da situação irregular*, imperante durante a ditadura militar.

A doutrina da situação irregular tratava de *menores*, ou seja, de indivíduos com menos de 18 anos que se encontravam em situações, como o próprio nome da doutrina diz, "irregulares". Havia uma diferenciação entre *crianças* e *menores* e os estudiosos que analisam os discursos dos técnicos das instituições socioeducadoras acreditam que, na prática institucional, esta diferenciação ainda é feita. Nota-se que há uma permanência de práticas discriminatórias no trabalho dos técnicos, práticas estas sustentadas pelas justificativas científicas e jurídicas elaboradas e reproduzidas ao longo do século XX dentro dos relatórios.

Mas quem são estes autores? Que doutrinas são estas? Como os autores percebem que as equipes técnicas diferenciam nas suas práticas os *menores* e as *crianças*, se o termo *menor* foi excluído do âmbito jurídico?

Escusando-me por mais uma pausa, falarei brevemente sobre as leis e as doutrinas que assistem aqueles que têm menos de 18 anos e como - segundo os autores que se identificam numa corrente autodenominada *crítica* - elas influenciariam as práticas das equipes técnicas das unidades socioeducativas. É importante expor tais leis, doutrinas e autores, pois eles são fundamentais nos cotidianos das unidades acompanhadas e associam-se aos técnicos, aos agentes e às adolescentes no transcorrer de certas situações.

1.3.1 Por dentro dos Códigos para Menores

O primeiro *Código de Menores* brasileiro, o Código Mello Mattos, foi elaborado em 1927 e previa o atendimento e a tutela por parte do Estado – o qual ficava com plenos poderes para decidir o futuro do *menor* (indivíduo com menos de 18 anos) - nos casos dos menores em situação de "ausência", ou seja, dos menores órfãos, abandonados, com pais desaparecidos ou falecidos, e dos menores em "estado de abandono", sem moradia certa, com excesso de habitantes na casa, com pais declarados incapazes, negligentes, anti-higiênicos, presos, vagabundos, mendigos, de maus costumes, prostitutos ou incapazes de sustentá-los. Neste Código, os *menores* eram ainda sub-classificados como *abandonados, transviados, deliquentes, vadios, mendigos, libertinos e expostos*, dependendo da situação em que se encontravam. As *crianças* com famílias legalmente constituídas e moralmente capazes de educá-las eram observadas no Código Civil vigente naquele momento (CÓDIGO DE MENORES – MELLO MATTOS).

Foi durante este período que Rizzini percebeu a consolidação do termo *menor* no Brasil, notando que aquela criança ou adolescente que tivesse certas características morais, físicas, sociais, afetivas e intelectuais, estudadas e qualificadas por psicólogos, psiquiatras, pedagogos e médicos, deveria ser observada e "resguardada" pelo sistema judiciário. O *menor* era estudado para que as causas que o levam ao vício e ao crime fossem encontradas, e tais causas normalmente eram o *meio* (a casa em que habita, as visitas impróprias, moral e materialmente) e as *taras hereditárias*. Tais diagnósticos, vindos de instituições com "respaldo da ciência" davam a necessária legitimação científica a uma prática de exclusão e discriminação (RIZZINI *in* RIZZINI, 1993, p. 86). Acabar com os vícios e a violência significava a "ressocialização" da criança ou do adolescente, mostrando que os seus hábitos, moral e formas de organização da vida estavam fora dos padrões estabelecidos pela sociedade.

Quando em 1964, no período da ditadura militar, foram criadas a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor, a Funabem, e seus representantes em cada Estado, as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor, Febem's, um novo fundamento jurídico começou a ser utilizado como justificativa para a tutela promovida pelo Estado aos *menores*: o fundamento da *situação irregular*. Uma Política de Bem-Estar do Menor passou a tratar todos os *menores vadios, delinquentes, libertinos* etc. como *menores em situação irregular*. Esta doutrina culmina na promulgação de um novo Código, o *Código de Menores de 1979*, o qual previa

medidas de assistência, proteção e vigilância aos *menores* e às suas famílias (CÓDIGO DE MENORES DE 1979). Os menores passaram a ser tratados como um problema de segurança nacional – tornando-se as infrações competência da União - e que necessitava de tratamento mais rígido e resoluto, internando os carentes e abandonados e aprisionando os *menores infratores*. O Código de Menores de 79 não propôs nenhum tipo de garantias de direitos aos menores, apenas previa as medidas cabíveis às infrações ao Código cometidas pelos menores, por seus familiares ou pelas entidades responsáveis pelo "bem-estar" daqueles.

Batista faz uma análise do funcionamento do sistema da justiça criminal para crianças e adolescentes acusados de usar e traficar drogas entre os anos de 1968 e 1988 no Rio de Janeiro, apontando o crescimento do fenômeno da *criminalização* por uso de drogas (e como estas se tornaram, com o fim da ditadura militar, o grande inimigo nacional), percebendo as diferenças no tratamento conferido pelo, na época, Juizado de Menores aos jovens provenientes das classes pobres e aos jovens provenientes das classes média e alta. A autora percebe que a maioria dos crimes julgados pelo Juizado é padrão: a maior parte dos casos refere-se a crimes contra a propriedade cometidos por jovens pobres, analfabetos, pretos, moradores de favelas e quase sempre sem ocupação fixa; os crimes cometidos por meninos das classes médias e altas, por sua vez eram resolvidos em outras instâncias, informais e não segregadoras, sendo tratados como questões médico-psicológicas (BATISTA, 2003). Esta diferenciação no tratamento dados aos jovens pobres e aos jovens das classes média e alta deve-se, segundo Batista, à principal característica do sistema criminal: ser um instrumento de controle sobre setores sociais delimitados - os pobres. Batista conclui que o que "*o que determina a institucionalização não é a droga ou a infração em si, mas as condições materiais de existência e a etnia dos adolescentes envolvidos*" (BATISTA, 2003, p. 111).

Batista refletiu ainda sobre os discursos dos Juízes e dos *operadores do sistema* (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos responsáveis pelo acompanhamento dos jovens institucionalizados nas casas de custódia para adolescentes infratores) que apontavam as medidas de controle e privação de liberdade como extremamente necessárias para o grupo dos jovens pobres, pois estes não teriam a moral, a estrutura familiar, o gosto pelos estudos e pelo trabalho, necessários a qualquer ser humano "normal"[31]. Tais técnicos disfarçariam a

[31]"*Estes quadros técnicos, que entram no sistema para 'humanizá-lo', revelam sentenças em seus pareceres (que instruem e têm enorme poder sobre as sentenças a serem proferidas) conteúdos moralistas, segregadores e racistas carregados daquele olhar lombrosiano e darwinista social erigido na virada do século XIX e tão presente até hoje nos sistemas de controle social*" (Batista, 2003: 117). Para Gonçalves (in ZAMORA, 2005: 51), a privação de liberdade também corresponderia às necessidades de controle social, protegendo assim a ordem social e política.

violência contra a população pobre (legitimada pela moral das classes altas, a qual rejeita como perniciosos todos os hábitos de vida das pessoas mais pobres, como a organização familiar, laboral, religiosa e afetiva) por meio da legitimidade científica dada aos seus pareceres e discursos, o que faz com que o objeto da violência se adapte sem chegar a ter consciência e sem poder reagir (BATISTA, 2003, p. 117).

Na década de 80, com o momento da abertura política graças ao término da ditadura militar em diversos países do mundo (Grécia, Portugal, Espanha, países da América Latina) e com o crescimento dos movimentos sociais que exigiam a garantia e efetivação dos direitos pertinentes às minorias, espalham-se movimentos sociais que exigiam a formulação de políticas públicas na área da infância e da juventude, além da reformulação das instituições destinadas aos chamados *menores* e do tratamento conferido a estes.

A Organização das Nações Unidas (ONU) organizou convenções e criou tratados internacionais para observar, discutir e instituir regras que garantissem a proteção dos direitos das pessoas com menos de 18 anos, os quais passaram a ser enquadrados nas categorias *infância* e *juventude*. E para discutir questões pertinentes à infância e à juventude, foram propostos a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (as "Regras de Beijing"), em 1985, e os Princípios das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), em 1990. Tais regras, convenção e princípio começaram a observar *crianças* e *adolescentes* como sujeitos de direitos e deveres que deveriam ser *protegidos integralmente*, a fim de que seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social se completasse com cidadania garantida (CONVENÇÃO, 1990; REGRAS, 1985; PRINCÍPIOS, 1990).

> Os anos 1980 assistiram o início da *desconstrução* do modelo assistencial-repressivo no tratamento da infância. A massa crítica de trabalhos produzidos [...] – alicerçados em movimentos internacionais que propugnavam a humanização do tratamento destinado à infância – indicava a necessidade mais que premente de reformular na base as formas de assistência à população de menor idade no Brasil. Para conquistar espaço, tais princípios requeriam apoio legal: a legislação que emprestava suporte às técnicas repressivo-tutelares tinha de ser mudada, de forma a consolidar novos parâmetros. A mudança apontava para o mundo jurídico e requeria exame, sobretudo no que dizia respeito aos métodos de tratamento dos jovens envolvidos com o ato infracional, destinatários da exclusão em unidades de atendimento onde a "recuperação" e a "reeducação" eram objetivos de papel que contrastavam com frequentes violações de direito, punições e práticas de violência. Os reclamos por mudança enfrentaram vários embates: confrontavam a cultura jurídica que defendia o tratamento institucionalizado e dominantemente repressivo da infância perigosa, ao mesmo tempo que lutavam contra uma cultura receosa de que as novas propostas, prescindindo da repressão como tática básica, colocassem em risco os preceitos da ordem social vigente (GONÇALVES in ZAMORA, 2005, p. 36).

No Brasil, o artigo 227 da Constituição de 1988 previa uma nova abordagem no tratamento conferido à infância e à juventude, instituindo como obrigação da família, da sociedade e do Estado a observância e manutenção dos direitos integrais das crianças e dos adolescentes (Art. 227; CF/88); mas foi apenas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad) em 1990 que todas as *crianças* e todos os *adolescentes* passaram a ser tratados como sujeitos de direito. No Ecriad preveem-se direitos à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à atenção integral e à convivência familiar e comunitária. O Estado passa a ser responsável pela garantia de tais direitos e pela assistência às crianças, aos adolescentes e às suas famílias. Gonçalves afirma que "*o Estatuto reafirma os direitos individuais e coletivos assegurados na Constituição Federal e acrescenta disposições específicas que sustentam os privilégios de toda a população infanto-juvenil, abandonando a antiga dicotomia entre* menor *e* criança" (GONÇALVES in ZAMORA, 2005, p. 37). Com a doutrina da proteção integral surgiria, afirma Gonçalves, uma disputa ideológica entre o *modelo assistencial-repressivo*, o qual entendia que a criança tinha obrigações e deveres legais, e a autoridade, o direito de punir seu comportamento, e o *modelo da proteção integral*, que percebia a criança como sujeito de direitos, tendo os poderes executivo e judiciário, o dever de fazer-se cumprir tais direitos. Esta disputa, acredita a autora, ainda está em pauta, já que as instituições e seus instrumentos resistem à mudança e dificultam a implementação dos direitos das crianças e dos adolescentes: a doutrina do "direito penal do menor" se colocaria em exercício dentro das unidades de internação, "*onde jovens são tratados como se sua subjetividade se definisse inteira no ato infracional do qual foram autores, e como se ao Estado que os tutela só incumbisse mantê-los excluídos em nome de um projeto de segurança social cujos efeitos sequer assistimos, repetindo diagnósticos firmados no distante ano de 1976*" (GONÇALVES *in* ZAMORA, 2005, p. 59).

Sobre os trabalhos dos técnicos nas instituições socioeducadoras do pós-Ecriad, vários autores observaram que aqueles ainda criminalizam a pobreza e tratam crianças e adolescentes das camadas inferiores da sociedade de forma diferencial. Zamora nota que: "*A função que a instituição deseja dos técnicos é a de 'farejar' as predisposições e maus antecedentes, partindo do ato infracional para fabricar o perfil do delinquente*" (ZAMORA in ZAMORA, 2005, p. 97). Baseando-se na ideia foucaultiana de *construção da delinquência*, na qual Foucault (2004) observa a construção de saberes científicos acerca da vida daqueles que cometeram infrações, e por meio de tais saberes, a instituição de possíveis causas para a criminalidade, criando uma categoria de pessoas com virtualidades, os analistas dos relatórios

produzidos pelos técnicos das unidades socioeducativas percebem que as circunstâncias da vida daquele que comete a infração – comuns às camadas pobres da sociedade - tornam-se fundamentais para a compreensão do referido fenômeno da "criminalidade". O conjunto dos relatórios técnicos, com suas investigações minuciosas acerca dos fatos passados na vida daqueles infratores, faria dos dados biográficos consequências de um criminoso que existiria antes e fora do crime. O biográfico daria origem a escritas codificadas que formalizavam características individuais e coletivas e que homogeneizariam singularidades. Os graus de *periculosidade*[32] de cada infrator seriam estudados e sentenciados pelos técnicos por meio dos relatórios. Foucault informa que discursos ocultos estruturam os documentos: o significado extra ampliaria um texto em virtude dos princípios organizacionais inerentes a certa forma cultural (ALEXANDER *in* GIDDENS; TURNER, 1999).

Em tais estudos, as unidades socioeducadoras são representadas como aparelhos técnico-disciplinares construídos para produzir corpos dóceis e úteis mediante dispositivos correcionais de poder, e serviriam como instrumento de repressão às classes inferiores. O poder de punir seria legitimado pelas funções de punir, curar e ensinar, as quais fundamentam as tarefas judiciais de medir, avaliar e distinguir o normal do patológico (CIRINO DOS SANTOS, 2005). A busca pelas causas da *criminalidade*, ou seja, do conjunto dos crimes cometidos numa determinada localidade, gerariam a *criminalização* dos grupos dos quais os infratores provêm.

Coimbra, Rauter e Nascimento são pesquisadoras que se dedicam ao estudo da *criminalização* da organização da vida pobre por parte dos técnicos das instituições judiciárias e de custódia de infratores. Rauter acredita que o "*aparelho judiciário é a instância que possibilita e assegura as condições de exploração que um grupo de indivíduos exerce sobre outro na sociedade*" (RAUTER, 2003, p. 19) e que todo criminoso é reconhecido pelos hábitos de vida, por comportamentos considerados anti-sociais, sendo taxado de despossuído de educação moral, deixando-se levar pelos instintos sem lhes opor freios. Segundo Rauter, os técnicos do judiciário acreditam que a miséria, a desagregação familiar e a promiscuidade dentro desta podem trazer a má canalização dos impulsos e por isso a infância abandonada

[32]"*A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam*" (FOUCAULT, 2003, p. 85).

(descuidada ou cuidada por famílias corruptoras) é vista como domínio natural para a ação pedagógica do Estado (RAUTER, 2003).

Coimbra e Nascimento analisam algumas características atribuídas à juventude pobre por discursos científicos, pareceres de técnicos e por decisões jurídicas. Segundo as autoras, o jovem pobre não se encaixa (não é encaixado) nas concepções do que é “ser adolescente” (“qualidades” e “defeitos” considerados típicos do jovem como entusiasmo, vigor, impulsividade, rebeldia, agressividade, etc., passam a ser sinônimo daquilo que é próprio da natureza do adolescente), e graças à correlação estabelecida entre pobreza, periculosidade, violência e criminalidade, o jovem pobre, entusiasmado, vigoroso, impulsivo, rebelde etc. é automaticamente transformado num ser extremamente perigoso (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

Os trabalhos de Nascimento (2001), Castro (2006) Pimentel (2007), Oliveira e Silva (2005), Moraes (2004) e Mateus (2004) também seguem esta linha de análises que relacionam a necessidade de controle das camadas populares e a manutenção de uma determinada ordem social (na qual haveria possuidores e despossuídos) às detenções de jovens pobres, prática permanente desde a criação do primeiro código de menores até os dias de hoje. Tais trabalhos dedicam-se à discussão das práticas e dos discursos dos "operadores" da Justiça para a Infância e Adolescência que fortalecem os modelos dominantes de criança, jovem e família, e produzem a exclusão daqueles que neles não se encaixam. Tais autores propõem-se a demonstrar a ligação entre a estrutura de classes capitalista, com suas desigualdades sociais e exploração, e as detenções de jovens pobres enquanto uma prática necessária ao controle das populações marginalizadas.

Vejamos agora como são confeccionados os relatórios e como são as rotinas das equipes técnicas, tentando compreender de que forma os técnicos interpretam o cometimento dos atos infracionais e como as leis e as próprias teorias filosóficas e sociológicas (*críticas* ou não) atuam em certas situações.

1.3.2 Da *criminalização da pobreza* à *dupla hermenêutica*

Tais análises, explicações e conclusões a respeito da produção dos relatórios técnicos acabaram deixando de lado a maneira como tais relatórios são produzidos e segundo quais ideais de justiça, hierarquias entre as pessoas e princípios se baseiam. O que levaria a equipe técnica a fazer certos prognósticos? Em quais objetos e discursos eles se baseiam para chegar a determinadas conclusões? O que as adolescentes fazem ou deixam de fazer, quais as *provas* que elas levantam para receber pareceres favoráveis ou desfavoráveis?

Pretendo descer alguns níveis na escala de análise e perceber quais são os discursos e a quais objetos que a equipe técnica se associa para agir e para justificar suas práticas.

Vamos aos atores e *actantes* envolvidos na confecção dos relatórios para tentar observar o que representa o coletivo da administração da justiça, quais os métodos adotados para resolver as controvérsias e quais os princípios utilizados para fundamentá-las. Começaremos não pela determinação da ação pela sociedade, pelas habilidades de cálculo dos indivíduos ou pelo poder do inconsciente, mas pela subdeterminação da ação, pelas incertezas e controvérsias (LATOUR, 2005, p. 44).

Os relatórios são julgamentos das provas levantadas pelas adolescentes internadas ou semilibertas de acordo com determinado princípio de justiça, com uma das múltiplas ordens que estabelecem hierarquias entre pessoas e coisas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Estes documentos que contêm em média de uma a quatro páginas, dependendo da quantidade de provas - em especial das *ilegítimas* - apresentadas pelas adolescentes, são digitados no computador em fonte Arial 12, com espaçamento simples, e neles constam a identificação da adolescente – nome, data de entrada na instituição, data de nascimento e nível escolar – o endereço, o nome e o endereço do responsável, a comarca de procedência, os pareceres social, psicológico, pedagógico e a conclusão de toda a equipe técnica acerca daquele caso. Este documento é assinado por todos os membros da equipe técnica e é enviado à autoridade judicial competente para sua apreciação antes da audiência.

Os diagnósticos apresentados nos relatórios possuem um formato ajustado à rápida apreciação do Juiz, um enredo no qual há a exploração dos motivos para o cometimento do ato infracional e do comprometimento, ou não, com o cumprimento da medida socioeducativa. A narrativa é construída como se os vários eventos das vidas das adolescentes levassem ao cometimento do ato infracional e ao ingresso no sistema socioeducativo - numa sequencia em que os fatos fazem sentido e estão conectados com as escolhas feitas pelas

adolescentes. O sistema socioeducativo, por sua vez, proporá as mudanças na socialização da adolescente – a qual poderá aceitar as oportunidades oferecidas ou não. As aceitações ou negativas das garotas também devem fazer parte dos relatórios e serão peças fundamentais na avaliação dos casos particulares pelo Juiz.

Como os relatórios contêm provas da legitimidade - ou da ilegitimidade – de as adolescentes "conviverem em sociedade", de provarem arrependimento e amadurecimento e de se preocuparem com suas famílias, com suas vidas e com seus futuros, eles são decisivos para a deliberação judicial: todas as provas ilegítimas, objetos, atos e histórias que demonstram a periculosidade (ou não), que entram com as adolescentes no sistema socioeducativo terão que ser constantemente reavaliados à luz das novas provas produzidas dentro das unidades e que contam com a participação das jovens nesta produção.

Como diz Boltanski (2000, p. 94-95), cada prova deve ser considerada em relação com as que a precederam e as que a sucederão. As diferentes provas se encadeiam numa sequencia, por meio da memória escrita, transladando ao presente os resultados obtidos nas provas passadas, possibilitando assim a elaboração de previsões sobre o futuro – conferindo certa validade temporal à prova atual. A potência atestada – ou uma "disposição para o crime" – só seria factível se se repetisse em intervalos mais ou menos regulares, atestando assim a possibilidade de sua efetuação. Há, entretanto, nesta provação, um princípio de incerteza, pois as novas provas apresentadas podem alterar radicalmente a grandeza anteriormente atribuída à adolescente: sendo avaliadas segundo certo princípio, elas podem tornar-se grandes – e assim, deixar o sistema socioeducativo rapidamente – ou pequenas – permanecendo internadas ou semilibertas por mais tempo, apesar do ato infracional cometido.

Há comportamentos considerados adequados e inadequados para o Juiz, a serem inscritos, desta forma, no relatório - mesmo que a avaliação da equipe técnica sobre a adequação ou inadequação destes comportamentos seja outra. Os técnicos escrevem o que o Juiz considera adequado ou não, não o que eles acham certo ou errado. Os relatórios são procedimentos formais, nos quais se inscrevem as ações das adolescentes, analisadas de acordo com certos princípios, tornados muito mais complexos no dia a dia institucional.

Durante as situações de atendimento técnico, as adolescentes se ajustam a certo princípio de acordo e de justiça, com seus discursos e constrangimentos, circundada por não-humanos específicos, pertinentes ao que chamo *mundo dos técnicos*. Um mundo seria um conceito abstrato elaborado por Boltanski e Thévenot (1991) para pensar situações concretas regidas por diferentes princípios morais conhecidos tacitamente pelas pessoas. Segundo os autores, haveria determinados repertórios que estabeleceriam as hierarquias entre certas

pessoas e objetos, justificando-as e reivindicando o retorno à normalidade quando algum destes princípios é violado. Cada repertório moral estabeleceria um *princípio de equivalência*, ou seja, uma hierarquização legítima (por exemplo, pais são maiores do que filhos no mundo doméstico, já que aqueles devem *investir* neste mundo a fim de garantir o bem estar dos menores).

As pessoas teriam *competência* para acessar os diferentes princípios superiores comuns, sendo capazes de passar de uma situação a outra, de um mundo a outro, assentando diferentes tipos de acordos ou litígios, sem por isso, serem considerados loucos ou excêntricos. Esta "plasticidade" de passar de um modo de ajustamento a outro, de uma grandeza a outra em função da situação na qual o ator esteja engajado, faz parte da definição de normalidade, acreditam Boltanski e Thévenot (1991, p. 32). As pessoas teriam assim diferentes *estados* (ordenados) correspondentes aos mundos nos quais se ajustam, e não essências inscritas em seus corpos.

Dizem os autores que:

> Des êtres trés divers [...] se trouvent liés et disposés les uns par rapport aux autres dans des assemblages suffisamment cohérents pour que leur engagement soit jugé effectif, pour que les processus attendus puissent s'accomplir et pour que les situations puissent se dérouler de manière correcte [...]. (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991, p. 58) [33]

Numa unidade socioeducativa, as adolescentes possuem diversos *estados* e acionam diversas lógicas, relacionando-se conforme múltiplos princípios de justiça, ajustando-se às hierarquias de pessoas e objetos. O *mundo* no qual se inserem os atendimentos técnicos difere daqueles sustentados pelos repertórios e objetos relativos aos agentes e às adolescentes. Mesmo que haja intersecção entre mundos, graças a determinados objetos comuns e à *mise-em-scène* que acontece no mesmo espaço, eles possuem diferentes lógicas, princípios de distribuição dos bens comuns, hierarquias, justificações, discursos, além de uma ampla rede de não-humanos que não se interpolam (como a cena passada no metrô em THÉVENOT, 2006).

[33]"Seres diferentes se encontram ligados e dispostos um em relação aos outros num conjunto suficientemente coerente para que seus engajamentos sejam julgados eficazes, para que os processos esperados possam se realizar e para que as situações possam se desenrolar de maneira correta [tradução minha]".

No *mundo* do atendimento técnico, há toda uma rede de humanos e não-humanos que testam as adolescentes, as quais elaboram as justificações para as suas ações e dão provas de estarem ajustadas ou não, provas de investirem ou não naquele princípio de justiça.

Os técnicos – tanto do Educandário Santos Dumont, quanto os do CRIAAD – seriam os juízes e fiscais das exigências de situações nas quais certo princípio, sustentado especialmente por teorias produzidas por estudiosos, encontram lugar. Seus espaços dentro das unidades restringem-se a salas fechadas e reservadas, nas quais as adolescentes só podem entrar quando convidadas e nas quais os agentes pouco circulam, apesar de poderem entrar. Como descrito anteriormente, tais salas possuem mesas, cadeiras e armários de escritório, computadores em algumas delas, muitas pastas, documentos, boletins de ocorrência e folhas nas quais os atendimentos e eventos que envolvem as adolescentes são registrados.

No Educandário Santos Dumont há inúmeras salas de atendimento onde geralmente permanece apenas um técnico atendendo uma adolescente. No CRIAAD, por sua vez, há apenas uma ampla sala de atendimento - com uma divisória que cria dois espaços, mas sem porta – na qual permanecem as técnicas e os estagiários atendendo juntos. No CRIAAD conheci quatro técnicas (uma psicóloga, duas assistentes sociais e uma pedagoga) e dois estagiários (um de pedagogia e uma de psicologia). Nesta unidade, pude acompanhar o trabalho de duas técnicas (a psicóloga e a assistente social), pois elas trabalhavam nos dias permitidos para a minha visita. Priscila*, a psicóloga trabalhou até dezembro de 2010, quando deixou a unidade para trabalhar em outro emprego, tendo em vista que seu contrato de trabalho havia terminado e ela preferiu não renová-lo. Nos meses seguintes, fiz companhia à Isabel*, a assistente social que trabalhou sozinha até o término dos meus trabalhos de campo.

Todas as técnicas do CRIAAD eram contratadas, ou seja, não haviam feito concurso para trabalhar na instituição, trabalhando assim, como temporárias. Priscila disse que os salários dos técnicos temporários eram de mil e trezentos reais contando os descontos, e os salários dos técnicos concursados eram de aproximadamente dois mil e quinhentos reais. Isabel não se dizia insatisfeita com o salário, pois a carga horária também era pouca – apenas vinte e quatro horas semanais. Elas tinham que trabalhar três dias por semana, oito horas por dia, mas Isabel trabalhava apenas terças e quintas, indo às vezes em outro dia da semana caso fosse necessário. Ela chegava ao CRIAAD por volta de nove da manhã e ia embora por volta de sete da noite. Os técnicos do ESD também cumpriam oito horas por dia, mas, por vezes, procuravam chegar mais cedo para também saírem mais cedo (quando realizei trabalho de campo, por exemplo, Fernando, psicoterapeuta do ESD, chegava às sete da manhã e saía às duas ou três da tarde).

As técnicas reclamavam que o governo do Estado não realizava concurso para admitir profissionais há quase uma década, contratando técnicos segundo contratos de 24 meses.

As técnicas do CRIAAD, assim como os do Educandário, passavam seu tempo de trabalho entrando em contato com entidades que promoviam o atendimento psicológico e médico das adolescentes e com os responsáveis por estas, além de estarem sempre às voltas com a produção dos relatórios e por vezes chamando uma ou outra adolescente para realizar atendimento. Como veremos nesta tese, os agentes administrativos e a diretora do CRIAAD se ajustam ao mesmo *mundo* nos quais os técnicos realizam seus trabalhos, pois estes partilham as mesmas referências, trabalham com os mesmos não-humanos e lançam mão das mesmas lógicas que aqueles.

Quando dei início ao trabalho de campo, ficou a cargo dos técnicos da instituição – responsabilidade esta atribuída pelos diretores das duas unidades – me orientar na seleção das adolescentes que eu entrevistaria, assim como a escolha do espaço no qual tal trabalho seria realizado e a quantidade de informação documental à qual eu teria acesso. No Educandário Santos Dumont, meu acesso às pastas não foi permitido pelos técnicos, da mesma forma como a minha observação das atividades que ocorriam no pátio da unidade e o tempo de entrevista concedida por cada adolescente eram controlados pelos agentes. No CRIAAD Ricardo, tive acesso total às pastas, às atividades realizadas pelas adolescentes interna e externamente à unidade, aos atendimentos técnicos e especialmente fui provida de tempo – tempo para conversar com as adolescentes, com os técnicos e com os agentes.

Quando cheguei ao ESD, a vice-diretora me apresentou à Judith*, psicóloga da instituição. A vice-diretora me informou que Judith me ajudaria a selecionar as meninas que seriam entrevistadas. Fui recebida na pequena sala que Judith trabalhava, e ali ela sacou uma planilha na qual constavam os nomes das adolescentes que cumpriam medida de internação, internação provisória e das que estavam acauteladas[34]. Esta planilha era atualizada praticamente todos os dias e nela constavam os nomes completos das adolescentes, os atos infracionais cometidos, as medidas aplicadas e os seus locais de residência. Com aquela planilha, Judith podia se orientar, saber quantas e quais meninas atendia e quantas e quais estavam a cargo dos seus outros colegas, além de poder se lembrar rapidamente de cada um dos casos que passavam por suas mãos. E desta forma, ela foi orientando-me e contando-me cada um dos casos que constavam ali, sobre os temperamentos de algumas meninas e acabou

[34] O "*acautelamento*" é uma espécie de tomada de responsabilidade do Degase para evitar "danos" – a si ou aos outros - causados por adolescentes provenientes de abrigos. O acautelamento é, na verdade, uma espécie de punição para os jovens de abrigos que brigam nas instituições em que vivem.

sugerindo-me alguns nomes, cruzando dados como temperamento e lugar de moradia, tentando viabilizar a minha pesquisa[35].

Judith me contou que mesmo tentando manter certo distanciamento, as meninas (algumas delas ainda mais) tinham-lhe muito afeto, contando até que uma delas, Tabata, de 13 anos que matou a irmã de 08, dizia constantemente que a amava e que jamais a esqueceria. Judith contou como Tabata demonstrava frieza ao ser questionada sobre a infração e como a menina era sedutora, conquistava as pessoas com seu sorriso grande e bonito. Disse ainda que Tabata dizia que não falava sobre o que aconteceu, pois gostava de "fazer suspense". Outras vezes, a menina disse que outras pessoas, dois homens especificamente, mataram sua irmã e tentaram estuprá-la. Judith conclui que Tabata é psicopata e precisa de atenção especial, pois tanta frieza não é normal.

Judith reclamou ainda de certas condições de trabalho, como a criação de uma pasta azul com plásticos e questionários a serem respondidos. Disse que aquilo era muito complicado e trabalhoso e cerceava sua liberdade de escrita e até mesmo sua movimentação (a mesma pasta era criticada por todos os técnicos. Certa vez, enquanto eu conversava com Fernando, psicoterapeuta, Zélia, a psicóloga, entrou na sala transtornada e chateada, dizendo que só um doente poderia ter criado aquilo e que eles tinham que seguir e alimentar a doença). Judith trabalhava no Educandário Santos Dumont às terças, quintas e sextas, e nos outros dias trabalhava como advogada em outro lugar.

As salas dos técnicos estavam sempre repletas de papéis. Suas mesas permaneciam cobertas por relatórios, circulares, laudos médicos, cópias de documentos das adolescentes e seus responsáveis etc. Os processos das adolescentes – com seus respectivos "anexos" – recebiam dois furos na sua parte central e eram colocados em grampos de ferro dentro de pastas de cartolina marrom ou verde que tinham os nomes das internadas ou semilibertas nas suas capas. Todos os dias, as equipes técnicas tiravam os papéis de dentro das pastas e os espalhavam sobre as mesas, sendo comum a reclamação de que os documentos estavam fora da ordem cronológica, tendo sido deixado desta forma pelo último técnico que os manipulou.

Fazia parte da rotina das esquipes técnicas a tentativa de organizar os papéis, de coloca-los em ordem, de retirá-los e recoloca-los nas pastas, e sempre havia papéis novos a serem colocados nos processos.

---

[35] O meu projeto de doutorado inicial girava em torno das "pluralidades disposicionais" (LAHIRE, 2002) das "*adolescentes em conflito com a lei*", mas devido às diversas problemáticas postas pelo campo, tive que abandonar às pretensões originais.

As pastas azuis foram pensadas pela Coordenação do Degase para tentar facilitar a rotina dos técnicos, já que elas tinham capa de plástico – ou seja, não se desgastariam nem rasgariam como as de cartolina – e continham plásticos para que papéis fossem colocados separadamente, sendo mais facilmente visualizados e preservados. Pude manipular algumas destas pastas e ela já vinha com alguns formulários de saúde dispostos em ordem para que fossem preenchidos por médicos, dentistas, psicólogos etc.

A reorganização dos documentos fazia parte da rotina das equipes técnicas. O fato de manipular inúmeros papéis, pastas, laudos, boletins de ocorrência era parte preponderante da atividade dos técnicos, fazendo com que esta tarefa ocupasse a maior parte dos seus tempos de trabalho. As pastas azuis eram não-humanos que entravam naquele mundo para alterar a situação: suas rotinas particulares de organização, suas relações com os técnicos dos outros dias, o seu trabalho em si teria que ser reajustado àquela nova ordem e isso gerava muita preocupação e irritação nas psicólogas, assistentes sociais e pedagogas tanto do Educandário Santos Dumont quanto do CRIAAD. Elas não gostavam da pasta e diziam que ela só poderia ser ideia de "gente doente".

Os papéis continham muitas versões de várias histórias e também neles as técnicas se baseavam para formular suas avaliações e seus laudos. As avaliações de Judith a levavam a me indicar certas adolescentes que, para ela, pareciam as mais interessantes.

Após Judith me contar sobre o que cada menina havia feito, sobre seus temperamentos e um pouco sobre a vida delas, decidi entrevistar Ilana, acusada de tráfico, por morar em Niterói, Valéria, acusada de matar a filha, por sugestão e insistência de Judith - pois segundo esta, a história de Valéria era muito interessante e a moça era tranquila e simpática - e Lisbela[36], pois Judith me contou que seus pais moravam no Recreio, sua mãe era advogada e seu pai médico, mas a moça, acautelada por agressão, era adotada e tinha temperamento difícil. Ao decidir entrevistá-la, Judith me alertou que Lisbela era muito agressiva e eu poderia ter problemas com ela. Mas eu insisti e pedi que ela me orientasse sobre quais passos dar para chegar às adolescentes e conseguir entrevistá-las.

Judith abriu então a porta de uma das várias salas de atendimento técnico para que eu pudesse entrevistar as adolescentes (após haver proposto que eu as entrevistasse em locais de fácil acesso dos funcionários – refeitório, pátio ou auditório – para o caso de "pronto atendimento" caso acontecesse qualquer tentativa de agressão à minha pessoa). Eu disse que

[36] Em entrevista a própria adolescente pediu para que seu nome fosse este, já que ela era uma grande admiradora do longa metragem "*Lisbela e o prisioneiro*".

preferia ficar num local mais reservado, até mesmo porque as interferências poderiam prejudicar as entrevistas.

Naquele momento, Judith explica os casos, relata o temperamento de cada uma das adolescentes e introduz uma característica fundamental das meninas que misturam *provas* dos diferentes *mundos*: a psicopatia. Ela caracteriza uma ou outra como tranquila ou agressiva baseada nos diferentes desempenhos demonstrados pelas adolescentes durante os atendimentos técnicos, os quais se ajustavam ou não ao princípio no qual Judith baseava-se para avaliá-las.

Os relatórios produzidos por Judith e pelos demais técnicos eram justificados tendo como base os livros – e os conceitos pertinentes a estes - com os quais tiveram contato durante suas formações acadêmicas – estendendo-se uma rede do Degase às universidades -, um conjunto de não-humanos com os quais passaram a lidar dentro do sistema socioeducativo – como os Boletins de Ocorrência, os documentos, a falta destes, as pastas, os outros relatórios, os boletins escolares etc. – e a mobilização de objetos e discursos pelas adolescentes quando estas têm que justificar seus atos, defender suas causas (as quais seriam a sua liberação, a não privação da sua liberdade). Todos estes elementos compõem o relatório que será lido pela autoridade judicial e será essencial na fundamentação da sentença. Poderíamos dizer que os técnicos determinam quem são os "*adolescentes em conflito com a lei*", mas estes também são determinados pelos policiais, pelos boletins de ocorrência, pelo Degase, pelos trabalhos acadêmicos, pelas pastas com seus documentos, pela sua ausência da escola, por seu desempenho frente ao Juiz e aos técnicos etc.

No dia em que Judith abriu a sala de atendimento para que eu realizasse as entrevistas, conversei com Valéria, a qual me contou um pouco de sua história até sermos interrompidas por uma agente que levou a adolescente, dizendo que meu tempo havia se esgotado – a jovem deveria ir, pois tinha cursos a fazer. Era por volta de 12h45, e neste momento Fernando, o psicoterapeuta do ESD me convidou para almoçar no refeitório. No refeitório – que ficava liberado para os funcionários da unidade almoçarem logo que o almoço das adolescentes terminasse, e este durava de 11h30 a 12h30 – estavam professores, agentes disciplinares e alguns agentes administrativos, mas nenhum técnico. Fernando preparou seu prato e saiu, voltando para a sala de atendimento, onde estavam suas colegas de trabalho – Judith e Sandra, a pedagoga.

Terminei de almoçar e retornei para a sala dos técnicos. Lá estavam Fernando, com o prato que levou do refeitório, Cristina, que havia comido um empadão vendido por uma senhora na porta da unidade – esta senhora passava lá todos os dias na hora do almoço com

sua bolsa térmica e sua dezena de empadões de diversos sabores – e Sandra que havia levado uma marmita, preparada na sua casa. Nos dias em que almocei no ESD, os técnicos não frequentaram o refeitório: eles permaneciam nas salas, comendo ou o empadão trazido pela vendedora, ou marmitas ou, como Fernando, preparavam seus pratos e voltavam para as suas salas. Os técnicos mantinham-se isolados do restante dos funcionários – especialmente dos agentes – demarcando seu espaço como restrito às salas de atendimento, raramente saindo destas e conversando com outras pessoas que também não fossem técnicas (ou adolescentes em atendimento).

Quando retornei ao prédio da administração e do atendimento, encontrei Fernando, Sandra e Judith conversando sobre as adolescentes, seus comportamentos e alguns aspectos de suas vidas. Judith falava sobre uma carta que Tabata havia escrito para ela, dizendo que a amava, com alguns dizeres em inglês ("*friends forever*"), contando que a amava como se fosse mãe – o nome da mãe de Tabata também era Judith e por isso a adolescente se identificava com a psicóloga, disse Judith – e que não dataria a carta para que esta fosse "eterna". Os técnicos, especialmente Fernando, alertaram Judith para que ela tivesse cuidado, pois acontecia uma "*transferência*". Fernando contou que Tabata merecia atenção especial, já que quando as garotas requeriam atendimento, elas diziam que "precisavam conversar", enquanto Tabata dizia: "*Fernando, tenho algo interessante para te contar*".

Após conversarem sobre algumas meninas, os técnicos me perguntaram sobre minha pesquisa e sobre qual seria o meu referencial teórico. Contei que fiz monografia, dissertação e agora tese sobre "*adolescentes em conflito com a lei*", e expliquei quais eram meus referenciais teóricos – aqueles baseados na sociologia pragmatista francesa. Apesar da resposta, iniciou-se um pequeno debate sobre Foucault e sobre como sua teoria é interessante e atual, para depois iniciar-se uma fala sobre suas próprias trajetórias e projetos de vida. Fernando, Judith e Sandra pretendiam fazer um curso sobre direito da infância e juventude em Bangu com o Juiz Siro Darlan[37]. Judith contou um pouco sobre como andava sua rotina dupla de advogada e psicóloga do Educandário e Sandra contou sobre a pós-graduação que havia feito na Universidade Cândido Mendes.

[37] Siro Darlan foi Juiz da Primeira Vara da Infância e da Juventude e seus atos tiveram grande repercussão na mídia (Darlan gerou notícia por proibir desfiles de moda que empregassem adolescentes que não estivessem frequentando a escola; por impedir que menores de 18 anos assistissem shows do grupo *Planet Hemp* – o qual, segundo ele, faz apologia às drogas - e por distribuir brinquedos às crianças que pediam dinheiro nos semáforos). Darlan escreveu ainda alguns trabalhos nos quais discute a cidadania de crianças e adolescentes, os quais devem sempre ser tratados como "*pessoas em desenvolvimento*" físico e psicológico (DARLAN, 1998; 1999). Atualmente, Siro Darlan é desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

No *mundo* no qual os técnicos se justificam estão presentes livros, referências teóricas, das mais diversas fontes. No Degase circulam Foucault, Freud, Piaget, Norbert Elias, analistas da violência urbana carioca como Zaluar, Soares e Sento-Sé, além de inúmeros estudos de organismos de pesquisa nacionais e internacionais, como os das Organizações das Nações Unidas e os do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, por exemplo. Não apenas os conceitos de *psicopatia*, *transferência*, *adolescência*, *construção da delinquência* etc. circulam nas unidades: tais conceitos são remetidos aos seus autores e justificam decisões e opiniões acerca dos casos nos quais os técnicos trabalham.

Giddens (1991) aponta este fato como sendo parte fundamental das *sociedades reflexivas*: os estudos acadêmicos, enquanto produto dos sistemas de peritos, servem como orientação e justificativa para a organização da vida social. Todas as atividades sociais estão sujeitas à revisão sob a luz de uma *nova informação* e *conhecimento*, tornando-se a própria reflexão tópico para a reflexão (DOMINGUES, 2002, p. 60):

> É necessário aduzir a isso que se a reflexividade evidencia um ângulo individual, a modernidade assenta-se em grande medida na "reflexividade institucional", que concerne, em particular, à importância na vida cotidiana dos sistemas de peritos – sejam eles a psicanálise, a sociologia ou aqueles embutidos nas rotinas mais imediatas, como os supostos pelo funcionamento do trânsito automobilístico, pela aviação, pela engenharia ou pela medicina – e à "dupla hermenêutica" que esses sistemas mantêm com os agentes "leigos". O problema reside no fato de que o conhecimento gerado por aqueles sistemas, em lugar de garantir certezas, engendra cada vez mais incertezas, instabilidade e efeitos inesperados, o que acaba por afetar os próprios sujeitos. Estes, por sua vez, têm de atravessar a vida e construir a si mesmos em meio às controvérsias internas aos sistemas de peritos, que, muitas vezes, não se mostram sequer consensuais e pacificados (Idem, p. 61).

A *dupla hermenêutica* da qual fala Domingues e que Giddens (1991, p. 19) aponta como sendo intrínseca à relação entre as ciências humanas e seus "objetos", faz parte do processo de elaboração dos relatórios técnicos, ou seja, enquanto os conceitos pensados pelos cientistas sociais são desenvolvidos por meio da observação e do refinamento de concepções retiradas das práticas dos técnicos, estes planejam seu trabalho, constroem suas práticas inspirados por noções cunhadas nas "*metalinguagens das ciências sociais*". Os conceitos e análises pensados pelos acadêmicos "*retornam rotineiramente ao universo das ações onde foram inicialmente formuladas*" para descrevê-los ou explica-los. Como disse Giddens (1991, p. 20), "*o conhecimento sociológico espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstituindo tanto este universo como a si mesmo como uma parte integral deste processo*".

Os “operadores do sistema”, acusados por muitos analistas – como apontado nas páginas acima - de perpetuarem o processo de criminalização da pobreza, são apenas um nó numa rede que se estende da prisão dos negros e pardos pobres até a Academia, a qual produz conhecimento acerca da violência, da pobreza, da exclusão, da natureza adolescente e da mente humana e que é aplicado pelas equipes técnicas como sendo as explicações mais legítimas para as situações que eles observam, para as suas rotinas, para entender aquela realidade complexa com a qual têm que lidar e têm que avaliar.

> A sociologia (e as outras ciências sociais que lidam com seres humanos) não desenvolve conhecimento acumulativo da mesma maneira que, pode-se dizer, o fazem as ciências naturais. Pelo contrário, a "introdução" (*feed-in*) de noções sociológicas ou reivindicações de conhecimento no mundo social não é um processo que possa ser imediatamente canalizado, nem por aqueles que os propõem, nem mesmo por grupos poderosos ou agências governamentais. Ainda assim, o impacto prático das teorias sociológicas e da ciência social é enorme, e os conceitos e descobertas sociológicos estão constitutivamente envolvidos no que a modernidade é (Idem) [38].

E Giddens não está livre da *dupla hermenêutica*. Laurino (2011), analisando os discursos das equipes técnicas que atendem os adolescentes infratores nos fóruns uruguaios percebeu que as ideias – semelhantes às dos técnicos brasileiros - com as quais aquelas trabalham se inspiram em conceitos elaborados por Giddens quando este pensa a modernidade reflexiva.

Diz a autora que os pareceres dos técnicos giram em torno de duas concepções: a de *risco social* e a de *vulnerabilidade social*. Problematizando a noção de *risco social*, a autora revela que esta se inscreveria no ideário sobre a modernidade reflexiva e as análises de risco. Laurino demonstra que a avaliação dos riscos nas análises dos especialistas se apresentaria como uma leitura do presente que anteciparia o futuro, se movendo nos campos das probabilidades dos cursos de ação, estimando riscos de consolidar atitudes, mecanismos relacionais ou comportamentos individuais que se colocariam ante observação. A leitura sobre

---

[38]Ou como diz Boltanski (2000, p. 46): “*así, um gran número de teorias sociales producidas por especialistas pueden tratarse como modelos de competencia de los actores, en el sentido en que reelaboran con una forma sistemática, con pretensiones de explicitación y coherencia, construcciones que subyacen a los argumentos que los actores ponen em juego cuando deben dar cuenta de las situaciones en que se encuentran y explicar los motivos de sus acciones o de las acciones de otros*”. [“assim, um grande número de teorias sociais produzidas por especialistas podem ser tratadas como modelos de competências dos atores, no sentido em que reelaboram com uma forma sistemática, com pretensões de explicação e coerência, construções que subjazem aos argumentos que os atores põem em jogo quando devem dar conta das situações em que se encontram e explicar os motivos de suas ações ou das ações de outros” – Tradução minha].

o "*risco*", que alguns especialistas na área social, psicológica e pedagógica realizam acerca das situações com as quais têm que trabalhar, está focada no adolescente, em sua trajetória biográfica e em seu entorno social e familiar, supondo que tais traços poderiam proporcionar hipóteses explicativas acerca da infração. E por meio das leituras sobre a modernidade reflexiva, ressalta Laurino, vislumbram-se novas formas de relacionamento entre as pessoas e destas com a estrutura social, geradas num contexto de reflexividade social que aumenta a possibilidade de diálogo dos atores com os sistemas abstratos, de crítica e de independência, pressupondo-se que uma maior liberdade geraria novas incertezas e temores, expondo os atores a novos riscos:

> Sacudiéndose la inocência de la linealidad de antiguas explicaciones, la ciência, em los más diversos campos disciplinares, intenta nuevas descripciones y nuevos análisis en un planteo de posibles riesgos, señalando, [...] orientaciones sobre lo que no debe hacerse, pero nunca acerca de lo que hay que hacer [...]. Se abre así, un campo infinito de posibilidades para la toma decisiones sobre la acción individual em um terreno minado por la incertidumbre y el riesgo (LAURINO, 2010, p. 9) [39].

Convenientemente informados pelos sistemas de especialistas da modernidade tardia, justifica-se a responsabilização individual por meio dos contextos reflexivos, das escolhas e dos interesses, os quais supõem margens cada vez maiores de liberdade (LAURINO, 2010, p. 9).

No caso das perícias relativas às infrações adolescentes, continua Laurino, a avaliação do presente que precede e antecipa riscos futuros está destinada à adoção de medidas concretas de prevenção de danos futuros, de controle social e de sanção. Os relatórios com seus diagnósticos assinalariam riscos e consolidariam olhares estigmatizantes sobre os adolescentes, tendo em vista que a maioria dos adolescentes que chegam à instancia judicial, provêm de "setores sociais vulneráveis", e por isto, gerariam consequências sociais que transcenderiam a leitura contextual da conduta transgressora: "*Es así que, al señalar los momentos biográficos de mayor vulnerabilidad de los adolescentes pobres, se deja impresa la caracterización individual y social de estos sectores sociales que quedan associados a la*

[39]"Agitando a inocência da linearidade de antigas explicações, a ciência, nos mais diversos campos disciplinares, tenta novas descrições e novas análises propondo possíveis riscos, assinalando orientações sobre o que não se deve fazer, mas nunca sobre o que se deve fazer. Abre-se assim, um campo infinito de possibilidades para a tomada de decisões sobre a ação individual num terreno minado pela incerteza e pelo risco [tradução minha]".

contravención normativa (LAURINO, 2011, p. 6)[40]". O enunciado de risco parece sintetizar a descrição de uma situação familiar e social marcada pela "carência material e simbólica de bens socialmente apreciados", apontando tal carência como escolha individual. Tais avaliações de risco teriam também, revela a autora, crenças, ideais, valores e expectativas dos especialistas, os quais apareceriam solapados em interpretações e valorações dos fenômenos analisados, escondendo concepções éticas, políticas e culturais que permanecem implícitas nos discursos técnicos.

Já a concepção de *vulnerabilidade social* resultaria de uma leitura acerca dos contextos sociais nos quais se desenrolam as vidas dos adolescentes que chegam à instância jurídica: a descrição situacional que os técnicos realizam se centraria em constatar as fragilidades sociais dos adolescentes e de suas famílias quanto ao acesso ao mercado de trabalho, aos sistemas educacionais e de saúde e aos vínculos sociais. Os relatórios que usam este conceito para descrever contextos familiares caracterizados pela pobreza material, focam-se nas dificuldades experimentadas pelos indivíduos e por seus grupos para acessar certos bens sociais e nas limitações do sistema de público quanto ao cumprimento dos direitos dos cidadãos: "*Esta mirada hacia los derechos sociales desprotegidos de los sectores sociales vulnerables, parece situarse en el sistema de garantías socialmente exigibles para el desarollo individual y familiar* (LAURINO, 2010, p. 15)[41]". As causas do fenômeno da infração às leis seriam explicadas pelas falhas no sistema de proteções sociais que o Estado deveria assegurar a todos os membros da sociedade.

Laurino remete as concepções das equipes técnicas às ideias acerca da modernidade reflexiva pensadas por Giddens e outros autores. A autora, dizendo que a percepção de "*risco social*" questiona a própria reflexividade dos adolescentes e a de "*vulnerabilidade social*", a capacidade de determinados grupos desenvolverem tal reflexividade - já que têm acesso insuficiente a certos direitos -, e procura demonstrar a existência tanto da modernidade reflexiva quanto da sua característica da dupla hermenêutica, quando a concepção de "*risco*" se difunde socialmente e modifica, organiza, determinadas práticas, sendo posteriormente analisada teoricamente pelos sociólogos.

Além do risco de Giddens, outros conceitos são usados como explicação para a realidade com a qual os técnicos lidam: os livros de Foucault, Piaget, Sento-Sé, Zaluar,

---

[40]"É assim, que ao assinalar os momentos biográficos de maior vulnerabilidade dos adolescentes pobres, deixa-se impressa a caracterização individual e social destes setores sociais que permanecem associados à contravenção normativa [tradução minha]".

[41]"Este olhar para os direitos sociais desprotegidos dos setores sociais vulneráveis parece situar-se no sistema de garantias socialmente exigidas para o desenvolvimento individual e familiar [tradução minha]".

Soares, Freud e outros autores são reunidos em explicações causais para a criminalidade adolescente e contribuem para a confecção dos relatórios técnicos.

Fernando, por exemplo, falou da *transferência* – um conceito freudiano (FREUD, 1995) utilizado para caracterizar o deslocamento inconsciente de sentidos, sentimentos e impressões de pessoas do passado, dos primeiros vínculos afetivos, para pessoas do presente - que Tabata estava realizando, e utiliza o conceito de *adolescência* piagetiano. A adolescência é tida como uma fase do desenvolvimento do ser humano, caracterizada por auto-descobertas e pelo questionamento de padrões estabelecidos pelos pais e pela sociedade, graças à ampliação de estruturas cerebrais lógicas, as *operações lógicas*. Seria nesta fase da vida que se iniciariam o pensamento reflexivo e a ampliação do pensamento abstrato, tentando construir novas concepções – particulares, autônomas – a respeito do meio em que vivem. Haveria ainda, na adolescência, os desequilíbrios comuns do corpo – a puberdade e o amadurecimento do corpo – que geraria conflitos hormonais e experimentação sexual. E mesmo que existam diferenças culturais, o desenvolvimento mental das crianças e adolescentes é o mesmo: todos os seres humanos passam de um pensamento prático e concreto baseado no presente – da infância - para um pensamento reflexivo e abstrato, orientado para o futuro – na adolescência (PIAGET; INHELDER, 1976). Essa maturação intelectual e biológica pela qual todos os seres humanos passam está prevista e protegida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente: "*Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento*" (Ecriad, artigo 6º).

Falando sobre a *adolescência* genérica, pela qual todas as pessoas passam quando estão se desenvolvendo fisicamente, Fernando, psicoterapeuta que trabalha no Educandário Santos Dumont fala "do Adolescente", utilizando o gênero masculino, demonstrando desta forma que fala não exclusivamente das meninas, mas do ser humano em si:

> Como é que eu sistematizo o meu trabalho? Por exemplo, o adolescente chega pra mim aí eu peço pra desenhar a mão esquerda e aí eu peço pra selecionar cinco desejos. Cinco desejos, as coisas mais importantes. A gente cria uma ritualística: Olha, dentro desses cinco desejos, a gente vai trabalhar alguns aspectos que envolvam a pré-profissionalização e a profissionalização. Eu trabalho dessa forma. E aí, cada encontro que eu tenho com o adolescente e eu reforço mais a questão dos desejos, alimentar mais com informações, com dados, aquilo o que realmente eles querem pra eles. Diferente do psicólogo que o tempo todo escuta, eu não, eu já falo para que eles tenham dados para começar a comparar e começar a trazer coisas pra mim. Então, eu

> encho bastante os adolescentes de informações. [...] Porque na realidade, a gente trabalha pra que ele realmente tenha um projeto de vida. A gente começa com uma brincadeira simpleszinha: pega a mãozinha esquerda, bota lá e tal, mas na realidade eu estou fazendo com que esses dados entrem pra eles começarem a elaborar e comecem a pensar, comecem a abstrair. Comecem a desenvolver atividades mesmo aqui cumprindo a medida socioeducativa, mas desenvolvendo na abstração de atividades extra-muros, ou seja, "eu quero me formar em Direito", então, o que o profissional em Direito faz? Aí eu entro com informações, entro com dados, mas eu entro com dados assim: "numa situação assim, como você agiria?". Aí depois você vem com um contraponto: "Como você acha que um advogado agiria?". Então, eu vou criando essas situações pra elas realmente perceberem... com a Valéria não foi diferente. A Valéria tinha uma situação, que é essa situação da filha, você pode perguntar pra ela: eu nunca entrei, nunca perguntei pra ela sobre o que realmente aconteceu. Mas ela praticamente me passou tudo nas atividades, porque ela começava a fazer as atividades e falava. Ela quer muito uma família. Quer muito, muito, muito constituir uma família. Mas ela fala assim, de uma forma clara e ampla, porque ela não abstrai sobre as atividades diárias de uma família, que seria a família dela, porque ela desconstruiu isso. Então, o que ela precisa hoje? A Valéria está amadurecendo no sentido de poder se tornar uma pessoa útil pra sociedade, produtiva, não somente útil. A gente estava até conversando sobre isso. Ela pode ser útil pra qualquer pessoa, pode ser útil pra sociedade, mas além de ser útil, ela tem que ser produtiva, ela tem que ter um retorno da mão de obra dela, qualquer que seja a atividade que ela venha a desenvolver. Então, não adianta ser somente útil, ela tem que ser uma pessoa que produz algo, produz um serviço, ela tem que trabalhar de alguma forma.

Nesta fala de Fernando, podemos perceber não apenas o Adolescente, mas também suas percepções sobre o desenvolvimento intelectual de Valéria, a qual ainda mantém lógicas infantis, apesar de ser adolescente. Segundo Fernando, com a dinâmica do desenho da mão esquerda e dos cinco desejos, ele leva as adolescentes a refletirem, a abstraírem, a criarem projetos de vida, de futuro, etapas que as adolescentes pularam em suas formações enquanto pessoas e, por isso, acabaram cometendo infrações. As falas de Fernando são objeto ideal para análise dos estudiosos dos discursos dos técnicos inspirados por Foucault, os quais diriam que Fernando, representando a instituição de controle das camadas sociais desfavorecidas, estaria tentando, com suas dinâmicas, criar corpos dóceis e úteis, adaptados ao sistema. Mas poderíamos pensar também que Fernando, enquanto psicoterapeuta baseia-se nas ideias de adolescência enquanto uma fase natural e comum aos seres humanos, fase esta na qual desenvolvemos nosso pensamento reflexivo e abstrato, que começamos a criar projetos de futuro e em assumir os papéis cabidos aos adultos. Suas ações na unidade se justificariam pela tentativa de fazer com que as adolescentes desenvolvam as suas pessoas e que as suas lógicas infantis avancem para a devida fase (a adolescência). Segundo Fernando, os atos infracionais seriam fruto desta falta de amadurecimento, da imaturidade das adolescentes:

eu fui e criei o café terapêutico, criei o café terapêutico, pra que a gente no grupo ensaiasse algumas situações cotidianas, por exemplo, às sete horas da manhã, a gente vai, começa o café aqui, aí eu trago bolo, trago pão, a gente bota na chapa um queijo quente... coisas que possivelmente elas poderiam estar na casa de amigos, nas casas delas mesmas né. A gente faz essa atividade, e eu esporadicamente chamo uma ou outra técnica aqui pra fazer uma visita: "tem bolo e tal". Então, logo no início elas sofrem porque o bolo era pra elas, o pão era pra elas, a Coca Cola, a Fanta eram pra elas, e quando chegava gente de fora o que elas faziam? [faz um gesto de que colocavam tudo na boca sem mastigar]. Eu fazia de propósito porque aí você observa como é que o grupo se comporta... porque aí uma ou outra: "Poxa vida... não vamos fazer isso não... fulana é legal, vamos dar um pedacinho pra ela...". "Ah, dá o teu!". Então, eu comecei a trabalhar com elas essas questões... a Valéria, assim, as mesmas atitudes... ela tem uma postura de alguém que quer realmente crescer como profissional, mas tem o pensamento ainda daquela adolescente que está descobrindo certas coisas que quer muito o brinquedo pra ela. E aí a gente começou a desconstruir isso. Eu comecei a falar: "olha só gente, tem que ir lá, chamar as pessoas pra fazer uma surpresa pra saber como vocês estão". "Ai Fernando, que vergonha... a gente engoliu o bolo". "lá fora vocês fazem isso? Quando vocês estão na casa de vocês, chega a visita, vocês escondem a comida? Vocês fazem isso? Vocês acham isso normal?". "Ah não!". [...] Aí elas ficaram meio assim, envergonhadas. A Valéria foi uma das que mais ficou envergonhada: "olha Fernando, sobrou esse pedaço aqui você não pode comer não?". "Não, não posso comer". "Ah, então vou oferecer para um agente lá". "Tudo bem, Valéria". Mas senti que ela fez isso pra quebrar aquela má impressão. [...] Eu sei que não sou nenhum técnico, nenhum professor nessa área, mas sei que ela tem muita e muita coisa a aprender, porque ela é um pouquinho rudimentar. Rudimentar porque você quebra algumas etapas do processo de socialização dessas adolescentes, a repercussão é muito, muito grande, mas assim, lá fora a gente não percebe isso, mas aqui a gente tem a clareza de como é eles quebrarem, se soltarem em algumas etapas.

Marília – Mas quais etapas?

Fernando – Por exemplo, a primeira etapa de escolarização. Alguns adolescentes aqui já começaram direto... parece até que não passaram pelo CA [Antiga Classe de Alfabetização, hoje 1º ano do Ensino Fundamental]. Só foram para a primeira série. Então, por exemplo, o desenvolvimento motor é importante pra caramba: ele não só trabalha a questão da psicomotricidade, mas também trabalha a integração com outros. A maioria delas é muito individualista. Elas se transformam... elas se politizam na hora de pensar o ato ou de pensar alguma situação que realmente vá se dar bem. Então, por exemplo, dá pra perceber claramente que essa primeira faixa, esse período onde o período formal começa a se estruturar, realmente faltou pra elas. Então, eu bato na tecla: ah, não sentar na mesa com os pais, não sentaram na mesa dos amigos, mas dividiram drogas, dividiram dinheiro, dividiram com os amigos. E qual a diferença de dividir, drogas, dividir isso, dividir aquilo com os amigos e dividir um pedaço de bolo? Qual a diferença de um pro outro? Que tipo de simbolismo pode ter você dividir droga, um assalto, e dividir um pedaço de comida, de um bolo? Então, qual a diferença? Que tipo de circunstancias... elas são levadas pelas drogas ou pelo ato infracional a não se reunirem mais com a família, com os amigos numa mesa. Quer dizer, esse tipo de trabalho eu estou fazendo com elas, mas só na prática mesmo, porque dificilmente você pode fazer com que elas abstraiam isso, muito difícil. Abstrair isso é muito, muito difícil. E eu tenho essa linha de condução porque eu consigo ter um retorno; o retorno é muito maior. A Valéria gradativamente está mudando algumas posturas, não que sejam nocivas, mas são posturas condenadas pela sociedade. Eu não posso considerar nociva uma atitude de um ser que está entrando na puberdade, não posso considerar nociva. Mas a sociedade vai incriminar, vai recriminar demais porque você olha pra esse ser

> e esse ser tem 17, tem 18 anos; não vai entender de jeito nenhum. Então a gente criou esse espaço... a Valéria começa a sacanear a outra e tal; o lance dela é sacanear mesmo: "ah, vai abrir as pernas! Vai meter! Fulano vai fazer isso e tal, que não sei o que!". E aqueles papos mesmo daquela adolescente que está lá e começou a descobrir o sexo e, no entanto, não é: ela já teve uma filha, ela já teve um relacionamento. Então, no grupo, a gente constrói coisas e desconstrói outras. A gente está trabalhando justamente isso. [...] Então, quer dizer, a gente trabalha de uma forma assim, bem ampla e eu não sei... [...] O que acontece na maioria das vezes no trabalho de psicólogo? Desde a infância, a criança e o adolescente, quando eles começam a fazer trabalho em psicologia, em manipulação. Os bichinhos eles manipulam, eles olham as coisas e é quase que como não... Na realidade a gente constrói isso assim... não vejo forma diferente... a Valéria está avançando... ela está crua ainda na questão... ela ainda é muito infantil em algumas situações, mas se ela realmente objetivar a questão do trabalho como futuro [...], com certeza ela vai longe. Mas particularmente ela não tem o potencial pra se virar sozinha. Ela não tem. Porque ela emocionalmente ela é um tanto imatura. Então, a questão da profissionalização dela vai fazer com que ela dê um salto e amadureça em relação a isso... aí eu não sei, não sei. Mas a gente trabalha pra construir essa responsabilização pelo cuido do outro, então, se eu faço algo de errado, estou, sou responsável pelo que eu faço de errado, então se eu faço certo, eu também vou ter o retorno pelo que eu faço certo.

Nesta longa citação da fala de Fernando podemos perceber a análise que ele faz de Valéria, remetendo-se à "*imaturidade*" desta. Imaturidade porque ela não está de acordo com as operações lógicas de sua idade, ela não consegue refletir, ter um pensamento abstrato, pensar e projetar seu futuro, apesar de todas as experiências pela qual passou. Valéria precisa ser trabalhada e ter seu desenvolvimento cognitivo ajustado aos das pessoas da sua idade e às expectativas da sociedade. Valéria é uma adolescente como qualquer outra, com a diferença que ela pulou algumas "etapas" de sua socialização – socialização no sentido de processos naturais necessários à vida saudável pelos quais passam todos os seres humanos – e agora, Fernando estava trabalhando no sentido de resgatar, de alguma forma, estas etapas perdidas. Valéria era apenas uma adolescente imatura, não uma *psicopata*[42] como Tabata. Para os técnicos, Valéria não mentia nem escondia informações.

As concepções sobre a adolescência também entram na fala de Priscila, psicóloga do CRIAAD Ricardo. Ela acredita que a adolescência é uma fase de criação, contestação e experimentação e como os adolescentes de qualquer parte, também as adolescentes do Degase passam por questões semelhantes, apesar da diversidade dos contextos em que nasceram e se

---

[42] De acordo com a Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, a psicopatia, ou o Transtorno de Personalidade Dissocial caracteriza-se pelo desprezo das "obrigações sociais" e pela falta de empatia com os outros, havendo desvio entre o comportamento do psicopata e as "normas sociais estabelecidas". Aqueles que possuem transtorno de personalidade não se ajustam às normas sociais nem por meio de punições, exibindo baixa tolerância à frustração e tendência a culpar os outros para explicar seus comportamentos que entram conflitos com a sociedade (OMS, 1993).

socializaram: "*o que eu posso te falar é que elas estão numa fase de... eu acho que é característico da adolescência construir relações novas. E elas estão construindo relações! Muitas relações! Então eu não vejo isso como algo negativo... e conflito também surge em qualquer relação*".

As infrações cometidas pelas adolescentes são analisadas como aspectos aos quais quaisquer adolescentes estariam suscetíveis. As experiências típicas da idade, conjugada à imaturidade, levariam algumas daquelas jovens ao cometimento de atos infracionais. Tais justificativas não entrariam, entretanto na confecção dos relatórios, pois estes acabam gravitando em torno da infração cometida – como veremos adiante. A naturalização da adolescência é um dos pontos cruciais de conflito entre os repertórios morais com os quais se justificam os técnicos e os repertórios morais segundo os quais se justificam os agentes.

A imaturidade é uma atribuição comum para as atitudes das adolescentes pelos técnicos. Os agentes não falavam em "imaturidade". Quaisquer atos que eram passíveis de punição e provocam raiva nos agentes – já que os atingiam diretamente, seja pelo enfrentamento direto ou pelas ameaças – eram encarados pelos técnicos como devidos à pouca idade ou à imaturidade. Isso gerava nos agentes uma atitude conflitiva com os técnicos e os levava a afirmar que "*as garotas só enganam os técnicos mesmo*", frase corriqueira nas bocas dos agentes.

Numa conversa que mantinha comigo, Ronaldo, questionava certas regras estabelecidas dentro da unidade, como, por exemplo, a impossibilidade de as meninas fumarem ou usarem bonés. Dizia ele que restrito ali era apenas o direito de ir e vir e mais nenhum outro. Ronaldo frequentemente perguntava quando via alguma adolescente ser repreendida: "*o que elas fazem que as outras adolescentes não fazem?!?!*". Ronaldo era um agente administrativo que trabalhava na parte documental do CRIAAD Ricardo, sendo responsável pela atualização dos arquivos de legislação e normas de interesse do Degase; pelo recebimento e controle dos processos e das correspondências oficiais; pela atualização dos cadastros dos funcionários e das adolescentes e pela organização dos arquivos, dos documentos, dos registros e afins. Ele trabalhava na sala dos agentes administrativos, ao lado da sala da direção e quando cheguei ao CRIAAD, Ronaldo trouxe-me a cópia da autorização judicial que havia recebido por fax, enviada pelo Juizado da Infância e da Juventude da comarca da capital (nesta autorização vi que me foi autorizado o trabalho de campo por um período de 12 meses. Quando estive no Santos Dumont foi-me entregue apenas uma circular da Escola de Gestão Socioeducativa, permitindo a minha permanência por apenas 3).

Ronaldo tinha 57 anos, possuía graduação em nutrição e em ciências sociais, graduação esta cursada na Universidade Federal Fluminense (UFF) na década de 90, o que certamente fez com que ele estabelecesse imediatamente uma empatia comigo - já que eu também havia cursado ciências sociais na UFF - pressupondo que teríamos opiniões políticas e sociológicas semelhantes. Assim que cheguei à unidade, ele repetia que estava me esperando havia muito tempo e que estava feliz por eu ter finalmente chegado[43]. Ronaldo representava e defendia nas reuniões e nas conversas com os outros funcionários (fossem eles agentes ou técnicos) as posições mais radicais e liberais em termos de tratamento conferido às adolescentes sob a custódia do Estado. Ele colocava-se como "ponto crítico" nas discussões, questionando as posições e atitudes tomadas – muitas vezes bastava apenas que alguma decisão fosse tomada - baseando-se sempre em estudos publicados e em teorias sociológicas. Ronaldo era o que mais investia naquele repertório, mas não compartilhava da mesma grandeza das técnicas por não possuir certos objetos que o dotariam de tal grandeza, como um diploma de psicologia, pedagogia ou serviço social e a homologação num concurso público ou contrato como técnico para produzir relatórios. Ronaldo, entretanto, sempre intervinha criticamente nas situações em que alguma decisão deveria ser tomada e apesar de não decidir diretamente ou elaborar documentos, trazia as posições mais liberais de forma enfática.

Ao contrário da maioria dos outros funcionários, Ronaldo tinha considerações firmes e extremas e dificilmente levantava opiniões ajustadas aos outros mundos, como o dos agentes, por exemplo, os quais insistiam na necessidade da disciplina – as técnicas, por vezes, reconheciam a necessidade de disciplinar certas adolescentes e davam razão aos agentes. As posições mais radicais de Ronaldo sempre se baseavam – e com as devidas citações – em teorias científicas macro-sociológicas conjugadas àquelas que observavam a natureza humana do Adolescente.

Suas justificativas baseavam-se especialmente na impossibilidade de tratarem-se as adolescentes do Degase de forma diferenciada dos demais adolescentes do planeta, justificando que a rebeldia era normal da idade, sendo potencializada quando deparada com situações de extrema pobreza e desemprego nas quais as meninas do CRIAAD viviam. Dizia Ronaldo que como Luiz Eduardo Soares já disse, quando um menino aponta uma arma para você, ele na verdade está pedindo ajuda, dando um grito de socorro[44].

---

[43] A autorização judicial foi enviada pelo Juizado da Infância e da Juventude no mês de junho, mas a circular do Degase autorizou minha pesquisa no prazo do final de setembro a dezembro de 2011. Cheguei ao CRIAAD em novembro deste ano, após ter passado pouco mais de um mês fazendo trabalho de campo no ESD

[44] No seu livro "Cabeça de Porco" (2005, p. 215), Athaíde, Soares e MV Bill dizem: "*Quando nos ameaça na esquina, pela primeira vez, o menino não aponta para nós sua arma do alto de sua arrogância onipotente e*

Os outros funcionários do CRIAAD acreditavam que Ronaldo era excessivamente teórico e pouco prático, pois suas críticas não eram acompanhadas de soluções.

Num dos muitos dias em que Ronaldo e eu conversamos e que ele teorizava acerca das motivações cometidas pelas adolescentes, dizendo que as meninas dali, assim como todos os adolescentes que se encontravam cumprindo medida, tinham uma rebeldia natural à idade e faziam o que todos os jovens fazem - contestar os pais e a sociedade e tentar conquistar seu espaço – Míriam, a faxineira, limpava a sala em silêncio. Ronaldo dizia que não concordava com a disciplina que os agentes tentavam impingir às adolescentes, pois isso era injusto: elas se comportavam conforme a idade e todos tinham que compreender isso. Quando Ronaldo deixou a sala das técnicas, na qual eu copiava as fichas que continham os documentos das adolescentes, Míriam aproximou-se e disse que Ronaldo "*bufa*" – ou seja, se irrita - quando há reuniões porque ele não concorda com a disciplina que os agentes aplicam às garotas:

> Ronaldo diz que o que essas garotas fazem que os nossos filhos fazem? Nossos filhos não usam drogas, nossos filhos não roubam. Minha filha ontem gritou com a prima de 15 anos e gritou comigo, depois bateu a porta. Eu segurei a porta e fiz o que? Já peguei o chinelo! Senão daqui a pouco tá batendo em mim! Eu tenho quatro filhos e eles sabem que tem que ter disciplina. Uma vez eu estava conversando com Ronaldo e ele disse que os filhos tinham que responder aos pais mesmo; que os pais dele diziam "responde mesmo! Tem que responder!". Não pode ser assim.

---

cruel, mas do fundo de sua impotência mais desesperada. O bandido, o bandido frio e brutal, o profissional do crime, não existe. Pelo menos, não existe ainda. Na esquina, apontando-nos a arma, o menino lança a nós um grito de socorro, um pedido de reconhecimento e valorização. Surge diante de nós da treva em que o metemos, desembaraçando-se aos trancos e barrancos do manto simbólico que o ocultava. O sujeito que não era visto, impõe-se a nós. Exige que o tratemos como um sujeito. Recupera visibilidade, recompõe-se como sujeito, se reafirma e reconstrói. Põe-se em marcha um movimento de formação de si, de autocriação. Se havia dívida (fala-se tanto na grande dívida social), eis aí a fatura. Há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e acolhimento; fome de ser - sabendo-se que só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza. Esse olhar, um gesto escasso e banal, não sendo mecânico - isto é, sendo efetivamente o olhar que vê consiste na mais importante manifestação gratuita de solidariedade e generosidade que um ser humano pode prestar a outrem [...] *Saltando para fora do escuro em que o guardamos e o esquecemos, o garoto armado readquire densidade antropológica, isto é, vira um homem de verdade. Antes, invisível, era um fantasma transparente, portador de uma carcaça porosa e imperceptível. Antes da arma, do gesto ameaçador, do sentimento que ela desperta, era como se o corpo do garoto não existisse ou existisse como corpo, não como pessoa, ou se confundisse com as coisas da cidade, mais uma peça do cenário urbano. Pois agora tudo mudou. Num passe de mágica, o mundo ficou de cabeça para baixo: quem passava sem vê-lo, lhe obedece. Invertem-se posições. Quem desfilava sua soberba destilando indiferença, agora submete-se à autoridade do jovem desconhecido. Celebra-se um pacto fáustico: o jovem troca seu futuro, sua alma, seu destino, por um momento de glória, um momento fugaz de glória vã; seu futuro pelo acesso à superfície do planeta, onde se é visível".*

Uma das maiores fontes de conflito entre agentes e técnicos é a justificativa daqueles que estes seriam “pouco práticos” graças à inexperiência de trabalhar no “pátio”. Os técnicos teriam “muita teoria”, mas não teriam capacidade de resolver os conflitos que ocorrem no pátio se seguissem suas próprias teorias (este ponto será melhor explorado no próximo capítulo).

Quando questionado se as “suas teorias funcionariam na realidade”, ou seja, se qualquer tipo de disciplinamento - era como se Ronaldo associasse a palavra “*disciplina*” ao “*controle social das camadas pobres*”, à criação de corpos dóceis e úteis, seguindo Foucault – seria danoso para a formação do ser humano, o agente administrativo respondia que sim. Quais as *provas* ele teria para justificar que o não disciplinamento contribuiria para a formação de pessoas mais livres, conscientes e contestadoras, se ele nunca teve filhos e não havia passado pela experiência de cria-los e ter que controlar seus atos e vontades? – Perguntavam os agentes e muitas vezes os técnicos intrigados com o nível de liberalismo nos discursos de Ronaldo. Este dizia que não tinha filhos, mas havia sido um (e esta era, junto com muitas teorias pedagógicas e sociológicas, uma de suas principais justificativas para a eficiência da não-disciplina).

Ronaldo dizia que quando era mais novo, foi uma criança “terrível”, mas sua mãe nunca bateu nele nem nunca o repreendeu. Uma vez, quando tinha 6 anos, disse para seu pai que sua mãe estava namorando o vizinho, fazendo seus pais “brigaram feio”, mas a mãe não fez nada com ele. Dizia Ronaldo que sua mãe nunca lhe impôs limites e ele sempre pôde fazer o que quisesse e está lá hoje, bem, saudável. A justificativa de que “um dia foi filho” não era considerada legítima pelos outros funcionários, os quais consideravam Ronaldo não um louco, mas um tanto excêntrico e chato. Ronaldo requisitava uma determinada *magnitude* no mundo representado pelos técnicos – ele reivindicava ser *grande*, propondo uma determinada forma de ação no cuidado com as adolescentes e pensando outras justificativas para os atos que cometeram -, mas não conseguia apresentar as *provas de realidade* que legitimassem suas justificativas, levantando questões particularistas – ilegítimas também, pois ele não sabia como educar uma criança já que não era pai nem trabalhava no pátio - quando questionava ações institucionais.

Ronaldo mantinha e insistia em explicações teóricas para as situações com as quais entrava em contato. Levantava inúmeras análises e autores para interferir em decisões a serem tomadas sobre o que fazer em determinados casos, sobre como agir quando alguma adolescente quebrava alguma das regras da unidade. Nas reuniões e conversas entre agentes e técnicos, os livros eram não-humanos que geravam conflitos, pois traziam abstrações

incompatíveis com o que os agentes acreditavam ser a "verdadeira realidade". As teorias eram tomadas como ingenuidade de pessoas que não tinham problemas nem precisavam os encarar de fato. Os livros, autores e teorias faziam parte do mundo dos técnicos e eram fundamentais na sua estruturação, na hierarquização dos seres humanos e não-humanos. As adolescentes eram seres humanos *pequenos* que precisavam de afeto, atenção e cuidados especiais da família – a qual havia negligenciado estas necessidades -, da sociedade e do Estado – o qual também havia sido negligente no atendimento aos seus direitos mais básicos -, devido às suas condições de pessoas em desenvolvimento necessitados de cuidados e assistência. Esta alegação era sustentada por teorias que comprovavam a necessidade de atenção e o mal que a desigualdade social e a falta de acesso a certos direitos provocam em determinados grupos sociais, tendo como expressão mais radical e extrema aqueles grupos de adolescentes em conflito com a lei.

Num dos dias que almoçamos juntos no refeitório, eu, Isabel, Ronaldo e Jonas, um agente - no CRIAAD agentes e técnicos almoçavam juntos, depois de as adolescentes terem feito a refeição, separando-se apenas de acordo com o espaço de trabalho: sala x pátio – conversávamos sobre a forma mais eficiente de impor limites às crianças e aos adolescentes (em geral e às "em conflito com a lei", em particular). Isabel e Jonas acreditavam que uma "palmada" não desvia o caráter de ninguém enquanto Ronaldo duvidava de qualquer tipo de "voz de autoridade", acreditando que o diálogo é sempre o caminho. Isabel e Jonas disseram que na infância, tomaram palmadas e aprenderam com isso e nunca mais repetiram seus erros. Ronaldo diz que nunca apanhou da mãe, admite que foi uma criança "peste", que aprontava muito, mas se considerava um adulto tranquilo. Segundo ele, faz parte da adolescência ser impulsivo, responder aos adultos. Isso faz parte, é normal e é esperado dos adolescentes. Ronaldo citou inúmeros trabalhos acadêmicos[45], um dos quais relatava um experimento de uma pedagoga que retirou todos "os limites" da sala de aula na qual era professora, fazendo

[45] Ronaldo citava trabalhos acadêmicos abundantemente, muitos dos quais eu nunca havia entrado em contato anteriormente, nem havia tomado conhecimento. Percebi que nas vezes em que tentou discutir sobre sociologia comigo, citava inúmeros trabalhos acompanhados da pergunta: "*Você conhece este trabalho?*", eu respondia que não e ele demonstrava certo contentamento. Compreendo tais questões como uma forma de se engrandecer diante de uma pesquisadora jovem que estava ali supostamente para analisar o seu cotidiano, as suas práticas, suas opiniões e seu trabalho, e que o fazia visando alcançar o título de "doutora". Ao citar trabalhos que eu não conhecia, ele demonstrava que merecia a mesma grandeza que eu pleiteava ao analisar o seu cotidiano. E por inúmeras vezes durante o trabalho de campo, em situações nas quais eu entrevistava as adolescentes, Ronaldo me interrompeu com certa excitação para me mostrar as novas referências bibliográficas que ele havia encontrado ou para observar o meu trabalho junto às meninas (as quais, na presença de Ronaldo, prontamente paravam de falar e saíam do meu lado). Numa das ocasiões que eu observava a dinâmica entre as meninas, Ronaldo sentou-se ao meu lado, colocou a mão no queixo e postou-se como um observador a analisar a interação entre as meninas. Virava-se para mim e fazia interpretações sobre o que acontecia, lançando mão de teorias sociológicas e psicológicas, dizendo que com o material que ele tinha, certamente poderia escrever uma tese.

então que as aulas começassem a funcionar melhor, com os alunos responsáveis e obedientes. Ronaldo citou também ainda a própria vida como exemplo, na qual não teve limites. Isabel e Jonas perguntaram ironicamente se os autores citados por Ronaldo cuidavam mesmo dos seus filhos, já que tinham tanto tempo para escrever – demonstrando a ilegitimidade de teorias sem propostas práticas e de autores que pertencem a outros contextos sociais ao refletirem sobre realidades distantes das suas. Isabel e Jonas acabaram demonstrando irritação com a postura radical de Ronaldo e disseram não acreditar que fosse possível oferecer apenas "diálogo" como solução prática, pois no dia a dia, isto não funcionaria. Ronaldo era questionado que sempre reclamava e discordava de tudo, mas nunca ofereceu solução prática pra nada.

A discussão sobre teoria *versus* prática será melhor explorada no próximo capítulo, já que ela permeia com maior intensidade o *mundo dos agentes*, os quais se achavam práticos em comparação com os teóricos técnicos (sendo que só os práticos conhecem a verdadeira "realidade", não os teóricos), conferindo caráter negativo e irreal à teoria (teoria enquanto qualquer trabalho produzido por acadêmicos). Voltemos à "dupla hermenêutica", ou aos livros e teorias como não-humanos componentes das situações nas quais os técnicos investem e se ajustam e segundo os quais também as adolescentes têm que se ajustar.

Como foi dito anteriormente, os estudos de Freud, Piaget e Foucault são por vezes utilizados pelos técnicos como partes componentes das suas justificações para os atos cometidos pelas adolescentes. Mas para além destes, inúmeros estudos servem como referência, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, as regras e convenções internacionais para a infância e juventude, os boletins de ocorrência, os boletins escolares etc.

No dia em que cheguei ao CRIAAD, Ronaldo emprestou-me um livro intitulado: *A cabeça do brasileiro no divã*, dizendo que por meio dele eu conseguiria compreender algumas questões a respeito das infrações cometidas pelas adolescentes. Eu notaria, disse ele, que as autoras tinham uma visão "*meio zona sul*", mas o livro era interessante - talvez querendo dizer que as autoras tivessem posições conservadoras, associando aqueles que estão em posições de beneficiários do sistema capitalista, gozando de seus frutos, com a produção de um pensamento que visasse a manutenção do *status quo*, apesar da pertinência das análises. Levei o livro para casa e fiquei de devolvê-lo na semana seguinte.

O livro propõe-se a ser um diálogo com o livro *A cabeça do brasileiro*, de Alberto Carlos de Almeida, cuja tese geral é a de que a elite "ilustrada" (aquela que tem ensino superior completo) é a verdadeira responsável pela modernização do nosso país, enquanto a população com baixa escolaridade reproduz comportamentos arcaicos, preconceituosos e

conservadores, naturalizando-os. O livro que a mim foi emprestado por Ronaldo, trazia trechos destacados e anotações, ressaltando as partes que o agente administrativo considerava mais importantes. Em uma das partes destacadas, Santos afirma que a administração da cidade tem uma "dupla moralidade": ela trataria de modo distinto aqueles que vivem no asfalto e aqueles que ocupam as encostas da cidade. Essa dupla moralidade trataria os estratos médios e altos de uma forma e os estratos baixos de outra: os serviços públicos seriam apenas para aqueles que não podem pagar, os mesmos que teriam o direito de exercer funções ilegais (como o transporte alternativo, por exemplo), de ter o maior número de filhos, enquanto às camadas médias e altas da sociedade brasileira não restaria direito nenhum:

> Relembremos outros casos onde prevalece a dupla moral do Estado. O poder público não permite que se ergam condomínios legalmente nas encostas do Rio de Janeiro. As encostas pertencem ao patrimônio do município e a legislação que incide sobre a ocupação do solo e coíbe os abusos da construção civil é rígida. Sem nenhuma inibição, aqueles que "não têm onde morar" ou, que "querem morar mais perto de seus empregos" economizando o tempo e o dinheiro gasto com transporte, ocupam as encostas ilegalmente. É justo? Não. É politicamente correto defender o direito daqueles que "não têm" de extrair da pátria mãe o necessário para viver. Uma espécie de lógica do direito de defesa da própria vida parece conduzir nosso confuso poder político e judiciário a justificar e proteger esse insaciável movimento urbano dos, pretensamente, sem teto. Oculta-se muitas vezes, sob essa suposta reivindicação legítima do direito de morar, o puro e simples desejo de melhorar de vida. A migração do campo para a cidade, que alimenta o crescimento das favelas cariocas, é impulsionada pelo desejo de consumo mais alto. Aspiração que é sem nenhuma dúvida legítima, mas que não justifica, de jeito nenhum, que as regras que organizam a convivência coletiva seja escancaradamente desrespeitadas. Afinal, transgressão engendra transgressão (SANTOS *in* SANTOS; DECOURT, 2008, p. 17).

A autora diz que o núcleo que realizou as pesquisas expostas no referido livro orientou-se pelas experiências clínicas – as autoras são psicanalistas - com indivíduos de diferentes extratos sociais para chegar a certas conclusões, percebendo que há diferenças psíquicas relacionadas com o grau de escolaridade, sendo uma de suas tarefas alertar os antropólogos de que há diferenças irredutíveis entre as pessoas, entre homens e mulheres e entre adultos e crianças. A natureza das relações humanas fundamentadas na biologia é hierárquica e desigual, sendo assim, os cientistas sociais, os antropólogos, devem tê-la em mente quando afirmam que "todos nascem livres e iguais", como, segundo a autora, está pressuposto no livro de Almeida, o qual teria feito uma "*leitura marxista da sociedade*". O livro que se aproxima de um manifesto contra os pobres relata como os as pessoas com um

nível de escolaridade mais baixo perpetuariam o Brasil arcaico e estas pessoas povoariam especialmente os estados do nordeste brasileiro ("*enquanto em algumas ilhas de excelência, situadas ao sul do Brasil, há cidades que funcionam com razoável organização, lembrando o primeiro mundo, há em outras tantas a marca do atraso, onde falta um maior controle sobre os diversos segmentos sociais, carentes de desenvolvimento econômico e educacional*" [CUNHA *in* SANTOS; DECOURT, 2008, p. 49]). As autoras relatam fatos em que notaram a "falta de educação das pessoas", perceberam que "esse país não toma jeito", que aqui "tudo parece ser permitido" – "um país sem pecado" – e que a parcela moderna do país deveria ocupar seu papel de liderança frente ao Brasil arcaico e hierárquico (SANTOS; DECOURT, 2008). Sobre os adolescentes autores de ato infracional, neste livro, Freitas diz que às crianças "*mal formadas, desinformadas, desamparadas e inscritas de forma selvagem nas leis da sociedade de consumo que prega o direito igual para todos, não lhes restam muitas saídas para além da delinquência*" (FREITAS *in* SANTOS; DECOURT, 2008, p. 117). A autora observa ainda que pessoas com má formação escolar, crédulas de sua carência, "*contaminam todas as esferas de suas vidas inclusive desresponsabilizando-se pelos filhos que geram. Marginalizados, marginalizam seus filhos, abandonando-os e acreditando que a justiça possa terceirizar o papel que deveria ser dos pais*" (Idem, 2008, p. 118).

O capítulo de *A cabeça do brasileiro no divã* mais marcado e destacado por Ronaldo, foi o capítulo escrito por Zeitoune, no qual a autora relata que a má qualidade do ensino nas escolas públicas, a banalização da violência e a perda de sentido da vida, levam os jovens a escolherem o crime. Zeitoune estabelece a relação direta entre a má qualidade da educação e a violência:

> [...] para além do impossível dos ideais pedagógicos, o ato educativo deve ser capaz de engajar o aluno de uma maneira ativa no processo de aprendizagem, [...] viabilizando a transmissão de valores éticos, que é o que torna possível a vida social, política e cultural. A trajetória de vida desses jovens, onde o laço social é fundado no abandono, na agressividade e na violência, deixam marcas em sua constituição subjetiva e é através de uma intervenção na dimensão clínica, educativa, social e política que se conseguirá reconstruir com eles um novo caminho. [...] apenas um investimento sério na educação possibilitará transformar a realidade, promovendo uma sociedade mais democrática, para que possamos diminuir esse abismo entre os brasileiros e construir uma sociedade mais igualitária e menos violenta (ZEITOUNE *in* SANTOS; DECOURT, 2008, p. 136).

O livro organizado por Santos e Decourt, no qual há oito artigos que se propõem a analisar as causas da desigualdade social e da criminalidade - com as autoras dizendo que a

irresponsabilidade dos pobres associada ao descaso e ao paternalismo dos governantes produzem a criminalidade e a desordem pública -, é um dos não-humanos que povoam aquelas situações localizadas no CRIAAD. Este foi apenas um dos diversos artigos, livros, leis e normas a respeito dos adolescentes acusados de cometerem atos infracionais, da "pobreza" e da "cabeça do brasileiro" que Ronaldo trouxe para a minha apreciação e leitura. Além deste livro, e apesar de conversar bastante comigo a respeito de teorias e dos estudos que havia lido, Ronaldo citava tais teorias e estudos também quando conversava com as técnicas, com os agentes administrativos, com os agentes disciplinares e com a diretora, a qual me disse uma vez que eu como pesquisadora, devia achá-la "maluca" por algumas coisas que ela disse. Contou ela que achava que eu, ao ouvir certas coisas, devia fazer-lhe muitas críticas consequentes de certas análises, como Ronaldo fazia, já que ambos somos sociólogos. Ronaldo trabalhava tentando analisar o que ocorria no "sistema socioeducativo", na vida das adolescentes semilibertas e com as classes populares; tentou criar, junto com Priscila, a psicóloga do CRIAAD, grupos de estudos e reflexão para os funcionários e agentes do Degase, além de insistir na necessidade de que fossem aplicados questionários de recepção para que com as informações conferidas pelas adolescentes assim que entram no sistema, pudessem ser produzidas estatísticas e consequentemente estudos e análises.

Em todas as visitas que fiz ao CRIAAD, assim que eu chegava à unidade, cumprimentava os funcionários, e Ronaldo vinha ao meu encontro com certa excitação para debater, discutir e revelar suas novas inferências acerca do "sistema socioeducativo" e das vidas das adolescentes. Em diversos momentos, graças à minha posição de pesquisadora, socióloga e estudante de doutorado, debates sobre livros e teorias foram iniciados, e minha opinião sobre a solução de conflitos foi demandada diversas vezes, demonstrando assim a minha grandeza pressuposta pelos diplomas e supostos livros que eu teria lido sobre o assunto. Eu seria uma especialista em adolescentes em conflito com a lei, apesar de nunca ter participado diretamente da máquina de aplicação das medidas socioeducativas – o que por sua vez, me desqualificaria perante os agentes.

Quando Ronaldo demandou minha opinião acerca do livro, eu disse que não havia gostado, pois as autoras faziam muitas afirmações sem provas, além de ressaltar que havia diversos trabalhos que contestavam suas opiniões utilizando argumentos e dados mais fortes. Instigado, Ronaldo convidou-me para conversar na área externa da unidade; disse que queria me apresentar algumas de suas ideias para que eu opinasse sobre elas. Ronaldo começou a falar sobre algumas hipóteses que gostaria de desenvolver em pesquisa: quantas das pessoas que compõem o sistema penitenciário passaram pelo sistema socioeducativo e como a falta de

um emprego formal leva as pessoas à criminalidade. Numa discussão que durou um longo tempo, Ronaldo falou sobre como fica consternado ao pensar em como o brasileiro é acomodado e alienado, e sobre como os políticos brasileiros pecam por querer que o Brasil seja como o Chile e não como a Finlândia e a Suécia, países com os maiores "índices de felicidade" do mundo. Nas falas de Ronaldo surgem certos *actantes* que influenciam na construção do "povo brasileiro", das "classes populares" e dos "infratores", povoando aquela unidade do Degase e contribuindo para a construção e justificação de um problema social.

Nas suas falas estavam a ONU, determinando que o brasileiro não é "tão feliz"[46] e algumas teorias sobre ideologias – especialmente a marxista – dizendo que o brasileiro é alienado e não protesta, por não estar consciente da dominação a que está submetido. As referências das quais Ronaldo lança mão se estendem às nações unidas, aos estudos históricos e sociológicos e perpassam aquela unidade socioeducativa, formando com esta uma ampla rede, na qual diversos elementos animados e inanimados agenciam-se para explicar a questão social do adolescente que comete ato infracional.

Ronaldo dizia que não condenava os pobres que cometem crimes, pois cometer crimes é uma forma de "não se submeter à ordem". Disse também que, pelas coisas que estudou na faculdade para a confecção da monografia, percebe como a falta de emprego formal – com carteira assinada - leva as pessoas a cometerem infrações. Disse-lhe que há, entretanto, milhões de brasileiros na informalidade e que estes não cometem crimes:

> Ronaldo: - Mas esses são acomodados. Eu, por exemplo, se estivesse na situação de miséria, não sei se não cometeria furtos.
> Marília: - Sim, mas de acordo com levantamentos feitos por assistentes sociais sobre a infância, no Brasil, existem 62 milhões de crianças e adolescentes, e dentre estes, 27 milhões estão em situação de "vulnerabilidade". Se apenas 10.000 adolescentes destes 27 milhões cometem infrações no país, o que fazem os outros 26 milhões e 900 mil? Existem outras saídas que as pessoas pobres encontram que não o crime. Algumas estudam e ascendem pelos estudos, por exemplo.
> Ronaldo: - Ah, esse seu discurso é de direita! Dizer que os pobres podem sair da pobreza via desempenho individual é discurso da direita. "Ah, tem um gênio na favela e esse conseguiu sucesso na vida..." E o resto dos pobres? Saiu uma pesquisa que perguntou aos adolescentes porque eles cometeram crimes e eles responderam que foi por necessidade.
> Marília: - Lógico, eles não iam responder ao pesquisador que foi porque gostavam. Temos que pensar também em pra quem esse discurso está sendo dirigido. Muitas meninas aqui dizem pras outras que cometeram crimes porque gostavam do perigo, por exemplo.
> Ronaldo: - Mas esse seu discurso é análise individual!

[46]"*Felicidade Interna Bruta*" é um indicador de crescimento baseado no bem-estar populacional e o respeito ao meio ambiente.

> Marília: - Não é análise individual, é um estudo qualitativo mesmo. É isto que estou fazendo aqui, no CRIAAD. Ou você acha que os estudos quantitativos são mais legítimos?
> Ronaldo: - Não. As análises qualitativas complementam as quantitativas.
> Marília: - Sim e os estudos que faço aqui são qualitativos.
> Ronaldo: - Você gosta de relativizar...
> Marília: - Sim, acho que alguns métodos da antropologia são importantíssimos para estudos como esse.
> Ronaldo: - Você se identifica com a antropologia?
> Marília: - Sim.
> Ronaldo: - Ah, entendi...

Nossa conversa termina - num tom irônico - com uma desqualificação da antropologia, após ter passado pela metodologia de pesquisa das ciências sociais e pela análise do que caracterizaria as posições políticas "direita" e "esquerda". Ronaldo circulou pelos estudos sociológicos, mudou a escala das análises – foi dos relatos "micro" aos "macro" -, passou pela observação da pobreza e do mercado de trabalho. O agente administrativo expôs uma rede que explicava a causação do cometimento de atos infracionais pelas adolescentes.

Ronaldo citava textos de João Trajano Santo-Sé (2003), Julita Lemgruber e Anabela Paiva (2011), Lívia Barbosa (1999), Luís Eduardo Soares, Celso Athaíde e MV Bill (2005), além de inúmeros outros. Numa das visitas que fiz, Ronaldo estava em sua mesa lendo *Os estabelecidos e os outsiders* de Norbert Elias e John Scotson (2000). Ele demonstrava empolgação por perceber como aquela teoria se encaixava tão bem ao CRIAAD: os agentes eram os *estabelecidos* e as garotas os *outsiders*. E por serem *outsiders*, as meninas tentariam violar ainda mais a ordem dos estabelecidos porque já que elas são excluídas mesmo, quanto mais outsiders elas se sintam, mais regras elas vão querer infringir.

Deve-se ressaltar que a minha presença enquanto jovem estudante de doutorado em sociologia trazia muitos autores de filosofia, sociologia e psicologia às cenas quando os técnicos justificavam o cometimento de atos infracionais pelos adolescentes das camadas populares – como, por exemplo, quando relatei acima o momento em que os três técnicos do Educandário Santos Dumont envolveram-se numa discussão sobre a teoria foucaultiana e sobre suas próprias trajetórias acadêmicas. No Degase, no *mundo* em que os técnicos e os livros, laudos, boletins de ocorrência e relatórios estavam reunidos, sentiam-se os efeitos da natureza do adolescente – da formação de suas pessoas -, da pobreza no Brasil e do mercado de trabalho - o qual explicava o crescimento do cometimento de infrações. Ronaldo observava que o crescimento dos níveis de desemprego influenciava no aumento dos índices de criminalidade. Dizia ele que a falta de um emprego levava os jovens a cometerem crimes: "*Mas há milhões de pessoas sem a carteira assinada e apenas milhares presas pelo*

cometimento de atos infracionais. E aí?", eu perguntava. Ronaldo retrucava dizendo que "*Os estudos de* [Ronaldo citava diversos estudos dentre eles o de Santo-Sé] *demonstram que existe essa correlação!*".

Os livros que os técnicos lançavam mão na tentativa de justificar a "criminalidade" serviam como discurso e justificativa não apenas para que eu os avaliasse e legitimasse, mas também para os demais atores o fizessem – especialmente para os agentes. Tais teorias, entretanto, não estavam de acordo com os princípios de acordo e de justiça, com as lógicas e os constrangimentos que permeavam o *mundo* dos agentes, do qual, tais livros não faziam parte[47] e para os quais as teorias não revelavam muito sobre a "verdadeira realidade".

Os mundos dos técnicos e dos agentes – além do das meninas - tinham diferentes princípios de justiça, ou seja, diversas ordens que estabeleciam hierarquias entre pessoas e coisas e que eram justificáveis de acordo com diferentes bens comuns. Não havia ali, nas unidades de aplicação de medida socioeducativa para meninas, uma única forma de pensar-se a justiça, mas múltiplos sensos de justiça, com diferentes princípios de acordo, com certas lógicas e constrangimentos, aos quais os atores – especialmente as adolescentes – tinham que se ajustar para que suas demandas fossem consideradas legítimas e para que as situações decorressem com naturalidade.

Os livros eram parte do repertório que justificava as decisões tomadas pelos técnicos e que explicava o comportamento das adolescentes enquanto grupo de pessoas que partilhava certas características. As leituras feitas pelos técnicos determinavam suas posições e as avaliações acerca do que diziam as adolescentes. Por mais que se argumente que havia a combinação de teorias e correntes sociológicas, filosóficas, psicológicas etc. diferentes, sem a devida depuração e aprofundamento em cada uma delas, o que as equipes técnicas faziam era procurar, nas produções dos sistemas de peritos, explicações e orientações adequadas para suas rotinas. Eles tentavam colocar o que diziam as diferentes teorias em prática, visando solucionar os problemas com os quais tinham que lidar diariamente. A *dupla hermenêutica* como definiu Giddens (1991), coloca os trabalhos acadêmicos no interior do que alguns analistas definiram como *processo de criminalização da pobreza*, por mais que se aponte que não deve ser uma preocupação dos sociólogos o que os atores sociais farão com os resultados de suas pesquisas (BECKER, 1976, p. 26). Os frutos das análises dos cientistas humanos são um nó numa rede que perpassa as unidades socioeducativas e alcançam níveis mais elevados de manutenção da criminalização da pobreza (COELHO, 1978).

---

[47] Acredito que pelo fato de a maioria dos agentes ter concluído o terceiro ano do Ensino Médio, enquanto que para tornar-se técnico era necessário o diploma de terceiro grau.

Mas como se livrar do peso de um boletim de ocorrência e da ata de audiência, provando que não se está mais "*em conflito com a lei*"? Como convencer as equipes técnicas de que a socioeducação alcançou seu objetivo e contribuiu para o amadurecimento, reflexão e conscientização de cada uma daquelas adolescentes? No que as equipes técnicas se baseiam – além das teorias das ciências humanas – para avaliar os comportamentos e decidir pela liberação das adolescentes?

1.3.3 Como avaliar o desenvolvimento de adolescentes que infringiram leis

A condição de pessoa em desenvolvimento – Adolescência – e a necessidade de proteção integral que ela demanda justificam e guiam os trabalhos realizados pelos técnicos do CRIAAD Ricardo e do Educandário Santos Dumont. A proposta da socioeducação seria proporcionar, além de condições para que o desenvolvimento da pessoa aconteça, as orientações – diga-se educação, chamamentos e apontamentos – para que elas possam "crescer" e ser mais responsáveis com sua família, com a escola e com a sociedade. Se as adolescentes não provam estar "crescendo", se "conscientizando dos atos cometidos" e mantendo bom comportamento dentro da unidade – obedecendo às regras, respeitando os funcionários, frequentando os cursos e a escola – a estas são sugeridas a "manutenção" da medida, ou seja, extensão do tempo de cumprimento da medida aplicada, ou a "regressão" – na qual se aplica uma medida mais rigorosa. No caso das meninas em semiliberdade, sugere-se a internação.

Quando as adolescentes desobedecem às regras da instituição, os técnicos justificam como "*imaturidade*" e comportamentos típicos da adolescência, mas fica a cargo dos agentes disciplinares aplicar os "corretivos", as "punições" pertinentes, e restam para eles também os conflitos decorrentes destas punições.

No CRIAAD Ricardo, como foi dito, havia quatro técnicas – Priscila, Isabel, Letícia e Cacilda – uma psicóloga, duas assistentes sociais e uma pedagoga. Nos dias em que eu realizava trabalho de campo – todas as quintas-feiras – trabalhavam Priscila e Isabel, psicóloga e assistente social. Estas trabalhavam geralmente às terças e quintas-feiras, e Letícia e Cacilda às segundas, quartas e sextas-feiras, sendo esta escala frequentemente alterada em consequência da demanda.

Acompanhei o trabalho de Priscila por apenas dois meses, pois ao término do seu contrato de trabalho – de vinte e quatro horas por semana, por dois anos, com salário de mil e quinhentos reais – ela preferiu deixar a instituição e assinar outro contrato de trabalho, desta vez com as Forças Armadas. Passei então a fazer companhia à Isabel, a qual, quando terminei os trabalhos no campo, preparava-se para tentar o concurso para ingresso no Degase, como assistente social.

Priscila e Isabel tinham por volta de trinta anos de idade e sempre disseram gostar de trabalhar ali, de lidar com as aquelas meninas – diziam elas que era mais fácil lidar com as adolescentes do que com alguns funcionários. Elas conversavam e orientavam as adolescentes quando estas demandavam, assim como orientavam às famílias destas, marcavam e encaminhavam as adolescentes ao atendimento médico e odontológico, recebiam as circulares e as organizavam nas pastas, além de confeccionarem os relatórios a serem enviados para a autoridade judiciária. Quando atendiam às adolescentes – ou quando estas faziam alguma coisa "errada" no pátio ou contra algum funcionário, ou quando se negavam a seguir os parâmetros para o cumprimento da medida, como ir à escola ou aos cursos, por exemplo – as técnicas registravam o que acontecia nas pastas de cada uma, de forma que uma técnica podia ler o que a outra havia escrito e ter ideia do que estava acontecendo com a adolescente. Para a confecção do relatório, fatos que fossem mais notórios eram salientados e se a adolescente não tivesse cometido erros ou transgressões, seu "bom-comportamento" também era observado e registrado.

As técnicas chegavam ao CRIAAD entre nove e meia e dez horas da manhã e encerravam seus expedientes por volta de seis e meia, sete da tarde. Geralmente quando Priscila chegava, passava na sala da diretoria para cumprimentar os agentes administrativos e a diretora e ficava algum tempo conversando com Ronaldo – estes combinavam de aplicar grupos de estudos e reflexão com os agentes disciplinares, planejavam pesquisas que pudessem ser realizadas naquela instituição, conversavam sobre o trabalho dos agentes disciplinares etc. Isabel, por sua vez, normalmente entrava pelo portão lateral direto para a sala das técnicas e sabíamos que ela havia chegado quando as adolescentes começavam a falar alto e a chamá-la, pedindo atendimento. Às vezes eu chegava à unidade antes de Isabel e aguardava a sua chegada na sala dos agentes administrativos, conversando com Ronaldo. Isabel entrava na unidade e apenas trinta minutos ou uma hora depois eu descobria que ela já estava na sala, trabalhando.

Quando Isabel e Priscila passavam pelo pátio, as adolescentes as chamavam ou pelos nomes ou como "técnica" e diziam que precisavam conversar - conversar no sentido de serem

ouvidas -, pediam para que elas ligassem para seus familiares, perguntavam se elas haviam confeccionado o relatório e se este havia "subido" – ou seja, se ele já havia sido enviado ao Juizado da Infância e da Juventude para a apreciação dos Juízes – ou se os papéis delas haviam "descido" – se as circulares do Juizado com as datas das audiências haviam chegado. Normalmente, as técnicas passavam informações rápidas e diziam que as chamariam para conversar.

Algumas meninas sentavam-se na frente do portão da sala das técnicas e assim que estas chegavam, as adolescentes as abordavam: uma pedia ligação para a mãe, outra chorava dizendo seu relatório ainda não havia subido e por isso ela estava presa além do tempo estabelecido, outra perguntava quem iria buscá-la no final de semana[48] etc. Perguntas como estas se repetiam constantemente quando as técnicas passavam pelo pátio ou quando as adolescentes eram chamadas para atendimento.

Assim que as técnicas instalavam-se na sala, abriam o cadeado que trancava o arquivo de ferro que continha as pastas das adolescentes e guardavam suas bolsas no armário que ficava em frente à mesa de atendimento – assim que chegavam, Cacilda, Letícia e Priscila guardavam suas bolsas no armário, mas Isabel a deixava na mesa mesmo, guardando-a apenas quando ia almoçar e retirando-a do armário assim que voltava do almoço. Nada podia ser deixado às mãos e às vistas das meninas, com a justificativa de que estas poderiam pegar algo e esconder, ou seja, furtar. Com as bolsas devidamente guardadas, as técnicas liam o caderno de capa dura e preta no qual estavam as anotações do que havia acontecido no dia anterior e davam início às suas rotinas de trabalho.

Assim que chegavam, as técnicas pegavam algumas pastas – geralmente as daquelas que estavam com audiência ou consulta médica marcada - e estavam sempre tentando organizá-las. Aquele era um trabalho a oito mãos, no qual cada duas inseriam novos papéis, novas informações e novas anotações: todos os dias elas liam o que as outras haviam escrito no dia anterior e verificavam o que os agentes haviam escrito no caderno preto para saberem o que de anormal havia acontecido nas suas ausências.

Os papéis que as técnicas manipulavam não eram apenas aqueles pertinentes às pastas das adolescentes: elas estavam rotineiramente buscando os telefones das clínicas de ginecologia e de odontologia, das Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs), das outras unidades do Degase, das escolas nas quais as meninas estavam matriculadas etc. seja para marcar consultas, seja para conseguir algum curso para as adolescentes, seja para tomar

[48] As adolescentes com menos de 18 anos só podiam sair da unidade acompanhadas por algum responsável.

conhecimento do cumprimento das atividades que as adolescentes estavam realizando fora dali[49].

As técnicas marcavam consultas odontológicas para as adolescentes no Posto de Saúde Flávio Couto Vieira, no bairro Parque Anchieta, localizado a aproximadamente 4,5 quilômetros do CRIAAD de Ricardo. Durante o trabalho de campo, pude observar que algumas adolescentes que foram enviadas ao CRIAAD Ricardo entravam com cáries visíveis nos incisivos e caninos – os quais eram mais facilmente notados quando elas sorriam e falavam - e algum tempo depois estavam sem elas. Este era o caso de Caroline, de 13 anos, por exemplo, a qual ingressou no CRIAAD – proveniente do Educandário Santos Dumont, após cumprir medida de internação por quatro meses – com uma cárie que cobria o incisivo central esquerdo, tendo esta sumido aproximadamente um mês após a adolescente ter sido enviada ao CRIAAD.

A visita ao odontologista não era tão disputada quanto a visita ao ginecologista. As adolescentes eram atendidas pela Clínica BEMFAM, uma clínica vinculada a uma organização não-governamental, localizada no bairro Cachambi, a aproximadamente 20 quilômetros do CRIAAD de Ricardo. Esta clínica especializada na área de planejamento familiar "*em especial de grupos socialmente mais vulneráveis*"[50], reservava 10 consultas por mês para as adolescentes do CRIAAD de Ricardo, sendo que as revisões não entravam nesta conta (por exemplo, a médica passou exames para Edwiges no mês de novembro, quando ela voltasse à clínica em dezembro seria ela e mais 10 meninas, sendo a consulta de Edwiges apenas para "revisão"). As consultas com os ginecologistas eram disputadas entre as adolescentes: elas aparentavam ansiedade em serem atendidas e demandavam atendimento ginecológico constantemente – o que não observei em se tratando de atendimento odontológico. Numa das ocasiões em que haveria atendimento ginecológico as 10 vagas estavam preenchidas, sendo que na unidade havia 16 meninas semilibertas.

Neste dia, Daniela, de 14 anos, estava entre as seis que não iriam ao consultório médico. Quando soube, questionou Isabel o porque, já que este mês era a vez dela e ela já estava marcada. Isabel disse que Daniela havia dito para a técnica Cacilda, no dia anterior, que não queria mais ir; Isabel então ligou para a clínica e colocou Ana no lugar de Daniela.

---

[49] De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Título III, Capítulo IV, Seções VI e VII), durante a internação, é obrigação das instituições responsáveis pela aplicação da medida o oferecimento de atividades de escolarização, profissionalização, culturais, esportivas e de lazer, além de assistência religiosa. Já na semiliberdade são obrigatórias a escolarização e a profissionalização utilizando, sempre que possível, os recursos disponíveis na comunidade.

[50] Sobre a Clínica BEMFAM Saúde protetiva, ver: <http://www.clinicasbemfam.org.br>. Acesso em 15 de março de 2012.

Daniela começou a ficar nervosa e a chorar dizendo que ela nunca disse para Cacilda que não queria ir. De acordo com Daniela, algum de seus desafetos foi até Cacilda sem que ela soubesse e informou à técnica que a adolescente não queria ir. Daniela sentiu-se profundamente irritada e caiu em prantos com raiva da "mentira" que uma das adolescentes havia "pregado" e porque sua longa espera para ir ao médico não daria em nada. Daniela repetia que desde o início pediu para marcar "o bagulho" e quando conseguem, logo desmarcam. Observando o sofrimento em que Daniela encontrava-se, Raquel – uma das dez que iriam ao ginecologista – pediu para Isabel deixar Daniela ir em seu lugar. Isabel repreendeu Raquel, dizendo que esta seria a terceira vez que ela desistia da consulta, e isto acabaria indo para seu relatório. Raquel argumenta que só gosta de ir ao ginecologista na companhia da mãe, pois não gosta de se expor para o médico daquela maneira. No fim, Daniela foi ao ginecologista no lugar de Raquel, a qual demonstrou ter pouco se importado por ter cedido a vez à colega. A falta contínua de Raquel ao ginecologista foi de fato para seu relatório, registrando-se que a adolescente negou-se a ir ao médico por diversas vezes sob a justificativa de que sentia vergonha. Em audiência o Juiz repreende Raquel dizendo que ela tinha vergonha de ir ao ginecologista, mas não tinha vergonha de "dormir com outras mulheres". Note-se que Raquel era uma das adolescentes que se declarava "virgem" (das 19 meninas semilibertas naquele período, apenas três diziam para os técnicos que nunca havia tido relações sexuais com homens); sendo a sua irmã – que teve audiência no mesmo dia e hora que Raquel – quem residia com uma companheira antes de ser detida pelo cometimento de ato infracional. Raquel cumpria medida há três meses e perdia a terceira consulta com o ginecologista. Daniela, semiliberta há mais ou menos o mesmo tempo, nunca havia ido a uma consulta na BEMFAM. Daniela era "*joão*" e Raquel era "*maria*"[51], e talvez por isso as técnicas supusessem que aquela corria menor risco de gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis (esta é apenas uma interpretação para o fato de Raquel estar internada a três meses e ter sido insistentemente encaminhada ao ginecologista, o qual também poderia atestar a veracidade ou não de sua "virgindade"; e para Daniela estar há tanto tempo esperando para que chegasse sua vez de ir ao ginecologista, sem muito sucesso). Ressalte-se também que as idas às consultas iam além da necessidade de ir ao médico e abarcavam também negociações, trocas, parcerias e disputas entre elas: alguém foi à técnica e disse que Daniela não queria mais ir ao médico justamente por saber que a adolescente estava

[51] Termos que definem papéis de gênero entre elas, os quais serão tratados no terceiro capítulo. Por agora basta dizer que as "*joão*" eram aquelas que dentro do CRIAAD assumiam papéis referentes ao sexo masculino e as "*marias*" aquelas que assumiam papéis referentes ao sexo feminino.

ansiosa para ir, como uma forma de provocá-la, de atacá-la, enquanto Raquel abriu mão de ir para ceder a vez à Daniela, deixando claro que estava ao seu lado. Raquel deixou de ir em cima da hora para ceder lugar à Daniela, o que nos faz pensar que a "vergonha de ir ao ginecologista" não foi o fator primeiro que a fez desistir.

As negociações e conflitos entre as adolescentes eram do conhecimento das técnicas: estas intervinham e tentavam mediar os conflitos quando estes chegavam a um patamar de violência eminente, mas tais conflitos nunca entravam nos relatórios enquanto justificativa para a desobediência aos parâmetros de cumprimento das medidas: segundo o relatório, Raquel deixou de ir porque sentia "vergonha", não por ceder lugar à colega que estava em prantos, se sentindo vítima de calúnia e injustiça.

Como disse Feltran (2008a), nos relatórios, todas as relações, fatos e objetos gravitam em torno do ato infracional: a recusa de Raquel foi para o relatório como sendo demonstração de sua indisposição para cumprir a medida socioeducativa, sendo citado pelo Juiz em audiência. Tanto no CRIAAD Ricardo quanto no ESD, as adolescentes podem optar por não realizar cursos nem ir à escola ou passeios – se elas se recusarem, ninguém as obrigará a ir -, mas tais recusas são registradas nos relatórios de forma negativa e muitas vezes sem justificativas, e quando estas existem não se referem às relações entre as adolescentes.

Por exemplo, oito adolescentes faziam curso de informática às terças e às quintas de nove às onze da manhã no Centro de Capacitação Profissional do Degase (Cecap), o qual localiza-se dentro do prédio da Escola de Gestão Socioeducativa, na Ilha do Governador e é o responsável pela oferta de cursos profissionalizantes aos adolescentes em conflito com a lei. Dentre estas oito estava Eliana, 18 anos, a qual entrou descontraída, numa quinta-feira às dez da manhã, na sala das técnicas chupando um pirulito. Calmamente, Isabel pergunta-lhe porque ela não havia ido ao curso de informática. Eliana diz que está se desentendendo com Juliana e por isso não consegue nem olhar pra cara dela. Disse ela, gesticulando bastante e com a sua voz grave, que não consegue se entender nem com Juliana nem com "Paracambi" – ou seja, com o grupo de meninas que reside neste município: Raquel, Ana, Camila e Bianca. Paracambi fecha com Juliana e por isso todas viriam pra cima dela. Isabel então diz:

> Isabel - Mas você já tem 18 anos... a mais prejudicada será você.
> Eliana - Eu sei, eu sei, mas você pode me tirar do curso. Não quero mais ver aquela garota. Eu não falo com ela, eu não vejo a cor dela, eu não olho a cara dela. Estou muito feliz no [alojamento] "A" e ela no "B" e as outras no "C", pra mim ta bom assim.

> Isabel - Você quer que eu te encaminhe para o Caps [Centro de Atendimento Psicossocial]? Só quero que você me diga: seu problema é psicológico ou você está sentindo a falta de droga?
> Eliana - Não é falta da droga não. Eu fiquei quatro meses no Dumont e não senti nada! Meu problema é psicológico mesmo.

Eliana deixa de ir ao curso por causa dos conflitos com as outras adolescentes. Tais conflitos desaparecem do diálogo e da percepção da técnica e passam a ser encarados como um "problema" biológico pertinente ao corpo da adolescente: aquela irritação que Eliana estava sentindo, só poderia referir-se, na verdade a questões psicológicas ou de abstinência de drogas. Os conflitos entre as adolescentes, suas relações, disputas, acordos e conflitos não encontravam lugar no *mundo* dos técnicos: as recusas ou assentimentos das meninas teriam outra interpretação e registro, e as amizades ou as inimizades não cabiam como explicação.

Na visita seguinte li os registros feitos por Isabel na ficha de Eliana e estes diziam que: "*Eliana não quis ir ao curso de informática no CECAP/DEGASE. Verbalizou que não tem mais interesse. Refletimos sobre o assunto, mas a jovem ofereceu resistência em compreender a relevância do curso para sua formação profissional*". Nada sobre o conflito entre Eliana e Juliana havia sido dito. O abandono do curso foi tratado apenas como desinteresse, apesar de todas as orientações.

Além de agendar consultas ginecológicas e odontológicas para as adolescentes, as técnicas sugeriam a estas que frequentassem algum curso - os quais de acordo com o Ecriad poderiam ser externos à unidade, mas como a oferta de cursos "extra sistema socioeducativo" era inexistente, as adolescentes frequentavam apenas os cursos oferecidos pelo próprio Degase. Como se pôde observar com no caso de Eliana, as adolescentes não eram obrigadas a frequentar ou a se matricular em nenhum curso, mas a "não matrícula" demonstrava desinteresse da adolescente pela sua formação profissional, demonstrava falta de comprometimento com o cumprimento da medida – e isto era registrado nos relatórios e ressaltado durante as audiências – servindo como uma prova potencial – especialmente para os Juízes que avaliavam rapidamente as conclusões dos relatórios técnicos – da sua imaturidade, da sua inabilidade de conviver em sociedade sem agir impulsivamente e infringir leis novamente.

No Educandário Santos Dumont, as adolescentes podiam optar pelos cursos de cabeleireiro (ministrado pela equipe do *Werner Coiffeur*, um renomado salão de beleza, nas instalações do CECAP, numa sala estruturada de acordo com os salões da franquia Werner),

de *biscuit*, bordado, manicure, marcenaria, penteado e cabeleireiro afro[52] – os quais eram ministrados por professores contratados e ocorriam nas salas destinadas às oficinas, ao lado do refeitório -, além dos de informática, de comunicação e de gastronomia – os quais eram ministrados no CECAP, no prédio ao lado do ESD, sendo o curso de gastronomia permitido apenas para as maiores de 16 anos com ensino fundamental completo. Este curso era bastante disputado pelas adolescentes; ele tinha a duração de doze meses e prometia uma vaga no mercado de trabalho assim que a adolescente concluísse-o. Havia também oficinas de percussão e teatro - ministradas pela Organização Não-Governamental (ONG) *Afroreggae* -, oficinas de Lego – nas quais as adolescentes montavam cenários com os brinquedos de encaixar – e as oficinas de futebol, ministradas pela ONG Gol Legal.

No Educandário Santos Dumont, alguns cursos de curta duração poderiam ser frequentados pelas adolescentes que cumpriam medidas de internação provisória e de internação, como os de bordado, *biscuit*, penteado e cabeleireiro afro, além das oficinas de futebol, lego, de teatro e percussão. Os outros cursos, de duração mais extensa, eram frequentados apenas pelas adolescentes que cumpriam medida de internação; eram estes os cursos de informática, marcenaria, cabeleireiro com Werner, manicure e comunicação[53]. O curso de gastronomia[54] podia ser frequentado por adolescentes que cumpriam qualquer medida socioeducativa; eles tinham apenas que estar dispostos a assistir às aulas e a pagar a passagem para chegar ao CECAP na Ilha do Governador e à cozinha industrial da Masan em Duque Caxias. Como este curso prometia uma vaga no mercado de trabalho, a maioria das adolescentes matriculadas não o abandonava e se empenhava em continuá-lo, mesmo morando em locais distantes de onde o curso era ministrado. Assim que terminavam este curso, as adolescentes ganhavam o diploma de "ajudante de cozinha".

No CRIAAD de Ricardo, havia menor oferta de cursos: as adolescentes em semiliberdade faziam apenas curso de informática, gastronomia – no Cecap da Ilha do

---

[52] Além desses, outros cursos eram oferecidos, mas não com permanência. Qualquer pessoa, ONG ou instituição poderia elaborar um projeto pedagógico – um curso, uma aula ou uma oficina – e apresentá-lo à equipe pedagógica das unidades para que estas aprovassem sua pertinência e execução ou não. Se aprovados, os proponentes deveriam cumprir os prazos estabelecidos em seus projetos. Sendo assim, havia – no ESD – uma grande oferta de diferentes oficinas. Os que citei aqui foram as oficinas e os cursos que ocorreram no momento em que fiz trabalho de campo nas unidades.

[53] Neste curso, os adolescentes (meninos e meninas) produziam programas de televisão e realizavam entrevistas com pesquisadores, professores e celebridades. Seu conteúdo pode ser visualizado em: <http://www.tvnovodegase.net>. Acesso em 10 de março de 2012.

[54] O curso de gastronomia resultava de uma parceria entre a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Masan Alimentos – empresa especializada em "refeições transportadas", as "quentinhas" -, e o Degase. Este curso tinha duração de 1120 horas, sendo 296 aulas teóricas na "Cozinha-escola" do Cecap e 824 aulas práticas na cozinha industrial da Masan, em Duque de Caxias.

Governador – e de cerâmica negra – no galpão do CRIAAD. Soube que ali aconteceram oficinas de cabeleireiro afro, mas enquanto fiz trabalho de campo pouco vi e ouvi acerca de cursos e oficinas. Soube que oito meninas faziam curso de informática às terças e quintas, de 9h às 11h, e duas faziam curso de cerâmica negra, também às terças e quintas de 9h às 11h. Três faziam curso de gastronomia e apenas Fabiana, a qual pagava sua passagem, fazia outros cursos, fora do sistema socioeducativo. A frequência das adolescentes ao curso de informática e ao de gastronomia estava garantida, pois os agentes disciplinares as levavam à Ilha do Governador e as traziam de volta para Ricardo de Albuquerque na Kombi do CRIAAD.

A frequência aos cursos era considerada uma *prova legítima* da recuperação das adolescentes e demonstrava seus engajamentos nos mundos dos técnicos. Frequentar os cursos oferecidos pelo sistema socioeducativo implicava num comprometimento das adolescentes com as propostas de socioeducação e com o cumprimento da medida – independentemente de o curso proporcionar algum retorno no futuro, como por exemplo, a possibilidade de conseguir alguma renda com o que está sendo aprendido. Mais do que ser uma forma de profissionalizar o jovem, de fazer com que as adolescentes tenham possibilidades efetivas de conseguir emprego e renda, os cursos são testes pelos quais as adolescentes têm que passar para serem consideradas aptas ao convívio social. Com os cursos, elas provam suas "evoluções" pessoais, como disse Valéria, a qual se disse nervosa assim que ingressou no sistema socioeducativo, sendo que com a perspectiva do curso, se "acalmou": "*Aí veio as técnicas, elas me colocou no curso, acabei esfriando a cabeça. Acabou que eu comecei a ir pros cursos na escola, comecei a evoluir. Evoluir e aí já fui me distraindo*".

Valéria conta ainda que o próprio Juiz da segunda Vara da Infância e da Juventude vai visitar o Educandário Santos Dumont para saber como as adolescentes "andam nos cursos":

> Marília – Mas ele [o Juiz] costuma vir aqui?
> Valéria – Vem! Uma vez por mês, duas vezes, ele aparece aqui pra visitar a gente...
> Marília – O que ele faz aqui?
> Valéria – Ele vem ver como está a unidade... como a gente está nos cursos, como a gente está andando, evoluindo nos cursos... ele procura saber com o diretor. Vem ver o que o seu [diretor] está fazendo na unidade, vê os quartos pra ver se está tudo certinho... aí ele vem, conversa com a gente...

O Juiz vai regularmente à unidade para saber como anda o cumprimento das medidas socioeducativas (tanto pelas adolescentes quanto por parte dos técnicos e agentes). Os cursos, aliados à frequência à escola, ao retorno ou manutenção do bom convívio familiar e ao

respeito às normas, aos funcionários do Degase e às outras adolescentes garantiriam o atestado de “boa menina”, assinado pelos técnicos em seus relatórios.

Assim que ingressam no sistema socioeducativo, as adolescentes aprendem a gerenciar os discursos, aprendem a debater com os objetos – ao questionar, por exemplo, os boletins de ocorrência, as atas e os próprios relatórios durante as audiências -, conseguindo desta forma, se ajustar ao mundo representado pelos técnicos. Valéria demonstra conhecimento destes códigos e saber se relacionar com objetos pertinentes a este mundo quando revela que:

> Valéria - Se você quer sair daqui mesmo, você tem que ficar na sua. Então, eu escuto coisas [faladas pelas outras adolescentes e pelos agentes] e tenho que ficar na minha. Só acumulando, acumulando... Eu entro e choro. Fico chorando... ah, eu choro! Aí eu escuto, escuto as coisas assim... até das meninas mesmo. Aí eu fico na minha. Acho que a gente ganha mais ficando na sua, ficando quieta, do que querer debater, querer arrumar confusão. Porque eu acho que o caminho aqui, pra quem tá aqui dentro, tá todo mundo no mesmo barco... acho que o único caminho pra sair daqui é o comportamento mesmo! Porque você está dando problema, você está quebrando vaso, quebrando ventilador, querendo atacar funcionário, o que vai vir no relatório? Como eles vão ver que você tá preparada pra sair? Como vão pedir pra você uma liberdade ou mesmo um CRIAM [antiga sigla do CRIAAD]? Não vai poder! Mas você está com comportamento bom? Está respeitando todo mundo? Tá indo num curso, com frequência na escola? Não vai ter como eles colocar no relatório pra você continuar mais tempo! É isso que no dia que eu estava nervosa, eu fiquei chorando, a Judith falou: “você está super bem...”. já tinha subido o relatório meu, só que com quatro meses... aí meu próximo relatório... aí: “Poxa, não tem como! Um relatório seu, primeiro, foi bom - mas só que pediram manutenção pra mim – seu primeiro relatório foi bom, não tem como esse subir melhor ainda! O Juiz vai ver e falar que você tem que continuar aqui? Com certeza ele vai te mandar embora!”. Porque realmente! Uma pessoa que está com comportamento bom, que está fazendo tudo... ele vai deixar mais tempo aqui pra que? Aí eu to na linha mesmo. O que tiver que fazer pro Juiz ver que eu to preparada pra sair... eu assim, eu acho... os outros fala, vê, mas eu acho assim, que eu to preparada pra sair. Eu to preparada... e eu to... coisas que eu nem sabia lá fora aqui dentro eu to aprendendo. Então eu já vou sair daqui com ideias novas. Aprendi coisas novas já...
> Marília – Que ideias?
> Valéria – Tipo, biscuit. É uma coisa muito boa que você lá fora... um negocinho que você faz, fica muito bonito com a massinha, pôxa, a pessoa já fica encantada! E eu não sabia de biscuit nem conhecia esse negócio. O bordado... eu costurava, sabia costurar, mas bordar, tipo de bordado, tem um escama, tem um outro nome, e eu não sabia! Eu já sei fazer vários bordados. Igual a técnica aqui... viu eu bordando, ela ficou encantada! E as professoras já começou a falar que eu to bem, evoluí... eu já tenho até o diploma do bordado que eu ganhei. Aí as técnica falou: “ah, não, você vai ter que bordar uma blusa pra mim... você vai cobrar quanto?”. Eu falei assim: “ah, eu não sei, não sei”. Aí elas conversou com a professora, a professora: “ah, dez reais na blusa!”. Aí eu peguei, ela trouxe a blusa, aí eu bordei a blusa e ela achou linda. Ela pediu uma borboleta. Na borboleta, eu fiz ponto corrente nela toda. Aí ela adorou. Ficou toda boba! Aí eu fiz pra ela. E é uma coisa que eu não... assim, você já ganha um dinheiro, né... to aqui dentro... aí eu bordei, né... [55]

[55] As professoras de biscuit e de bordado aceitam encomendas de festas, casamentos etc. para repassarem às adolescentes. Metade do pagamento é revertida no material para a confecção dos enfeites e a outra metade fica guardada no “cofre” das adolescentes que trabalharam – essa foi, ao menos, a informação repassada por Valéria.

Uma preocupação com sua evolução, com seu amadurecimento, com sua possibilidade de ser útil e produtiva, como frisou Fernando, é provada quando as adolescentes optam por se matricular e frequentar, com assiduidade, aos cursos. A não participação em cursos prejudicaria o cumprimento da medida e a "evolução" da adolescente. Alice – adolescente que cumpria medida de internação provisória - observa que a opção dada às adolescentes de participar ou não dos cursos revela-se ilusória, já que a não participação trará prejuízos ao cumprimento da medida e consequentemente à confecção do relatório:

> Marília – Mas você pode escolher o curso que você faz?
> Alice – Pode.
> Marília – Mas você é obrigada a fazer algum?
> Alice – Não curso não. Você é obrigada a estudar. Mas fazer curso, você faz o que você quiser. Se você não quiser, você também não faz, mas depois, seu relatório vai falar pro Juiz que você não quis fazer curso.
> Marília – E você faz curso de que?
> Alice – De bordado e informática.
> Marília – Tem curso de informática aqui?
> Alice – Não teve ainda porque os computadores chegaram agora. Tinha, mas só da internação porque internação tem vários cursos, porque ficam aqui mais tempo. A provisória pode ir embora de uma hora para outra, então tem menos curso. Mas a internação tem teatro, tem marcenaria, cerâmica negra... [...]
> Marília – E você faz curso de bordado... como é?
> Alice – Legal.
> Marília – E é quanto tempo?
> Alice – Acho que é uma hora. A gente faz negócio de cabelo, desenho em blusa...
> Marília – E você já está sabendo bordar?
> Alice – Sei fazer flor. [...]

O desempenho das adolescentes nos cursos não possuía importância alguma para o cumprimento da medida ou para a confecção dos relatórios: não implicava em nada se elas aprendiam ou não a fazer flores de crochê utilizando os diversos tipos de pontos ou se elas aprendiam a cortar, pentear ou pintar corretamente os cabelos das bonecas nas quais praticavam o curso de cabeleireiro. A única coisa que importava é se elas se inscreviam nos cursos e se os frequentavam: a inscrição era prova de seu interesse, uma prova de "bom caráter", já a sua capacidade de fazer o que estava sendo proposto era apenas inabilidade, a qual era irrelevante no cumprimento da medida.

E como os professores das oficinas e dos cursos não têm influência alguma sobre o julgamento dos casos e das provas apresentadas pelas adolescentes para a avaliação das suas medidas, como eles servem apenas como peças na elaboração de provas a serem julgadas por outras pessoas, acabam sendo desconsiderados – pelas próprias adolescentes, pelos técnicos e

pelos agentes - nas dinâmicas que atravessam os *mundos* presentes no espaço da administração da Justiça. Para as adolescentes, eles parecem sempre "bonzinhos", tendo apenas que chamar a atenção de algumas delas – mas de nenhuma das adolescentes que entrevistei, de acordo com as próprias – quando se comportam mal.

Neide Dias, a qual se recusou a fazer cursos e graças à isso teve problemas no "cumprimento" da medida, como logo veremos, disse que os professores das oficinas a tratavam bem e tratavam bem às pessoas que trabalhavam lá. Disse ela que os professores das oficinas não davam "esporro" – como faziam os agentes e os técnicos preocupados com o *engajamento* das adolescentes em seus mundos -, davam apenas "esporros básicos" nas meninas que "faziam por onde", que aprontavam. Acredita ela que tem que ser assim, já que havia "meninas de Lua" que insistiam em arrumar confusão – estas eram outras meninas, que não ela, e, como disse, nenhuma das outras entrevistadas, as quais eram sempre bem tratadas pelos professores, provando desta forma seu bom comportamento nas aulas.

Caroline, 13 anos, disse-me, por exemplo, que todos os professores das oficinas eram ótimos e tratavam todas as meninas da mesma forma, "*eles tratavam igual, todo mundo*"; e ela nunca levou "esporro" porque sempre ficou "tranquila". De acordo com ela, não tinha como tratar uma "menina mal educada" e uma "educada" do mesmo jeito. Os professores até tentam tratar a todas do mesmo jeito só que "*tem umas que são mais rebeldes*". Não tem como passar a mão na cabeça porque senão acontece do mesmo jeito... mas quando elas estavam "na delas", os professores "tratavam todo mundo igual".

Enquanto pesquisadora que estava "escrevendo um livro" sobre a vida das adolescentes, eu era tratada por elas de forma parecida com a forma que eram tratados os professores (tendo estes ainda algum papel na produção de provas, o que eu não tinha): para elas a minha presença "tanto fazia", não as impedindo de dizer e fazer o que bem entendessem e de acionar os seus diversos *estados* – na minha presença e perante diversos atores e *actantes* - mesmo que estes dessem a impressão de serem contraditórios. A presença do meu gravador acionava o mundo dos técnicos e assim, as justificações das adolescentes ajustavam-se à ele: com o gravador certos discursos, provas, lógicas e objetos surgiam e agiam na situação, dando lugar a outros assim que o gravador era desligado[56].

[56] Em diversos momentos, após uma longa entrevista ajustada ao *mundo dos técnicos*, eu desligava o gravador, saía da sala de atendimento e me dirigia com a adolescente entrevistada até o pátio, no qual ela apresentava um discurso e postura diferentes, ajustados ao *mundo das garotas*, o qual era permeado de força, coragem e violência, o que contrastava enormemente com o que ela havia me dito até aquele momento. Isto demonstra a pluralidade de seus *estados* e de *princípios de justiça*, aos quais deviam se ajustar.

O que procuro ressaltar ao observar o tratamento conferido pelos atores que povoavam o CRIAAD e o ESD aos professores das oficinas e cursos é o de que, como estes não têm parte nenhuma nos julgamentos aos quais as adolescentes são submetidas no cumprimento da medida socioeducativa, eles eram apenas peças na confecção de provas pelas adolescentes, interagindo pouco com os outros funcionários, permanecendo à parte dentro do espaço do Educandário Santos Dumont (eles estão sempre juntos, almoçando juntos e indo embora juntos, falando pouco, quase nada, com os outros funcionários do ESD) e no CRIAAD (onde eles conversavam um pouco mais com alguns funcionários, mas sempre chegavam e iam embora rapidamente).

Como se observou acima, o que importava enquanto prova legítima do bom cumprimento das medidas socioeducativas era a inscrição e a frequência aos cursos e oficinas. Não se inscrever ou faltar aos cursos era registrado como prova ilegítima, negativa, nos relatórios. Neide Dias, por exemplo, não demonstrava interesse pelos cursos: ela não gostava de jogar futebol, nem de ter que acordar cedo para ir às aulas, dizia. Neide não conseguia se engajar no mundo dos técnicos e permanecia pequena quando, dentro deste, tinha que se justificar. Dizia ela que cumprir medida socioeducativa: "*é horrível, pra mim é horrível. Viver do jeito que eu vivi lá* [no ESD], *nem tendo curso! Igual essas meninas falam 'curso, fazer não sei o que, ba ba bá...'. Pra mim, lá é horrível, mesmo tendo curso, é horrível*".

Na entrevista de recepção de Neide Dias[57], no CRIAAD, perguntou-se: "*Como você avalia sua vinda para o CRIAAD?*". Neide Dias responde que pretende "*criar novo projeto de vida*". Pergunta-se ainda "*O que você espera encontrar no CRIAAD?*"; diz ela que não espera "*Nada, pois o resto depende de mim*". "*O que você pensa fazer para cumprir sua medida?*", pergunta a técnica. Neide diz que "*Ir à escola, fazer curso de informática*", além de "*voltar a estudar*" e cuidar do filho que ela esperava. Neide ajusta seu discurso ao mundo dos técnicos, planeja a confecção de *provas* que garantiriam o bom cumprimento da medida. Neide, entretanto, não consegue colocar seus planos em prática: não consegue ir à escola nem aos cursos e oficinas oferecidas.

Em um de seus relatórios, nota-se sua falta de comprometimento com o cumprimento da medida e com as propostas de "socioeducação":

[57] Neide Dias era uma das poucas adolescentes chamadas pelo nome e sobrenome. Talvez porque houvesse outras Neides - as quais eu não conheci - que tivessem que ser diferenciadas de alguma forma, e assim o eram pelo sobrenome.

Relatório CRIAM[58] [...]

Neide chegou ao Criam em 04/03/2009, após cumprir um mês e meio de internação no ESD. Durante estes quatro meses de estada da adolescente, vimos cotidianamente percebendo comportamentos inadequados, para os quais oferecemos diversas propostas que pudessem colaborar com o cumprimento da medida, estimulando mudanças e favorecendo sua vida como um todo. A adolescente, entretanto, não consegue apropriar-se dos recursos oferecidos em seu benefício.

Matriculada na escola Municipal Alexandre Farah, 6ª série, possui baixa freqüência, sempre justificando não gostar de estudar ou alegando sentir alguma dor física no momento de ir para a escola. Quando muito persuadida a ir, frequentemente sai da unidade, porém não chega à escola, adulterando o controle de frequência. E ainda recebemos telefonemas da Diretoria, solicitando buscá-la e resolver problemas disciplinares ocorridos em sala de aula.

Em 02/06/2009, ao ser chamada a atenção pela professora com palavras de baixo calão, na frente de toda a turma estendendo os xingamentos à diretora da escola. Na ocasião, o Criam foi contatado e o coordenador compareceu a escola. Após desculpar-se com as pessoas ofendidas, Neide foi autorizada a continuar até o final da aula. A adolescente saiu da escola às 17:40h e só retornou ao Criam às 20:30h, mesmo sabendo que a equipe da Unidade este lapso de tempo em seu controle de freqüência, fato que demonstra a desvalorização atribuída a MSE e um sentimento de impunidade.

Em 01/07/09, a Diretora da escola entrou em contato com o CRIAM, solicitando que Neide fosse transferida para outra unidade escolar, em virtude de sua indisciplina. Diante disso, estamos providenciando sua matrícula em outra escola.

Contamos com o Projeto Gol Legal – realizado pela ONG Instituição do Homem Novo, através do Convênio OI Futuro – oportunidade esta que traz grande interesse e motivação para todas as residentes que participam intensamente dos jogos de futsal feminino e das atividades psicossociais, exceto Neide que permanecia desinteressada e apática, sendo, por isso, desligada do projeto.

Foi-lhe oferecido também um curso de informática na Faetec, mas tem apresentado grande resistência em freqüentar as aulas, alegando que não gosta de estudar pela manhã. Sua freqüência neste curso é baixa e constam, do mesmo modo, alteração no seu controle de freqüência.

Nos atendimentos técnicos, Neide manifesta-se de forma bastante confusa. Busca justificar sua falta de compromisso com a MSE de muitas maneiras, apresentando dificuldades de assumir sua responsabilidade, e mantendo-se apática às orientações que lhe são dadas.

Nestes 4 meses, a adolescente tem recebido visita dos genitores e outros familiares com regularidade. No entanto, sua mãe tem demonstrado alguns sinais de desgaste, dizendo que está muito decepcionada com Neide, que parece não se preocupar com sua situação de desemprego e adoecimento. É perceptível que o convívio familiar não tem produzido mudanças na vida da adolescente, tanto pelo fato de Neide não assimilar os conselhos que recebe, quanto pelo fato de sua família não impor maior autoridade sobre ela.

Vale acrescentar que, no decorrer deste período de acautelamento, a adolescente recebeu atendimento médico e participou de atividades sócio-culturais dentro e fora da Unidade, tais como: passeio ao Cristo Redentor e a exposições, idas ao cinema e ao teatro. Neide, em muitos momentos, não soube utilizar-se disso em seu proveito, deixando de participar de algumas atividades, devido ao seu comportamento.

A forte violência vivida no AI, bem como outras situações de violência experimentadas por Neide antes do cometimento da infração – a violência sexual sofrida pela adolescente e a violência doméstica contra sua genitora – podem estar contribuindo de maneira negativa no seu comportamento. Neste sentido, avaliamos que a retomada do atendimento psicológico de forma sistemática pode colaborar

[58]CRIAM significa Coordenadoria de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor, tendo mudado para CRIAAD – Coordenadoria de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente – apenas em 2009, 19 anos após a promulgação do ECRIAAD, o qual eliminou, como vimos, o termo “menor” do âmbito jurídico.

> para a superação das dificuldades encontradas no cumprimento da MSE e em sua vida numa perspectiva mais ampla.

Percebemos então que Neide não tinha comprometimento com o cumprimento da medida: comportava-se de maneira "inadequada", apesar de todas as propostas que poderiam melhorar sua vida como um todo; não frequentava a escola, não queria participar de nenhum curso e não conseguia se justificar de forma coerente, engajada, no mundo dos técnicos, parecendo sempre "confusa".

Priscila, a psicóloga do CRIAAD, diz que "*desde que ela* [Neide] *está aqui, acho que tem uns dois anos, que é uma constante. No início também ela teve muita dificuldade de ir pra escola, não queria ir pra escola, mas depois essa dificuldade foi superada, depois a gente conseguiu inserir ela na escola...*". As medidas de Neide tiveram longa duração – ela cumpriu quase um ano, fugiu da unidade e retornou, estando novamente há quase um ano no sistema – e durante um período, ela permaneceu desinteressada pelo cumprimento da medida, a despeito das oportunidades e dos conselhos dados pelos técnicos, inclusive de como cumprir "corretamente" uma medida. Priscila ressalta que:

> mesmo a gente trabalhando a questão da importância da escola na vida dela, naquele momento a escola não tinha nenhuma importância, então, não adiantava: os nossos argumentos pra ela não eram válidos. Que a escola era importante não só pra vida dela pessoal, pra formação dela educacional e profissional, mas também por uma questão da própria medida, pra ela cumprir logo, se livrar dessa obrigação com a justiça, nada funcional. Como ela acabou permanecendo mais tempo aqui em função de o Juiz saber também desse desinteresse dela, ela acabou se convencendo a ir. Só que ao ir a escola, ela acabou produzindo situações de conflito entre os colegas também. Acredito que situações semelhantes às que ela produzia aqui dentro também. As situações que ela fazia parte... de tentar se impor aos colegas utilizando a questão da infração, de arrumar um namorado que já tinha uma namorada, então, ela vivenciou situações na escola, que ela também vivenciava aqui dentro. Arrumou confusão e parece que a diretora conversou com a pedagoga na época para que a gente arrumasse uma outra escola pra ela.

O desinteresse de Neide pelas atividades propostas pela unidade – as obrigatórias e as eletivas – fez com que a adolescente permanecesse no sistema por um tempo mais longo do que o da média das outras adolescentes. Quando Neide ajustou-se ao mundo dos técnicos mostrando-se não apenas arrependida de seu ato infracional, mas também mais calma e paciente em decorrência de sua gravidez, passando a frequentar a escola e os cursos, não

demorou muito para que tivesse sua medida progredida. Priscila diz que mesmo entendendo que o desinteresse da adolescente pela escola seja fruto de sua socialização, de suas experiências mal sucedidas com esta instituição – e do desinteresse das próprias escolas pelos adolescentes - e de outros eventos graves que aconteceram na vida da jovem, a psicóloga informa que ela tem que registrar as ausências e a falta de interesse de Neide, ela "*tem que prestar esse tipo de informação não só pro Juiz, mas pros responsáveis da adolescente, pai e mãe, ou seja lá quem for o responsável dela, pra saber como ela está indo, se ela está participando, se ela tem interesse, quais são os projetos dela*".

Com a leitura do relatório transcrito acima, o Juiz profere a sentença:

> [...] Destarte, para que haja uma mudança de regime, uma substituição da medida por outra considerada menos gravosa para o adolescente, é preciso que se tenha uma diagnose ou pelo menos uma prognose direcionada a uma alteração no *status quo ante*, de modo a se supor que os motivos ensejadores da imposição da medida que se pretende reavaliar já estão superados e que, principalmente, os riscos de o adolescente voltar a delinqüir são mínimos. Porém, o que se observa é que no caso dos autos a medida imposta ainda não se mostrou eficaz e não foram alcançadas as suas finalidades. O relatório social apresentado e todo contexto dos autos, bem como a particular situação do adolescente, analisados em seu conjunto, estão a indicar ser prematura a mudança da medida de semiliberdade para outra qualquer mesmo que seja a liberdade assistida [...].

Neide não conseguia questionar o boletim de ocorrência nem a ata da audiência que diziam que ela era uma "*adolescente em conflito com a lei*". Quando entrou no sistema socioeducativo, Neide era *pequena* graças às demonstrações de falta de responsabilidade, maturidade e civilismo que deu. Infringir à lei feria os "interesses da sociedade" e ela provou precisar de socioeducação para não colocar mais às outras pessoas e à si própria em risco. A negação aos seus atos era uma evidência dos princípios de justiça aos quais se ajustavam os técnicos: não apenas cometer atos infracionais era um dano à sociedade, como era um dano à ela própria, pois demonstrava que Neide não conseguia abstrair, ou seja, se pensar dentro de um coletivo e elaborar projetos de futuro.

Dentro do Degase, Neide poderia provar para os técnicos e para o Juiz que, na verdade, cometeu um erro e estava disposta a amadurecer. Segundo esta lógica, pessoas que pensam no futuro fazem cursos, frequentam a escola, sabem conviver com seus familiares e com as outras pessoas com as quais não têm laços de sangue – em especial aqueles que trabalham e estão temporariamente vivendo numa unidade do sistema socioeducativo.

Se pensássemos que nas unidades de detenção para adultos, o cumprimento da pena limita-se a ficar preso, sendo as demais atividades formas de amenizar a pena, nas unidades para adolescentes, a participação nas atividades determina a própria duração medida, fazendo com que ela seja longa ou curta. De quais atividades a adolescente participa, seu desempenho nestas, sua dedicação a estas enquanto acontecem, a validade da própria atividade, a forma como é ministrada, não importam. O importante é a demonstração das adolescentes de estarem dispostas a se envolver em algum exercício, qualquer que seja. O fato de não gostar de "fazer unha" ou de teatro ou de aprender penteados "afro" ou de jogar futebol não é relevante, não são sintomas de suas socializações e/ou personalidades, mas uma manifestação de um desinteresse mais amplo, com a sociedade e com seu futuro. Era desta forma que o Juiz lia e julgava a dedicação ao cumprimento da medida.

Neide ficou presa até o momento em que ela começou a demonstrar mais calma por causa da gravidez; sua sensibilidade maternal criou um projeto de futuro para ela: cuidar de uma criança. As antigas incertezas que rondavam a vida de Neide e dubiedade que suas escolhas provocavam nas projeções sobre seu porvir levavam o Juiz a determinar que a adolescente precisava de mais tempo para refletir sobre o que ela planejava para sua vida – e concluísse então que a medida tinha sido ineficaz e não tinha alcançado sua finalidade. Quando a "calma" de Neide passou a ser registrada nos relatórios, a adolescente teve sua medida progredida para liberdade assistida.

Já Caroline cumpriu medidas de internação e de semiliberdade num prazo de nove meses (internação de junho a outubro de 2010 e semiliberdade de outubro de 2010 a março de 2011). Caroline cumpriria quatro meses de internação para que seu "*estado psíquico*" fosse avaliado e para que a suposição de sua reincidência cessasse – suposição esta sustentada pelo boletim de ocorrência -, como disse o Juiz na primeira audiência. "*A mudança* [para outra medida] *ocorrerá quando houver prognostico de que o adolescente não voltará à prática de novos atos infracionais*".

Ao final dos nove meses em que Caroline esteve privada de liberdade, seu processo contava com, no máximo dez páginas. Quanto menos questões a adolescente tivesse, quanto menos conflitos e brigas provocasse dentro da instituição, quanto menos queixas e negativas fizesse em relação à escola e aos cursos, menos páginas seu processo teria. Isabel, a assistente social dizia que Caroline era tinha o "*perfil*" diferente do das outras meninas. A técnica dizia que achava que Caroline cometeu um erro por ser muito nova e, portanto, facilmente influenciável, além de estar privada do afeto e da atenção da mãe que a abandonou.

Caroline tinha 13 anos, era branca, de estatura mediana, magra e tinha longos cabelos castanhos ondulados. Nunca ouvi Caroline gritar ou falar alto, ao contrário das outras adolescentes. Ela sempre tentava se expressar usando o português correto e seu tom de voz era tranquilo e pausado.

A adolescente havia abandonado a escola aos 11 anos, quando estourou uma crise familiar após a morte do pai, mas sua disposição para estudar não era colocada em dúvida, pois Caroline era uma exímia leitora e frequentadora das bibliotecas das unidades[59]. No Educandário, a adolescente frequentava cursos todos os dias: de cabeleireiro às segundas e sextas, de manicure às quartas e de informática avançada às terças e quintas. Pela manhã, Caroline frequentava as aulas na Escola Estadual Luiza Mahin. No CRIAAD, como chegou quase no fim do ano letivo, as técnicas não conseguiram providenciar sua matricula nas escolas localizadas próximas à unidade[60], nas quais as outras adolescentes estavam matriculadas.

Caroline era "quieta no seu canto", como a própria dizia: ela não queria confusão e nunca fez por onde ser castigada. Seu maior problema era a relação com a mãe. As duas brigavam constantemente e durante toda a medida a ligação entre as elas pareceu irreconciliável. Caroline dizia que não voltaria a morar com a mãe, pois esta era alcóolatra e ela e o seu companheiro saíam todos os finais de semana, voltando para casa embriagados e brigando muito. Já a mãe, admitia a falta de cuidado com a filha adolescente, mas não tinha paciência para conviver com ela.

A relação de respeito e bom convívio com os familiares também era uma critério de bom cumprimento e execução da medida socioeducativa. As técnicas sempre perguntavam às adolescentes como estava a relação com seus responsáveis e dependendo da resposta, avaliavam a possibilidade de as adolescentes voltarem para casa, tentando, por meio da conversa com os responsáveis, incentivar o bom convívio entre eles. Como disse o Promotor, no caso de Raquel:

---

[59] Muitas adolescentes liam jornais, livros e histórias em quadrinho disponíveis nas bibliotecas do Educandário Santos Dumont e do CRIAAD. Seus títulos preferidos eram os escritos por Thalita Rebouças – a quem Fabiana e Caroline conheceram no lançamento de um de seus livros -, por Stephenie Meyer e por Maurício de Souza. Caroline e Fabiana haviam lido toda a coleção de Rebouças e admiravam sua série "Fala sério". A saga "Crepúsculo" também gozava de muito apreço entre elas. E os quadrinhos da turma da Mônica de Maurício de Souza sempre estavam nas mãos de uma ou outra. Por vezes, enquanto conversava com elas, algum livro era apontado como exemplo daquilo que diziam. As adolescentes que conheci que mais liam nas unidades eram Alice, Caroline, Fabiana e Lisbela.

[60] Algumas adolescentes estudavam na Escola Municipal Alexandre Farah, a dois quilômetros do CRIAAD, e outras no Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Antônio Carlos Mussum, a 700 metros da unidade. Elas iam e voltavam a pé, sozinhas das escolas, tendo que apresentar suas pastas contendo os horários de chegada e saída da unidade e da escola, sendo o horário desta, assinado pelo porteiro.

> Como é curial, a imposição das Medidas Socioeducativas deve levar em conta a capacidade do adolescente em cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade do ato infracional, bem como a necessidade de viabilizar laços familiares e condições concretas de vida em família, de modo a permitir a construção de horizonte favorável ao desenvolvimento sadio do adolescente e a constituição de consciência cidadã[61].

Era uma das tarefas das técnicas a tentativa de restabelecer os laços familiares entre adolescentes e suas famílias e era dever das adolescentes facilitar a reconstituição destes laços por meio da obediência e do respeito aos seus responsáveis. Por muito tempo, Isabel tentou restituir os laços entre Caroline e sua mãe.

A mãe de Caroline não ia às festas no CRIAAD para as quais era convidada. Na festa de Natal, sua ausência provocou muitas lágrimas não apenas de Caroline, a qual, não querendo chamar a atenção de ninguém, sentou-se no chão da quadra, longe do pátio onde a festa acontecia, para chorar; mas também de outras adolescentes, as quais logo encontraram Caroline sozinha na quadra e começaram a chorar por compaixão.

Em certa ocasião de atendimento, Caroline entra na sala das técnicas e Isabel pergunta:

> Isabel - Caroline, como está o relacionamento com sua mãe?
> Caroline - Normal.
> Isabel - Mas “normal” não é bom.
> Caroline - Só vai ficar bom quando ela parar de beber.
> Isabel - Ela já procurou o grupo [Alcóolicos Anônimos]?
> Caroline - Não, e ela disse que não vai parar. [...]
> Isabel - Tem como você ir morar na casa da sua tia quando sair daqui?
> Caroline - Minha tia não tem a casa dela, mas quando tiver, vou morar com ela com certeza.

---

[61]“*No que tange às representadas Ana, Camila e Raquel, verifico que as mesmas, apesar da terna idade, viviam longe da família, em uma residência que não tinha princípios e era conhecido ponto de venda de drogas [...] Todas as três representadas demonstraram levar uma vida desestruturada e sem apoio familiar, tendo abandonado muito cedo seus estudos, o que certamente serviu para favorecer o seu envolvimento com a criminalidade. [...] Assim, entendo que a medida de semiliberdade é a medida necessária e mais adequada às representadas, capaz de educá-las e ressocializá-las, a fim de que percebam que a conduta por elas adotada se enquadra dentro daquelas que são consideradas desviantes pela sociedade. Além do mais, permitirá às mesmas que voltem, aos poucos, para seus lares e para a convivência com seus genitores, para que recebam os valores necessários à formação de uma personalidade saudável*”, disse o Promotor sobre as causas do cometimento de atos infracionais por Ana, Camila e Raquel. A falta de princípios dentro de casa e suas “famílias desestruturadas” foram determinantes nas suas condutas “desviantes”.

Assim que a rápida conversa terminou, Isabel ligou para a tia de Caroline a fim de convencê-la a se responsabilizar pela sobrinha, dizendo que esta era uma boa menina, diferente das demais. Caroline não podia ficar vivendo com a mãe naquelas condições, pois a adolescente já havia sido suficientemente negligenciada – culminando no ato infracional e em sua detenção. Em muitos momentos, as técnicas tentavam resolver questões de relacionamentos familiares, os quais, em sua maioria, eram conflituosos. Por diversas vezes as mães negavam-se a receber as filhas em casa, fazendo com que as adolescentes não quisessem deixar a unidade, e levando as técnicas a se empenharem na tarefa de persuasão.

Na festa de carnaval conheci a mãe de Caroline. Nesta festa, para comemorar conjuntamente o carnaval e o dia internacional da mulher, as adolescentes, fantasiadas, deveriam ler redações que haviam escrito sobre o tema "mulher". Caroline foi uma delas e fantasiada de coelha, num vestido de cetim branco, orelhas e rabo de pelúcia, leu com uma voz firme sua redação que dizia que até pouco tempo pensavam que as mulheres poderiam apenas ser donas de casa, mas depois de muita luta, elas mostraram que são capazes de trabalhar e fazer muitas outras coisas. E disse ainda que gostaria de homenagear sua mãe, a qual falou muitas vezes que ela não era problema seu, mas que, com certeza, dizia aquilo apenas da boca para fora. Após esta pronunciação, Caroline chorou. Sensibilizada com o choro da filha, a mãe também chora.

A diretora diz para a mãe se levantar e abraçar a filha, mas aquela se nega. A diretora insiste e a mãe continua se negando. Até que os agentes a pegaram pela mão e a conduziram até a filha, fazendo com que as duas se abraçassem. Após este episódio, a mãe começou a pedir ansiosamente para ir embora, escutando de Caroline "*falta pouco, mãe, espera um pouco...*".

Não apenas Caroline tinha problemas de relacionamento com a mãe: Lívia, de 14 anos, cujo ato infracional era justificado como imaturidade e falta de carinho materno, estava sempre evitando ir para casa e criando problemas no CRIAAD para ser punida com a perda do fim de semana. Quando as técnicas perceberam a estratégia da adolescente, decidiram puni-la de outras maneiras, mas nunca a deixando na unidade nos finais de semana, fazendo-a ir para casa para que ela e a mãe pudessem resolver seus problemas. Apesar das constantes faltas da adolescente, algumas delas de natureza grave, estes episódios não eram registrados em documentos, poupando a adolescente da regressão da medida para internação. A observação e a análise da relação entre Lívia e sua mãe eram motivo de compaixão e explicavam todas as faltas cometidas por aquela. Quando a mãe estava presente, frequentemente gritava com a filha, e assim que esta começava a chorar pedindo perdão pelo

seu mau comportamento tentando abraça-la, a mãe e empurrava com violência. A equipe técnica condenava este comportamento da mãe – o qual sensibilizava inclusive os agentes – e negligenciava certas atitudes, as quais certamente a fariam voltar para o Educandário Santos Dumont caso fossem inscritas no seu relatório. Para as técnicas, Lívia fazia tudo o que fazia para "*chamar a atenção*" dos outros e especialmente da mãe, a qual se relacionava com a filha de forma fria e distante.

Ana também tinha dificuldades de relacionamento com a mãe. A adolescente não morava com a mãe quando infringiu a lei, tendo saído de casa por causa dos problemas de relacionamento com esta. A mãe era sempre enfática dizendo que nada daquilo era culpa dela; a filha que tinha culpa de tudo por ser extremamente irresponsável. Quando as equipes técnicas e o Juiz chamaram sua atenção dizendo que parte no que acontecia na vida de Ana era de sua responsabilidade, a mãe responde em tom de voz alto e demonstrando irritação: "*Vê se pode! Dizer que eu não crio direito minha filha! É ela que escolhe se envolver com as pessoas erradas! É ela que escolhe as amizades dela! Eu não tenho nada com isso não! A gente fala, fala, fala, mas ela não escuta!*". A mãe ordenava que Ana parasse de fumar, mas a filha nunca lhe obedeceu, ordenava que cuidasse de seu bebê, mas esta insistia em ignorar a criança. As ordens da mãe seriam legítimas se as histórias de vida das duas não parecessem tanto perante os olhos das técnicas: a mãe de Ana também fumava muito e havia se relacionado com a filha como Ana se relacionava com a dela. Isabel, a assistente social, indignava-se com a mãe de Ana, apontando que esta era o "*espelho*" daquela.

Além de Caroline, Lívia e Ana, Edwiges, Pamela, Ilana, Luísa, Bianca, Maiara e Fabiana tinham relacionamentos difíceis com seus responsáveis, em especial com suas mães e tinham problemas para ir para casa. Esta característica tão marcante – e critério fundamental na determinação de cumprimento da medida socioeducativa privativa de liberdade pelas autoridades judiciais[62] – levava as técnicas a afirmarem que a falta de apoio, atenção, afeto e cuidados das famílias das adolescentes para com elas, as levaram ao cometimento do ato

[62] Na minha dissertação de mestrado (SILVA, 2008) analiso os critérios necessários para ser considerado ou não, pelos Juízes durante as audiências, um "*adolescente em conflito com a lei*". Nestas, apesar de adolescentes cometerem os mesmos atos infracionais, recebem-se sentenças diferentes graças a certas características de vida, como a relação com a escola, com o planejamento de seu futuro e com sua família. Se aos olhos dos juízes essas características demonstrarem dedicação, envolvimento e valorização, o adolescente não será "*em conflito com a lei*", podendo ser liberado ou receber medidas não privativas de liberdade. Se, por sua vez, o adolescente demonstrar falta de interesse por todos aqueles aspectos, ele prova ser "*em conflito com a lei*", não tendo limites e necessitando de socioeducação. Como não é o ato infracional que decide se um jovem será em conflito com a lei ou não, mas especialmente a ata da audiência que lhe confere um *estado*, as tentativas de delinear uma criminalidade juvenil mostram-se enviesada por um olhar que já peneirou as pessoas, que classificou tipos de vida como potencialmente infratores ou não. Uma lógica doméstica e não cívica permeia a justiça para a infância e juventude e é a partir do recorte desta justiça que as equipes técnicas começam a trabalhar – e a analisar, justificar etc.

infracional. As mães e os pais não cuidavam dos pequenos e por isso prejudicavam seu bem-estar. Estes por sua vez eram absolvidos de seus erros por estarem sujeitos a atitudes inconscientes e inconsequentes, sendo diretamente afetados pela falta de atenção, carinho e visibilidade dos pais – justificação como a dada por Soares, Athaíde e Bill (1995), acerca do "grito de socorro".

Juliana, Alice, Edna, Neide, Eliana, Daniela, Matilde, Gabriela, Camila e Raquel não demonstravam incômodo em ir para casa nos fins de semana, mas todas elas tinham dificuldade de relacionamento com ao menos um de seus pais ou padrastos ou madrastas. Já Valéria, Jaqueline, Vitória e Quitéria eram órfãs e tinham como maior dilema o local para onde iriam assim que o tempo de suas medidas acabasse.

As técnicas estavam diariamente ligando para os pais e parentes de uma ou de outra adolescente tentando mediar e resolver problemas, procurando soluções para as brigas e discussões, para os desentendimentos e especialmente, tentando encontrar uma solução para a moradia de algumas delas, negociando um local para estas viverem assim que saíssem do sistema. Em muitos momentos, as encontrava com dilemas morais por não saber como resolver certos problemas, os quais, segundo elas, anulariam todo trabalho que elas pudessem fazer, qualquer orientação e auxílio que elas pudessem dar às garotas.

As adolescentes demonstravam estar valorizando a família – ou seja, demonstravam que a medida socioeducativa estava sendo eficiente para sua reflexão e amadurecimento - quando tentavam restabelecer a convivência e o diálogo com seus familiares, especialmente por meio do não envolvimento em brigas e dos pedidos de desculpas pelos erros cometidos. Caroline disse que foi preciso que ela fosse para o Dumont para perceber que sua mãe gostava realmente dela, pois esta demonstrou tristeza e chorou quando soube da prisão da filha. Caroline relatou que as técnicas sempre conversaram muito com ela e que por isso, hoje, ela e a mãe têm uma relação muito melhor. Hoje ela até conversa e vai para a casa da mãe, conta. Caroline confessa que ali dentro ela está aprendendo a dar valor à vida dela, à quem gosta dela realmente. Ela percebeu o que realmente vale na vida, o que pode te dar alguma coisa, porque o mundo não tem nada pra te dar, "*só sofrimento, morte e cadeia*", confessa.

Assim como ela, Neide dizia que refletiu sobre tudo o que aconteceu, sobre toda a desobediência, e que alerta que pensará mais no filho e na mãe, cuidará dos dois, quando sair dali. Valéria também alegava que seria obediente à irmã e tentaria ser independente para não incomodá-la:

> Eu fico pensando em quando eu sair daqui, como vai ser... porque eu vou sair daqui e vou estar dependendo da minha irmã... porque ela tem o marido dela... e eu vou estar dependendo dela. Vou ter que ficar seguindo o que ela falar. Porque eu mesma não quero dar preocupação pra minha irmã, entendeu? Não quero dar preocupação pra minha irmã... aí eu penso em sair daqui, trabalhar... penso em trabalhar... terminar meus estudos... ela mesmo falou: "quando você sair daqui, você vai estudar". Eu falei: "Tá Marcela, vou continuar a estudar... vou trabalhar também". Ela falou assim: "não. Trabalhar tá tranquilo, mas eu quero mais é que você me ajude em casa. Me ajude em casa". Eu falei: "não, mas eu vou trabalhar pra ajudar você também". Porque ela tem o marido dela... não vou ficar dependendo dela não, entendeu? Eu vou querer ter meu dinheirinho. Aí eu vou trabalhar, vou terminar meus estudos... eu fico pensando nisso. Aí eu dependia do meu marido, sabe, porque ele trabalhava, mas assim, da minha irmã não. Agora vou passar a conviver com ela diariamente, com a minha irmã... o que ela falar eu vou ter que aceitar, porque eu vou estar dentro da casa dela né...

Valéria seria obediente, voltaria a estudar e passaria a trabalhar, ou seja, passaria a atender a todos os critérios daquelas de quem não se "supõe a reincidência". Alice era outra que dizia que só pensava em ir para casa, ficar junto com sua mãe. Manifestava sua vontade de ir à escola, de se "*empenhar mais no estudo*" e tentar ser escrivã de Fórum assim que se formasse: "*eu não sei o nome dessa profissão, assim, que eu acho bem legal... que é assistente de Juiz, eu acho. Ela* [a Juíza] *vai falando e a gente vai escrevendo no computador... eu queria me formar nisso...*".

Poucas eram as adolescentes que se negavam a seguir as orientações dos técnicos, não fazendo cursos ou se negando a ir à escola ou ao médico ou não procurando se reconciliar e obedecer aos seus responsáveis[63]. A maioria delas apresentava um projeto de futuro que era suficientemente convincente para ser registrado nos seus relatórios e fazer com que os Juízes as desobrigassem perante a Justiça. Aquelas que se negavam a seguir as orientações e as proposições dos técnicos e dos demais funcionários das unidades tinham suas medidas mantidas e ficavam mais tempo no sistema socioeducativo. Estas, porém, investiam no *mundo das garotas*, como veremos no capítulo 3, sendo *grandes* nestes e gozando de outro tipo de prestígio, o qual para elas era mais importante naquele momento, como é o caso de Neide.

Como vimos neste capítulo, o *mundo* no qual investem as esquipes técnicas está povoado por livros, autores, leis, normas, papéis – dentre estes, boletins de ocorrência, atas de audiência, históricos escolares etc. -, mesas de atendimento e salas independentes, nas quais se organizam coisas e as pessoas. As teorias e os livros dos peritos em Adolescência, criminalidade e pobreza orientam os trabalhos dos técnicos e são parte da demonstração de

---

[63] Das 19 adolescentes que tratarei nesta tese, 13 delas, Eliana, Alice, Edna, Lívia, Daniela, Ana, Juliana, Valéria, Bianca, Camila, Fabiana, Raquel, Edwiges faziam cursos e/ou frequentavam a escola. Neide, Jaqueline, Matilde, Quitéria, Ilana e Lisbela não faziam nenhuma atividade.

efetividade do estabelecimento de certo princípio e hierarquias – além de serem a principal fonte de conflito entre estes e os agentes, como veremos no próximo capítulo –; e os demais não-humanos orientam suas práticas indicando as possibilidades de se avaliarem as adolescentes de tal ou qual forma, contribuindo para determinar as magnitudes destas segundo os princípios que une os seres.

As adolescentes potencialmente infratoras, avaliadas desta forma não apenas pelo fato da infração ao código penal, mas por certos aspectos específicos de suas vidas, como pelo abandono da escola, pelos conflitos familiares, pela idade e pelas condições de sustento e renda de seus responsáveis, estão constantemente sob provação, tendo que se comportar de maneira adequada às expectativas dos técnicos e do Juiz. O desinteresse pela escola se resolve pela matrícula na escola e nos cursos – não pelo bom desempenho na escola e nos cursos nem pela aprovação no ano letivo, até porque este não é possível, já que as medidas geralmente são breves e duram menos de um ano -; os conflitos familiares se resolvem pelas posturas pacientes e serenas, além da admissão de sua *pequenez* frente aos seus responsáveis, incluindo os pais e os filhos, se os tiverem, num projeto de futuro - o qual, por sua vez, é expressão de amadurecimento e avanço no desenvolvimento cognitivo, de seus progressos enquanto pessoas. Estabelecidos estes critérios, algumas adolescentes se ajustam, outras não, e assim são avaliadas, pelos Juízes, como estando mais ou menos sujeitas à reincidência. Como foi demonstrado neste e como veremos nos próximos capítulos, muito do que acontece nas unidades não vai para o relatório nem é registrado nas delegacias por conta das concepções sobre adolescência, família, afeto, acesso aos direitos e pobreza que levam as equipes técnicas a repensarem a elaboração dos relatórios, fazendo com que elas registrem o que acham ser importante para a leitura do Juiz e para a tomada de decisões deste frente cada uma delas.

É óbvio que a postura e a relação de empatia e respeito que cada uma delas estabelece com a equipe técnica eram relevantes na confecção dos relatórios e demonstravam-se expressões de suas capacidades de se relacionar com as outras pessoas e de obedecer às regras. Não bastava apenas ir à escola e aos cursos, mas era necessário se mostrar cortês – pode-se dizer era necessário se tornar “dócil e útil” no sentido foucaultiano, não apenas para manter o *status quo*, mas principalmente como uma condição explícita para que a própria adolescente não tivesse que passar por aquelas situações novamente. Por certo, as equipes técnicas não tinham pretensões revolucionárias como tinham muitos dos autores que os próprios técnicos liam. Mas estes manifestavam sua decepção com o sistema, dizendo que o trabalho deles não teria nenhum sentido se a estrutura social não mudasse, se os direitos mais básicos das classes populares – como saúde, educação, trabalho e moradia – não fossem

atendidos. Ao mesmo tempo em que apontavam a necessidade de mudanças, demonstravam a incredulidade nestas, pois duvidavam da boa vontade política. E este era um discurso regular entre as técnicas, especialmente Priscila e Isabel.

Priscila sempre me disse que gostava de trabalhar no Degase, pois tinha "*criado um vínculo*" com aquelas pessoas. E dizia ainda que aquelas adolescentes eram como qualquer outro ser humano; não agiam por mal.

As técnicas estavam sempre avaliando e reavaliando os *estados* das adolescentes, estabelecendo e restabelecendo suas *magnitudes*, organizando as medidas socioeducativas por meio de ideias sobre adolescência, pobreza e crime – as quais eram distintas das dos agentes - e que representavam apenas um nó numa rede longa e complexa que formava o sistema socioeducativo.

2. O MUNDO POVOADO PELOS AGENTES SOCIOEDUCATIVOS

2.1 *L'État c'est moi*[64] ou como fazer antropologia simétrica do Estado

Em 1882, Machado de Assis publica o conto "*O Espelho: esboço de uma teoria da alma humana*". Neste conto, o autor descreve um debate entre cinco amigos acerca de questões de alta transcendência, de "*coisas metafísicas*", resolvendo estes, amigavelmente, "*os mais árduos problemas do universo*". Neste conto, estavam, numa noite, quatro destes cinco amigos debatendo calorosamente, enquanto um, Jacobina, permanecia calado, pensando, às vezes cochilando, contribuindo para o debate com apenas um ou outro resmungo de aprovação. Sucede-se que no meio da noite, Jacobina toma a palavra e inicia um debate acerca da natureza da alma, dividindo a opinião de seus amigos, complexificando a controvérsia e multiplicando as questões debatidas. Um dos argumentadores pediu à Jacobina alguma opinião sobre o que estava sendo dito, sobre o que caracterizaria enfim a alma humana. Jacobina explica que não há uma alma, mas duas: uma que olha de dentro pra fora – a alma interior - e outra que olha de fora pra dentro – a alma exterior.

> A alma exterior – diz Jacobina – pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; - e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor etc. Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira (MACHADO DE ASSIS, 2001, p. 53).

Jacobina deixa claro, em seguida, que a "*alma exterior*" não é sempre a mesma: ela muda de natureza e de estado, tendo ele próprio experimentado, por diversas vezes essas "*trocas*". A fim de exemplificar a relação que a "*alma interior*" mantém com a "*alma exterior*", Jacobina relata um fato ocorrido consigo próprio, quando ele contava com a idade

[64] Frase atribuída ao rei da França, Luís XIV (1638-1715) - símbolo do despotismo no *ancien regimen* -, para o qual o Estado era expressão de suas vontades, confundindo-se as suas figuras.

de 25 anos, era pobre e havia acabado de ser nomeado alferes da Guarda Nacional[65]. Toda sua família estava orgulhosa da sua conquista; alguns vizinhos ficaram com inveja e alguns amigos ajudaram-no a montar sua farda. Uma se suas tias, Dona Marcolina - viúva que residia num sítio - orgulhosa do sobrinho, chamou-o para uma visita, desejando vê-lo usando a farda. Transbordando de orgulho, a tia não permitiu que o sobrinho fosse embora, chamando-o de "senhor alferes" a toda hora, fazendo assim, com que todos os outros que trabalhavam e habitavam em seu sítio também o chamassem desta forma. De tanto entusiasmo com o posto do sobrinho, Dona Marcolina decidiu presenteá-lo com um espelho – uma "*obra rica e magnífica*", com ouro e anjos esculpidos, que destoava do restante da casa e havia sido comprada de uma fidalga da corte de Dom João VI. Tantas coisas, atenção e carinhos fizeram uma transformação em Jacobina:

> O alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se; mas não tardou que a primitiva cedesse à outra; ficou-me uma parte mínima de humanidade. Aconteceu então que a alma exterior, que era dantes o Sol, o ar, o campo, os olhos das moças, mudou de natureza, e passou a ser a cortesia e os rapapés da casa, tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem. A única parte do cidadão que ficou comigo foi aquela que entendia com o exercício da patente; a outra dispersou-se no ar e no passado. Custa-lhes acreditar, não? (MACHADO DE ASSIS, 2001, p. 56).

"*Custa-me até a entender*", diz um dos seus amigos. "*Os fatos explicarão*", diz o alferes, afinal "*os fatos são tudo*".

O alferes continua a sua análise da alma humana relatando que um dia, sua tia recebeu a notícia de que uma das suas filhas estava doente e necessitou ausentar-se, tendo que deixar o sobrinho tomando conta do sítio e dos poucos escravos que ali trabalhavam. Jacobina conta que assim que a tia se ausentou, ele se sentiu oprimido: sentia que a sua alma exterior se reduzia, pois não contava mais com a afeição dos parentes e com a intimidade doméstica, restando apenas a nota de humildade nas cortesias feitas pelos escravos, os quais pareciam-lhe cada vez mais respeitosos, alegres e elogiosos: "*Ah! pérfidos! mal podia eu suspeitar a intenção secreta dos malvados*", diz Jacobina aos seus ouvintes. No dia seguinte, o alferes

[65] Alferes era um posto militar correspondente ao do atual segundo-tenente do Exército. A Guarda Nacional foi uma força paramilitar criada no Brasil em 1831 e desmobilizada em 1922, que ficava subordinada ao Ministério da Guerra, sendo um contraponto ao Exército, o qual representava uma ameaça ao governo regencial por se opor a este.

estava completamente sozinho: todos os escravos haviam fugido, levando consigo os cães, deixando os galos, as galinhas, três bois e um par de mulas que filosofavam sobre a vida.

Para não desamparar a casa e não aumentar a dor de sua tia – que já sofria com a doença da filha -, o alferes decidiu permanecer ali, esperando o retorno ou a visita de alguém. Entretanto, ninguém apareceu durante toda a semana e o alferes começou a sentir-se solitário, tendo sua alma interior ferida pelo pêndulo do relógio da sala que batia as horas eternamente. E quando chegava a noite, vinham a escuridão, a sombra e a solidão mais larga; mas o alferes não sentia medo "*vulgarmente falando*", ele se percebia como um defunto, um sonâmbulo, um boneco, sentindo-se bem apenas dormindo, quando eliminava a necessidade de sua alma exterior e podia sonhar com sua farda e com a visita de amigos prometendo-lhe os postos de tenente, capitão e major.

A sua alma exterior parecia ter ido embora e não queria voltar: o alferes encontrava-se numa "*terrível situação moral*", na qual sua alma exterior, dissociada da interior, o fazia se sentir "*difuso*". Até que passados oito dias de solidão, "*deu na veneta*" do alferes olhar-se no espelho com a moldura banhada a ouro, o presente de sua tia, e não viu a sua imagem, viu apenas uma imagem esfumaçada, dispersa, mutilada, uma nuvem de linhas soltas. Irritado e temendo enlouquecer, o alferes decide ir embora da casa, e então começa a vestir sua farda. Vestiu-a, e quando olhou para o espelho, o vidro reproduziu a figura integral, "*nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso*", era ele mesmo que enfim, havia reencontrado sua alma exterior: "*Essa alma ausente com a dona do sítio, dispersa e fugida com os escravos, ei-la recolhida no espelho*". O alferes passou então a olhar para o espelho todos os dias, por um determinado tempo, e daí em diante, foi outro: não se sentia mais um autômato, mas um ente animado, aguentando a solidão sem a sentir (MACHADO DE ASSIS, 2001, p. 60).

E assim, Jacobina termina sua história, considerando-a suficientemente explicativa para as questões da relação entre a alma interior e exterior, e retira-se da discussão, deixando seus amigos refletindo acerca do que havia sido relatado[66].

A teoria da alma humana de Jacobina assemelha-se à *Teoria do Ator-Rede* (TAR)[67] desenvolvida por Bruno Latour na sua forma de tratar a realidade, a produção dos coletivos e a relação entre humanos e não-humanos. Apesar de Latour reivindicar a qualidade de

[66] Pode-se interpretar este conto de Machado de Assis também pela ótica da construção da identidade, mas, aqui, especificamente observaremos a relação entre atores e *actantes*. Pensa-se como Jacobina, perdendo a sustentação de seus pares, reconstrói sua identidade associando-se à farda.
[67] Em inglês, Action-Network Theory (ANT).

inovação[68] à sua teoria, Jacobina, um dos casmurros criados por Machado de Assis, já havia, no século XIX, pensando sobre como a ação resulta da relação entre humanos e não-humanos, e como estes articulam e estabilizam as redes por vezes chamadas de instituições e por outras, de sociedade[69].

Podemos pensar primeiramente que Jacobina era um *ator híbrido*: a humanidade do alferes apenas se completava e estabilizava por meio da relação com os não-humanos – sendo tal completude característica dos seres humanos em geral. A "existência inteira" dependia, dizia ele, da união entre a alma interior e da alma exterior, ou, poderíamos dizer, de uma subjetividade com um "mundo objetivo", dos objetos, mesclados de forma que um não existiria sem o outro, de forma que não existiria tal separação.

A Teoria do Ator-Rede (TAR) também pensa esta relação entre humanos e não-humanos enquanto uma troca de propriedades: a farda e o homem resultavam no alferes. A farda – conjuntamente com os títulos e toda a rede que se estabilizava por meio de tais objetos – modificou um estado de coisas anterior, associou-se ao homem para que determinado tipo de ação pudesse acontecer. Sem a farda não haveria alferes, não haveria Guarda Nacional.

---

[68] Latour confessa que ao pensar num rótulo para sua teoria, havia refletido acerca de nomes, segundo ele, sofisticados, como "Sociologia da Inovação", "Sociologia da Tradução" e "Ontologia do actante-rizoma", até ser atentado para o fato de que o acrônimo de ANT (*Action-Network Theory*) seria "formiga" em inglês, o que o filósofo por formação, e sociólogo, antropólogo e historiador por reputação, achou bastante conveniente, já que a sigla ANT – a formiga – era perfeita para designar um viajante cego, simplório, que apenas fareja os trilhos e anda em grupo: "*Uma formiga escrevendo para outras formigas, eis o que corresponde perfeitamente ao meu projeto!*" (LATOUR, 2006, p. 20). As *ants* (formigas) relembram o que dizem Deleuze e Guattari acerca do conceito de rizoma, o qual pensa os coletivos sociais como rizomas – caules subterrâneos de algumas espécies de plantas que crescem de forma horizontal e se espalham, se ramificam a partir de qualquer ponto. Tais rizomas ajudariam a interpretar a vida em sociedade enquanto redes e fluxos – pessoas e objetos localizados nos mais diversos espaços e tempos, que ajudam a construir, manter e especialmente modificar a vida social - que se elaboram simultaneamente a partir de qualquer e de todos os pontos, não existindo proposições ou estruturas fundamentais – as quais equivaleriam às plantas com raízes profundas sobre as quais se ergueriam tronco, caules e folhas: "*A árvore ou a raiz inspiram uma triste imagem do pensamento que não para de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou de segmento" (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 26).* E as formigas também representam um "rizoma animal", pois, como dizem Deleuze e Guattari, "*é impossível exterminar as formigas, porque elas formam um rizoma animal do qual a maior parte pode ser destruída sem que ele deixe de se reconstruir*" (Idem, p. 18). Para Latour, a vida social seria como um formigueiro, pois é múltipla e mescla elementos de diferentes naturezas em sua manutenção e estabilização, sendo composta por redes que se cruzam para se constituir, não havendo uma rede fundamental. E, apesar de ter inicialmente recusado o adjetivo "inovador" à sua teoria, Latour é professor titular do *Centre de Sociologie de l'Innovation* (Centro de Sociologia da Inovação) da École Nationale Supérieure des Mines, e junto com seu diretor, Michel Callon, vem propondo a criação de uma "*nova disciplina transversal*" (LUNA FREIRE, 2006, p. 47).

[69] Neste trabalho, o conto escrito por Machado de Assis (1839-1908) nos auxiliará na compreensão das teorizações sobre o humanos e não-humanos e sobre o Estado feitas pela TAR e para introduzir as análises sobre o tema tratado nesta tese. Cabe ressaltar, entretanto, que as teorias latourianas não foram inspiradas pelo conto machadiano, mesmo que Latour possivelmente possa inclui-lo na Teoria do Ator-Rede, como fez com alguns trabalhos de biologia, de antropologia, de sociologia etc. graças aos pressupostos sobre os quais foram construídos (LATOUR, 2006, p. 21). A TAR de Latour é herdeira da Filosofia da Ciência de Michel Serres e do Programa Forte em Sociologia do Conhecimento de David Bloor, dos quais tomou emprestado respectivamente o conceito de *tradução* e o princípio da simetria. Podem ser identificadas também a influência do conceito de *rizoma* desenvolvido por Deleuze e Guattari e a noção de *dispositivo* desenvolvida por Michel Foucault (LUNA FREIRE, 2006, p. 48).

Sem a farda, o alferes não "guardaria a Nação", permaneceria num outro estado, associado ao Sol, ao campo e aos olhos das moças, como disse Jacobina. A TAR não estende simplesmente a subjetividade às coisas nem trata humanos como objetos, mas evita a distinção entre sujeito-objeto ao discorrer sobre a constituição e estabilização dos laços sociais:

> ANT states that if we wish to be a bit more realistic about social ties than "reasonable" sociologists, then we have to accept that the continuity of any course of action will rarely consist of human-human connections (for which the basic social skills would be enough anyway) or of object-object connections, but will probably zig zag from one to the other (LATOUR, 2005, p. 75)[70].

Os objetos – os quais, por não possuírem figura humana, são denominados por Latour de *actantes*[71] – deixam rastros, modificam situações e mediam as ações. A farda era um elemento que fazia parte de uma rede - composta por postos hierárquicos, outras fardas, armas, leis, homens, títulos, soldos, quartéis, normas etc., chamada de Guarda Nacional – e que modificava a situação na qual se inseria, já que por meio dela, certas ações foram possíveis e tornaram-se legítimas; sem ela, o alferes ficava embaçado, sem forma, difuso. As propriedades entre humanos e não-humanos, entretanto, não são intercambiadas ao acaso: há uma ordem na troca de propriedades – a qual, segundo a metodologia da TAR, deve ser considerada, observada e descrita – que fundamenta e estabiliza arquiteturas (a farda da Guarda Nacional possuía uma história, e por 91 anos possibilitou, em conjunto com outros atores e *actantes*, a prática de certas ações - como a de vigilância e repressão às atividades consideradas tumultuosas praticadas pelos militares, por exemplo -, e possibilitou a estabilidade da referida Guarda, até o momento em que esta rede perdeu as referências e deu forma à outras redes, com outros nomes, outros elementos associados e novas arquiteturas. A farda não era apenas o suporte de projeções simbólicas, mas possuía agência, já que ela "*não é uma veste que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente, para sempre*", como aponta o Vade-Mécum[72] de cerimonial militar do Exército brasileiro [MINISTÉRIO DA DEFESA, 2002]). A farda e o

---

[70] "A TAR postula que se nós desejamos ser um pouco mais realistas acerca dos laços sociais do que os sociólogos 'razoáveis', então temos que aceitar que a continuidade de qualquer curso de ação raramente consistirá de conexões humano-humano (para os quais as habilidades sociais básicas podem, de qualquer forma, ser suficientes) ou de conexões objeto-objeto, mas provavelmente vão ziguezaguear entre um e outro" [tradução minha]".

[71] Os humanos são *atores*, mas tanto *actantes* quanto atores possuem agência já que deixam rastro, produzem efeito no mundo. A agência é observada com base naquilo que o agente – sejam *actantes* ou atores – fazem.

[72] Vade-mécum são as instruções a serem seguidas na execução de determinada tarefa.

homem formavam, portanto, a Guarda Nacional, assim como outras fardas e outros elementos formam o Exército brasileiro, a Polícia Militar, a Polícia Civil etc[73]. As coisas podem autorizar, permitir, encorajar, sugerir, influenciar, bloquear, tornar possível etc. (LATOUR, 2005: 72).

A Teoria do Ator-Rede considera-se um caminho para seguir, observar e descrever as redes que compõem certa arquitetura, as associações entre humanos e não-humanos, os fluxos e os agenciamentos que modificam os estados das coisas e por vezes constituem fatos, aqueles, que de acordo com Jacobina, "seriam tudo". E justamente por considerar igualmente os humanos e os não-humanos como agentes, descrevendo suas *associações* e *re-associações*, além das ações que resultariam do agenciamento entre eles, a TAR apresenta-se como observando um *princípio de simétrica generalizada*: humanos e não-humanos são tratados no mesmo plano, são observados e descritos em seus movimentos peculiares, nas suas tarefas de montar e remontar o social. O pesquisador que usa a Teoria do Ator-Rede traça as conexões estabelecidas pelos elementos que compõem as associações, ele segue os próprios atores em suas tentativas de lidar com suas inovações, de modo a aprender com eles sobre o que a existência e a realidade se tornaram, quais os métodos que eles elaboram para se ajustar a tal existência e quais os relatos que melhor definem as novas associações estabelecidas (LATOUR, 2005).

Jacobina associa-se à farda e compõe a Guarda Nacional. Sem os elementos – humanos e não-humanos - que compõem esta rede[74], sua mobilização não seria possível. Observar e descrever a Guarda Nacional seria observar e descrever uma das instituições que compõem o Estado, sendo este uma *rede de poder*. Como o objetivo deste trabalho é observar as redes, os fluxos e as associações que perpassam e compõem uma unidade do que Latour denomina uma "rede de poder" - a Coordenadoria de Recursos Integrados de Atendimento ao

---

[73] Pode-se destacar que os contextos históricos, sociais e políticos destas forças estatais são diversos. O que cabe observar para fins deste estudo, entretanto, é que tais forças podem ser tratadas como longas cadeias de ação nas quais um grande número de não-humanos e humanos estão associados uns aos outros, havendo assim, uma ampla mobilização em torno delas.

[74] "*Network is an expression to check how much energy, movement and specificity our own reports are able to capture. Network is a concept, not a thing out there. It is a tool to help describe something, not what is being described. […] A network is not what is represented in the text, but what readies the text to take the relay of actors and mediators* (LATOUR, 2005, p. 131)" ["Rede é uma expressão para verificar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatórios são capazes de capturar. Rede é um conceito, não uma coisa. É uma ferramenta que ajuda a descrever algo, não algo que está sendo descrito. [...] Uma rede não é o que está sendo representado no texto, mas o que prepara o texto para observar o revezamento entre atores e mediadores" (tradução minha)].

Adolescente (CRIAAD) de Ricardo de Albuquerque -, um estudo segundo a antropologia simétrica[75] faz-se necessário.

Tal estudo, visando acompanhar a composição e a manutenção de uma arquitetura pertinente ao que se convencionou chamar de Estado – pelos atores -, observará como aquela se constitui e como o Estado se forma por meio de práticas, lugares, linguagens e objetos.

Um estudo antropológico do Estado não trata apenas de matérias relativas às noções nativas acerca das leis e da justiça em contraste com ideias cientificamente elaboradas acerca do Estado ou com as ideias sancionadas pelo próprio Estado sobre a Justiça. Tal estudo se propõe a perceber como o Estado é formado por meio das experiências locais, tendo em vista que os mundos situados e o Estado não são opostos, mas estão imersos uns nos outros (DAS; POOLE, 2004, p. 22).

O Estado enquanto uma rede de poder resultaria da ação de uma cadeia de agentes: o poder seria composto por muitos atores inscritos num certo esquema social e político e deve ser tratado como uma consequência, não a causa da ação. Quando um ator simplesmente tem poder – *in potentia* -, nada acontece, logo, ele não tem poder; quando o ator exerce o poder – *in actu* – outros estão executando a ação. O que gera a diferença entre o poder *in potentia* e o poder *in actu* é a ação dos outros ao longo da cadeia composta por humanos e não-humanos. A quantidade de poder varia não de acordo com o poder que alguém tem, mas com o número de pessoas que entra na composição e pela ação dos que obedecem (LATOUR, 1986, p. 264)[76]. Estes agentes obedientes, não são, porém, meios passivos através dos quais a força e o poder são exercidos; há muitos membros ativos modelando e transformando as ordens, as normas e os símbolos que compõem as redes de poder, contribuindo para sua estabilidade e permanência:

> Those who are powerful are not those who 'hold' power in principle, but those who practically define or redefine what 'holds' everyone together. This shift from principle to practice allows us to treat the vague notion of power not as cause of

[75] Latour também chama seu método de estudo de *antropologia simétrica*, a qual tenta explicar tanto o verdadeiro quanto o falso, tanto os humanos quanto os não-humanos, tanto o passado quanto o presente e o futuro usando as mesmas categorias de análise. Esta antropologia observa como se formam os coletivos, mistos de natureza-cultura, e como os coletivos diferem na forma como repartem os seres. A metodologia de pesquisa fundamental para uma análise de antropologia simétrica é a descrição (LATOUR, 1994).

[76] Pode-se obedecer por coerção física, mas tal coerção é executada por uma grande cadeia de agentes que obedecem e legitimam a ordem atribuída à alguém ou à uma instituição. Hitler não teria poder *in potentia* se não contasse com uma cadeia de agentes que obedecessem, legitimassem e executassem suas ordens *in actu*. Não existiria Guarda Nacional para reprimir os militares descontentes com o Governo Regencial se Jacobina não tomasse a farda como parte de si e obedecesse às ordens de seus superiores, fazendo parte da cadeia de agentes que compunham aquela arquitetura. Se a noção de poder resume as consequências de uma ação coletiva, ela não explica o que mantém e legitima tal ação, sendo portanto fundamental observá-la e descrevê-la.

> people's behaviour but as the consequence of an intense activity of enrolling, convincing and enlisting (LATOUR, 1986, p. 273)[77]

Com a antropologia simétrica, o poder passa a ser encarado como o resultado final de um processo, não um reservatório, um estoque ou um capital que automaticamente teria uma explicação. Poder e dominação têm que ser produzidos, compostos, não analisados apenas como habilidade pura de impor algo, apesar das resistências – esta seria a consequência de uma série de ações e não a causa para tais ações. A descrição e a análise dos fluxos pertinentes ao que se chama Estado, com as ações e associações entre humanos e não-humanos – apontando ao recursos que mantém a durabilidade da referida rede – nos permitem perceber como o poder se conserva, apoia e atualiza[78] (LATOUR, 2005, p. 64).

É necessário redefinir quem está agindo, porque é necessário agir em conjunto, quais são as ligações do coletivo, como as responsabilidades são alocadas e quais são as metalinguagens que definem a ação coletiva: é preciso questionar certos pressupostos – como os referentes à concepção de poder, por exemplo –, observando como se constroem os fatos e as práticas por meio de uma lista de recursos extra-somáticos mobilizados pelos atores para reforçar suas concepções de realidade (LATOUR, 1986, p. 275).

Nesta tese tem-se tentado descrever os fluxos, os agentes e as associações que compõem duas unidades de execução de medidas socioeducativas: o Educandário Santos Dumont e o CRIAAD Ricardo de Albuquerque, o CRIAAD Menina – este último em especial. Tenta-se seguir os atores na construção e legitimação desta rede que faz parte do Estado, em alguns casos do Estado Nacional, em outros, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em outros do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase). Como os humanos mobilizam os não-humanos na constituição e execução da ação e como aquela arquitetura, enquanto um agregado de associações, se estabiliza e se mantém.

---

[77] "Aqueles que são poderosos não são aqueles que, em princípio, detêm o poder, mas aqueles que praticamente definem ou redefinem o que mantém as pessoas juntas. Esta mudança do princípio para a prática nos permite tratar a vaga noção de poder não como uma causa para o comportamento das pessoas, mas como a consequência de uma intensa atividade de registrar, convencer e alistar" [Tradução minha]. Hitler era poderoso porque certos agentes atribuíam suas ações *in actu* à ele, pois se convenciam e eram convencido diariamente de que subjugar, prender e exterminar judeus era o certo a se fazer. Hitler se tornava poderoso *in potentia*, graças às ações *in actu* dos soldados nazistas.

[78] O Estado era Luís XIV, este ator híbrido, ao mesmo tempo humano e não-humano. Diz-se que ele, também chamado de Rei-Sol, construiu o Palácio de Versalhes para hospedar a corte, o Palácio dos Inválidos para servir de moradia aos militares dispensados dos combates por estarem feridos, o Canal do Midi que uniu o Mediterrâneo ao Atlântico e guerreou contra os Países Baixos. O próprio rei, entretanto, não usou as próprias mãos em nenhuma destes eventos. As ações de seus súditos e soldados conferiram poder *in potentia* ao Rei, ao legitimarem e se associarem aos não-humanos em tal tarefa – não-humanos como as armas, os decretos, as guerras, o Sol, o sangue, o sobrenome etc.

Como Jacobina e sua farda, que trocaram propriedades para fazer o alferes agir para compor a Guarda Nacional e o Governo Regencial – alterando os estados nos quais o ator anteriormente se encontrava e possivelmente deixando de existir em favor de um estado posterior -, os agentes – no sentido da antropologia simétrica e também no sentido conferido pelos atores ao posto agora analisado – em associação a uma série de não-humanos "fazem o Degase existir", como relatou um dos informantes.

2.2 "O Degase sou eu" ou como se mantém um Departamento Geral de Ações Socioeducativas

2.2.1 Agente dentro do CRIAAD

Havia quatro plantões de agentes socioeducativos trabalhando no CRIAAD de Ricardo: plantões A, B, C e D. Em três destes plantões trabalhavam três agentes e em um, quatro. Eram seis mulheres e sete homens que se baseavam na lei estadual 5933 para exercer suas atividades cotidianas; era esta lei que dava as diretrizes e especificava as tarefas a serem cumpridas pelos agentes. Conjugada ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad) e ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, a lei 5933 determinava como os agentes socioeducativos deveriam trabalhar com o seu público alvo: os "*adolescentes em conflito com a lei*"[79]. A lei 5933 orientava certas práticas cotidianas e certamente, sem ela, os agentes ficariam confusos, não teriam um regimento que os identificasse enquanto agentes.

De acordo com a lei 5399, um agente socioeducativo é responsável pelo acompanhamento das atividades cotidianas junto aos adolescentes, "*visando atitudes aceitas socialmente*". Eles devem despertar os adolescentes; acompanhá-los durante as refeições; supervisionar as atividades educativas e esportivas; verificar a higiene corporal dos jovens; promover a troca de roupa pessoal, de cama e de banho; distribuir escovas de dente, sabonetes e xampus; zelar pelo cumprimento dos horários e programações, reunindo os adolescentes para a entrada e a saída das salas das atividades, oficinas, alojamentos, recreação etc.; além de

[79] A Constituição Federal de 1988, a Constituição Estadual e o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Rio de Janeiro também orientam as práticas dos agentes socioeducativos, mas detalharemos apenas um trecho pertinente à lei estadual 5933 por que este orienta estritamente as atividades dos referidos atores.

observar seus comportamentos, dialogar com eles e encaminhá-los, se necessário, para especialistas, visando assim preservar sua integridade física e psicológica.

Ao agente também cabe realizar serviços de escolta e acompanhamento nas tarefas internas e externas; executar as determinações judiciais e administrativas, bem como todas as normas sancionadas pelo Degase; conduzir os veículos oficiais; cuidar da segurança do sistema e do estabelecimento, zelando pelo patrimônio e pela segurança do companheiro de equipe e procurando evitar qualquer violência ou agressão; realizar a revista nos adolescentes; prevenir e conter os movimentos iniciais de rebelião, de fuga ou de evasão, contribuindo assim para o processo de desenvolvimento socioeducativo; recolher os pertences dos adolescentes quando eles entram no Degase, devolvendo-os quando saem; portar o equipamento não-letal autorizado, de uso pessoal e intransferível, utilizando-o apenas em eventos de grave perturbação e quando tal evento representar risco à integridade física dos envolvidos.

Os agentes devem ainda buscar atualização constante a fim de agir com mais competência; participar de reuniões ou programas de estudo referentes aos adolescentes; realizar atividades integradas à Equipe Técnica e cadastrar informações sobre os adolescentes que cumprem medidas no Degase no prontuário móvel e em livro próprio, sendo registradas neste também, todas as ocorrências do plantão. Cabe ao agente, enfim, fazer cumprir a lei, os direitos e deveres do adolescente nas Unidades de execução de medida socioeducativa.

A lei 5933 determina quais as atividades a serem executadas pelos agentes socioeducativos – cargos que compõem o Estado do Rio de Janeiro e consequentemente, o Estado brasileiro - e aquelas pertinentes a outros cargos, como as exercidas pelos pedagogos, psicólogos, agentes administrativos, técnicos em enfermagem e professores, por exemplo. As atividades dos agentes diferem das dos outros cargos, pois envolvem especialmente a vigilância, o controle e a manutenção da segurança e da ordem dentro das unidades do Degase. Tais atividades, porém, devem, segundo a lei, observar os direitos e os deveres dos adolescentes, zelando pela sua integridade física e psicológica.

Prescrevendo uma série de práticas, a referida lei não só torna legítimo o exercício de ser agente enquanto cargo de vigilância e disciplinador arranjado durante décadas, fruto da associação entre inúmeros humanos e não-humanos – como, por exemplo, do código de menores de 1927, das associações que resultaram nos agentes penitenciários, dos quais os agentes socioeducativos são herdeiros, das mudanças históricas e sociais ocorridas no final da década de 80 que culminaram na promulgação do Ecriad etc. – como ela também cria novos agentes, e, associada a estes e a outros não-humanos, dá forma ao sistema socioeducativo. A

lei regente quando associada a certos atores[80] troca propriedades com estes e dá forma aos cargos referidos, com suas práticas, interpretações sobre o sistema e sobre certos comportamentos dos adolescentes em conflito com a lei, e com suas explicações para o exercício de sua profissão ser da forma que é – o que frequentemente se choca com o "ser" dos técnicos.

Vejamos como humanos e não-humanos se associam para agir como agentes socioeducativos.

Os funcionários que trabalhavam como agentes chegavam ao CRIAAD ou ao ESD às sete da manhã, iniciando assim o turno de trabalho que durava vinte e quatro horas. Eles trabalhavam em turnos de vinte e quatro por setenta e duas horas – ou seja, trabalhavam um dia e folgavam três -, sempre de sete da manhã às sete da manhã do dia seguinte.

Assim que chegavam ao CRIAAD, dirigiam-se ao alojamento para deixar seus pertences; deixavam suas roupas de dormir, produtos de higiene pessoal, roupas de banho e de cama, etc. no pequeno quarto com duas beliches, no qual passavam a noite. Alguns trocavam de roupa logo que chegavam, procurando vestir algo mais "confortável" para trabalhar, como me disse uma das agentes, trocando calças jeans e tênis por vestidos, bermudas e sandálias. A maioria dos agentes, entretanto, trabalhava com calças compridas, tênis e blusas polo no caso dos homens e blusas estilo esportivo, no caso das mulheres. Quando chegavam, os outros agentes já podiam ir embora e geralmente o faziam após tomarem café da manhã na companhia dos que chegavam.

Os agentes acordavam as adolescentes às sete da manhã – com exceção de duas adolescentes que tinham aula às sete e por isso, acordavam e tomavam café mais cedo. Eles chegavam aos portões dos alojamentos e diziam com tom de voz elevado que estava na hora de acordar. Demandar que elas formassem fila para entrar no refeitório nunca foi necessário, pois as próprias adolescentes se dirigiam para o portão formando a fila, comumente disputando os primeiros lugares, se apressando para ver quem entrava primeiro no refeitório.

Elas entravam no refeitório e pegavam suas canecas de plástico que continham por vezes leite com pó aromatizante de morango, por outras achocolatado ou ainda café com leite, e um pão com manteiga. O cardápio a ser servido, assim como os produtos alimentícios, eram escolhidos e enviados pelo Setor de Nutrição do Degase. O cardápio – afixado na parede da cozinha – escrito em forma de tabela, previa o que seria servido para todos os adolescentes e

[80] Atores estes que devem ter cursado ao menos o ensino médio numa instituição credenciada pelo Ministério da Educação e ter sido aprovados no concurso que selecionava pessoas para trabalhar como agentes socioeducativos.

funcionários de todas as unidades do Degase durante a semana. Previam-se cinco refeições diárias: café da manhã, almoço, lanche, janta e ceia. Em algumas visitas que fiz, entretanto, a cozinheira, a qual as adolescentes chamavam de "Vózinha", havia levado legumes para preparar para os que estivessem na unidade e fossem almoçar. Em outros, notei que ela havia levado carne e outros mantimentos apenas para os funcionários. Vózinha, Preta e Tati – apelidos dados pelas adolescentes - eram as cozinheiras do CRIAAD e estavam responsáveis pela preparação do almoço, do lanche e do jantar servidos na unidade. O café da manhã e a ceia eram servidos pelos agentes, já que o expediente das funcionárias que trabalhavam na cozinha era de oito horas por dia.

Quando entravam no refeitório, as adolescentes pegavam suas canecas e pratos com pão e sentavam-se às mesas. Conversavam entre si e eram apenas advertidas pelos agentes quando alguma delas alterava o tom da voz ou ameaçava a outra – ameaças de "*tacar café com leite na cara*" uma da outra não eram incomuns. Normalmente os agentes diziam: "*ô, vamos parar com isso aí!*". Com a advertência dos agentes as adolescentes paravam, deixando a ameaça para ser resolvida em outro momento - no capítulo 3.

Após o café da manhã, algumas adolescentes iam para os cursos enquanto outras tinham tempo ocioso, passando as horas sentadas no pátio conversando entre si ou com os agentes[81]. As adolescentes que frequentavam cursos[82] pela manhã tomavam banho e se arrumavam – quando iam para os cursos, as adolescentes usavam suas próprias roupas e maquiagem -, sendo levadas de Kombi por um agente até a Escola de Gestão Socioeducativa, na Ilha do Governador, onde os cursos eram ministrados. Na Kombi iam dois agentes, um dirigindo – apenas os homens dirigiam a Kombi – e outro vigiando as adolescentes – neste caso, podiam ser homens ou mulheres -, enquanto o terceiro agente do plantão ficava na unidade zelando pela ordem.

Quando as adolescentes retornavam dos cursos, voltavam para os alojamentos para trocar de roupa. Tiravam suas próprias roupas e vestiam os uniformes do Degase (o mesmo

---

[81] Havia ali uma sala de vídeo, com televisão e DVD à disposição das adolescentes, mas raras foram as vezes que as vi assistindo TV. Na maioria das vezes em que este aparelho esteve ligado, foi para tocar as músicas *funk* que rodavam no DVD, especialmente as músicas do MC Vuk Vuk – ao som das quais elas dançavam e eram repreendidas pelos agentes, pois segundo eles, a dança era "indecente". Nas poucas vezes que as vi assistindo algo na TV foram à novela das seis da rede Globo e ao programa do Vagner Montes.

[82] Os cursos eram ministrados às terças e quintas e dez meninas os frequentavam, sendo assim, 9 ficavam ociosas. Nos outros dias – segunda, quarta e sexta –, apenas uma fazia curso e 18 ficavam ociosas. A ociosidade era rotineiramente suprimida com as tentativas frequentes dos agentes administrativos e das técnicas de conseguir atividades culturais para as adolescentes, como idas ao cinema do bairro, passeios, palestras e seminários, além de consultas assíduas com odontologistas e ginecologistas. No CRIAAD não era fácil conseguir convênios com cursos ou doações para as atividades para as adolescentes. Diziam os agentes administrativos que muitas empresas se recusavam, dizendo que não dariam oportunidade para "*bandidos*".

usado no Educandário Santos Dumont): camisa branca, short azul marinho e sandálias de plástico. Ali, no CRIAAD, entretanto, diferentemente do ESD, elas podiam usar brincos, *piercings*, maquiagens e pregadeiras quando quisessem, e normalmente rabiscavam o uniforme com caneta hidrocor ou esferográfica, escrevendo os nomes dos namorados ou das namoradas ou ainda desenhando neles. Os agentes do CRIAAD, os quais deveriam zelar pela higiene e limpeza das adolescentes, pediam para que aquelas que estivessem com a camisa rabiscada ou suja, a tirassem e a lavassem[83], mas comumente elas não obedeciam, virando a camisa ao avesso quando achassem que estava muito suja.

Após os cursos e a troca de roupa, as adolescentes aguardavam a hora do almoço – às onze e meia – formando a fila neste horário mesmo que, por ventura, o almoço ainda não estivesse pronto. Se este fosse o caso, a fila se desfazia, sendo formada novamente quando as cozinheiras anunciassem que a refeição já estava pronta. Os agentes abriam então os portões do refeitório e as adolescentes pegavam os pratos – já postos - via janela retangular que separava a cozinha do salão onde ficavam as mesas. Por vezes, elas pediam para que a cozinheira tirasse ou pusesse mais um pouco de algum item do cardápio e eram atendidas[84].

Quando as adolescentes terminavam de almoçar, saíam do refeitório para que os funcionários pudessem comer[85]. Enquanto os funcionários almoçavam, um agente ficava no pátio vigiando as garotas, as quais, quando não tinham aula na escola, se sentavam nas cadeiras para conversar ou iam dormir. Quando os funcionários terminavam de almoçar, voltavam para seus postos e o agente que estava no pátio podia então ir comer.

As adolescentes que tinham aula à tarde – assim como as que estudavam de manhã ou à noite - geralmente tomavam banho e colocavam seus uniformes escolares – sempre da rede estadual; mas para ir à escola, colocavam além das camisas cinza com listras azuis nas mangas, calças jeans e tênis. Em seguida, elas iam até o agente sentado nas cadeiras que estavam no pátio e entregavam-lhe suas pastas de plástico rosa que continham tabelas com os

---

[83] No CRIAAD de Ricardo havia máquinas de lavar para lavar os uniformes e os lençóis das camas das adolescentes, mas muitas vezes, os agentes pediam para que as adolescentes lavassem as próprias roupas nos tanques que ficavam ao lado dos alojamentos “A” e “B”. Quando as adolescentes estavam muito despenteadas, os agentes – especialmente as mulheres – sugeriam que elas penteassem os cabelos, mas a demanda não surgia muito efeito. Por vezes uma penteava o cabelo da outra, caso o cabelo desgrenhado as tivesse incomodando.

[84] Certa vez, seria servido ovo e algumas delas não quiseram. Como só podia ser servido um ovo para cada, aquela que não quis cedeu o seu para quem quis mais. A adolescente que não quis, pediu para a Vózinha dar seu ovo para a outra, a qual ficou com dois. Esta prática também acontecia entre os funcionários. Quando foram servidas panquecas – uma para cada –, aqueles que não queriam a cediam para quem quisesse.

[85] Houve momentos em que estive no CRIAAD nos quais os funcionários começaram a almoçar antes que as adolescentes saíssem do refeitório, sentando-se na mesa maior junto com elas.

horários de suas saídas da unidade (registradas pelos agentes), de suas chegadas e de suas saídas da escola (registradas e assinadas pelo inspetor da escola), e de suas chegadas na unidade (também registradas pelos agentes).

Antes de saírem para a escola, as adolescentes tinham suas mochilas abertas e revistadas pelo mesmo agente que assinava suas pastas, e quando retornavam, passavam por revistas completas, feitas sempre por agentes mulheres[86], tendo não apenas as mochilas, mas os tênis, as calças, as camisas, os sutiãs, as calcinhas, as vaginas, os ânus e as bocas fiscalizadas. Após as revistas, elas podiam entrar, trocar de roupa novamente e fazerem o que quisessem ali dentro – dentro do possível – pois não havia uma rotina estipulada para além da escola regular e dos parcos cursos.

Como apenas nove de dezenove adolescentes estavam matriculadas na escola no momento que realizei trabalho de campo (duas de sete da manhã às quatro da tarde; duas de meio dia e meia às cinco da tarde e cinco de seis e meia às nove da noite)[87], as outras dez ficavam ociosas durante todo o dia, circulando pelo espaço permitido dentro da unidade, ouvindo música, vendo DVDs trazidos pelos agentes ou por elas mesmas, lendo livros, conversando ou discutindo entre si e/ou com os agentes, dormindo, escrevendo, desenhando etc. Os agentes permaneciam no pátio as observando, conversando com elas e chamando a atenção delas caso houvesse conflitos ou tentativas de passar pelos portões que circundam o pátio e dão para a rua.

Algumas "*saídas*" - os passeios ao teatro, ao cinema do bairro, aos museus, às livrarias, às palestras conferidas por ONGs e até mesmo à praia[88] - eram majoritariamente organizadas pelas técnicas visando quebrar o ócio no qual permaneciam as adolescentes dentro da unidade. Durante as saídas - como nos cursos - dois agentes as acompanhavam e um ficava na unidade vigiando aquelas que não fossem – seja porque não puderam ir por estarem

---

[86] Houve uma ocasião que após uma "*saída*", ficou apenas um agente homem na unidade. Quando as adolescentes voltaram da escola, não havia agentes mulheres para revistá-las, tendo o agente homem que pedir para uma das senhoras que fazem a limpeza da unidade realizar a revista. As adolescentes saltitaram de alegria, dizendo que adoravam a "dona" da limpeza, a qual, quando chegou para desempenhar a delegação, foi recebida com beijos pelas jovens.

[87] Nem todas estavam matriculadas na escola regular porque chegaram ao CRIAAD no meio do ano letivo, ou porque não conseguiram vaga na escola ou ainda porque não quiseram estudar.

[88] Os ingressos para as peças de teatro, as idas aos museus e os passeios às livrarias – especialmente quando há lançamento de livros - eram negociados por aqueles que ocupavam altos postos no Degase. Já as palestras promovidas por ONGs e as sessões de filme no cinema do bairro eram oferecidos diretamente por estes. O "Ponto Cine", cinema localizado no shopping próximo ao CRIAAD e que exibe filmes brasileiros, convida frequentemente as adolescentes e os funcionários para assistirem lançamentos cinematográficos em sessões abertas ao público em geral. Numa das minhas visitas, pude assistir ao filme brasileiro "De pernas para o ar", junto com as adolescentes que quiseram ir e alguns agentes. Já o passeio à praia foi organizado pelos próprios funcionários – agentes e técnicos -, mas excursões deste tipo haviam sido temporariamente suspensas, pois duas adolescentes fugiram do grupo e foram pegas se prostituindo.

de castigo seja porque simplesmente não quiseram ou porque não havia vaga para todas no carro[89]. Nos passeios, os agentes tentavam sempre mantê-las por perto, chamando atenção apenas quando necessário.

As idas aos postos de saúde ou às consultas com psiquiatras também eram "*saídas*", não havendo coincidência entre as duas qualidades de saídas da unidade, já que havia apenas uma Kombi e três agentes. As saídas eram comuns e aconteciam praticamente todos os dias: em uns havia passeios, em outros, consultas com médicos, em outros, idas aos cursos, em outros, audiências. Tantas saídas faziam do trabalho dos agentes um constante acompanhamento das adolescentes nas atividades externas.

Assim que voltavam das saídas, as práticas das adolescentes se repetiam: trocar de roupa, jantar às seis e meia da tarde e ficar no pátio até a hora da ceia, às oito. Por volta de oito e meia da noite – sendo este horário sempre negociável, especialmente no verão – as adolescentes eram trancadas nos alojamentos e ali permaneciam até o dia seguinte, na hora de acordar, dando por encerrado o dia de trabalho do agente.

2.2.2 O agente enquanto Estado

Era comum ouvir dos agentes socioeducativos que o Degase para sem o trabalho deles. Segundo eles, eram apenas as suas ações associadas às chaves, às regras, às leis, aos portões, ao pátio, às suas insígnias etc. que geravam a segurança, a vigilância e a disciplina, sendo responsáveis pela manutenção daquela instituição, por sua estabilidade e durabilidade. Seriam os agentes que manteriam aqueles coletivos de pessoas e objetos unidos; sem eles, aquelas corporações locais seriam frágeis e se dispersariam graças à desordem. O agente é o Degase; o agente é, portanto, o Estado. É ele quem mantém, articula, movimenta e legitima as instituições – as arquiteturas consolidadas no tempo e no espaço por meio da ação dos humanos associados a não-humanos específicos (LATOUR, 2001, p. 121) – pertinentes àquela rede. Seriam suas ações que resultariam, em conjunto com a ação de muitos outros agentes, naquele coletivo chamado, seja nos trabalhos acadêmicos, seja pelos atores em situações ordinárias, de "Estado".

[89] Apenas para o cinema, que era próximo, os agentes faziam duas viagens.

Alberto foi o primeiro a me alertar sobre este fato. Ele era um agente chamado de "*carcereiro*" por Ronaldo, pois, ao contrário da maioria dos agentes do CRIAAD de Ricardo que estava sempre acessível à conversação e rodeada por adolescentes, ele não conversava com elas e deixava sempre os portões fechados, por vezes trancando-as dentro dos alojamentos quando achasse que elas estavam perturbando a ordem, seja brigando, gritando ou desobedecendo[90].

Eu já havia ouvido Ronaldo falar sobre um agente que não acatava as ordens da diretora da unidade por não concordar com as suas decisões, e que assumia ser carcereiro, violento e justiceiro, mas eu ainda não havia tido a oportunidade de conhecê-lo.

Conheci Alberto numa das minhas visitas e, por meio dele e de alguns agentes que trabalham nas unidades de internação de meninos e de meninas e nas de semiliberdade de meninos, percebi que as práticas mais comuns dos agentes nas outras unidades eram aquelas que envolviam o rigor e a exigência de disciplina para a "manutenção da ordem" na instituição; era ser o que Ronaldo chamava de "*carcereiro*".

Em todas as visitas que fiz ao CRIAAD, cheguei por volta de nove, nove e meia da manhã[91], sendo assim, chegava após o café e após algumas meninas terem saído para os cursos[92]. No dia em que conheci Alberto, entrei pelo prédio da administração, conversei um pouco com Ronaldo na sala dos agentes administrativos e saí pelo refeitório, me dirigindo à sala das técnicas. Rodeado por um silêncio inabitual, Alberto estava sentado atrás da mesa na qual os agentes socioeducativos permaneciam observando o movimento e registrando eventos no livro de ocorrências[93], ao lado de um dos portões que dava acesso ao pátio. Neste dia, o agente vestia uma calça cargo preta e uma camisa com estampa militar.

Ao ver-me, Alberto abriu o livro de ocorrências e fitando-me, sem esboçar sorriso e estreitando o olhar, disse: "*Não sei seu nome*". "*Marília* – disse-lhe – *faço pesquisa aqui*". "*Minha irmã é pesquisadora.* – disse-me - *Ela fez história. Ela viaja para fora direto. Foi pro Chile, Bolívia... ontem eu fui fazer a mudança dela... sabe como é né? Mulher não sabe fazer essas coisas, então fomos eu e meu irmão pra lá, pegar peso e montar as coisas*". Apesar de

---

[90] Ronaldo dizia que no CRIAAD havia três "*carcereiros*": duas mulheres e um homem.

[91] Eu só conseguia chegar neste horário por residir longe da unidade na qual fiz trabalho de campo (por volta de três horas; sessenta quilômetro de distância) e por pegar o engarrafamento matutino no centro da cidade do Rio de Janeiro.

[92] Como eu ia às quintas-feiras, algumas meninas sempre estavam nos cursos.

[93] O livro de ocorrências era um livro grande de capa dura e preta, no qual eram registradas as ocorrências, além dos nomes de quem entrava na unidade e seu tempo de permanência. Neste livro constavam também os registros das adolescentes que cumpriam e cumpriram medida na unidade: nele foi desenhada uma tabela na qual as colunas indicavam nome, escolaridade, cor, renda familiar, ato infracional cometido, data de entrada e data de saída do Degase; e nas linhas apontavam-se os dados de cada adolescente que cumpriam e haviam cumprido medida ali.

demonstrar possuir certo entendimento acerca do que seria "fazer pesquisa" por meio dos relatos das experiências vividas por sua irmã que também era pesquisadora - a despeito de possuir outras inabilidades "comuns às mulheres" -, Alberto mantinha a expressão séria, os braços cruzados e o olhar estreito. Tentando dar continuidade à conversa, disse-lhe: "*Nossa, que legal... Você é de onde*?". "*Sou de Nova Iguaçu. Sou policial militar de lá, mas sou reformado. Trabalhei no Desipe* [o antigo Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, agora Secretaria de Estado de Administração Penitenciária] *e agora to aqui... Sabe como é né, tudo sobra pro agente. Se alguém tem que segurar isso aqui, é o agente. Sem ele, o Degase não existe, entende?*". Alberto inicia um discurso comum aos agentes socioeducativos – em especial àqueles que trabalhavam no Educandário Santos Dumont e nas unidades nas quais os meninos cumpriam medida -, justificando-se em contraposição aos técnicos, os quais, como vimos no capítulo 1, fundamentam o comportamento das adolescentes como próprio à idade, e insistem na defesa dos direitos desta população, pregando a impossibilidade de educar-se por meio do rigor e da utilização da violência. Alberto reivindica que o Degase são os agentes, sem eles, o sistema pára: "*Se tem algum pepino, é a gente que tem que resolver. Todo mundo critica, reclama, mas sem a gente o Degase pára. Sabe, alguém tem que fazer o trabalho sujo*"[94]. "Todo mundo" que critica seriam especialmente os técnicos, os quais, segundo ele, encarariam seu trabalho de disciplinador como violento e como "encarceramento", não percebendo que o "trabalho sujo" era necessário para preservar a própria instituição.

No CRIAAD, assim como no Educandário Santos Dumont, a contenção e o disciplinamento, encarados em alguns trabalhos acadêmicos como exercício da violência[95], são observados pelos agentes como um exercício necessário da justiça, como uma forma de manutenção da ordem, inclusive da ordem social. Como disse Alberto, ser agente é ser como

---

[94] Salles Filho (*in* SALES et al, 2006) tenta evidenciar em seu trabalho a pertinência da aplicação do termo *trabalho sujo* ao estudo dos agentes educacionais das *escolas-prisões* de adolescentes infratores no Rio de Janeiro. O autor trabalha com a perspectiva de Christophe Dejours e Everett Hughes, para os quais o termo *trabalho sujo* representaria aquelas atividades profissionais que contribuem para o incremento da violência na sociedade, graças ao exercício da violência e do sofrimento dentro do próprio trabalho. Diz o autor que este tipo de trabalho, enquanto mecanismo de controle social, parece interessar à sociedade como um todo, especialmente naquelas profissões dedicadas a promover ou a manter a ordem - como as *instituições totais*, por exemplo -, as quais se responsabilizariam pelas pessoas que não se adequariam ao estatuto de normalidade produto da economia globalizada, podendo, inclusive, usar a violência contra seus direitos básicos se isso for necessário para a preservação do bem geral. De acordo com Salles Filho, o trabalho sujo dentro das instituições totais é delegado para os funcionários de nível mais baixo, evitando assim que os postos mais altos tenham contato direto com os internos, mantendo seu caráter paternalista e de "benevolência". Aos funcionários de nível mais baixo, por sua vez, restam as acusações, os estigmas, as culpas e as angústias morais por terem que desempenhar certas tarefas que se chocam com suas concepções de dignidade humana. Diz Salles Filho que "*O trabalho em prisões* [sendo as unidades do Degase, para o autor, *escolas-prisões*] *é considerado um dos mais sujos trabalhos, em todo o mundo e em todos os sentidos*" (Idem, p. 115).

[95] ZAMORA, 2005; RIZZINI, 1993; SALLES FILHO *in* SALES et al, 2006.

o policial militar: "*é ele que vai pra rua e tem que manter a ordem, tem que matar. Todo mundo critica, mas se não fosse ele, estaria tudo uma bagunça. É igual aqui. Alguém tem que manter a ordem*".

Alberto, assim como alguns agentes com os quais conversei[96], era um agente que discordava da postura mais liberal dada por Vanusa, a diretora, à administração da unidade e dos funcionários. Ali, no CRIAAD - ao contrário do que acontecia nas outras unidades onde os adolescentes mostravam-se mais reservados em suas relações com os agentes, como disseram os próprios agentes -, situações de atrito entre as adolescentes e os agentes eram comuns e aconteciam repetidamente. Numa das ocasiões, por exemplo, em que as adolescentes seguiam para a escola, Pamela, uma das que estavam saindo, demandou à Kelly, a agente do plantão, o seu cigarro de "direito" (quando as adolescentes vão para a escola, elas podem receber um cigarro cada, já que fumar dentro da unidade é proibido). Kelly, entretanto, estava ocupada anotando o horário de saída das adolescentes nas pastas de cada uma, e não pôde atender imediatamente à demanda de Pamela. Pamela, irritada com a demora de Kelly, grita: "*Kelly, me dá meu cigarro!*". Kelly ignora e continua sua tarefa. Pamela repete: "*Kelly, anda! Me dá meu cigarro!*". Kelly decide levantar-se e, em silêncio, vai buscar os cigarros. Quando volta e entrega os cigarros para a adolescente, Pamela diz: "*Preto é tudo imprestável mesmo!*". Kelly era a única negra naquela situação. Pamela e as outras adolescentes são pardas e brancas, e eu, branca[97]. Kelly, porém, não deu ouvidos e voltou à tarefa que executava anteriormente. Pamela chega mais perto de Kelly e repete: "*Preto é tudo imprestável mesmo!*". Kelly levanta os olhos dos papéis, fita Pamela e pergunta: "*É pra mim que você está falando isso?*". Pamela diz que não, que "*é pros pretos*". Kelly então responde: "*Olha só, não gosto que você fale assim comigo, porque eu não falo assim com você. Eu não sou sua coleguinha; estou aqui trabalhando!*". Pamela lança um olhar de desdém para Kelly e segue para a escola. Kelly justifica a resposta ríspida que dá para a adolescente dizendo: "*Ta vendo? Ela está falando isso pra mim desde de manhã! Se eu não falar nada, ela não pára.*".

Situações de atrito como esta eram comuns, mas Alberto encarava as soluções dadas pelos seus companheiros de equipe - como qualificou a lei 5933 - como "falta de disciplina":

---

[96] Especialmente os agentes que trabalhavam nas unidades de internação e semiliberdade masculinas e no Educandário Santos Dumont, unidade de internação feminina. Os agentes do CRIAAD de Ricardo, graças à postura mais tolerante da diretora – a qual, de certa forma exigia que os agentes fossem mais tolerantes com as adolescentes, evitando ao máximo discutir com elas – e ao fato de ser uma unidade feminina – já que não se pode bater em mulher, ou como Alberto disse: "*Aqui eu não bato porque sou homem e não posso bater em mulher...*" – não trabalhavam exigindo o rigor disciplinar tão caro aos outros agentes. Tratarei deste assunto com mais detalhes adiante.

[97] A classificação étnica das adolescentes é feita pelos agentes, no livro de ocorrências. A classificação étnica de Kelly é feita por esta pesquisadora, tendo em vista o tom da pele da agente.

> Quando conto para meus parentes o que acontece aqui, ninguém acredita. Eu digo que as garotas gritam, xingam os agentes e não acontece nada. Sabe, tem que haver disciplina. Eu tenho uma sobrinha no colégio militar e lá é tudo diferente... lá tem ordem. No Pedro II também tem ordem. Se fez bagunça, é punido, é suspenso. Aqui não. As garotas fazem o que querem! "Ah não quero ir pra escola, não quero ir para o curso"... Não quer? Se não for, vai para o CTR [Centro de Triagem][98]! Ah, não quer? Vai pra tranca, vai para o CTR. Mas não... a equipe técnica acha que não pode punir. Não pode bater.

Disciplinar faz parte da manutenção da ordem, faz parte da educação dos jovens em centros de excelência como o Colégio Militar e o Colégio Pedro II. Para Alberto é uma incoerência que haja "*punição*"[99] nos referidos colégios e ali não, até porque o CRIAAD é uma instituição correcional do Estado. Desrespeitar um agente, para Alberto, é desrespeitar, portanto, o Estado:

> Eu fiquei no pátio do Desipe e lá era assim: não pode passar para aquele lado, mas o cara vai. "Ô fulano, não pode passar praí não". "Peraí, é só um minuto". "Um minuto nada". "Só um minuto!" Aí eu já tenho que ir lá tirar o cara, mas com certeza ele vai tentar me agredir, espernear. Aí eu tenho que usar a força... porque é assim, ele não está dizendo não pra mim, ele está dizendo não pro Estado.

O pátio surge como o espaço privilegiado para o conflito. O pátio, lugar de trabalho exclusivo dos agentes, exige que certas decisões sejam tomadas para que o respeito às normas e às regras seja mantido. E algumas dessas decisões vão requerer o uso da força, monopolizada legitimamente pelo Estado[100] (WEBER, 2002), sendo o Estado, o próprio

---

[98] O Centro de Triagem também servia como carceragem para os que entravam no sistema e aguardavam decisão judicial, para os que descumpriam a medida desobedecendo às ordens dos agentes ou dos técnicos e para os que cometessem alguma falta grave dentro da unidade. As adolescentes do CRIAAD não eram enviadas para o CTR.

[99] No Degase, os castigos e correções aplicadas às desobediências, ofensas e infrações feitas pelos adolescentes são chamadas de "*punições*". Em São Paulo, na Fundação Casa [Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente], os castigos chamam-se "*sanções*", como me contou uma adolescente que havia passado oito meses na Fundação Casa até ser transferida para o Degase, no Rio de Janeiro.

[100] "*Historical sociologists have drawn our attention to diverse mechanisms of state formation: the imposition of a national language and a level of literacy, a common coinage, the fusing of a territory into a single time-space system through innovations in transportation, communication and temporality, the unification of legal codes and authorities […]. Key practices of rule were institutionalized within a central, more or less permanent body of offices and agencies, given a certain more or less explicit constitutional form, endowed with the capacity to raise funds in the form of taxes, and backed with the virtual monopoly of the legitimate use of force over a defined territory. This coincidence of a defined territory of rule and a project and apparatus for administering the lives and activities of those within that territory, it is suggested, warrants us to speak of the modern nation-state as a centralised set of institutions and personnel wielding authoritative power over a nation. Further, it has been argued that geo-political relations and military conflicts have provoked and facilitated the centralisation of domestic political power in the hands of a state apparatus. These considerations have led analysts to treat states as unified actors with considerable autonomy, ruling domestically and pursuing their interests upon the world stage by means of diplomacy and warfare. These considerations have led analysts to treat states as unified*

agente. Como diz Alberto: "*Quando os moleques dizem não, eles estão dizendo não para o Estado e o Estado tem que responder*".

Alberto, esse ator-híbrido que é homem e é Estado, representa a necessidade de manutenção da ordem social. Alberto faz parte de uma rede de associações que tem como consequência a entidade denominada Estado. Se se diz que este possui o monopólio do uso legítimo da força física, há toda uma rede de humanos e não-humanos associados – armas, fardas, calças cargos, cassetetes, leis, prontuários etc. - e mobilizados de forma a justificar sua existência independente, autônoma. Alberto exerce essa força *in actu* e mobiliza elementos de diversas naturezas para justificar a necessidade de fazê-lo. O agente demonstra a necessidade de usar "a força" num dos eventos ocorridos na época em que trabalhou no CRIAAD de Nova Iguaçu, destinado ao cumprimento da medida de semiliberdade por adolescentes do sexo masculino:

> Outra vez, no meu plantão, éramos só eu e um cara de 60 anos, olha só. Aí começou uma gritaria no alojamento. Eu fui lá e os moleques estavam metendo a porrada num que tava no chão. Eu mandei parar, eles não pararam. Aí eu abri a porta do alojamento, simulei que tinha uma arma na cintura e eles acreditaram. Mandei o garoto sair, ele saiu todo arrebentado. "Quem te bateu?" Me lembro até hoje o nome deles: "Thiago, Patrick e... e...". Aí mandei os outros saírem. Eles disseram que não iam sair, que eu sozinho não ia conseguir tirar. Eu disse: "Ah é?". Chamei a força policial pra eles: "O que é que está acontecendo aqui?" Eu disse que os garotos não queriam sair. Aí saíram todos conduzidos pela força. É assim. Aí eu fiquei conhecido como aquele que chama a força policial. Todo mundo gostava de trabalhar no meu plantão, era uma paz. Mas aqui não. Essas garotas fazem o que querem.

---

actors with considerable autonomy, ruling domestically and pursuing their interests upon the world stage by means of diplomacy and warfare […]." (ROSE & MILLER, 2010, p. 274). ["Sociólogos históricos têm atraído nossa atenção para mecanismos diversos de formação do Estado: a imposição de uma linguagem nacional e um nível de alfabetização, um sistema monetário comum, a fusão de um território num sistema tempo-espaço único por meio de inovações em transporte, comunicação e temporalidade, a unificação de códigos legais e autoridades [...]. Práticas-chave de regulamentação foram institucionalizadas no interior de um corpo central de escritórios e agências mais ou menos permanente, dando uma forma constitucional mais ou menos explícita, dotado com a capacidade de levantar fundos na forma de impostos, e apoiado pelo monopólio virtual do uso legítimo da força física sobre um território definido. Esta coincidência entre um território definido de regras e um projeto e aparato para administrar as vidas e as atividades daqueles que estão dentro daquele território, sugere-se, garante-nos falar sobre o Estado-Nação moderno como um conjunto centralizado de instituições e pessoas exercendo o poder sobre uma nação. Além disso, argumenta-se que as relações geopolíticas e os conflitos militares provocaram e facilitaram a centralização do poder político doméstico nas mãos do aparato estatal. Estas considerações têm permitido aos analistas tratar os Estados como atores unificados com considerável autonomia, regulando o doméstico e a perseguindo seus interesses no cenário mundial por meio da diplomacia e da guerra". Tradução minha.].

Como foi dito anteriormente, Alberto sozinho, não pode ser o Estado, assim como os grandes líderes sozinhos, também não. É imperativo mobilizar outras associações para produzi-lo; e foi o que o agente socioeducativo fez em resposta à instigação do adolescente: chamou a força, que veio com suas fardas, armas e camburão. E como é a força que mantém a ordem, seu plantão passou a ser "uma paz".

Latour aponta que a extensão das redes de poder é inimaginável sem uma mobilização maciça de entidades materiais. Tais redes são híbridos que emprestam suas propriedades e qualidades ao que seriam corporações locais frágeis e dispersas (LATOUR, 2001, p. 234). Alberto sozinho, não conteria os adolescentes; lançar mão de outras associações que formam o Estado foi necessário para exercer o poder.

O poder, para Latour, resultaria de uma cadeia de agentes - no sentido sociológico do termo -, os quais o traduziriam de acordo com seus projetos. Segundo o referido autor, os meios através dos quais o poder é exercido podem atenuá-lo ou restringi-lo devido às fricções e resistências – falta de comunicação, oposição ou interesses conflitantes, indiferença etc. (LATOUR, 1986, p. 267). A difusão do poder no tempo e no espaço está nas mãos dos atores e estes podem agir de maneiras diferentes, mantendo, modificando, adicionando coisas ou derrubando a representação da entidade fruto daquela rede. O Estado e o Degase também têm muitas formas de translação e os agentes socioeducativos – apenas uma das muitas associações que os formam – também manipulam as propriedades referentes àquelas redes. Os agentes socioeducativos do CRIAAD de Ricardo eram agentes, já que se associavam ao pátio, às chaves etc., e porque exerciam inúmeras práticas como as de acompanhar as adolescentes nas atividades externas, de revistá-las, de registrar as ocorrências no caderno etc., entretanto, certos elementos mobilizados na ação eram diferentes daqueles mobilizados por agentes das unidades fechadas.

As principais diferenças, explicitadas na seção seguinte, davam-se especialmente pelas referências que os agentes das unidades fechadas e que os agentes da unidade semiaberta lançavam mão. Tais referências, recorrendo às propriedades de não-humanos diferentes, geravam práticas e respostas diversas para situações de conflito e para suas negociações. O "poder do Estado" recebia diferentes traduções, era negociado, revisto, construído e reconstruído, mantido ou apenas suportado. Os atores que se diziam "ser o Estado" e "ser o Degase" agiam de formas diferentes para que a manutenção destes – em seu conjunto - ocorresse e para que o poder da rede como um todo continuasse sua difusão. Alberto era um agente que ajustava a manutenção do Estado por meio de certos mecanismos encarados consequentemente como rigor e disciplinamento – ou "encarceramento" como dizia Ronaldo -

, mas muitos de seus colegas de trabalho associavam-se a outros não-humanos – como ao Ecriad, por exemplo – para agir e também manter o que se chama de Estado.

Vejamos como os agentes socioeducativos das duas qualidades de unidades do Degase se associavam aos não-humanos para trabalhar frente aos adolescentes e para gerenciar os fluxos que as atravessavam.

2.2.3 Os nós das instituições totais e das instituições semiabertas

Alguns estudos[101] enquadram as unidades fechadas do Degase – dentre estas está o Educandário Santos Dumont - no que Goffman chama de *instituição total*, já que, naquelas unidades, diversas esferas da vida de certo grupo de pessoas partilham um mesmo espaço: atividades educacionais, de lazer e de residência dos adolescentes em conflito com a lei se passam num espaço fechado, restrito, cercado por altos muros. Nas instituições totais, a população alvo da "totalidade" passa longos períodos vivendo em isolamento do "mundo social", tendo suas atividades rotineiras planejadas, administradas e vigiadas por uma equipe dirigente[102] (GOFFMAN, 1987).

O Degase seria um tipo de instituição criada para proteger a comunidade contra os perigos provenientes de atos intencionais de indivíduos que possuem mais de 12 anos completos e menos de 18 anos incompletos. Nesta instituição, as atividades diárias – impostas "de cima" por um sistema de regras formais explícitas e por um grupo de funcionários - são praticadas em conjunto com outras pessoas rigorosamente tratadas da mesma maneira e constantemente vigiadas, o trânsito de informações é restrito e constituem-se dois mundos culturais e sociais que teriam pouca interprenetração: o dos internados e o da equipe dirigente (havendo, porém, resistência por parte dos internados contra as intenções modeladoras dos dirigentes). Enquanto instituição total, as unidades fechadas do Degase seriam, portanto, *híbridos sociais*, em parte comunidade residencial, em parte organização formal (GOFFMAN, 1987, p. 22).

Para Goffman, o objetivo das instituições totais seria mudar a estrutura do eu dos internados por meio de vários mecanismos de mortificação: a separação entre o internado e o

---

[101] ZAMORA, 2005; NERI, 2009; LOBÃO, 2008; COSTA SANTOS, 2006.

[102] Goffman (1987) propõe-se a criar tipos ideais de instituições totais e a perceber a existência de um poder modelador e mutilador do eu em sua missão ressocializadora (BENELLI, 2004).

mundo externo; o despojamento dos diferentes papéis que ele desempenha em sociedade; o enquadramento do internado em regras de conduta; o despojamento de bens básicos – como roupas, cosméticos e maquiagem - que constituiriam um estojo de identidade básico; a convivência compulsória com pessoas que muitas vezes são indesejáveis; a confissão a estranhos de informações privadas; e a impossibilidade de dar respostas aos ataques ao eu sob o risco de punições são mecanismos que, segundo Goffman, são humilhantes, degradantes e profanam a estrutura do eu daqueles que se encontram internados em instituições totais. A mortificação do eu pretende suprimir as concepções de si mesmo e uma cultura aparente transformando certos hábitos dos internados e inculcando novos, emparelhados aos objetivos institucionais (GOFFMAN, 1987).

A equipe dirigente - seguindo critérios racionalizados, alguns padrões humanitários e objetivos oficiais – ficaria responsável pelo acompanhamento do grupo de internados, por sua vigilância, pelo registro de suas rotinas e pela produção final do objeto-humano fruto das atividades propostas (atividades estas mortificadoras do eu e produtoras de um "novo eu" institucionalizado). A equipe dirigente do Degase seria composta, de acordo com uma perspectiva goffmaniana, pelos agentes socioeducativos, técnicos e agentes administrativos, os quais teriam autoridade sobre a rotina e as atividades do grupo de internados, trabalhando segundo certas regras impostas pelos chefes do Departamento e observando algumas condições sociais que prescindiriam as relações com os internos, a fim de alcançar a "recuperação" dos adolescentes (ver CASTRO *in* ZAMORA, 1995, p. 126).

As tipologias de Goffman acerca dos estabelecimentos sociais nos quais se desenrolam interações que desafiam os padrões da normalidade da sociedade têm servido como parâmetro – e muitas vezes pressuposto, já que se eximem de maiores explicações, descrições e comparações – para as análises sobre as unidades responsáveis pela execução das medidas socioeducativas por todo o Brasil. Para além da observação de que os espaços sociais descritos pelo autor assemelham-se aos dos espaços das unidades socioeducativas, ressalta-se o caráter mortificador do eu nelas presente.

Uma leitura goffmaniana acerca dos espaços totais, com seu fechamento e disciplinamento, com seus mecanismos de mortificação do eu e com suas propostas de descrição de um poder mutilador limitaria, segundo uma leitura latouriana, a ecologia destes lugares ao empenho na manutenção dos mecanismos internos, na produção de um espaço absoluto, fechado em si mesmo, e na persecução de seus objetivos institucionais, visando o afastamento do "mundo da sociedade" e mantendo-se impermeável às influências dos seus

padrões. De acordo com uma proposta latouriana[103], pelas chamadas instituições totais circulam diversos objetos que constroem as arquiteturas daquelas instituições. Os objetos que fabricam a aparência de fechamento seguem fluxos: eles entram e saem daqueles centros, montando e modificando uma rede; eles misturam e relacionam tempos e espaços; eles permitem que naquelas instituições se formem conhecimentos sobre certos lugares e que tais conhecimentos sejam redistribuídos, voltando a circular sobre as redes, a transformar e a construir outros lugares e situações.

Os humanos e os não-humanos que têm histórias, que foram se constituindo em outros tempos, espaços e situações, se encontram num outro contexto dando origem a uma nova arquitetura – de ações e relações, de estrutura física e de interpretação daquele mundo – a qual também permanece, sempre atravessada por novos agentes. Tais novos agentes – por vezes com as mesmas propriedades, por vezes com outras - acabam modificando a arquitetura ao longo do tempo. As arquiteturas das *instituições totais* são um *nó* numa rede e servem como referência para outras ações – dentro da mesma rede e em outras também -; elas também seriam não-humanos que trocam características com os humanos e interferem diretamente em outras situações.

As unidades de internação e semiliberdade femininas do Departamento Geral de Ações Socioeducativas são nós dentro de uma rede que é social, estatal, socioeducativa etc. Elas são fruto de situações passadas, de outros tempos e espaços, estabilizadas e mantidas por meio de alguns objetos[104].

As prisões, com suas estruturas físicas – grades, altos muros, arames farpados, portões, pátios, prédios etc. – têm história (e cada um dos seus elementos também), se mantendo e modificando em certos aspectos – graças à inserção de outros objetos - e possuem algumas dinâmicas diferentes dependendo da clientela, da época e do local.

Pode-se afirmar que as unidades femininas do Degase – assim como as masculinas - são instituições totais, mas fazer esta afirmação, enquadrando-as em tipos ideais produzidos por Erwing Goffman em 1961 sobre uma etnografia feita pelo autor num hospital psiquiátrico em Bethesda, Maryland, Estados Unidos da América – outro tempo e espaço, portanto -, sem, no entanto, descrevê-las e demonstrar como se produzem as sanções, as punições, como estas são negociadas e mantidas, como os não-humanos e os humanos trocam propriedades, como a

---

[103] No livro organizado por Baratin e Jacob (2000), Latour analisa as “bibliotecas totais” fechadas em si próprias como fortalezas de intertextualidade. É baseando-me nesta análise de Latour que contraponho sua teoria à goffmaniana.

[104] As histórias dos diferentes tipos de punição estatal, do nascimento das prisões e do desenvolvimento das técnicas de vigilância e sanção dentro destas são estudadas por Foucault (2004).

“mortificação do eu”, pressuposta nos apontamentos sobre tais instituições, se produz e como elas contribuem para o controle de uma determinada parcela da população – os ditos estratos inferiores ou classes populares, como vimos nos estudos apontados no capítulo 1 – limitaria não apenas a ecologia destes lugares, mas também a compreensão de como estes processos se dão; de como os fluxos modificam e mantêm aquelas arquiteturas; de como aqueles mundos são compreendidos, perpetuados, interpretados e justificados pelos atores e de como as próprias arquiteturas agem sobre o mundo social.

Analisando como atuam os agentes socioeducativos em algumas situações específicas[105], podemos observar como se mantém uma *rede de poder* que resulta no Estado – como os agentes lançam mão de diferentes objetos para agir e justificar suas ações - e os objetos que permeiam as instituições também chamadas de *totais*. Podemos investigar também como o poder é enfraquecido e mantido, como ele é afirmado ou debilitado ao ser confrontado com objetos específicos que questionam justamente o exercício do poder. Por meio da descrição e da observação das práticas dos agentes socioeducativos tanto do Educandário Santos Dumont (ESD) quanto do CRIAAD Ricardo, poderemos perceber como agir para manter instituições nalguns momentos reconhecidas como totais – mais permeáveis, como o CRIAAD, ou menos permeáveis como o ESD.

2.2.3.1 Como ser ajustado ou desajustado no mundo dos agentes

No Educandário Santos Dumont, há 40 agentes, 10 por plantão, quase quatro vezes mais do que no CRIAAD Ricardo – que contava com 13 agentes -, apesar de, no momento em que fiz trabalho de campo, o número de meninas ter chegado a 21 nas duas unidades.

Os agentes socioeducativos do Educandário Santos Dumont usam uniformes compostos por sapatos pretos, calças pretas, geralmente cargo[106] - tanto para homens quanto para mulheres – e blusas polos ou camisetas de malha azul marinho com brasões de “agente socioeducativo” do Degase. Este brasão só estava impresso nas blusas dos agentes e assemelhava-se aos brasões da Polícia Militar e das empresas que fazem vigilância particular.

[105] Os agentes são assistidos neste capítulo, mas é fundamental lembrar que outros atores fazem parte desta rede e alguns deles são, inclusive analisados nesta tese. Neste capítulo, não apontarei para a história de todos os elementos que compõem as unidades femininas do Degase, apenas para aqueles que são mais fundamentais no trabalho e nas ações dos agentes.

[106] Calça cargo é um modelo de calça com vários bolsos na sua extensão.

O plantão dos agentes do ESD também começava às sete da manhã e terminava às sete da manhã do dia seguinte, havendo, como no CRIAAD, quatro plantões – A, B, C e D – que trabalhavam um dia e folgavam três.

Como a proporção entre adolescentes e agentes era maior no ESD do que no CRIAAD, naquela unidade a vigilância sobre as internas e sobre a movimentação dentro da unidade era mais intensa[107]. Um agente ficava na portaria, controlando a entrada e a saída das pessoas e os demais permaneciam no pátio, patrulhando as adolescentes.

Como já foi dito em outros momentos deste trabalho, o pátio era o espaço exclusivo dos agentes. Eles raramente entravam no prédio da administração e notei que inúmeras vezes, quando pretendiam chegar à portaria, atravessavam o refeitório, mas não circulavam pelo espaço no qual ficavam os técnicos.

Os técnicos também não circulavam pelo pátio. Quando eles planejavam atender alguma adolescente, iam até a porta que dava acesso ao pátio, chamavam um agente e pediam a este que buscasse a adolescente indicada. Era difícil ver agentes e técnicos conversando e, como foi dito no capítulo 1, até mesmo na hora do almoço os grupos mantinham-se separados, ficando os técnicos no prédio da administração – com suas marmitas, empadões ou pratos preparados no refeitório - e os agentes no refeitório, almoçando na companhia dos professores das oficinas ou do colégio que funcionava ali.

O pátio era todo o espaço dentro dos muros do Educandário, mas fora dos prédios – os quais eram os alojamentos, a administração que incluía a biblioteca e a enfermaria, a escola e as salas das oficinas. Os agentes vigiavam a movimentação das adolescentes por todos os espaços, fossem estes dentro ou fora dos prédios, mas tinham a autoridade sobre quem circulava nos espaços abertos (atrás dos muros).

A rotina de cada adolescentes era negociada com os técnicos: elas poderiam escolher quais cursos – dentre os oferecidos pela unidade - gostariam de fazer e se queriam fazê-los, mesmo que o desinteresse pelas oficinas as prejudicasse quando o cumprimento da medida fosse avaliado pelo Juiz. A escolarização era obrigatória para aquelas que estivessem cumprindo medida de internação (Ecriad, artigo 124), não sendo para as adolescentes em internação provisória, dada sua brevidade (as medidas de internação provisória deveriam durar no máximo 45 dias). As adolescentes que cumpriam esta medida podiam, portanto, escolher quais cursos fazer dentro da instituição, por meio de uma negociação com

[107] À cada visita que fazia ao Educandário Santos Dumont, minha circulação era obstruída pelos agentes socioeducativos que demandavam explicações acerca de meu trabalho e das minhas intenções com este. Como nas visitas que fiz, os plantões eram diferentes, tive que explicar inúmeras vezes num mesmo dia e em todas as visitas sobre o que se tratava a minha pesquisa.

parâmetros estritos: dentro dos cursos e oficinas oferecidos para as adolescentes em internação provisória – pois, como vimos, não eram todos os cursos que estas podiam fazer – elas escolheriam os que achassem convenientes. Instituída a rotina, aos agentes ficava a responsabilidade por seu cumprimento e execução.

No ESD, as adolescentes acordavam com o tocar de uma campainha. Os agentes abriam os portões dos alojamentos e ordenavam que elas se dirigissem para a quadra de esportes e formassem filas indianas. Ao saírem da quadra em direção ao refeitório – numa distância de aproximadamente 15 metros – as adolescentes tinham que colocar os braços para trás e abaixar a cabeça. Tomavam café da manhã em copos e pratos de plásticos, sob a supervisão dos agentes. Após terminarem o café, voltavam em fila para os alojamentos, para então se dirigirem aos cursos, às oficinas ou à escola[108].

Após o café, trancadas no alojamento, as adolescentes esperavam o chamado dos agentes para poderem sair. Algumas trocavam o uniforme do Educandário pelo uniforme escolar[109], ou pelo uniforme do curso para o qual estavam indo[110], mas a maioria permanecia com o uniforme do ESD, já que a maior parte delas fazia as oficinas oferecidas dentro da própria unidade. Os agentes chegavam nas portas dos alojamentos e chamavam aquelas que iam para a escola. Estas se apresentavam e eram conduzidas até o prédio ao lado. Outras eram chamadas por outro agente e, em fila indiana, eram levadas até o prédio da Escola de Gestão Socioeducativa, fora do Educandário, no quarteirão vizinho para fazer os cursos ali ministrados. As demais, que faziam outras oficinas, eram chamadas e levadas até as salas onde aquelas aconteciam. Cada "agente condutor" ficava a cargo de vigiar as adolescentes até o fim das aulas, reprimindo qualquer início de confusão entre elas.

Ao contrário dos cursos que duravam em média uma hora e meia, duas horas, as aulas no Colégio Estadual Luiza Mahin[111] duravam por volta de quatro horas. Como o turno era longo, após duas horas de aula havia a "*hora do recreio*". Neste momento, as adolescentes saíam da escola e dirigiam-se, com os braços para trás, até a quadra de esportes, onde podiam

---

[108] Disse Alice que: "*Primeiro eles* [os agentes] *tocam o sino pra gente... tá na hora de se arrumar. Aí a gente sai pra tomar café. E entra de novo. Quem vai pra escola vai. Quem está em adaptação e reflexão também entra. E quem não está estudando entra também. No final de semana, a gente toma café. Alguns plantões deixam a gente ficar do lado de fora jogando bola. Menos quem está em adaptação e reflexão*". As adolescentes que chegam ao ESD ficam em "*adaptação e reflexão*": se for a primeira passagem pela unidade, ficam cinco dias trancadas no quarto, saindo apenas para fazer as refeições. Se as adolescentes forem reincidentes, passam dez.

[109] O uniforme escolar que as adolescentes usavam quando tinham aula na escola localizada dentro da unidade era o mesmo que os estudantes das escolas públicas estaduais do Estado do Rio de Janeiro usam: blusas cinza com listras azuis nas mangas e o brasão do Estado do Rio no peito. As adolescentes permaneciam, porém, com a bermuda do ESD e com os chinelos de plástico azuis.

[110] Quando iam para o curso de cabeleireiro, as adolescentes usavam um uniforme do salão Werner.

[111] Para conhecer um pouco do Colégio Estadual Luiza Mahin, ver: <http://celuizamahin2011.blogspot.com.br/>.

circular livremente, conversar, sentar-se no chão ou no banco de madeira colocado ali. Quando acabava o intervalo, elas retornavam para as salas de aula até que as aulas acabassem e elas tivessem que voltar para os alojamentos.

As adolescentes que não faziam cursos no período da manhã ou que não quisessem assistir às aulas naquele dia permaneciam trancadas em seus "*quartos*" dentro dos alojamentos, até que fossem chamadas para formar a fila indiana que as levaria para o almoço, às onze e meia da manhã. O almoço durava de onze e meia até meio dia e meia, quando elas retornavam para o alojamento para que os funcionários da unidade pudessem almoçar. Às duas da tarde, começavam outros cursos, aulas e oficinas reiniciando a ação de chamada e condução às salas de aula. Terminados os horários das atividades, as adolescentes eram levadas de volta para os alojamentos e esperavam até às seis horas da tarde para jantarem. Após, o jantar, os agentes as conduziam até os alojamentos, trancavam os portões destes e jantavam eles próprios, aguardando até o horário das oito para conduzirem novamente as adolescentes até o refeitório a fim de que estas ceassem. Após a ceia, os agentes levavam as adolescentes novamente para o alojamento e trancavam os portões, dando o dia – delas – como encerrado. A rotina era comum a todos os plantões de agentes, mas as formas como estes plantões lidavam com as adolescentes, puniam as suas faltas e organizavam seus horários de lazer – sobre os quais tinham autoridade e poderiam deliberar – eram diferentes. Como aqueles que no CRIAAD Ronaldo chamou de "*carcereiros*" em contraposição aos agentes mais condescendentes – que ali eram maioria - no Educandário Santos Dumont também havia maneiras díspares de lidar com o monopólio das chaves e dos objetos utilizados como passatempo pelas adolescentes (como a quadra de esportes, a televisão e o DVD etc.).
A rotina das cada uma das adolescentes internadas era negociada com os técnicos e controlada pelos agentes. Graças a isso se fundavam conflitos não só entre técnicos e agentes - que em espaços diferentes e com encargos diferentes encaravam e justificavam suas funções de maneiras diversas -, mas também entre agentes e adolescentes, já que nas relações entre estes as negociações não estavam pressupostas (mesmo que estas acontecessem), mas sim o controle e a repressão. Sendo assim, restava aos agentes resolver os conflitos entre as adolescentes e entre estas e os agentes enquanto aos técnicos restava a feição de ajustar, sugerir e negociar comportamentos e respostas das adolescentes aos padrões esperados pelo judiciário.

Sendo adolescente internada, estar no prédio da administração era receber conselhos e sugestões, enquanto estar no pátio era receber ordens e, por vezes, punições. Agentes e técnicos não interferiam nas atividades uns dos outros nem questionavam suas autoridades nas

tomadas de decisões pertinentes aos seus cargos. A autoridade destes grupos de atores não era posta à prova, garantindo assim a manutenção da ordem na unidade: cada grupo no seu espaço desempenhando suas tarefas e deliberando sobre as rotinas das adolescentes da forma como lhe competisse (uns negociando cursos por um lado e outros exigindo o cumprimento da rotina por outro).

Enquanto pesquisadora, fui encaixada pelos agentes do ESD na categoria "*técnica*"[112], sendo assim, tinha meu espaço restrito ao prédio da administração, gerando incômodo quando circulava pelo pátio ou parava para observá-lo. Como ainda não havia compreendido a dinâmica da separação entre os espaços, acabei gerando mal-estar em uma das minhas visitas - mal-estar este que acabou contribuindo para a mudança no meu campo.

Era dia dos professores e eu cheguei ao Educandário por volta de nove e meia da manhã. Apresentei-me ao porteiro e após falar meu nome, a instituição à qual o curso de doutorado que frequento está vinculado e explicar sobre o que se tratava a minha pesquisa, pude passar pela guarita da portaria. O porteiro anotou meu nome e o horário que cheguei no caderno de capa preta. Dirigi-me à recepção e a recepcionista demandou-me, novamente, as informações que havia pouco foram conferidas ao porteiro: disse-lhe meu nome, instituição e expliquei sobre a minha pesquisa. Por volta de dez e meia, pude acessar a sala dos técnicos.

Na pequena sala dos técnicos que ficava em frente à sala mais ampla, conversei com Zélia, uma das psicólogas do Educandário, para a qual tive que explicar novamente sobre o que pretendia fazer na minha tese. Disse-lhe ainda que gostaria de entrevistar algumas adolescente e pedi-lhe algumas sugestões sobre quem entrevistar. A psicóloga pegou então a lista atualizada com os nomes das adolescentes que cumprem medidas de internação, internação provisória e que estão acauteladas; e a partir desta lista, recomendou algumas adolescentes. Acatei suas sugestões e escolhi então três adolescentes. Ela anotou seus nomes num pedaço de papel e entregou para uma agente, para que esta pudesse chamar as meninas.

Enquanto as adolescentes não vinham, entrevistei Fernando, o psicoterapeuta, que se dispôs a dar-me uma entrevista sobre Valéria, uma das adolescentes que eu havia entrevistado. Para que eu pudesse entrevistar as adolescentes, o combinado foi: eu escolhia as adolescentes com a mediação dos técnicos, estes chamavam os agentes e pediam-lhes que trouxessem a jovem escolhida. Estes as buscavam - se estas estivessem com horário vago, sem cursos ou aula na escola - e as levavam até uma sala de atendimento técnico para que eu

[112] Meu lugar de pesquisadora entre os agentes socioeducativos será analisado na próxima seção deste capítulo.

perguntasse a elas se gostariam ou não de me conceder uma entrevista. Se elas aceitassem, as entrevistava, se não, tentava entrevistar outras.

Quando a minha conversa com Fernando chegou ao fim, já estava na hora do almoço dos funcionários – meio-dia e meia – e a agente que havia levado o papel com os nomes das adolescentes escrito por Zélia, ainda não havia retornado.

Chamei então, Diogo, um agente, e pedi-lhe que perguntasse à Alice - uma das adolescentes que os técnicos haviam sugerido - se ela gostaria de conversar comigo. Ele dirigiu-se ao pátio e na volta, disse-me ter sido informado que as adolescentes estavam numa palestra e que eu teria que esperar até às duas da tarde se quisesse entrevistar alguma delas. Como faltava uma hora para as duas da tarde, decidi aguardar.

Às 14h, Fernando sugeriu-me ir até o alojamento dos agentes e pedir que algum deles chamasse Alice para que eu a entrevistasse. Chegando à porta do alojamento das agentes – do alojamento feminino, portanto -, um quarto pequeno com duas beliches e uma televisão pequena, encontrei quatro agentes: Natália estava deitada, com as pernas estendidas sobre um agente que estava sentado na ponta da cama e encostado na parede. Outra agente estava sentada na beliche ao lado e a quarta agente estava sentada numa cadeira escolar, encostada na porta do alojamento.

Aproximei-me da porta e disse: "*Oi Natália... a palestra já acabou*?". Ela responde: "*Palestra? Hoje é feriado! Não tem palestra nenhuma!!*". Perguntei então: "*Será que você poderia, por favor, chamar a Alice para que eu possa conversar com ela?*". "*Só duas e meia*", ela me respondeu. "*Tudo bem então, deixa pra lá. Vou embora e na segunda eu entrevisto ela*", disse-lhe. Assim que me virei, Natália grita de dentro do alojamento: "*Espera! Eu abro duas e vinte e cinco então!*". Percebendo que Natália jogava com o poder que tinha sobre as chaves que abriam os alojamentos e sobre as atividades que as garotas poderiam fazer ou não num dia fora da rotina, decidi ir embora, acreditando que trabalhar naquelas condições e possibilidades não seria frutífero. Como durante o feriado não havia cursos ou aulas, os agentes poderiam propiciar as atividades que lhes conviessem. O plantão de Natália havia decidido deixar as adolescentes trancadas nos alojamentos e não permitir que eu as entrevistasse já que eles tinham autoridade para tal.

Após a proposta das duas e vinte e cinco, repeti novamente que eu voltaria na segunda e faria as entrevistas. Natália responde: "*Ah, então eu abro às duas e vinte!*". "*Não, obrigada, vou embora. Tenho um compromisso agora e eu volto na segunda*", informei-lhe.

Deixei o pátio e voltei para o prédio da administração a fim de pegar meus pertences e ir embora. No corredor do prédio, porém, encontrei o diretor da unidade, o qual me perguntou

como andavam as entrevistas com as adolescentes. Disse-lhe que naquele dia, infelizmente, não havia conseguido fazer nenhuma entrevista, já que os portões só seriam abertos às duas e meia da tarde e eu teria que ir embora. Ele disse-me então: "*Duas e meia?! Porque?! Elas estão nos alojamentos sem fazer nada! Vai lá na Natália e diz que eu deixei chamar a garota!*".

Voltei então para o alojamento das agentes e disse: "*Natália, o diretor disse que você pode abrir o portão e chamar a Alice para conversar comigo...*". A expressão de Natália mudou e ela pareceu irritada. Pegou o rádio e gritou: "*Luiz* [o diretor], *eu não vou abrir portão nenhum!!*"; além de ter dito outras coisas que naquele momento foram incompreensíveis para mim. A agente que estava sentada na cadeira escolar na porta do alojamento levantou-se em silêncio, foi até o alojamento no qual se encontravam as meninas em internação provisória – medida que Alice cumpria – e chamou a adolescente, a qual saiu aparentemente atordoada, não apenas por ter acabado de acordar, mas também por parecer confusa acerca daqueles gritos (afinal, não havia nenhuma adolescente no pátio).

Entrevistei Alice até às três horas da tarde, quando a levei até a porta que dava acesso ao pátio. No pátio, Natália e a agente que havia chamado Alice acompanhavam uma adolescente até o auditório[113], onde as outras meninas assistiam a um filme. Assim que me viu, Natália começou a gritar novamente dizendo: "*Não gostei do que você fez! Você tirou minha autoridade! Espero que isso nunca mais se repita! Vou falar com o Luiz sobre isso! Não gostei!*". Natália virou as costas e levou as duas adolescentes para o auditório. A agente que a acompanhava virou-se para mim e disse: "*Nossa, não precisava disso... que exagero!*".

Natália deixou claro que o poder sobre as questões extra-rotina das adolescentes e sobre a possibilidade de abrir os portões dos alojamentos pertencia aos agentes: como era feriado e nenhuma atividade estava previamente estabelecida, ficava a cargo dos agentes decidir o que fazer, decidir se abriam ou não os portões para que as adolescentes circulassem pelo espaço permitido sem nenhuma restrição – a quadra de esportes. O meu pedido de entrevistar as adolescentes foi matéria de deliberação entre os agentes – os quais não atenderam ao pedido de Zélia e depois me disseram que as adolescentes estavam em palestras e não poderiam conversar comigo, sendo, entretanto, feriado e não havendo nenhuma atividade naquele dia na unidade. No momento em que rompi a separação entre os espaços e

[113] Quando havia horários livres, alguns plantões passavam filmes no auditório para que as adolescentes pudessem assistir. Alguns agentes levavam seus próprios DVDs de casa e deixavam a cargo das adolescentes a escolha do filme. Naquele dia, elas assistiram ao filme "*Os mensageiros 2*", um filme de terror, que Lisbela, uma das adolescentes com quem conversei, disse ser o gênero preferido de todo o grupo. Disse também ter visto ao filme "*Avatar*" e achado a história "besta", cheia de "bichos feios".

desrespeitei suas respectivas “autoridades”, contando ao diretor o que acontecia e de certa forma apelando para a grandeza deste dentro da unidade como um todo, Natália demonstrou-se profundamente irritada e gritou com o diretor dizendo que não iria obedecê-lo – já que ela, naquele momento fora da rotina, poderia fazê-lo. A outra agente que também podia abrir ou não os portões chamou Alice e disse que a colega estava exagerando, fazendo valer a sua propriedade de agente e lançando mão das chaves.

Ser agente é estar no pátio e ter as chaves. É ser a força do Estado a ser respeitada pelas adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e ser responsável pela manutenção dos objetivos, normas e regras estabelecidas alhures. É ter autoridade sobre os momentos livres das adolescentes. Há plantões que preferem deixa-las presas nos feriados ou deixa-las trancadas na maior parte do tempo, como fez o plantão de Natália, o qual permitiu que as adolescentes saíssem dos “*quartos*” para assistirem a um filme; há plantões que são mais indulgentes e permitem que elas permaneçam mais tempo na quadra em tempo de recreação. Valéria disse que houve um feriado no qual elas ficaram na quadra jogando bola e pulando corda. O plantão as reuniu e sugeriu que elas fizessem grupos para disputarem partidas de futebol e queimada, sendo que as vitoriosas ganhariam pulseiras coloridas – oferecidas pelo diretor. Disse a adolescente que esse dia foi muito legal, pois ela ficou o tempo todo do lado de fora, até oito horas da noite.

Valéria conta que um dia, um dos plantões que é “*ruim*”, que as deixa trancadas na maior parte do tempo livre, deixou-as assistir a um filme. Conta Valéria que:

> Tem uns [plantões] que é bom, tem uns que é ruim; deixa a gente trancada. Igual o plantão de ontem... eu até perguntei ao coordenador [do plantão] se ele tava com febre porque deixou a gente aqui o dia todo. “Você tá com febre?”. “De vez em quando...”, bem assim. Botou a gente aqui, colocou um filme. O próximo plantão dele é quinta-feira; aí ele falou que a gente vai assistir outro filme. Cada plantão dele a gente vai assistir filme, porque antes a gente não tinha televisão, agora tem.

Valéria diz que tem um plantão que é ótimo e tem o da Natália, que, se pudesse, deixava as meninas trancadas do dia inteiro. É a própria Natália que às vezes as “*alivia*”, deixando-as passar algum tempo na quadra. Valéria diz que tem um plantão que “*é de veneta*”, necessitando de “*travas*” do diretor sob risco de deixá-las apenas trancadas; somente agora, após essas travas, que o plantão passou a tirá-las da tranca e deixá-las mais na quadra.

Ser agente é trabalhar num espaço paralelo ao dos técnicos com tarefas normativamente complementares – como observamos na lei 5933 e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -, mas muitas vezes lançar mão de objetos, redes e referências diferentes deles.

No Educandário Santos Dumont, estes dois mundos paralelos eram mais fortemente demarcados, sendo possível percebê-los em situações, como as que presenciei com Natália e como as que também presenciei com Diogo, por exemplo. Diogo era um agente com o qual já havia conversado algumas vezes, pois ele também foi um dos que me perguntaram sobre o que se tratava a minha pesquisa. Diogo, porém, tratou as informações que lhe conferi como uma abertura para expressar suas posições teóricas e políticas, dizendo que era formado em Direito e adepto das teorias dos criminólogos críticos[114]. Diogo disse ainda ser funcionário do Degase há mais de dez anos e ter desempenhado outras funções, tendo sido inclusive diretor de uma unidade de semiliberdade masculina, sendo afastado por motivos de doença e retornado direto para o pátio quando terminada sua licença.

Eu e Diogo geralmente conversávamos durante o almoço - já que eu preferia permanecer no refeitório - e discutíamos especialmente sobre as eleições e os candidatos à presidência[115]. Diogo era um dos poucos agentes que, nas visitas que fiz, circulava pelo prédio da administração: ele se dizia amigo de uma das coordenadoras pedagógicas – amizade construída dentro do Degase - e às vezes, em momentos em que os técnicos conversavam com tal coordenadora sobre assuntos diversos, ele ouvia a discussão brevemente, dava sua opinião e voltava para o pátio. Numa destas conversas, na qual Fernando, Zélia e Jéssica - a amiga de Diogo - conversavam sobre relacionamentos, casamento e divórcio, Diogo passava pelo corredor e Jéssica o chamou, pedindo sua opinião sobre o assunto; o agente expressou suas ideias sobre o tema, voltou para o pátio e a discussão sobre casamentos continuou ainda por algum tempo. Na semana seguinte, quando regressei à unidade, fui até a sala de Zélia e pedi à técnica que interviesse por mim junto aos agentes, para que estes chamassem Alice para que eu a entrevistasse.

---

[114] A criminologia crítica é uma corrente composta por autores inspirados pelas teorias marxistas aliadas às teorias de Foucault e do *labelling approach* – encabeçados por Alessandro Baratta. Segundo eles, há uma seletividade dos sistemas de controle social formal, os quais prendem prioritariamente pobres e negros, criminalizados por seus hábitos de vida – comuns às classes populares. As prisões desses grupos seriam formas de controlar as massas potencialmente contestadoras, fazendo-as sujeitar-se aos planos econômicos vigentes. Dizem-se opostos às teorias criminológicas liberais, ou seja, a todas aquelas que não apresentam perspectivas marxistas. Alguns autores representativos desta corrente foram apresentados no primeiro capítulo, no tópico 1.2.1 (BATISTA, 2003; RAUTER, 2003; CASTRO, 2006; PIMENTEL, 2007; MORAES, 2004; MATEUS, 2004).

[115] Fiz trabalho de campo no Educandário Santos Dumont entre o fim de setembro e o início de novembro de 2010, período em que os candidatos à presidência da república apresentavam suas propostas e faziam campanha.

Diogo que estava novamente circulando pelo corredor foi interceptado por Zélia que disse: "*ô moço, moço... qual é seu nome mesmo?*". "*Diogo*", respondeu o agente. "*Diogo, você pode chamar a Alice para conversar com a Marília?*". Eu era uma pesquisadora que estava ali havia pouco mais de quinze dias e Zélia sabia meu nome. O de Diogo que trabalhava há mais de dez anos no Degase, partilhando de momentos de debates e conversas com os técnicos, não. E Zélia falou com Diogo de forma polida e profissional demandando ao agente o cumprimento de uma das tarefas previstas para os agentes.

Diogo chamou Alice que aceitou ajudar-me na pesquisa. O agente me deu tempo livre para conversar com a adolescente e eu permaneci conversando com ela por duas horas, até o momento em que eu pedi a ele que chamasse Valéria; ele prontamente atendeu ao meu pedido, burlando a rotina prevista para as duas adolescentes.

O caso de Diogo foi um dos momentos em que foi possível perceber como uma porta separava dois "mundos" e mesmo que Diogo partilhasse às vezes o espaço dos técnicos, seja conversando ou tendo afinidade com alguns deles, ele permanecia sendo parte do pátio. E este distanciamento era recorrentemente lembrado pelos agentes como falta de "*fechamento*", como uma incompreensão do seu trabalho por parte dos técnicos.

A questão do "*fechamento*" foi lembrada por Alberto quando, ao falar sobre a necessidade de disciplina dentro do CRIAAD, disse que: "*a equipe técnica acha que não pode punir. Não pode bater.* [...] *Aqui a equipe técnica não fecha com a gente*". Alberto disse que percebeu que, no Desipe, a equipe técnica fecha com os agentes; no Degase não.

O não "*fechamento*" representa a discordância entre agentes e técnicos quanto ao tratamento conferido aos adolescentes, especialmente quando estes burlam alguma norma ou desobedecem às regras. Os técnicos, lançando mão do Estatuto da Criança e do Adolescente e das teorias acerca da natureza do adolescente, condenam as práticas que, para eles, são punição exagerada ou violência contra os jovens. Os agentes, por sua vez trabalham seguindo as determinações dos poderes judiciário e executivo, guiando-se por uma lei – 5933 - que precede as suas práticas, encarando como imposição da disciplina o que os técnicos nomeiam como violência. O "não fechamento" expressa a discordância não apenas sobre as formas de trabalhar e lidar com os adolescentes em conflito com a lei, mas também sobre a natureza do "ser adolescente". Os agentes questionam a incompreensão dos técnicos acerca de seu trabalho e do distanciamento mantido por eles.

Houve um dia em que dois agentes do CRIAAD discutiam com Ronaldo assim que chegaram de uma "*saída*". Eles se preparavam para sair novamente – um dirigindo a kombi e outro vigiando as adolescentes – para levar Neide Dias e Matilde para o obstetra – já que

ambas estavam grávidas – e Bianca para provar o vestido da sua festa de 15 anos[116]. Os agentes reclamavam da quantidade de saídas e da escolha feita pelas técnicas do posto de saúde no qual as adolescentes fariam o pré-natal. Se há postos mais perto porque escolher um tão distante? Demorava muito para os agentes irem e voltarem do posto pelo qual as técnicas haviam optado. Além disso, para quê tantas saídas? Questionavam os agentes. As saídas eram tantas que às vezes ultrapassavam o expediente de trabalho. No dia seguinte, por exemplo, Matilde teria que estar no psiquiatra às oito da manhã... qual plantão a levaria? Como não daria tempo de o plantão do dia seguinte levar Matilde, quem teria que fazer o serviço eram eles. Os agentes reclamaram bastante dizendo que as técnicas nunca pensavam no trabalho dos agentes.

Os dois agentes reclamavam da falta de cooperação das técnicas com o trabalho dos agentes. Elas organizavam saídas demais e isso demandava todo o tempo de trabalho deles. Elas poderiam colaborar um pouco mais com seus colegas de Degase, pensar nas suas rotinas de trabalho e na dificuldade que era ter que dirigir o dia inteiro para os mais diferentes lugares da cidade do Rio de Janeiro.

Felipe também era agente do CRIAAD e concordava com seus colegas quando reclamavam das técnicas. Certo dia, sentado na cadeira alojada no pátio e observando sua movimentação, Felipe permanecia em silêncio apenas olhando as adolescentes entrarem e saírem dos alojamentos, conversarem e eventualmente, discutirem. O agente não se levantava da cadeira, nem quando havia alguma briga, limitando-se a chamar a atenção delas sentado, como estava. Sentei-me ao seu lado e ele iniciou uma conversa sobre o "*sistema*". Disse o agente que o pior do sistema não eram as adolescentes; os agentes até poderiam fazer de tudo para respeitá-las. O ruim do sistema era a má vontade e a falta de cooperação entre os funcionários e os parceiros de Degase. Às vezes as pessoas não querem saber, não se preocupam em ajudar umas às outras; ninguém se importa com quem fez a comida nem com quem vai lavar os pratos. O sistema não funcionava devido à falta de colaboração e parcerias. Claro que as adolescentes também não eram fáceis de lidar: num momento elas te tratam bem e no outro já tentam te agredir, te xingam. No momento em que Felipe confessava-me não saber lidar com as adolescentes, Gabriela estava "*evadindo*": pulou o portão e correu. Felipe correu até o portão, mas deixou a adolescente ir embora. Sua tarefa de vigilância limita-se ao interior das grades e muros do CRIAAD; a responsabilidade de fazê-las voltar assim que saírem é delas próprias.

---

[116] Quando as adolescentes completavam 15 anos dentro da unidade, tinham direito à festa com *buffet*, vestido apropriado e álbum de fotos, financiada pelo Degase.

Felipe acreditava que os problemas do Degase resultavam da falta de colaboração entre os funcionários. Como as incumbências dos técnicos e dos agentes eram diferentes e como cada um possuía autoridade sobre um espaço específico não eram incomuns os desentendimentos entre eles no tocante às decisões tomadas – como é o caso dos dois agentes do CRIAAD citados acima. A situação pela qual Vânia passou também ilustra esses desentendimentos e negociações que muitas vezes geram tensão.

Vânia era agente socioeducativa do CRIAAD. Certo dia, Vânia – que era chamada de "*Dona Baratinha*" pelas adolescentes – entrou na sala de atendimento técnico falando alto, como de costume. Dizia ela que passando em frente ao alojamento sentiu um forte cheiro de maconha. Segundo ela alguma adolescente trouxe a maconha da rua e passou para as outras, que fumaram dentro do alojamento. Após relatar o evento para as técnicas, Vânia deixou a sala de atendimentos. Isabel, a assistente social, também sai da sala, a fim de saber o que realmente havia acontecido. Quando volta, a técnica demonstra certa irritação e confessa para Priscila, a psicóloga, que os agentes exageraram na punição: como nenhuma das adolescentes quis confessar quem trouxe a maconha e quem a fumou, os agentes decidiram punir todas as adolescentes que estavam dentro daquele alojamento com a perda do fim de semana – nenhuma delas iria para casa na sexta. Isabel discorda da decisão de Vânia, pois era evidente que algumas delas não levaram nem usaram a droga, já que estavam entretidas com outras coisas – trocando de roupa e se arrumando para sair. Priscila diz que vai falar com os agentes para tentar resolver isso e sai da sala. O caso se resolve após os agentes decidirem intimidar as adolescentes que estavam no alojamento, e aquelas que supostamente haviam fumado, acabaram confessando e recebendo a punição da perda do fim de semana, sozinhas.

Neste caso, a decisão tomada pela agente gerou irritação na técnica, a qual achou a punição exagerada. Ela tentou negociar a sentença com a agente, mas esta achou outra solução para resolver o caso e encontrar a culpada sem ter que punir a todas e se indispor ainda mais com a equipe técnica.

A decisão quanto à punição dada às faltas das adolescentes estava a cargo dos agentes. As técnicas do CRIAAD, se discordassem da resolução, sugeriam alternativas ou tentavam negociá-las, podendo ou não ter êxito, já que a palavra final era dos agentes. Por vezes, se a transgressão fosse grave, a diretora convocava uma reunião com os agentes e os técnicos e propunha algum castigo. Ela fazia a proposta e os agentes e as técnicas podiam discordar e propor outras.

No CRIAAD, as punições geralmente eram a "*perda do fim de semana*" ou a "*perda de passeios*". Dependendo da gravidade do que a adolescente havia feito, ela poderia perder

um, dois, três finais de semana ou a mesma quantidade de passeios. Os agentes também podiam trancar as adolescentes nos alojamentos se eles chamassem a atenção delas por algum motivo – fossem brigas ou desobediência - e elas insistissem na falta. O trancamento, porém, durava apenas algumas horas, podendo a adolescente - ou não -, após ser trancada, permanecer em "*restrição*" – os agentes delimitavam um espaço que as jovens não podiam ultrapassar. Ou então, poderiam ficar em restrição e se desobedecessem, iriam para a tranca.
Neide Dias já chegou a perder cinco passeios no CRIAAD por ter destruído o patrimônio público. Isso ocorreu após, a diretora ter decidido colocar um filtro de água mineral no pátio, para facilitar o acesso das adolescentes à água. Antes do filtro com o garrafão de vinte litros, as adolescentes tinham que pedir água aos agentes, os quais entravam no refeitório e pegavam garrafas pet – que antes serviram refrigerantes – com água gelada[117] e alguns copos, entregando-os para as meninas. A garrafa d'água acabava rapidamente, pois era verão e a temperatura ali permanecia alta graças às telhas de zinco que cobriam o pátio. Como a demanda por água era alta, a diretora procurou uma solução para isso, liberando o acesso das adolescentes à água e aos copos.

Com o fácil acesso à água, as adolescentes começaram a brincar de jogar água umas nas outras. Durante uma semana, a brincadeira permaneceu, até que teve início uma hostilidade entre elas e a "guerra de água" tomou ares mais sérios. Neide estava envolvida na brincadeira desde o início, escolhendo Lívia como alvo na "guerra de águas".

Neste período, o CRIAAD passava por reformas e, como em todas as obras, havia bastante materiais de construção acessíveis pelo pátio. Lívia pegou então um copo com água e a misturou com um pouco de tinta de parede, intentando jogá-lo em Neide. Já era noite, ambas estavam trancadas nos seus alojamentos e assim que Neide apareceu para jogar água em Lívia, esta revidou com o copo de água com tinta, o qual parou justamente na parede recém-pintada em tons pastéis. A parede ficou então com uma mancha cinza escura em sua extensão.

No dia seguinte, sabendo do ocorrido, a diretora convocou uma reunião com os agentes e com as técnicas a fim de discutir como punir aquelas atitudes, já que a mancha na parede podia ser encarada como "destruição do patrimônio público"[118]. De acordo com o "*manual de normas*" confeccionado pelos agentes[119] a destruição do patrimônio público é uma infração que demanda registro de ocorrência na delegacia. A abertura de novos registros

---

[117] Vózinha e Preta enchiam as garrafas com a água do purificador instalado na cozinha e as colocavam no refrigerador para que os funcionários e as adolescentes pudessem bebê-la.
[118] Título II do Código Penal: Crimes contra o patrimônio público. Capítulo IV: dano.
[119] Os agentes do Degase confeccionaram um manual de normas prevendo qual a punição adequada para cada tipo de infração.

de ocorrência, porém, prejudica o cumprimento das medidas, levando o Juiz da Infância e da Juventude a estendê-las. A diretora explica que preferia não registrar ocorrência para não prejudicar as adolescentes, mas que gostaria de tirar três finais de semana como punição para aquelas que estavam envolvidas no episódio. As técnicas permanecem caladas, mas os agentes demonstraram descontentamento com a solução encontrada por Vanusa. Para eles, deveria haver mais rigor no castigo, o que os leva a demandar o registro de ocorrência, pedindo, entretanto, que as adolescentes não percam tantos finais de semana, pois isso seria desgastante inclusive para eles – como nos finais de semana havia menos meninas, havia menos trabalho.

As técnicas disseram que não era necessário registrar ocorrência, pois "guerra de água" era comum entre os adolescentes - ainda mais com o calor que fazia - e propuseram então, que elas perdessem três passeios – até porque perder passeios incomodaria mais a algumas jovens envolvidas no incidente, as quais não faziam questão de ir para casa, preferindo permanecer na unidade, onde tinham menos problemas.

Os agentes concordam, mas demandam a perda de uma quantidade maior de passeios. Ficou acertado então, que as envolvidas na "guerra de água" perderiam cinco passeios.

A diretora deixa o refeitório, onde a reunião com os funcionários acontecia e convoca então uma reunião com as adolescentes na sala de atendimento técnico. Todas se sentam ao redor da mesa e atentam para a explicação da diretora. Ouvem-se gracejos, mas aquela que os faz é reprimida pelas colegas, que exigem respeito pela diretora. Vanusa diz que fica feliz quando se reúne com as meninas para dar boas notícias, mas aquela era uma reunião para dizer que elas haviam conseguido ultrapassar todos os seus limites (os da diretora). O "terror" dos dias anteriores fez com que ela desistisse de tentar entender o que se passa na vida delas, e a leva a querer tratar aquele lugar do jeito como ele é: um lugar de cumprimento de medida socioeducativa; um lugar para pessoas que cometeram erros lá fora. Vanusa disse que seus nervos estavam em frangalhos: ela acorda a noite toda aos sobressaltos. Seus limites haviam acabado. Disse ela que não vai mais passar mal; as meninas que passassem. Se elas não queriam aceitar as regras por amor, aceitariam pela dor.

Lívia ri. A diretora pergunta por que ela estava rindo. As outras adolescentes começam a pedir que Lívia pare, mas esta ri mais e mais. "*Lívia, se controla!*", pedem as adolescentes. Lívia, entretanto, não pára e a diretora pede então para que ela se retire da sala. Após a saída de Lívia, Vanusa explica que ela poderia ter feito registro de ocorrência, mas decidiu não fazê-lo para não prejudicá-las. Mas que ficasse claro que ela não daria chances eternamente.

No dia seguinte, eu fui à casa de Neide entrevistar sua mãe. Era sexta-feira e a adolescente estava chegando em casa. Assim que chega, Neide confessa para a mãe:

> Eu perdi um passeio. Joguei água na cara da Lívia porque passou uma semana ela jogando água em mim e eu não fazia nada. [...] Tava tudo trancado, aí eu joguei água na cara dela. Aí ela foi ficou revoltada foi e tacaram tinta nela. Eu perdi um passeio, não ligo pra passeio; Se ela tirasse meu final de semana eu ia ficar doida! Ela [a diretora] falou: cinco passeios.

As punições dadas à Neide etc. no caso da "guerra de água" finalizada em destruição do patrimônio público estavam previstas no "*manual de normas*" elaborado pelos agentes. Tais punições, porém, foram alvos de negociação entre os funcionários e culminaram na "*perda de passeios*". Neste caso, como estava sujeita à denúncia na delegacia e à elaboração de Boletins de Ocorrência – os quais dariam outro andamento às medidas cumpridas pelas adolescentes – a punição foi negociada. Normalmente, entretanto, as punições para desobediência ou infrações às normas da unidade eram decididas pelos agentes sem a necessidade de negociação com os outros os funcionários.

Lívia e Daniela eram semilibertas que quase todos os dias recebiam algum castigo; eram elas as que mais desrespeitavam as ordens, brigavam com as outras adolescentes e respondiam grosseiramente aos agentes. Lívia havia feito 14 e Daniela 15 anos dentro da instituição. Daniela era branca, muito magra e pequena, e Lívia era negra e baixa, de compleição física normal. Seus erros eram justificados pelas técnicas como excesso de imaturidade, levando-as a demandar aos agentes paciência e compreensão com os comportamentos das duas. Esta demanda irritava os agentes – os principais alvos dos gracejos e xingamentos das adolescentes – que diziam que as "*as garotas só enganam às técnicas mesmo!*".

Numa das visitas que fiz, Lívia, Daniela e Eliana estavam em restrição. As agentes do plantão haviam circunscrito o espaço da porta dos alojamentos como limite para a circulação das três. Lívia e Daniela estavam sentadas lado a lado em cadeiras escolares localizadas na porta do alojamento "A", respeitando às ordens, mas Eliana – que era do alojamento "C" - não respeitava os limites da restrição e circulava pelo pátio, entrando e saindo da sala de vídeos. Fui até Daniela para perguntar-lhe o por quê de ela e Lívia estarem em restrição. A adolescente conta que ela e Lívia haviam dormido no "C" – as duas eram do alojamento "A" tendo que obrigatoriamente pernoitar ali. Diz Daniela que ela, Lívia, Juliana e Maiara

"*ficaram de quatro*". Pergunto o que seria "*ficar de quatro*". Ela diz que dormiram em casais – ela e Juliana, Lívia e Maiara. Lívia interrompe a conversa para dizer, emocionada, que Maiara era o grande amor de sua vida e que havia brigado com todo mundo e evadido na semana anterior porque estava muito triste após discutir com Maiara. Eu replico, dizendo que durante o período no qual eu estive fazendo trabalho de campo, Lívia já tinha tido os três maiores amores da sua vida. A jovem ri demonstrando constrangimento e diz que "*ih, a tia sabe de tudo...*".

Enquanto isso, Eliana ia e voltava, circulando pelo pátio, entrando e saindo da sala de vídeo. O que atraía a adolescente de 18 anos, negra, alta, forte e com uma voz retumbante, era Vitória, 15 anos, branca, magra e baixa, que havia acabado de chegar ao CRIAAD e que assistia à televisão na sala de vídeo. Disseram-me as adolescentes que Eliana já havia "*ficado*" – tido um breve relacionamento amoroso - com Vitória no Educandário Santos Dumont e por isso, ela estava tão agitada com a presença da outra – a qual, por sua vez, havia decidido não ficar mais com Eliana.

Eliana entrava na sala de vídeo e as agentes, sentadas na cadeira do pátio, gritavam: "*Eliana! Não pode entrar aí!*". Eliana saía da sala, mas logo voltava. A adolescente, em tom jocoso, tentava chamara atenção de Vitória, desafiando-a e ofendendo-a. Vitória respondia, mas permanecia na sala de vídeo. As agentes diziam não estar aguentando mais aquilo; ainda mais porque Eliana era "*de maior*" e se comportava como criança. Após algumas repreensões e advertências, as agentes decidem interromper a movimentação de Eliana: chamam a adolescente ao refeitório e explicam para ela que ela estava desobedecendo às ordens e que, portanto, elas teriam que mantê-la trancada no alojamento. Eliana é levada pelas agentes até o alojamento, e estas trancam os portões com cadeado. Aparentemente, Eliana não se importa quando é trancada. Vai até o quarto, volta, olha e segura o cadeado do portão; faz uma gozação com Lívia e Daniela e diz que vai dormir.

Assim como no CRIAAD, no Educandário Santos Dumont, os agentes também são os principais formuladores e executores de punições. Se as adolescentes não quisessem frequentar os cursos ou as aulas regulares, ficavam na "*tranca*", ou seja, permaneciam dentro dos seus quartos com os portões trancados. A tranca era a principal medida adotada para punir as desobediências e as ofensas feitas pelas adolescentes a qualquer outro ator que povoasse os muros do Educandário. E dependendo da gravidade da ofensa ou da desobediência, a adolescente poderia permanecer alguns dias na tranca – geralmente os três dias que o plantão folgava, sendo liberada do castigo no quarto dia, quando o plantão que a colocou na tranca,

voltasse para destrancá-la. Algumas vão para a tranca e são algemadas nas janelas – especialmente se "*baterem chapa*" -, mas o castigo das algemas dura apenas algumas horas.

Valéria cita o caso de Jaqueline para explicar o que seria o castigo da "*tranca*". Disse Valéria que Jaqueline xingava e agredia os agentes constantemente. Certa vez, Jaqueline discutiu com Diogo e tentou agredi-lo, "*foi pra cima*" dele. Diogo "*conteve*" a adolescente, segurou-a com a ajuda de outros agentes, homens e mulheres. Os agentes decidiram deixá-la na tranca, sem fazer nenhuma atividade, apenas levando as refeições nos horários previstos[120]. Jaqueline permaneceu trancada, sem poder sair, enquanto suas colegas de quarto entravam e saíam, cumprindo as atividades previstas em suas rotinas.

Valéria disse ainda que quando há brigas entre adolescentes, quando uma ameaça a outra, as duas ficam na tranca, "*por causa que se tirar pra fora, elas vão brigar aqui fora. Aí já fica uma no seu* [quarto] *e a outra no outro, entendeu? Por causa que se sair, sabe o que vai acontecer, então, eles* [os agentes] *previne. Sai todo mundo, mas a pessoa que brigou fica lá no canto e a outra no outro...*".

Pergunto também à Alice se as meninas do "*Dumont*" – forma como as adolescentes chamam o ESD – desobedecem muito aos agentes. "*Algumas*", ela responde. "*Mas quando elas desobedecem, fazem o que?*", pergunto. "*Ah, fica de castigo né?!*". Pergunto então, quais são as formas mais comuns de desobediência; ela responde: "*Ah, bate chapa, grita, xinga...*". O que seria bater chapa?

> Alice – É porque tem a grade aqui assim [na porta] e tem a grade assim [na janela] no quarto... então, elas ficam chutando a parte daqui [da janela]. Fazendo aquele barulho "pow, pow, pow".
> Marília – Mas, isso costuma acontecer de noite ou de dia?
> Alice – De dia, de noite... quando vem menina nova que não conhece como é que é aqui, fica se achando, aí começa a gritar, xingar todo mundo... querendo brigar...
> Marília – Mas se acha porque?
> Alice – Não sei! Porque já conhece as outras que estão aqui... aí não obedece funcionário, quer xingar, quer brigar... quer brigar com todo mundo...

E o que acontece quando as meninas batem chapa? "*Aí eles deixam trancada. Aí não sai para fazer esporte...*". "*Dura quanto tempo o castigo?*", pergunto à Alice. "*Três ou quatro dias, até elas aprenderem*", ela responde.

Alice conta também que há uma punição aplicada às adolescentes chamada "*tranca dos morcegos*". Segundo Alice, os agentes algemariam a adolescente desobediente na

[120] Há plantões que, na tranca, permitem que as adolescentes saiam apenas para comer, no refeitório.

mangueira localizada dentro do prédio da administração, ao lado da sala dos técnicos, para que os morcegos habitantes da árvore passassem pela cabeça dela. Pergunto se ela soube de alguém que já havia ficado na tranca dos morcegos ou que tivesse apanhado. Ela diz que não. "*Nem a Jaqueline?*" – que era a adolescente reconhecida como sendo a mais agressiva, corajosa e ousada de todas as unidades femininas. "*Não... pelo menos eu nunca vi*" - ela responde. E complementa: "*parecia que todos tinham medo dela... ela fazia coisas e ninguém fazia nada*".

Imagino que a tranca dos morcegos seja uma ameaça utilizada pelos agentes socioeducativos para conseguirem respostas sobre as infrações, que não tinham responsáveis, cometidas pelas adolescentes dentro da unidade. "*Dedurar*", delatar, umas às outras não era encarado como ser "*X9*"[121] se a menina delatora for do grupo oposto, mas sobre as amigas nada se dizia, todos os segredos eram guardados. E, por vezes, muitas infrações às normas da unidade aconteciam – depredações, fumo de cigarros de tabaco e de maconha, assim como a distribuição destes – sem que se encontrasse o autor. Os agentes então ameaçavam trancá-las com os morcegos para que elas dissessem a verdade, para que alguma delas confessasse ou ainda para que elas não ousassem cometer quaisquer outras infrações. Como nenhuma das adolescentes que entrevistei foi algemada na árvore e não conheciam ninguém que houvesse sido; e como é possível que o prédio da administração permanecesse fechado durante o período da noite – horário em que a punição supostamente acontecia -, creio que a tranca dos morcegos servisse como intimidação para levar à confissão e para evitar futuras transgressões.

Essas ameaças não realizadas eram comuns. No CRIAAD, por exemplo, durante o incidente do "cheiro de maconha", Vânia, a agente, tentando descobrir quem havia levado e quem havia fumado a droga, disse às adolescentes que não adiantava elas mentirem nem tentarem proteger umas às outras, pois durante a reforma nos alojamentos, câmeras foram instaladas nos quartos. Sendo assim, a única coisa que ela deveria fazer era assistir às gravações. Temerosas, as adolescentes decidiram confessar de uma vez.

Após a confissão, Vânia foi conversar com a técnica sobre a tática que havia empregado junto às adolescentes, a qual funcionou como ela esperava. E como a mentira sobre as câmeras funcionou, ela pedia para a psicóloga mantê-la, pois poderia ser útil no futuro.

As punições aos atos de desobediência, de conflito e de depredação estavam a cargo dos agentes. Em geral, os técnicos discordavam da maneira escolhida pelos agentes para

[121] X9 é uma gíria para delator.

punir, mas as adolescentes não. Para elas, as punições eram justas. Para os técnicos, havia violência ou exagero, enquanto para as meninas era uma forma de manter a ordem e de fazer justiça com aquelas que não faziam nada errado.

Pergunto à Caroline, 13 anos, quais os agentes mais "complicados" para ela. Ela responde: "*Nenhum! Tinha uns agentes lá que eram ruins, mas eles eram ruins com quem deve ser! Comigo nunca brigaram porque eu nunca fiz nada errado. Eu não fazia nada de errado*". Caroline acredita até que os agentes deveriam punir mais, já que é:

> Caroline – [...] Por isso que o Dumont está como está hoje, aquela bagunça toda. Eles falam que no ESE [Educandário Santo Expedito, unidade de internação para meninos], eles batem mesmo. Lá eles respeitam os funcionários, andam de cabeça baixa, mão pra trás porque sabem que se desrespeitar, vão apanhar. Então lá é mais severo. E lá no Santos Dumont não tem esse negócio; quando faz alguma coisa, é algemada e daqui a pouco eles tiram. Então, a única coisa que eles fazem lá no Santos Dumont é botar de tranca, punir, botar no relatório, mas não tem aquela coisa do severo, porque se pegasse pesado mesmo quando fazem alguma coisa errada, não teria aquilo. E é totalmente diferente mesmo. Lá não tem esse negócio de bater.
> Marília – Você acha que se eles fossem mais severos iriam diminuir...
> Caroline - Eu acho que sim! Porque as meninas que mais aprontam é da internação provisória, que chega lá e não sabem como é que é, vê as meninas fazerem e quer fazer também. E sendo punidas, as que estão erradas, não iam mais fazer [...].

Valéria pensa como Caroline e dá opinião semelhante. Pergunto à Valéria se sai muita confusão com os agentes. "*Sai!*", ela responde. "*Mas é agressão física?*", pergunto. "*Física, verbal...*". Pergunto então se os agentes batem nas adolescentes. Ela responde que os agentes não falam que "*bateu*", falam que "*conteu*". "*Mas os funcionários batem de verdade ou é mentira?*", insisto.

> Não, é porque elas vai pra cima deles, eles pega, segura, então machuca, entendeu? Porque eles são homens, aí eles pega, segura... às vezes enforca, vai levando a gente pra trás, mas não machuca não, aí elas vêm, pega, fala que bateu, que fez, aconteceu, que foi o maior massacre. Falam assim: "maior massacre! Não aguento mais!". Mas não é nada! Eu vou fazer onze meses, nem parece! Parece que eu cheguei aqui ontem! Porque também, assim, eu nunca dei trabalho. Todos os agentes aqui falam... porque eu sempre fiquei na minha. Eu só assim: "vai arrumar briga comigo?" Eu sou mais sair de perto. Igual eu fiz hoje. Ela [Jaqueline] começou, eu já fiquei alterada, pra não esquentar minha cabeça, saí da mesa e almocei.

Ela diz que reconhece quando está errada, mas...

> assim, quando as meninas tão em tranca, o funcionário não vai botar a menina de tranca a toa: "ah, vai pra tranca!". Ele não vai fazer isso. Se a menina tá na tranca, alguma coisa ela fez. Mas tem menina que não reconhece isso... não é eles que coloca a gente na tranca... é a gente mesmo que bota a gente mesmo... pede pra entrar na tranca... porque eles não são doidos de botar a gente "vai pra tranca".

A percepção do que é violência varia entre os grupos. Para os técnicos, os agentes agem de forma violenta, para os agentes sua forma de agir é disciplinar, necessária e ordenadora, e para as adolescentes a ação dos agentes é justa, já que é uma forma de revidar e de conter alguma agressão prévia. Neide diz que os agentes dão "*esporros básicos*" em quem faz "*por onde*". Lisbela diz que nunca viu nenhum agente batendo nas adolescentes. Ela já até viu um que bateu, "*mas também, a menina agrediu ele*". Caroline diz que nunca levou "*esporro*" porque sempre foi "*tranquilona*":

> Não tinha como tratar uma menina mal educada e uma educada do mesmo jeito. Eles [os agentes] tentam tratar do mesmo jeito todo mundo, só que tem umas que são mais rebeldes. Não tem como passar a mão na cabeça porque senão acontece do mesmo jeito. Mas quando elas estavam na delas, tratavam todo mundo igual.

No ESD e no CRIAAD não haveria, segundo os agentes socioeducativos e as adolescentes, violência ou agressão. O que há são punições e castigos, os quais fazem parte do trabalho dos agentes e são necessários não apenas para manter a ordem dentro da unidade, como também como forma de agir justamente com aquelas que se comportam bem – evitando confusões e agressões entre as adolescentes "rebeldes".

As incumbências de punições, controles e vigilância das internas e das semilibertas, executadas pelos agentes socioeducativos – como vimos nos casos acima - são herdeiras das dos agentes penitenciários: o agente socioeducativo[122] desempenha tarefas semelhantes às dos agentes, ou inspetores, penitenciários, sendo responsáveis, como estes pela manutenção da ordem e da segurança dos estabelecimentos nos quais trabalham.

---

[122] A categoria agente socioeducativo surge com a lei 4802 de 29 de junho de 2006. Antes, esta categoria se subdividia em agente de disciplina e agente educacional. Os agentes de disciplina eram responsáveis pela vigilância e controle, enquanto os agentes educacionais eram os também chamados de "*monitores*" - os quais acompanhavam a frequência dos adolescentes nas escolas e nos cursos.

O agente de disciplina não surge como um cargo totalmente novo, elaborado para trabalhar com *menores delinquentes*, posteriormente com *menores em situação irregular* e depois com *adolescentes em conflito com a lei*[123]. Ele não é somente um ofício desempenhado dentro dos muros do sistema socioeducativo sem contato com o mundo social, reproduzindo práticas de punição e de violência ao longo dos anos. O agente socioeducativo é um nó na rede estatal que é permeado por práticas de outros cargos e por objetos de diversas redes.

Na lei 4583 de 25 de julho de 2005 lemos que as atribuições dos inspetores de segurança e administração penitenciária são supervisionar, coordenar, orientar e executar atividades relacionadas à manutenção da ordem, da segurança, da disciplina e da vigilância dos estabelecimentos penais. Além disso, tais inspetores dirigem os carros oficiais, escoltam os presos, zelam pela segurança de pessoas e bens, participam ativamente dos programas de reabilitação social, tratamento e assistência aos presos, e compreendem estudos, pesquisas, análises e projetos sobre a administração de pessoal, material, organização, métodos e trabalhos de segurança penitenciária. Comparando as atribuições dos agentes penitenciários

---

[123] Cabral dos Santos (*in* DEL PRIORE, 2008) conta como surgem as instituições destinadas aos *menores delinquentes*. Diz o autor que no início do século XIX, a elaboração das estatísticas criminais conjuntamente com a especialização dos aparelhos judiciais e o aperfeiçoamento das técnicas importadas de controle e vigilância fez surgir a questão do menor enquanto problema policial. Percebeu-se por meio das estatísticas que os delitos cometidos por menores se equiparavam numericamente aos dos cometidos por adultos – apesar de a natureza dos crimes cometidos ser diferente, sendo a criminalidade infantil enquadrada principalmente nos delitos de *vadiagem* –, levando os criminalistas a procurarem soluções para a questão e os jornalistas a demandarem atitudes do poder público. Com a promulgação de um novo código penal e da eleição do "discernimento" como característica fundamental na determinação das sentenças para os menores de 14 anos, os jovens considerados necessitados de correção deveriam ser internados em instituições destinadas a tal fim. A *pedagogia do trabalho* (CABRAL DOS SANTOS *in* DEL PRIORE, 2008, p. 220) era vista como a solução mais eficaz para o problema da delinquência juvenil, sendo pleiteada por aqueles que se dedicavam ao problema. Como o aparelho estatal não contava com instituições públicas de correção, recuperação e recolhimento dos menores delinquentes (as que existiam até então, eram particulares e resistiam em receber jovens acusados criminalmente. Os jovens acusados de cometerem crimes eram recolhidos e enviados para delegacias, sendo colocados nas celas dos adultos) o Secretário de Justiça autoriza em 1902, a criação de um Instituto Disciplinar e de uma Colônia Correcional, visando resolver o problema da infância corrompida. O ingresso dos jovens no Instituto Disciplinar dava-se sempre por sentença de juiz de Direito, o qual determinava o tempo de permanência dos sentenciados: "*Na sua entrada, o menor era registrado em livro de matrícula e depois sujeito a longo interrogatório, feito na maioria das vezes pelo próprio diretor. Em seguida, passava por um rigoroso exame médico, extraindo-se suas medidas antropométricas e tirando-lhe fotografia. Recebia então, seu uniforme, pelo qual devia zelar enquanto durasse sua estadia* [...]". (CABRAL DOS SANTOS *in* DEL PRIORE, 2008, p. 224). A regeneração pelo combate ao ócio e a pedagogia do trabalho fundamentavam a organização do instituto: "*tentava-se a todo custo incutir naquelas mentes, hábitos de produção e convívio aceitáveis pela sociedade que os rejeitava e mesmo assim, há inúmeros registros de fugas, motivadas pela rebeldia dos jovens em se sujeitar às medidas autoritárias de reabilitação do caráter e da personalidade*" (Idem, p. 225). As meninas infratoras eram mantidas numa ala especial, isolada e incomunicável, sujeita às mesmas regras de disciplina e organização do tempo. Por meio deste estudo de Cabral dos Santos, percebe-se como, por meio de certas práticas viabilizadas por não-humanos, há semelhanças entre a arquitetura do instituto disciplinar e do Educandário Santos Dumont, para o qual o instituto criado em 1902 – com suas tecnologias e influências advindas de diversas partes do mundo – é uma referência no sentido latouriano.

com as atribuições dos agentes socioeducativos previstas na lei 5933, vemos que tais atribuições são idênticas.

Os agentes penitenciários servem como *referência* para os agentes socioeducativos[124]. Estes se constituem na esteira das tarefas de disciplinamento, vigilância, fiscalização, controle – e também violência e agressões – associadas àqueles: ambos desempenham as mesmas tarefas e trabalham com públicos (para eles) semelhantes, ambos pleiteiam a percepção pública acerca da importância e legitimidade de suas tarefas, tendo em vista ser a "carceragem" uma das funções mais antigas do mundo, com referências bíblicas inclusive[125] (BLOG, 2011; SILVA, 2010).

Tendo em vista a "herança" de vigilância e disciplina recebida dos órgãos de segurança pública – mais especificamente das prisões para maiores de 18 anos – alguns agentes socioeducativos pleiteiam junto ao atual governador do Estado do Rio de Janeiro a alteração do título "*agente socioeducativo*" para "*agente de segurança socioeducativo*", além do porte de armas dentro das unidades e a desvinculação entre o Departamento Geral de

---

[124] O conceito de *referência* para Latour (2001) aplica-se à estabilidade de um movimento ao longo de inúmeras mediações (ou seja, de associações entre humanos e não-humanos na produção da ação). Toda mudança na série que compõe a referência fará uma diferença, provocará transformações, proporá movimento e historicidade à rede. Este conceito assemelha-se em certa medida às referências usadas pelos cientistas na construção dos seus argumentos: o meu argumento científico sustenta-se se eu, em associação a determinados não-humanos – diplomas, livros, computador, observações e anotações de campo com seu tempo e espaço específicos, ou observações e anotações das propriedades pertinentes a certos objetos – os articulo em diálogo com meus pares na Academia, os quais também lançam mão de outras referências – as quais possuem, por sua vez, outros tempos e outros espaços. Eu sou um nó numa rede dita científica, organizo uma cadeia de seres e a acondiciono em palavras, sendo tratada como legítima apenas se as referências das quais lanço mão se sustentarem a ponto de serem consideradas se não verdadeiras, apenas apropriadas e adequadas aos meus fins – especialmente dentro das ciências sociais, as quais estão correntemente desconstruindo os sentidos de "verdade" ao modificarem elementos pertinentes à rede de referências. Eu utilizo, neste capítulo, teorias elaboradas por um filósofo francês que tem 65 anos de idade – outro contexto social, portanto - para legitimar meu argumento, tomando como base a legitimidade que o argumento daquele autor possui. Latour, por sua vez, lança mão de outras referências e outros não-humanos, produzidos em tempos e espaços diversos, para construir sua teoria, para deslocar, separar, preservar, classificar, reaproximar, reunir e redistribuir segundo outros – novos – princípios toda uma coleção de humanos e não-humanos - livros, humanos e não-humanos que ele observou e a partir deles, propôs sua teoria social, reunindo ações empreendidas por diversos autores e pesquisadores no curso de anos. Tomo-o neste capítulo como referência; coloco-me, portanto, na rede que se estende no tempo e no espaço em múltiplas direções.

[125] A história dos "*carcereiros*" é remetida aos tempos bíblicos, quando o José, filho de Jacó, após ser vendido por seus irmãos para Potifar, oficial do Faraó egípcio e capitão da guarda, comprou-o dos ismaelitas e o pôs a trabalhar em sua casa. José conquistou a confiança do capitão, porém após ser assediado sexualmente pela esposa deste e haver negado aos seus pedidos, foi acusado de abuso sexual pela mulher, sendo enviado imediatamente para a prisão: "*Então o senhor de José o tomou, e o lançou no cárcere, no lugar em que os presos do rei estavam encarcerados; e ele ficou ali no cárcere. O Senhor, porém, era com José, estendendo sobre ele a sua benignidade, e dando-lhe graça aos olhos do carcereiro, o qual entregou a José todos os presos que estavam no cárcere; e era José quem ordenava tudo o que se fazia ali. E o carcereiro não tinha cuidado de coisa alguma que estava na mão de José, porquanto o Senhor era com ele, fazendo prosperar tudo quanto ele empreendia*" (BÍBLIA, livro do Gênesis, capítulo 39, versículos 1-23). Como se pode perceber, José demonstrou-se um bom disciplinador e administrador daquela "instituição total", ao realizar as funções do carcereiro.

Ações Socioeducativas e a Secretaria de Estado de Educação, devendo aquele vincular-se à Secretaria de Segurança Pública:

> O governador Sérgio Cabral destacou que não considera o Degase um órgão da Segurança Pública. O governador afirmou que a política salarial de reajuste anual para o Degase será efetuado no próximo mandato, mas desvinculada da Segurança Pública por não considerar o Departamento como órgão integrante desta área. O governador explicou à categoria que o Degase deve ser encarado como instituição de Educação. A afirmação foi feita na inauguração do Centro de Triagem e Recepção e do Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente na Ilha do Governador no fim de junho. P.S.: Daqui pra frente todos temos que ser chamados de "tio", não usar mais algemas, os alojamentos não devem mais possuir grades, nem trancas, ele, os adolescentes infratores, podem entrar e sair a hora que quiserem, deve ser um "Campus". Devemos, não mais conduzir, e sim levar de mãos dadas os "adolescentes em conflito com a lei", não às audiências, mas sim a Diretora de Educação, ou a Secretaria de Educação. Ou quem sabe ao Conselho Tutelar (AGENTES...).

Se tanto os agentes penitenciários quanto os agentes socioeducativos trabalham com os mesmos objetos – algemas, grades, chaves etc. com exceção das armas “letais” utilizadas pelos penitenciários – e desempenham as mesmas tarefas, estando sujeitos aos mesmos problemas, porque o tratamento conferido pelos altos escalões do Estado às prisões e às unidades do Degase deve ser diferenciado? Porque o Degase não é tratado como órgão da segurança pública, se ele serve para punir, conter e disciplinar infratores? – se perguntam os agentes.

Porque nas unidades do Degase há um objeto que não povoa as prisões e que altera o tratamento conferido aos jovens e as ações dos agentes a partir de 1990: o Ecriad. A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, houve a necessidade de alteração nas formas de administrar as penalidades conferidas aos antes *menores infratores* e agora *adolescentes em conflito com a lei*; os adolescentes enquanto sujeitos de direitos, não podem mais sofrer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Ecriad, Título I, Artigo 5º), ainda mais por órgãos estatais, os quais passam a ser intensamente fiscalizados para que não haja violação de direitos.

O Ecriad com suas referências – como vimos no capítulo 1, sendo resultado das ações e demandas dos movimentos sociais por todo o mundo e pelo Brasil pós-ditadura -, exige que práticas de disciplinamento e punição mais rigorosas sejam abolidas: não se toleram mais práticas de violência, não se tolera mais o uso de algemas, não se toleram mais agressões verbais. As Varas da Infância e da Juventude – às vezes na pessoa do próprio Juiz - e o

Governo do Estado, enviam regularmente comissões de inspetores para fiscalizar as instalações das unidades do Degase e para ouvir os adolescentes a fim de saber como eles estão, se estão sendo agredidos física ou verbalmente por parte dos funcionários e se as medidas estão sendo devidamente executadas. Se houver alguma denúncia, abre-se um processo contra o agressor e uma investigação determinará se o agente é culpado ou não, podendo este ser acusado penalmente ou receber alguma sanção administrativa.

A ação do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre as atividades dos agentes socioeducativos – seja por meio das pressões dos movimentos sociais que defendem o direito dos adolescentes, seja por meio das pressões feitas pelos técnicos ou pelos próprios adolescentes que reivindicam seus direitos – têm causado inúmeros transtornos para a categoria, especialmente para aqueles que começaram a trabalhar com os *menores infratores*, ou seja, com os adolescentes acusados de cometerem crimes antes de 1990.

Inúmeros foram os relatos de agentes socioeducativos que confessaram sofrer um conflito moral por ter que inserir este novo não-humano – e trocar propriedades com ele – na composição das suas tarefas, na ecologia das unidades do Degase e na justificação moral daquele mundo.

Na segunda visita que fiz ao Educandário Santos Dumont, assim que o portão foi aberto pelo porteiro para que eu entrasse e aguardasse a permissão para entrar no prédio, deparei-me com uma intensa movimentação e com alguns agentes socioeducativos e administrativos demonstrando apreensão. Na saída da garagem estava a Kombi do Educandário e no banco traseiro desta, uma adolescente aparentemente confusa e irritada, como se tivesse acabado de chorar. Perguntei ao porteiro o que estava acontecendo. "*A coisa tá feia*", ele me disse. "*Por quê?*". Contou-me ele que a adolescente estava sendo transferida de unidade – do ESD para o CRIAAD –, não aceitou ser algemada para entrar na Kombi e por ter resistido, acabou "*tomando uns sopapos*". O porteiro conclui que bons tempos aqueles que ele trabalhava no pátio... quando as adolescentes aprontavam, ele logo dava no "*focinho*". Agora os tempos eram outros e os "*sopapos*" que ele dava nas adolescentes desobedientes haviam se transformado em "*contenção*".

Outra situação na qual pude perceber a tensão entre as justificativas para as associações entre os agentes, o Ecriad e as teorias acerca da natureza adolescente, e as associações entre os agentes e os mecanismos de vigilância e disciplina, deu-se quando três adolescentes tiveram que comparecer à audiência de avaliação do cumprimento das suas medidas. As três sabiam que havia grande possibilidade de o Juiz "*progredir*" suas medidas de semiliberdade para liberdade assistida e esperavam ansiosamente pelo dia da audiência

para poderem regressar para suas casas em Paracambi – audiência esta, relatada na introdução.

Neste dia, eu iria à Paracambi para assistir à audiência de avaliação das medidas de Raquel, Camila e Ana. Isabel, a assistente social, contou-me que iríamos num carro enviado pelo Degase, pois a Kombi do CRIAAD não estava na casa – os agentes estavam fora, na delegacia, custodiando Eliana que havia tentado, no dia anterior, agredir Vitória. Isabel estava assoberbada de trabalho: havia papéis espalhados por toda a parte e ela tentava organizar aqueles que teria que levar para a audiência e entregar para o Juiz. Pediu minha ajuda e eu a ajudei até a chegada do carro do Degase, às dez e vinte da manhã.

O carro do Degase era um grande furgão branco, no qual três meninos estavam trancados na parte de trás (a carroceria era completamente fechada, com pouca circulação de ar e era dividida em duas partes: nela cabiam sentadas – numa espécie de banco de ferro - seis pessoas de frente para a placa de ferro que dividia as duas partes). A "carroceria" era trancada por duas portas (cada uma fechava uma parte) com um vidro (gradeado) em cada uma delas. O ar entrava por pequenos buracos – gradeados – que davam para a parte interna do carro.

No carro chegaram quatro agentes homens: três uniformizados, com blusas azuis marinho com o símbolo do Degase, calças cargo pretas e sapatos pretos, e um sem uniforme, usando calças jeans, blusa listrada e sapatos sociais. Assim que estacionaram o carro na quadra de esportes pediram aos agentes do CRIAAD para apressarem a técnica. Isabel, agitada e tentando encontrar alguns papéis perdidos e organizar os documentos necessários, não conseguiu atender ao pedido dos agentes imediatamente. Os quatro continuaram pressionando-a e disseram que se ela não estivesse pronta às onze da manhã, eles iriam embora sem ela.

As três meninas que iriam para a audiência já haviam tomado banho e esperavam por Isabel sentadas no banco de madeira localizado no pátio. Uma das meninas, Camila, estava com a perna quebrada e engessada porque havia sido atropelada por uma moto na Ilha do Governador, quando ia para o curso de gastronomia ministrado na Escola de Gestão Socioeducativa. Camila gritava de ansiedade: "*Vamos embora, Bel!!!*[126]" Camila rasgou a sua calça jeans para poder passar o gesso e ficou sentada na cadeira apenas gritando e reclamando.

Quando Isabel deu os documentos por organizados, fomos, as cinco – eu, a técnica e as três adolescentes para o pátio a fim de entrar no carro. Os agentes abriram as portas de trás

[126] A maioria das adolescentes chamava a assistente social por um diminutivo do seu nome: Bel.

do carro para que as adolescentes pudessem sentar ali, de frente para a placa de ferro. Raquel entrou e acomodou seus pertences em seu colo, mas assim que Ana deparou-se com a forma como seria transportada, colocou sua mochila no chão, cruzou os braços e disse que ali ela não entrava. Em tom de voz alto, a adolescente dizia: "*Cadê a Kombi?!?!*". "*A Kombi saiu para resolver o caso Eliana e Vitória*", disse a técnica. "*Eu vou matar a Vitória!!*", gritou Ana entre os dentes.

Ana e Camila sentaram-se então no chão da quadra e começaram a chorar. A técnica dizia em tom de voz baixo: "*Ana, entra, será apenas uma hora até Paracambi e de lá vocês vão direto pra casa em LA* [liberdade assistida]". Ana e Camila choravam e Ana tremendo e soluçando bastante disse: "*Eu não vou! Eu não estou na fechada! Não vou entrar ali! Aquele negócio é quente e fede a vômito! Quando eu chegar lá vai ficar todo mundo olhando!*". Ana sentia que sua dívida estava paga: ela já havia passado pelo ESD e agora estava na semiaberta. Não era mais necessário passar por situações humilhantes como aquela.

A diretora, ouvindo os gritos, foi até a quadra. Os quatro agentes estavam encostados no furgão, lançando olhares de reprovação para a técnica e para Kelly, a agente que também tentava convencer as adolescentes a entrarem no carro.

A diretora pergunta à técnica o que estava acontecendo. Isabel diz que as meninas se recusavam a entrar no carro. Nisso, ouve-se uma voz, vinda de dentro do furgão; um dos três adolescentes que também estavam indo para a audiência gritou: "*Para de frescura garota!!*". O agente que não estava uniformizado apontou para a porta do furgão com o dedo indicador e o polegar em riste e falou com a voz grave e alta: "*Cala a boca porque a coisa aqui é bem diferente! A coisa com vocês é outra!*".

O grito dado pelo agente deixou Camila ainda mais nervosa. Chorando copiosamente, ela dizia para a diretora, para a técnica e para a agente: "*Viu o jeito como eles falam com os meninos?!?!? No meio do caminho eles vão parar e começar a gritar com a gente também! Não quero ir ali com eles!*".

Percebendo que os agentes já estavam ficando impacientes, Vanusa, Isabel e Kelly, tentavam acalmar as jovens, praticamente implorando-as para entrar no carro. "*Eu não vou entrar no Mil* [nome dado pelos adolescentes ao furgão]*! Não estou na fechada!*", diziam Ana e Camila. Isabel retrucava dizendo que a viagem era curta e que depois daquele dia, elas não precisariam mais viajar em nenhum outro carro do Degase. As duas, porém se negavam e diziam que preferiam ir de ônibus.

A diretora, possivelmente sentindo-se pressionada pelos olhares de reprovação dos agentes e demonstrando grande nervosismo, chegando a tremer, grita para as duas

adolescentes: "*Cala a boca!!*". As adolescentes param de falar e Isabel diz: "*Não querem ir? Muito bem. Digo para o Juiz que vocês não quiseram ir. Vão ter que ficar aqui mais alguns meses porque não quiseram passar uma hora dentro do carro!*". Convencidas pelo argumento da técnica, as duas adolescentes levantam-se do chão e Ana grita: "*Eu vou matar a Vitória!!*". Ana e Camila entraram no "*mil*" – Raquel permaneceu lá dentro, observando a resistência das duas a entrarem – e as portas foram trancadas. Um dos meninos – Jeremias, que depois descobri também ser de Paracambi – foi conversando com as três durante o caminho – apesar da placa de ferro entre eles -, perguntando como seus familiares estavam e como alguns de seus colegas deveriam estar.

Dentro do carro, o ar condicionado foi ligado. O dia estava quente, mas percebi que a parte na qual estavam os adolescentes ia receber por volta de vinte por cento do vento que vinha do ar condicionado - já que a passagem de ar era muito pequena e a parte da frente bastante espaçosa. Havia espaço para o motorista e para dois caronas em bancos mais altos, além de um espaço grande entre estes bancos e os nossos - espaço que nos permitia esticar as pernas. No banco traseiro, estávamos o agente sem uniforme, eu, Isabel e um dos agentes uniformizados ao seu lado.

Tentando iniciar uma conversa, o agente ao meu lado perguntou-me o que eu fazia, se eu era técnica. Eu expliquei-lhe que era socióloga e pesquisadora e que estava fazendo uma pesquisa no CRIAAD. O agente diz então que:

> O que as meninas fizeram ali foi inadmissível. Em outros lugares elas seriam tratadas com mais energia, de forma mais enérgica, por muito menos. É difícil uma mulher ser diretora de unidade. É preciso ser pulso firme. Eu só conheci uma mulher - que parecia mais um homem, porque só gostava de estar no meio de homens e conversar com os homens – que dirigiu bem uma unidade fechada... Maria Regina Alt, que agora é diretora do CRIAAD de Nilópolis... ela fechava com os agentes. Ela dava todo apoio para as nossas operações. As mulheres são mais sonhadoras, vivem num mundo ideal. Nós homens trabalhamos mais no real, trabalhamos com a realidade. E isso dá conflito porque as mulheres ficam querendo que a gente pense num ideal, mas a realidade é bem diferente. Sabe, às vezes acho que é mais difícil trabalhar com essas meninas do que com os meninos. Os meninos ficam quietos. No ESE [Educandário Santos Expedito] são 120 meninos, mas é um silêncio. E a gente precisa tratar esses garotos com energia. Temos que agir de forma enérgica.

Após contar alguns casos de desobediência e rebeldia, no qual apenas a elevação da voz foi suficiente para gerar a obediência, o agente diz que:

> Depois que esse discurso dos direitos humanos começou a atrapalhar nosso trabalho, a coisa mudou. Porque sem os agentes, sem o agente, o trabalho para, o Degase para. Tentaram mudar nosso trabalho na década de 90. Eu trabalhava no pátio e até pedi pra sair por que meu trabalho era incompatível com as novas propostas, com as propostas do novo governo, com essa história dos direitos humanos. Pedi pra sair do pátio e fazer trabalhos internos porque não conseguia trabalhar de outra forma. Aqueles garotos precisam de disciplina. Uma vez tentaram mudar. Aí, tudo bem, vamos fazer do jeito que eles querem. Os agentes cruzaram os braços e deixaram os garotos fazerem o que quisessem. Aí não deu, era rebelião quase todos os dias, virou uma bagunça. Os garotos subiam no muro e tacavam pedra na diretora. Aí ela pediu socorro pros agentes e eles tiveram que voltar a trabalhar do jeito deles porque senão não dava.

O agente fala acerca da sua impossibilidade de associar-se aos "*direitos humanos*" para produzir novas ações junto aos adolescentes em conflito com a lei. Para ele, agente de disciplina antes da década de 90, foi difícil e pesaroso ter que trabalhar de outra maneira, levando-o a uma crise que o fez procurar os "serviços internos" e deixar o pátio – por isso ele não usava uniforme. Como trabalhar sem gritar? Como trabalhar sem impor a disciplina?

O Ecriad e os movimentos sociais que defendiam os direitos das crianças e dos adolescentes – os "direitos humanos" – começaram a atrapalhar o trabalho dos agentes, começaram a alterar as situações e a demandar outros resultados das atividades junto aos agora chamados "adolescentes em conflito com a lei". Para ele, ser agente é gerar disciplina, a qual só pode ser alcançada por meio de determinados não-humanos, e para aquele agente os "*direitos humanos*" não estavam entre eles.

Continuando nosso caminho num carro semelhante aos camburões – díspar das kombis que transportavam as adolescentes do ESD e do CRIAAD –, por vezes o agente condutor acionava a sirene para ultrapassar um semáforo vermelho ou para pedir passagem num engarrafamento. Chegamos à Paracambi por volta de meio dia e os transeuntes pararam para olhar aqueles que desceriam do "*mil*". Um dos agentes uniformizados pergunta à Isabel se ela precisaria de "*reforço*" para levar as adolescentes para dentro do Fórum. Isabel responde que não, que ele podia abrir a porta e deixar as adolescentes descerem sozinhas. Ele então abriu a porta e as meninas desceram. O rapaz que participaria da mesma audiência saiu algemado e seria levado por um agente direto para a carceragem, se esta já não tivesse um adulto. Como havia, o jovem foi levado para a sala especial no segundo andar do Fórum de Paracambi – uma sala com dois sofás e ar condicionado, onde o adolescente esperaria sentado pela audiência e o agente ficaria em pé junto à porta. Os outros três agentes foram embora, levando os outros dois adolescentes para as cidades vizinhas, onde aconteceriam suas audiências.

Após uma hora andando no "*mil*", as adolescentes aparentavam cansaço; e antes de subirmos para a sala de espera – onde elas também deveriam permanecer até o início da audiência –, Ana perguntou à Isabel se poderia fumar um cigarro. Isabel diz que sim. Sentamo-nos então, no meio fio em frente ao Fórum e esperamos Ana fumar seu cigarro, sem pressa.

A audiência aconteceu. Ana, Camila e Raquel receberam medida de liberdade assistida e puderam ir do Fórum direto para suas casas. Já Jeremias foi enviado para o CRIAAD de Nova Iguaçu, após ter sua medida progredida de internação para semiliberdade.

O adolescente teria que voltar para o Educandário Santo Expedito onde cumpria medida de internação, já que era quinta-feira e ele, por questões burocráticas, só poderia ir para o CRIAAD de Nova Iguaçu na segunda[127]. Os outros três agentes voltaram para conduzir o adolescente de volta ao Educandário Santo Expedito e para nos levar de volta ao CRIAAD de Ricardo.

Assim que entramos no "*mil*" o agente que não usava uniforme – antes de disciplina e agora administrativo – anunciou que iria conversar mais um pouco com as "*técnicas*". Ele já havia me enquadrado na função de técnica, provavelmente por eu ser mulher, jovem, socióloga e não ter me oposto em momento algum às decisões de Isabel, a qual deixava as adolescentes circularem pelos espaços do CRIAAD e da rua sem algemas e não gritava com elas. Além disso, o agente testando-me quanto ao "*fechamento*" com eles ao perguntar a minha opinião acerca de como disciplinar os adolescentes em conflito com a lei, havia inferido que eu era "*técnica*", já que havia respondido "não" para uma de suas questões – eu achava que era necessário bater para disciplinar? Eu respondi que não, logo, era técnica.

Após algumas perguntas, o agente começou a nos questionar – à mim e à Isabel - se a maioria dos adolescentes era realmente viciada em drogas, se nós acreditávamos nisso. Eu falava pouco – apesar do "não" que levou à alteração da percepção sobre mim e que me associou aos tais "direitos humanos" – e decidi não interferir na conversa entre ele e a técnica. O agente dizia que os adolescentes não eram de fato viciados – "*eles só enganavam às técnicas mesmo*". Afirmava o agente que quando o adolescente apresentava sintomas de viciados ou de abstinência, ele aplicava "*medidas enérgicas*" que faziam os sintomas sumirem rapidamente. Era igual àqueles meninos que "*recebiam santos*": era só segurar o santo pelo

[127] O Educandário Santo Expedito localiza-se em Bangu – ao lado da penitenciária feminina Tavalera Bruce -, a 52 quilômetros de Paracambi via Estrada Rio São Paulo ou a 80 quilômetros via Rodovia Presidente Dutra, e a 35 quilômetros de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu fica a 50 quilômetros de Paracambi. Esta distância – que parece ser maior quando o deslocamento se dá via ônibus - dificulta a visitação dos responsáveis e o deslocamento do adolescente para sua residência, não apenas por causa do tempo, mas também pelo valor das passagens.

braço que ele, rapidinho, deixava de se manifestar. Isabel contestava, dizendo que as drogas viciavam sim e que havia meninas que manifestavam sintomas de abstinência: elas ficavam mais agressivas e com os olhos vidrados. O agente pergunta então:

> Agente: - Mas você não acha que elas podem estar te manipulando? Manipulando os sintomas de abstinência pra poder chamar a atenção? Ainda mais as mulheres que têm dessas coisas... que gostam de chamar atenção, que são mais nervosas...
> Isabel: - Não acho não. Já recebi casos em que as garotas tinham transtornos sérios por causa das drogas.
> Agente: - Mas elas podem ter transtornos mentais e não ser por causa da droga...

Os outros agentes permaneciam em silêncio. Estes agentes trabalhavam no Educandário Santo Expedito e no Instituto Padre Severino – duas unidades de internação masculinas, portanto. Para o agente que conversava conosco, nas unidades femininas deveria ser aplicada uma forma diferenciada de tratamento já que com mulheres a "*coisa era diferente*". As mulheres além de viverem num "*mundo ideal*", um mundo teórico, distante do pátio – que era a realidade –, caso das técnicas -, não tinham pulso firme - como bem demonstrou a diretora do CRIAAD de Ricardo –, além de terem acessos de nervosismo e necessidade de atenção – como bem exemplificaram Ana e Camila. Trabalhar com mulheres era muito mais complicado, primeiro porque você não podia bater nelas – justamente por serem mulheres e em mulher não se bate, como informou Alberto – e porque podiam não poderem ser mais enérgicos com elas, estas se aproveitavam, gritavam e abusavam – as vinte meninas do CRIAAD eram muito mais difíceis de trabalhar do que os 120 garotos do Educandário Santo Expedito[128].

---

[128] Esta percepção de que trabalhar com os meninos era diferente de trabalhar com as meninas surgiu algumas vezes durante as minhas conversas com os agentes. Numa ocasião em que eu conversava com uma agente administrativa do CRIAAD de Ricardo de Albuquerque, ela me disse que trabalhou por quatro anos numa instituição de meninos e que era muito mais tranquilo trabalhar com eles do que trabalhar com as meninas. Naquele dia, havia tido silêncio no CRIAAD Ricardo, pois todas as adolescentes saíram, mas numa instituição de meninos, o silêncio era todos os dias. Disse ela, que os meninos te veem como mãe, te tratam com respeito, enquanto as meninas te veem como igual e, por isso, vão querer rivalizar contigo. As mulheres são mais escandalosas... quando uma delas fica menstruada, todas ficam, porque elas têm hormônios que fazem com que elas menstruem em conjunto. Trabalhar com mulher é difícil, porque mulher é difícil mesmo. Quando ela trabalhou na instituição de semiliberdade para meninos, vários deles acompanhavam-na até o ponto de ônibus, intentando protegê-la. Os meninos além de serem mais silenciosos, sempre a chamavam de "senhora", batiam na porta para entrar... as meninas, por sua vez, "*peitam*" os agentes e "*peitam*" ainda mais as funcionárias mulheres, porque elas acham que são iguais. Esta agente administrativa era "*digitadora*", tendo realizado apenas serviços internos. Segundo a agente, há uma natureza feminina que seria mais passional e competitiva, ao contrário das dos meninos que são mais respeitadores. Para Felipe agente socioeducativo que sempre trabalhou no pátio, porém, tendo passado por CRIAADs masculinos e pelo Instituto Padre Severino – instituto de internação para meninos -, também achava que as meninas do CRIAAD Ricardo eram mais rebeldes, agressivas e escandalosas do que os meninos das outras unidades, mas que, mesmo assim, aquele era o lugar "*mais tranquilo*" que ele já

O agente dizia que com aqueles adolescentes, as "*medidas enérgicas*" eram indispensáveis. As técnicas é que precisavam trabalhar no pátio pra ver como é difícil lidar com adolescentes... as técnicas ficam lá na sala e não têm noção do que se passa no pátio. Isabel argumentava, apelando para a excepcionalidade do CRIAAD Ricardo, onde o trabalho dos agentes e o dos técnicos se misturavam. "*As técnicas não fecham com os agentes porque não sabem o que é ficar no pátio com cento e vinte garotos!*", disse ele.

Naquele momento o celular do agente tocou e este, em conversa, possivelmente com outro agente, disse: "*Então, já estamos voltando para o IPS* [Instituto Padre Severino]. *Estou aqui discutindo com duas técnicas... duas técnicas muito bonitas por sinal... imagina o que está rolando né?* [risos]".

Com este comentário, Isabel demonstrou irritação e deu a "discussão" por encerrada, permanecendo em silêncio até o momento em que chegamos ao CRIAAD de Ricardo, por volta de sete e meia da noite. Na descida, o agente sai do carro e numa tentativa de um aparente cavalheirismo, nos oferece a mão para descermos do furgão. Na despedida, ele comenta num tom irônico que "foi um prazer nos conhecer".

Assim que eles se vão, Isabel revela já não aguentava mais a viagem e que após o comentário sobre a "boniteza das técnicas" – o qual ela disse "fingir que não ouviu" – decidiu parar de falar, pois percebeu que aquela conversa não daria em boas coisas.

Nesta situação, os mundos – com suas ordenações entre certas qualidades de humanos e não-humanos justificadas por meio de avaliações morais - dos agentes socioeducativos e o da técnica se chocam. O Ecriad e as redes que o produziram transformaram a avaliação e a execução das penalidades a serem aplicadas a adolescentes acusados de cometerem infrações após 1990 e interferiram nas "*medidas*" a serem tomadas pelos agentes socioeducativos, muitos dos quais, naquele momento, não se sentiram devidamente preparados para tal.

---

trabalhou: "*os meninos são mais obedientes... mas têm que ser né... têm que ser...*", disse-me sem mais palavras, dando a entender que a "tranquilidade" para ele, estava associada ao menor uso de "*medidas enérgicas*" sobre as adolescentes.

2.2.4 Os agentes socioeducativos, os menores infratores e os adolescentes em conflito com a lei

Além das tarefas dos agentes e das instituições socioeducativas, o Ecriad também transformou os adolescentes em geral e os "em conflito com a lei", em particular, em sujeitos de direitos. Após o Ecriad, o Estado, a sociedade e a família passam a ter o dever de proteger integralmente, ou seja, em todas as esferas de suas vidas, às crianças e aos adolescentes, além de atender às suas necessidades de "pessoas em desenvolvimento". O Ecriad não apenas reformulou a forma como os agentes socioeducativos deveriam tratar as adolescentes, mas também alterou a forma como as adolescentes colocavam-se frente a algumas "*medidas enérgicas*" aplicadas por aqueles.

Valéria contou-me que após os agentes "*conterem*" uma adolescente, esta decidiu processá-los por agressão – mas o processo não havia dado em nada. As denúncias contra os agentes eram feitas para comissários do Governo do Estado ou da Vara da Infância e da Juventude. Estes ficavam responsáveis pela inspeção das unidades e pela investigação das denúncias feitas, e demandavam explicações para os acusados. Como foi dito anteriormente, os agentes considerados culpados respondiam a processo penal ou sofriam sanção administrativa.

A denúncia era tratada como uma forma de ameaça feita pelas adolescentes aos agentes. Sabendo que a denúncia prejudicaria os funcionários, as adolescentes barganhavam com ameaças em troca de melhores tratamentos.

Luísa foi uma que denunciou os agentes. A adolescente contou para a comissária do Governo - que foi fiscalizar o CRIAAD de Ricardo - que havia perdido suas lentes de contato na unidade, acusando os agentes de não zelarem por seus pertences – uma de suas obrigações. Pouco tempo depois, chegou um ofício à unidade pedindo esclarecimentos acerca daquele fato. Kelly, agente, demonstrando indignação disse: "*Eu nunca soube que Luísa usava lente!*". Funcionário algum disse que sabia que Luísa usava lentes de contato.

Neide, por sua vez, ouviu uma agente do Educandário Santos Dumont ofender Valéria. Disse-me a adolescente que ouviu a agente dizer – para outro agente - que Valéria era uma assassina de crianças; que só um monstro mataria o próprio filho[129]. A partir daí, a adolescente começou a ameaçar denunciar a agente para o Juiz. Neide conta que:

---

[129] Valéria, 17 anos, foi acusada de homicídio após a morte de sua filha de seis meses de idade.

> eu ia contar pro Dr. Fernando [Juiz] e ela ia se ferrar, aí eu desisti no dia da audiência... ela ia perder um bando de dinheiro... se eu quisesse dinheiro, tinha continuado, mas eu desisti... era muita coisa que precisa que fazer... não ia ficar esquentando cabeça não, deixei pra lá. Conversei com ela, e ela foi chegando a mim, preocupada que eu tinha desistido, e viu não era aquilo que eu queria... ela viu como é que eu era e acabou chegando em mim. Se eu quisesse ferrar ela, eu tinha continuado, ela tinha que entrar numa batalha.

Não há reclamações apenas para o Juiz ou para os inspetores, mas as adolescentes reclamam seus direitos para os próprios agentes, exigindo que eles cumpram suas obrigações.

Certa vez, Lívia teve um desentendimento com Diana, uma agente, por exigir que esta cumprisse suas obrigações. Lívia seria levada ao posto de saúde e pediu à agente para deixá-la sair usando boné. Após deliberar com os agentes do plantão, a agente deixou que Lívia saísse usando boné. Ao chegar ao posto de saúde, porém, Diana pediu para que Lívia retirasse o chapéu, pois segundo ela era proibido usar aquele acessório no hospital. Lívia negou-se. A agente repetiu que era proibido usar boné ali. A adolescente foi então até a um funcionário do posto e perguntou se tinha algum problema ela usar boné ali. O funcionário respondeu que não. A adolescente voltou à Diana e relatou a conversa que havia tido com o funcionário do posto, e que, por isso, não tiraria o chapéu. A agente se irritou com a desobediência da adolescente e ordenou que ela saísse do posto e esperasse do lado de fora, junto à Kombi.

Na volta para a unidade, ao efetuar a revista em Lívia, Diana demandou que Lívia retirasse a calça e o tênis. Lívia negou-se. A agente repete a ordem. Lívia nega-se novamente e deixa a revista, produzindo os "*esporros*" dados pela agente.

No dia seguinte, Isabel chamou a adolescente para conversar sobre o ocorrido. Lívia entra na sala com a expressão séria e senta-se junto à mesa de atendimento. Isabel diz para a adolescente que todos os dias, desde que Lívia entrou no CRIAAD, tem recebido reclamações sobre ela. Lívia tenta se defender, dizendo que só queria usar boné dentro do posto. "*Mas Lívia, é falta de educação ficar de boné dentro da clínica...*", diz a técnica. Lívia retruca dizendo que "*Não é não porque o moço falou que podia*". "*Olha só Lívia, todo dia tem uma reclamação de você*", disse Isabel, já impaciente. "*Por quê? Hoje teve reclamação?!*". "*Teve*"[130], informa a técnica. Irritada, a adolescente pergunta: "*O que eu fiz dessa vez?!?! Foi a Diana não foi?*". Lívia levantou-se bruscamente da cadeira, saiu da sala e foi até Diana

[130] Isabel lia as ocorrências dos dias anteriores no livro de ocorrências preenchido pelos agentes. Diana estava a dois dias seguidos porque por vezes, os agentes negociavam seus dias de plantões.

gritando: "*Porque você foi falar de mim?!?*". Diana não respondeu e Isabel imediatamente apareceu ordenando que Lívia voltasse para a sala. Irritada, Isabel grita com Lívia: "*Tá pensando que está falando com quem?! Como você vai tirar satisfação com a agente?*". A adolescente responde que foi tirar satisfação porque "*ela tem obrigação de me revistar! Ela me mandou tirar a calça e me mandou tirar o sapato! Quem tem que tirar meu sapato é ela!*". Isabel reage dizendo que o que Lívia acabou de fazer era "*desacato a funcionário público*" e que se ela continuasse daquele jeito, teria que ser enviada de volta para o Dumont. Lívia começou então a chorar, levantou-se e deixou a sala. Deixou a sala e deixou a unidade, pulando o portão.

Algumas horas depois, Lívia retornou, trazida pela mãe. Como ela havia "*pulado*" – ou "*evadido*", expressões sinônimas que expressam o descumprimento da medida por meio da fuga do CRIAAD -, não teve dinheiro da passagem e acabou ligando para a mãe ir busca-la na estação de trem, à aproximadamente dois quilômetros da unidade. A mãe foi até a estação, mas a levou de volta ao CRIAAD, onde Lívia mais uma vez chorou, pedindo desculpas e prometendo que iria se comportar.

Assim como Luísa, a qual fez uma reclamação de que não houve zelo com suas lentes de contato, Lívia protestou quanto aos descuidos dos agentes em relações às suas obrigações: é dever dos agentes tutelar e guardar tanto o patrimônio do Degase quanto os pertences das adolescentes; assim como é responsabilidade deles a realização da revista. Os agentes também devem respeitá-las (não as taxando de "monstros assassinos" ou colocando nelas qualquer outra etiqueta) e não podem agredi-las, pois elas são sujeitos de direitos e merecem ser respeitadas. Quaisquer atitudes por parte dos agentes que sejam interpretadas como contrariando aos preceitos do Ecriad ou como omissão das suas responsabilidades podem gerar denúncias ou reivindicações por parte das adolescentes.

O Ecriad e os movimentos sociais defensores dos direitos dos adolescentes ingressam nas unidades do sistema socioeducativo para trocar propriedades com os agentes e alterar suas situações de trabalho. Ampliando a rede que seguia no sentido da vigilância, do castigo e da disciplina, o Ecriad reformula as concepções que organizavam aquele mundo e alteram as respostas dadas pelos agentes às situações de rebeldia e indisciplina.

Apesar do Ecriad, há ainda, especialmente nas unidades de execução de medida para os garotos, os agentes socioeducativos que se atêm às práticas herdeiras dos agentes penitenciários – remetidas, por vezes até os tempos dos carcereiros bíblicos e demandando serem tratados como agentes de segurança pública – e há aqueles que investem menos nas

práticas disciplinares e de vigilância, tolerando algumas infrações para que as adolescentes apenas cumpram o tempo estipulado pela medida e deixem o sistema socioeducativo[131].

Nas unidades destinadas às meninas, há maior tolerância com relação à desobediência e à resistência delas, as quais podem ser justificadas seja pela imaturidade – de acordo com os técnicos – seja por serem "coisas de mulher" – de acordo com os agentes. Esta inserção do Ecriad, contudo gerou um ambiente "*sem tanto aquela coisa do severo*", como disse Caroline, no qual as jovens possuem mais abertura para reclamar e negociar o tratamento que lhes é conferido e a execução das suas próprias medidas socioeducativas.

Em situações nas quais se espera o castigo e a punição, como apontam de forma incisiva os estudos sobre as instituições totais, encontrei negociações entre atores com origens

---

[131] Felipe era um destes. O agente que achava que apesar das ofensas e desobediências das meninas, trabalhar no CRIAAD Ricardo era mais tranquilo do que nas unidades masculinas, onde eram aplicadas "*medidas enérgicas*", era um homem de aproximadamente 40 anos, pardo, pai de um adolescente que provocava excitação nas garotas quando visitava a unidade – elas pediam para Felipe "apresenta-lo" para elas – executava suas tarefas como estipulava a lei 5933, mas não demonstrava irritação com as atitudes das adolescentes tidas como desrespeito ou desobediência – assim como os outros agentes homens que conheci ali, mesmo tendo Alberto dito que discordava dessa postura de não aplicar disciplina. Numa ocasião, em que uma adolescente que já havia passado pelo CRIAAD anteriormente, foi enviada novamente para a unidade, Felipe agiu com paciência, guardando os preceitos estipulados pelo Ecriad e pela diretora da unidade. Negra, com aproximadamente 1,55m de altura, forte e com inúmeras cicatrizes pelo corpo, Cecília, havia agredido um policial e por isso, sua medida havia sido regredida de liberdade assistida para semiliberdade. O processo original de Cecília era por roubo. Os agentes me disseram que Cecília viveu muitos anos em situação de rua. Sua residência "oficial" era um "barraco" de apenas um cômodo no qual moravam dezenove pessoas. Como não havia telefone na casa dela, o estagiário de serviço social da unidade pedia a um conhecido seu que residia na mesma favela que Cecília para dar os recados para seus responsáveis. Os agentes então sugeriram aos parentes de Cecília que estes arrumassem um celular. Na semana seguinte, Cecília volta para a unidade trazendo o número do seu novo celular, o qual acreditam os agentes, que ela tenha furtado. Cecília era também uma das adolescentes que mais demonstrava gratidão e encantamento durante os passeios. Contam os agentes que ela "*entrava em outro mundo, ficava impressionada com as peças de teatro*", mas que mesmo assim eles tinham que observá-la com atenção, pois os olhos da adolescente ficavam vidrados nos bens das pessoas que também frequentavam o teatro. Assim que voltou para o CRIAAD, Cecília entrou na sala das técnicas muito nervosa implorando para que a técnica entrasse em contato com a família dela. Isabel ligou para o número fornecido pela jovem e a irmã de Cecília informou que tentaria conseguir algum dinheiro para ir à unidade. Cecília ficou então mais nervosa ainda e começou a chorar suplicando para que a deixassem ir embora, pois – dizia ela – já tinha 18 anos e temia ser abandonada pela família por causa disso – para ela, eles não tolerariam um erro de "*de maior*". Ela sabia que eles não iriam visita-la e que iriam querer que ela pagasse sozinha pelo que fez; dizia ela que agora era "*cada um por si*". O nervosismo foi aumentando e a adolescente começou a chorar mais alto e mais forte, dizendo que ia "*pular*". Cecília saiu da sala e jogou uma cadeira para o alto. Começou a xingar os agentes e quando a diretora apareceu para saber o que estava acontecendo, Cecília tentou agredi-la com uma gilete, dizendo que era ela quem queria mantê-la presa. Felipe então segurou a adolescente e a levou para dentro da sala dos técnicos. Pediu para que ela se sentasse e tentasse se acalmar. Cecília chorava e gritava dizendo que ia "*pular*". Felipe dizia para ela ter calma e paciência para que quando ela fosse sair dali, que saísse pela porta da frente. "*Controla suas emoções, Cecília...*", dizia ele. "V*ai tomar um banho para se acalmar... Pôxa, Cecília, você não pode bater na Vanusa... ela tem idade para ser sua mãe... e ela ajuda muita gente, pôxa...*". Pode-se argumentar que Felipe não foi mais "enérgico" com Cecília após uma atitude tão extrema da adolescente porque eu – uma pesquisadora portadora da possibilidade de denunciá-lo – estava presente. Mas no momento em que ele conversou com Cecília eu estava sentada na sala ao lado e ele certamente não sabia que eu estava ali. Felipe era um agente socioeducativo que no momento de agir em situações de desobediência às regras ou desrespeito por parte das adolescentes, se associava aos não-humanos pertinentes não apenas à rede da vigilância e disciplina, mas também àquela dos direitos das crianças e dos adolescentes propostos principalmente pelo Ecriad. Neste dia, Cecília, não ouviu os conselhos de Felipe e "*pulou*".

sociais semelhantes, numa tentativa de agenciar os encargos do que se torna consequentemente o "Estado". Pode-se observar por meio do trabalho dos agentes socioeducativos, o que Das e Poole chamam de *margens do Estado* (DAS; POOLE, 2004): como os atores negociam as ordens, como transformam as leis e as regras e como agem de forma a compor uma "rede de poder" cujo próprio poder é transformado ou mantido, remodelado ou redistribuído, mas que mesmo assim origina a entidade estatal - a qual continua seu fluxo e também age em outras situações.

Na próxima seção deste capítulo demonstrarei como os agentes socioeducativos justificam moralmente a organização e a hierarquização dos humanos e dos não-humanos dentro do sistema socioeducativo: como eles interpretam e justificam aquele *mundo* (BOLTANSKI; THÈVENOT, 1991). Como aquelas redes, os atores, os *actantes*, os fluxos e as permanências se vinculam por meio de princípios transcendentes que justificam legitimamente as ações tomadas pelos agentes. A referida moralidade construída a partir da organização e da hierarquização dos humanos e dos não-humanos é o que Boltanki e Thévenot (1991) chamam de *Cidades*, as quais seriam plurais e diversamente acionadas, dependendo dos *mundos* aos quais se refiram.

Pretendo apontar também como eu – atriz cuja presença pressupunha inúmeros outros humanos e não-humanos mantidos em redes – era encaixada e afetava aquele mundo – sendo também afetada por ele, sendo percebida como uma "*pesquisadora*" entre "*trabalhadores*" e "*bandidos*".

2.3 Uma pesquisadora entre "trabalhadores" e "bandidos"

Como coordenar as ações e os seres que povoam o "mundo" acima descrito? Como os agentes socioeducativos qualificam os estados das coisas e das pessoas, consolidam e estabilizam certas categorias que sustentam aquele ordenamento? Como as ordens justificadas determinam a adequação dos arranjos e dos acordos?

Boltanski e Thévenot (1991; 2006) formularam um instrumental teórico que nos permite analisar a ordenação dos seres e a coordenação das ações feitas por atores tendo como referência "mundos" compostos por diferentes objetos e pessoas – ou seja, *actantes* e atores. De acordo com estes autores, há múltiplas formas de ordenar e hierarquizar os agentes, as

quais acompanham, cada uma, diferentes concepções de justiça, de generalidade e de ajustamento.

As diferentes formas de ordenar e hierarquizar os seres, chamadas pelos autores de "regimes de ação", seriam quadros cognitivos e definicionais de situações que orientam as ações das pessoas (FREIRE, 2007: 436). Boltanski (1990) divide estes regimes de ação em regimes de *justesse* – observáveis em situações rotineiras, que ocorrem com naturalidade, nas quais não há questionamento do ordenamento entre pessoas e objetos -, e os "regimes de justiça" – que considera situações nas quais a ordem rotineira foi rompida e há a necessidade de reajustamento. Neste regime, os atores recorreriam a alguma *Cidade*[132], ou seja, a certos princípios superiores comuns para justificar a ordenação dos seres nos *mundos*, apontando para a necessidade de reajustamento, de regresso à normalidade. O conceito de *Cidade* foi pensado para representar princípios superiores, comuns e legitimados pelos atores, que justificariam a ordenação, a hierarquização e os valores dos objetos e das pessoas. Em cada *Cidade* haveria um *princípio superior comum* que definiria o que organiza e como se organizam as *grandezas* das pessoas – ou seja, como se hierarquizam os atores tendo em vista determinado princípio – tendo elas, portanto, diferentes *estados*, em referência aos diferentes princípios - e a *comum humanidade* das pessoas. Para cada Cidade haveria diferentes objetos, critérios de grandezas e gramáticas, as quais explicitariam e fixariam as regras dos acordos a serem alcançados e legitimados. Para Boltanski (1990), haveria ainda, mais dois regimes de ação, um no qual não haveria seres, apenas forças – o regime de violência – e outro no qual os seres dariam lugar ao amor e à dádiva – o regime de ágape. Ao contrário dos primeiros dois regimes (o de justiça e o de *justesse*), estes não necessitariam de justificação[133].

Os regimes de ação baseiam-se não apenas em estados mentais, em crenças e convicções, mas também em arranjos estáveis e coerentes, nos objetos sujeitos a tributações gerais. De acordo com o modelo teórico elaborado por Boltanski e Thévenot, os atores são capazes de ajustar-se aos diferentes regimes, de lançar mão dos princípios observados nas Cidades e de criticar aqueles que não se adequam, que não se ajustam aos constrangimentos das situações (ou seja, quando estes violam a hierarquização e a valoração justificadas por meio dos princípios superiores).

---

[132] Boltanski e Thévenot definem, após suas observações de campo realizadas na França, a existência, ali, de seis "Cidades": a inspirada, a doméstica, a industrial, a mercantil, a cívica e a de renome (ver BOLTANSKI; THÉVENOT, 1996, p. 107-140).

[133] No regime de violência só existe força e objetos (a humanidade comum cede lugar à objetificação do outro) e no regime de ágape, só há humanidade, ignorando-se os objetos (para Boltanski [1990], o amor seria uma dádiva concedida sem a expectativa de retorno).

Os agentes socioeducativos ordenam aquele mundo – repleto de leis, estatutos, boletins de ocorrência, chaves, grades etc., como descrito nas páginas anteriores – por meio da oposição entre "*trabalhadores*" e "*bandidos*". Esta oposição estaria inserida num regime de ação denominado por Freire (2012) como *regime de humanidade degradada* – que estaria fora dos regimes de justiça, ou de *justesse*, ou de violência ou de ágape, como apontaram Boltanski e Thévenot. Neste regime haveria uma pluralidade de sensos de justiça que ordenariam a moral e os diferentes seres da cidade, e que levariam em conta a gramática da violência urbana para qualificar as pessoas em diferentes estados de humanos. Este regime seria sustentado por operações críticas que fragmentariam a cidadania entre os mais ou menos aptos a serem tratados como cidadãos. Baseando-se no conceito de *cidadania de geometria variável* de Lautier (1997), Freire diz que nesta construção cognitiva, a gradação da cidadania se relacionaria com um esforço de desqualificar o estado de humano de certos grupos de pessoas, neste caso, dos "bandidos": estes deveriam ser extraídos das suas qualidades de cidadãos, sendo justo negar-lhes certos direitos – por vezes, os Humanos - o que questionaria, desta forma, o "*universalismo que fundamenta o entendimento da cidadania republicana*" (FREIRE, 2012, p. 28).

Como apontam Machado e Leite (2007), a linguagem dos direitos e da cidadania não é hegemônica – nem para aqueles que representam o Estado – e variaria segundo as situações e os problemas concretos. A cidadania e os direitos humanos não deveriam ser tratados, nas análises, como um pressuposto unívoco e universal, mas segundo a percepção de sua *geometria variável* constituída pelas singularidades dos contextos brasileiros.

Os agentes socioeducativos perceberiam que bandidos não são cidadãos e que deveriam ser privados dos seus direitos. Mas como esta cidadania tem "geometria variável", dentro do próprio Degase ela seria restituída a depender das provas apresentadas pelas adolescentes, as quais se aproximariam ou não da categoria "trabalhadores", com as quais os agentes se identificam, restituindo-lhes a condição de cidadã cujos direitos foram violados, desta vez pelo Estado. Este regime de ação de degradação da humanidade (FREIRE, 2012, p. 29), que fundamenta a cidadania de geometria variável, decorre de situações nas quais a violência é problematizada e nas quais o senso de justo é reavaliado, questionando enfim, a própria ideia de humanidade. Neste *regime de degradação da humanidade*, a humanidade comum – pressuposta nos regimes de justiça delineado pelos autores franceses – é questionada, e revista, gerando um regime cujo horizonte não é o de paz, mas sim o da violência.

Este “regime de degradação da humanidade” distingue-se pela tensão entre a lógica universal dos direitos humanos e as lógicas contextuais nas quais os atores operam com esses direitos (FREIRE, 2010). O que é considerado “justo”, não é apenas aquilo previsto em lei, mas também o que é vivenciado como tal nas situações pelas quais passam os atores.

Os “direitos humanos” não são observados como norma – portanto, não são sempre “justos” - e acabam sendo renegociados situacionalmente. No caso dos agentes socioeducativos, os direitos humanos devem ser direcionados para alguns – trabalhadores - e não para outros – bandidos - os quais, por não terem, de acordo com aquele regime, direito ao acesso a determinadas políticas sociais teriam outro estatuto de humano (o degradado, como diz Freire).

Feltran também aponta para a negociação contextual destas categorias (“*direitos humanos*”, “*trabalhadores*” e “*bandidos*”). O autor diz, entretanto, que ao contrário do que é observado contextualmente,

> nas esferas mais amplas da organização social e sobretudo nos espaços públicos [...] não há composição possível entre “trabalhadores” e “bandidos” – ali, é consensual que os “trabalhadores” merecem *proteção*, e que os “bandidos” carecem de *repressão*. As forças sociais e públicas destinadas a um e outro, portanto, são opostas e complementares: a repressão dos “bandidos” significa proteção dos “trabalhadores”. Os conjuntos não se misturam (FELTRAN, 2007, p. 22-23).

Feltran aponta que esta “categorização bipolar” define o direito a ter direitos, e quem pode e quem não pode constituir-se enquanto sujeito nos espaços públicos - o que Freire assinala como sendo justificado pela degradação da humanidade dos “bandidos”.

O discurso dos agentes socioeducativos geralmente se pauta sobre esta divisão. Os conflitos entre agentes e técnicos acontecem principalmente por estes justificarem a necessidade de assistência social aos “*adolescentes em conflito com a lei*” – ou seja, se pensarmos nos termos de Freire, os técnicos apelam para a humanidade comum daqueles sujeitos (os adolescentes) portadores de direitos e de necessidades “naturais”, rejeitando assim, a degradação de sua humanidade. Como os *regimes de ação* destas duas classes de profissionais fazem referência a mundos distintos, há constante tensão entre eles (cf. BOLTANSKI; THÉVENOT 2006, p. 10).

A referência às categorias “*trabalhadores*” e “*bandidos*” manifesta-se quando há a necessidade de justificar tanto a distinção entre eles, os agentes trabalhadores, e elas, as

bandidas; quanto quando há a justificação da necessidade de "disciplinamento", comumente baseado no exercício da força – afirmando-se que aos bandidos, a repressão.

Os agentes socioeducativos provêm dos mesmos espaços sociais que as adolescentes que se encontram internadas e semilibertas nas unidades do Degase[134]. Como a pobreza é muitas vezes utilizada pelos técnicos como justificativa para o cometimento de atos infracionais pelas jovens - dizendo que adolescentes querem certos bens materiais inviáveis devido às condições financeiras de suas famílias, levando-as a roubar e furtar -, os agentes auto-identificados como pobres apontam para sua dignidade moral, diferenciada das observáveis nas adolescentes e em suas famílias. Como disse Zaluar (1985) quando observava a oposição entre trabalhadores e bandidos em seu campo – a Cidade de Deus -, para o trabalhador, o bandido é a pessoa atraída pelo dinheiro fácil, que não quer trabalhar e que tem maus vícios. A pobreza não justifica a opção pela vida de crimes e apesar das "*privações que a pobreza traz, apesar do esforço incessante e desgastante, apesar das possíveis humilhações por parte dos patrões, o trabalho ainda é a fonte da superioridade moral dos trabalhadores e seus familiares*" (ZALUAR, 1985, p. 146).

Esta tentativa de distanciamento, porém, nem sempre é acompanhada de uma condenação absoluta ou de uma demanda por punição das "*bandidas*". Muitas vezes, quando a adolescente se mostra disciplinada, obediente e respeitadora frente aos agentes socioeducativos, há a observação de que as condições de privação nas quais elas vivem – e nas quais eles também vivem – permitem a compreensão de suas trajetórias (as adolescentes "ajustadas" aproximam-se assim da categoria "*trabalhadores*"). Como aponta Zaluar (idem, p. 153), "*a reflexão sobre as determinações sociais que levam os pobres a se identificarem uns com os outros alterna-se com a necessidade de discriminar os caminhos escolhidos e diferenciá-los moralmente*".

O choque entre o mundo dos técnicos e o mundo dos agentes, e a percepção dentro deste, da oposição entre os "*trabalhadores*" e os "*bandidos*", despontou inicialmente durante uma das minhas primeiras visitas ao Educandário Santos Dumont (ESD) – e apareceria novamente em inúmeras outras situações.

Antes de conseguir a autorização para entrar nas unidades, passava pela porta do Educandário quando três agentes saíam pelo portão da garagem. Aproximei-me daquele que abria o portão para que os outros dois saíssem no carro e perguntei onde ficava a Escola de Gestão Socioeducativa. O agente que estava ao volante disse num tom irônico: "*Escola? Me*

[134] Os agentes socioeducativos do CRIAAD residiam em bairros do subúrbio do Grande Rio como Realengo, Quintino, Santa Cruz, Deodoro, Ramos, Campo Grande, Madureira e Jacarepaguá.

responde uma coisa professora: quantos tiros o garoto deu no cara lá na favela?!?". Sem entender imediatamente a pergunta do agente, só consegui dizer: "*hein?*". "*É isso mesmo professorinha! Responde: quantos tiros o garoto deu no cara na favela!?!*". Percebendo que eu não entendia as colocações do colega, o agente que havia aberto e fechado o portão disse-me: "*esquece, moça, ele está de bobeira. A Escola é aquele prédio ali do outro lado da rua*". Sem entender aquela situação naquele momento, precisei conhecer aquele contexto para compreendê-la.

Refletindo sobre a situação é possível interpretá-la dentro do modelo de "regime de degradação da humanidade": o agente, percebendo que eu, uma mulher jovem, branca e provavelmente professora – já que procurava a "escola" – "humanizava" os "bandidos", ao pressupor que estes também teriam direito à escolarização, à educação de uma forma geral. Aqueles "bandidos" – assassinos do "cara na favela" – não mereciam atenção da "professorinha", que na sua ingenuidade e idealismo, procurava assegurar direitos a quem não merece.

Percebendo quais objetos e gramática permeiam esta situação, notamos que as armas, as balas, os tiros e a favela comporiam o quadro da "violência urbana"[135]. O garoto – que naquela situação é apontado como pertencente ao grupo dos "adolescentes em conflito com a lei" – dá tiros no "cara" – que poderia ser qualquer pessoa – num espaço delimitado para o florescimento da violência: a favela, espaço privilegiado – segundo a gramática da violência urbana - do tráfico de drogas (MACHADO DA SILVA, 2010). Eu, professorinha, não posso garantir direitos a quem violenta, mata, qualquer pessoa indiscriminadamente. Tenho que apoiar a repressão ao crime e àqueles que ameaçam a ordem social e a paz do cidadão. Tentar justificar a ação destas pessoas ou a violência urbana de outra forma – lançando mão de

---

[135] Como diz Machado da Silva (2010, p. 286), "a *violência urbana* é o centro de uma gramática que produz uma compreensão prático-moral de boa parte da vida cotidiana nas grandes cidades. Ninguém precisa definir a expressão, porque ela é a referência que confere sentido às atividades e ao debate coletivo. Nesse sentido, a *violência urbana* articula um complexo de práticas que constituem boa parte do conflito social nas cidades brasileiras. Nesse sentido, é inadequado negar seu caráter factual, apresentando-a como simples "paranóia", ficção engendrada pela mídia ou algo assim, como acontece em parte da literatura. Mas o que a *violência urbana* discute? Minha hipótese é que ela [neste caso, os agentes em situação em seu uso] associa o uso de meios violentos à noção leiga de crime (a qual tem relação, mas não pode ser reduzida ao crime como figura do direito penal), enfatizando o quanto essa combinação ameaça permanentemente, e não apenas eventualmente, a integridade física e patrimonial das pessoas. Entretanto, não se trata de mero sinônimo de crime violento, que não passa de simples coleção de práticas violentas desviantes, intermitentes, intersticiais e sempre referidas à ordem dominante. Minha hipótese é que a linguagem da *violência urbana* problematiza uma *ordem social específica* ou, em outras palavras, reconhece um padrão de sociabilidade que venho chamando de "*sociabilidade violenta*" e cujos contornos há algum tempo procuro apreender. Assim, ela é o referente significado pela *violência urbana*. A relação indissociável entre *violência urbana* e "*sociabilidade violenta*", que vem se construindo e consolidando nas últimas décadas, vista à distância talvez contenha boa dose de exagero na percepção do perigo envolvido, mas é preciso admitir que a *violência urbana*, como um conjunto de práticas que identificam uma ordem social, não é uma fantasia".

outros objetos ou fazendo referência a outros princípios – era apontado como sendo "ingenuidade".

A "ingenuidade" foi uma característica constantemente a mim atribuída. Enquanto os técnicos eram teóricos que não conheciam a realidade, eu era frequentemente apontada como uma menina ingênua que também não conhecia a "vida real". O discurso dos "direitos humanos" era associado – pelos agentes - ao desconhecimento do "mundo do crime" (FELTRAN, 2007) e levava os "defensores" a pleitear direitos para quem não os merecia, já que "bandidos" eram "desumanos", "não eram gente". A ilegitimidade do discurso dos direitos humanos enquanto leis básicas aos seres humanos em geral era apontada pelos agentes como "inocência", "ingenuidade"[136].

A minha ingenuidade pressuposta foi apontada inúmeras vezes em todas as visitas que fiz ao Educandário Santos Dumont, mas esta foi fortemente repreendida durante a terceira visita, quando decidi oferecer à Valéria um kit para higiene capilar.

No meu segundo dia de visitas ao ESD, disse à Valéria que estava grata pela contribuição que ela havia dado ao meu trabalho e que gostaria de oferecer-lhe algum presente. Valéria disse-me que gostaria de ganhar um "xampu" e um "creme", pois os que se distribuíam ali eram de má qualidade.

Na terceira visita, levei o kit de cabelo para a adolescente. O kit de cabelo gerou inúmeras críticas à minha decisão, primeiramente porque as adolescentes são "manipuladoras" e "jogariam com minha inocência"; e segundo porque elas não merecem consideração e não são passíveis de "atos de bondade" dos outros – já que seriam "bandidas".

---

[136] No blog dos agentes, comenta-se que "*os agentes integrantes dos órgãos de execução de medidas sócioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei, como tem sido frequentemente divulgado pela mídia nos noticiários policiais, devido a sua atuação funcional estão expostos e sujeitos a situações constante e permanente de risco de morte em que são tomados como reféns, e submetidos a todos os tipos de violências e agressões, psicológicas, físicas e sexuais. Sendo inclusive torturados, mutilados, queimados, espancados, ameaçados e até mesmo, assassinados, dentro e fora do ambiente de trabalho, sem que disponham de meios efetivos para defenderem o mais sagrado de todos os direitos, que é o da própria vida, e sem que o Estado proporcione, em tempo hábil, quando o faz com algum êxito, a proteção adequada. A ideia de idealizar o DEGASE/RJ numa visão fantasiosa e normalmente contrária ao mundo real em que vivemos, é coisa de gente que não é séria. Gente que não pensa no presente, que tem a cabeça num futuro distante. Uma vez que agindo dessa forma, de ver as coisas de um modo absurdamente otimista e do jeito que gostaríamos que elas fossem. Não percebem a realidade da situação*." Somente os agentes, aqueles que trabalham diretamente com os adolescentes, conhecem a realidade da situação, aquela da *sociabilidade violenta*. Quem não está em contato direto com os "bandidos" propõem medidas fantasiosas, distantes das necessidades reais e contrárias ao mundo real, são absurdamente otimistas – e ingênuos – procurando garantir direitos aos "bandidos", ao invés de aos "trabalhadores", os quais acabam tendo seus direitos básicos desprotegidos (AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO RJ, fevereiro de 2012). Nas justificativas dos agentes socioeducativos, pouco se debate sobre o conteúdo dos direitos humanos, limitando-se a questionar a quem tais direitos se dirigem. Assim, avalia-se a legitimidade da defesa dos direitos humanos dos "adolescentes em conflito com a lei": os agentes reivindicam a posição de vítimas e demandam reconhecimento social – o qual só parece possível sobre a desqualificação das adolescentes e daqueles que se colocam ao lado destas (cf. FREIRE, 2010, p. 132).

A primeira repreensão veio da agente administrativa que trabalhava na recepção. Após passar pela portaria e me (re)apresentar para o porteiro, cheguei à esta. Helena estava sentada na mesa da entrada, arrumando papéis. Olhando-me, Helena, parda, pequena e magra, pergunta o que eu queria. Explico-lhe que fazia uma pesquisa e trazia autorização para entrar na instituição.

Ela perguntou então, meu nome, minha instituição e sobre o que era a pesquisa; eu tentei explicar, mas antes que terminasse, ela me interrompeu e perguntou: "*você escolheu fazer pesquisas com 'adolescentes em conflito com a lei'? Por quê?*" Eu não tive tempo para formular nenhuma resposta e ela já me disse que queria pedir transferência de lá, ir para outra unidade. Eu perguntei-lhe o motivo e ela disse que era porque queria; já estava trabalhando ali por muito tempo. Queria mudar, só isso. Eu insisti se havia algum problema com a unidade e ela disse que não, que apenas queria mudar. Ela me perguntou quem estava orientando minha pesquisa na unidade; disse-lhe que eram Fernando e Zélia.

Helena foi até as salas de atendimento onde estes técnicos estavam e voltou anunciando que eu esperasse um pouco, pois eles estavam em atendimento. Eu disse então para Helena: "*Olha, eu trouxe aqui um xampu e um condicionador para uma adolescente... posso entregar pra ela ou tenho que deixar com alguém?*". Helena lançou-me um olhar penetrante e me perguntou por que eu tinha levado aquelas coisas. Eu disse que tinha oferecido à menina como uma forma de agradecimento pela ajuda na pesquisa.

Helena começou então um discurso me repreendendo, falando que o que eu estava fazendo era duplamente errado, primeiro porque as meninas perceberão que eu sou ingênua e tentarão me manipular. Muitas delas manipulam pessoas inocentes e quando perceberem que sou despreparada, farão de tudo para tirar o máximo de mim. Nunca mais pararão de me pedir coisas. Isso até elas perceberem que tenho, na verdade, medo delas e usarão este medo para me agredir e amedrontar ainda mais. E segundo: eu tinha que colocar a mão na minha consciência e refletir se a criação de "preferências" é uma coisa boa. Há muitas meninas ali cujas mães podem comprar as coisas pra elas... e há muitas que não podem. Eu tinha que pensar de forma justa: ah, quer fazer uma doação? Entregue seu xampu e condicionador na diretoria para o diretor fazer então uma divisão justa deles, ou seja, dar pra quem mais precisa. Tem muitas meninas ali que têm dinheiro, que a mãe dá tudo. Não posso levar coisas para agradar às garotas! E se eu quero agradecer pela ajuda na pesquisa, eu tenho que dar bons conselhos, incentivá-las a serem boas mães e boas filhas, não dar coisas materiais. Tenho que dar coisas imateriais para que elas possam melhorar.

Na fala de Helena, todas as adolescentes são identificadas com características negativas como a malícia, a manipulação, a falsidade e a agressividade. Pessoas inocentes como eu são facilmente manipuláveis e acreditam nas falsas histórias que elas contam – como foi citado nas seções anteriores, “as meninas só enganam às técnicas” - , pois aquelas partiriam de discursos acadêmicos, de teorias que não “conhecem a realidade”. Ajudas eficientes às adolescentes seriam repreensões aos seus comportamentos ilegítimos, ao seu comportamento desviante.

A repreensão, desencadeada pela presença do xampu, do condicionador e da “pureza” no meu coração que estes representavam, apontava para a maldade e irresponsabilidade das “adolescentes em conflito com a lei”, como a própria agente apontou, as quais eram propensas ao mal. E se eu queria de fato ajuda-las, deveria me esforçar para ensiná-las o que era certo e o que era bom.

Concepções acerca da “propensão ao mal” permeariam as explicações dos agentes socioeducativos no tocante ao cometimento de crimes e quanto à ilegitimidade dos argumentos dos técnicos.

Após conversar com Helena, permaneci com o xampu e o condicionador em meu poder. Voltei com eles para casa e na visita seguinte, levei novamente os itens visando descobrir para quem entregar. Chegando ao portão, toquei a campainha, e vi pela janela do portão que o porteiro era outro. O porteiro perguntou quem eu era. Eu disse que era pesquisadora e que estava fazendo entrevistas com as adolescentes. Ele perguntou: “*você já veio aqui?*”. Respondi que sim.

Ele abriu o portão e perguntou meu nome, qual a minha instituição, anotou o horário que entrei e enfim, perguntou sobre o que era minha pesquisa. Eu expliquei rapidamente. Ele então disse: “*Como nunca te vi aqui antes?*”. “*Nas vezes que estive aqui, foram plantões diferentes... Como trabalham os plantões?*”, perguntei. “*A gente trabalha um dia e fica três em casa. Nós temos uma tabela de plantões*”, respondeu-me o agente. “*Posso ver?*”. Ele me entregou a tabela, na qual continham os dias de trabalho de todos os funcionários da unidade, e perguntou: “*Pra que você quer ver?*”. “*Pra saber quem está trabalhando hoje, só isso*”, disse-lhe. “*Por quê? Está tendo algum problema?*”. “*Algum*”. Dei-lhe a resposta ilegítima, já que o “algum”, pressupôs que seus colegas de trabalho tinham motivos para se oporem à mim. E como eu era pesquisadora, pressupunha-se que era “defensora dos direitos humanos”,

era “teórica”, “não conhecia a realidade” e provavelmente desfrutava de uma vida confortável de classe média – como se pressupõe que sejam os pesquisadores em geral[137]:

> Agente - É pesquisadora... quero ver você ficar aqui 24 horas pra ver o que é realidade...
> Marília - O que é realidade?
> Agente - Passa o dia aqui, dorme aqui pra ver o que é a realidade.
> Marília - Me conta antes que realidade é essa...
> Agente - Fica aqui pra saber... vocês pesquisadores são muito engraçados....
> Marília – Por quê?
> Agente - Vêm aqui, entrevistam as garotas, elas falam um monte de coisas, nem falam palavrão com vocês! Vocês só veem um lado da moeda...
> Marília - Qual o outro lado da moeda?
> Agente - Fica aqui pra saber!
> Marília - Como são os pesquisadores que vêm aqui?
> Agente - 99% falam mal da gente sem saber o que passamos aqui. Por isso eu digo, fique aqui 24h pra ver a verdade.

Respondi-lhe que pensaria nisso num outro momento, saí da portaria e entrei na unidade. Assim que decidi ir embora, após um dia de entrevistas auxiliadas por Diogo, o porteiro pergunta:

> Agente - Já vai?
> Marília - Vou, tá na hora. Vou deixar um xampu e um creme aqui pra você entregar pra Valéria...
> Agente - Vai deixar por quê?
> Marília - Porque eu trouxe, só por isso.

---

[137] Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels apontam que com o desenvolvimento da divisão do trabalho houve a separação entre trabalho material e trabalho intelectual, tornando-se a produção da consciência – ou seja, o trabalho intelectual - algo além da consciência da prática existente, emancipando-se do mundo e passando à condição de “teoria pura”. Segundo Marx e Engels, a classe dominante disporia dos meios de produção intelectual de maneira que aqueles a quem estes meios são negados encontrar-se-iam alienados da produção do pensamento sobre si mesmos, desconhecendo a origem e o fim a que este pensamento se propõe: “*Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe dominante; dizendo de outro modo, são ideias do seu domínio*” (MARX; ENGELS, 1976, p. 55-56). Os receptores da ideologia produzida pelas classes dominantes (aquelas que teriam tempo para produzir ilusões e ideias sobre o mundo e sobre suas próprias pessoas) poderiam entrar em conflito prático - gerando relações de hostilidade – com os produtores da referida ideologia. As percepções dos agentes socioeducativos sobre os técnicos e os pesquisadores podem ser comparadas a esta perspectiva de Marx e Engels: alienados do processo de produção do pensamento sobre si mesmos, os agentes – “trabalhadores materiais”, aqueles que estariam em contato direto com a “realidade” – apontam como “teoria pura” ou “ilusão” a produção das ideias acerca do seu trabalho. A classe dominante – que se contrapõe a eles, classe dominada – possui tempo e condições materiais para refletir sobre uma realidade e sobre relações, as quais têm pouco conhecimento prático, e, por isso, acabariam elaborando teorias pouco verdadeiras, ou seja, ideologias que inverteriam as relações entre os homens. O conflito entre agentes e pesquisadores passa a ser percebido pelos agentes socioeducativos como conflitos de classe, onde há a disputa pela construção do pensamento acerca da violência urbana e onde a classe dominante – ingênua e iludida – difunde falsas ideias sobre o assunto, ideias distantes da realidade prática.

> Agente - É pra quem?
> Marília – Pra Valéria. Valéria Silva.
> Agente - Logo pra Valéria?!?!?!
> Marília - O que tem a Valéria?
> Agente - Nada, nada... não quero tirar sua ilusão.
> Marília - Valéria está me iludindo? Por quê?
> Agente - Por nada. Não quero tirar sua inocência. Dá pra ver nos seus olhos que você não tem problemas.
> Marília - Ah é?
> Agente - É. Dá pra ver que você tem 22 anos, mora com seus pais e num lugar bem tranquilo... sem problemas. Não conhece a realidade.
> Marília - E você soube de tudo isso só olhando pra mim?
> Agente - Lógico. Se você tivesse dificuldade na vida, não teria nem esse sorrisinho no rosto. A realidade é dura. Essas garotas vêm pra cá com outra cara. Seus olhos mostram inocência.
> Marília - E que realidade é essa?

O agente, numa tentativa de conseguir uma resposta – em concordância com a dele - que deliberasse sobre a minha idade e meus hábitos de vida, chama Israel, o policial militar que faz plantão na unidade e pergunta: "*Israel, Israel, vem cá! Me diz: quantos anos essa menina tem?*".

> Israel - Uns 23...
> Agente - Tá vendo!? [diz ele apontando pra mim] Tô dizendo pra ela aqui que a realidade é outra!
> Marília - E eu estou perguntando pra ele que realidade é essa.

Dentro da guarita da portaria – um pequeno cômodo com dois quartos e uma saleta, pensados para acomodar o porteiro do plantão e o policial militar -, eu tinha a saída impedida pelos dois funcionários. "*Quer conhecer a realidade?*", me perguntou Israel num tom de voz mais elevado, "*vamos pra Lapa dar uns tapas nas garotas!*". Nisso, Israel estapeou a parede da portaria. "*Aí você vai conhecer a realidade!*", disse. O agente complementa dizendo que "*tomara que nenhuma delas coloque uma arma na sua cabeça nem um estilete na sua garganta. Deus te proteja. Mas vamos parar com isso, Israel, porque ela está ficando com medo*".

Pressupondo a minha ingenuidade, a minha classe social e o conforto no qual vivo, os quais se contrapunham à "realidade" – aquela da "violência urbana" e da *sociabilidade violenta*[138] – o agente e o policial militar tentavam demonstrar a ilegitimidade das minhas

[138] Segundo Machado da Silva (2010, p. 286), a *sociabilidade violenta* seria uma "*forma de vida singular*" na qual a força física deixa de ser um "*meio de ação regulado por fins que se deseja atingir para se transformar em*

ações de humanização de quem, na verdade, necessita de repressão (a realidade é dar uns "tapas" nas garotas). As armas também surgem nessa situação só que a violência agora se dirige a mim: eu me encaixo na categoria "cara", ou seja, eu poderia ser o alvo, como qualquer um, da violência desregrada produzida pelas adolescentes ("tomara que nenhuma delas coloque uma arma na sua cabeça"). A realidade é violenta e eu certamente a temeria.

Após o apontamento feito por Israel, o policial militar, de que a "realidade" se revelaria após dar uns tapas nas garotas, Jéssica, uma das responsáveis pela coordenação pedagógica da unidade aparece na guarita perguntando o que estava acontecendo ali. Eu me desvencilho do agente e do policial e deixo a guarita, dizendo que eles estavam tentando adivinhar coisas sobre a minha vida, mas estavam enganando-se. O agente confessa que: "*O Israel está querendo chamar a atenção dela! Todas as vezes que eu conheço uma garota bonita ele quer chamar a atenção! Foi assim com você e está sendo assim com ela*".

A situação anterior aparentemente de hostilização foi justificada para Jéssica – coordenadora pedagógica e colega do agente e do policial, com os quais ela mantinha boas relações -, num outro tom de voz, como sendo tentativa de "sedução", de disputa pela "amizade" da "garota bonita". Com a entrada de Jéssica, a situação transformou-se, passou para outro *regime de ação*, com outros princípios e objetos. Agora se apelava para a amizade, para a jocosidade, para a disputa por atenção.

"*O que é isso... vocês são pessoas comprometidas, assim como eu...*", responde Jéssica à colocação do agente. "*Não é isso que estou falando... só que quando quero fazer amizades, ele* [Israel] *quer chamar mais atenção*", corrige o agente. Os dois – Jéssica e o agente - começaram então a conversar sobre o empadão que a coordenadora havia pedido para o agente comprar para ela, o qual ela dizia que não pagaria, que ficaria lhe devendo. Os dois gracejavam, uma dizendo que não pagaria e o outro que ela deveria pagar os dois reais e cinquenta centavos referentes ao empadão.

Eu ouvia a conversa dos dois, mas permanecia em silêncio, sentindo-me extremamente irritada com o que havia acontecido e com a justificativa do agente para aquela situação.

---

um princípio de coordenação *(um "regime de ação") das práticas. Em outras palavras, no limite, a violência se libera da regulação simbólica, isto é, de sua subordinação às restrições e condicionamentos representados pelos fins materiais ou ideais a que, sob outras circunstâncias, serviria como meio para sua obtenção. Ela se torna um fim em si mesma, inseparável de sua função instrumental como recurso para ação [...]. Para fechar este ponto, reitero que, ao menos no Rio de Janeiro, os "portadores" da "sociabilidade violenta" são, tipicamente (mas não exclusivamente), os bandos de traficantes responsáveis pelo funcionamento das 'bocas' tendencialmente localizadas nos 'territórios da pobreza'*". Antes de concordar ou não com Machado da Silva acerca dos "portadores da *sociabilidade violenta*" aponto que a percepção de quem são estes portadores e sobre a maneira como este *regime de ação* funciona assemelha-se àquela dos agentes, especialmente quando disseram "quantos tiros o garoto deu no cara na favela": aponta-se aqui para a violência irrestrita localizada no território da pobreza.

Israel, o qual não disse nada para Jéssica sobre o que havia acontecido, aproxima-se de mim, ainda pensando sobre a "realidade que eu não conhecia" e aparentemente exultante com a tentativa dos dois em me aborrecer e diz apontando o dedo indicador para meu rosto: "*Garota, que sujeira é essa no seu nariz?*" - Israel referia-se ao meu *piercing* – "*Tira isso! Que troço feio! Muito feio!*".

Porque o *piercing* era um "troço feio" e sua retirada deu-se num tom de autoridade, como geralmente se fala com crianças e adolescentes? Israel até poderia ter suas restrições ao uso de *piercings* enquanto objetos inestéticos. Acredito, porém, que seu apontamento ainda permanecia no "regime de degradação da humanidade": *piercings* fazem parte dos muitos maus vícios das "garotas", das bandidas (cf. ZALUAR, 1985). A grande maioria das adolescentes que conheci no ESD e no CRIAAD de Ricardo usava algum tipo de *piercing* no rosto (na sobrancelha, na língua, no nariz ou no lábio inferior) e quando ingressavam nas unidades sem o furo, tratavam de fazê-lo. No Educandário Santos Dumont, onde elas eram obrigadas a retirar as joias e a guarda-las no "*cofre*", colocavam piaçava retirada das vassouras que encontravam na unidade ou cerdas das escovas de cabelo no lugar para impedir que os furos se fechassem. No CRIAAD de Ricardo, onde o uso de *piercings* era permitido, elas o usavam livremente e lançavam mão de brincos para fazer os furos umas nas outras. Além das adolescentes, nenhum funcionário (nem técnicos, nem agentes, nem professores) usava *piercings*. Esta peça era um apetrecho estético exclusivo das garotas.

Israel me recriminou por um componente estético que me aproximava das "*bandidas*". E como aparentava, de acordo com ele, 22 anos de idade, muito próximos dos 18 anos da maioria das adolescentes que passam pelo sistema, o policial militar fala comigo de forma autoritária, ainda tentando me amedrontar.

O comentário de Israel me faz desistir de continuar conversando com eles e decidi ir embora[139]. Me despeço dos três e peço para o agente abrir o portão para mim. "*Ah... já vai?*",

---

[139] Na visita seguinte que fiz ao Educandário, Jéssica sugeriu que eu "fosse para o CRIAAD", pois lá eu me "daria melhor", poderia fazer mais entrevistas, além de ser um lugar mais "tranquilo". Acatei sua sugestão, tomando-a como mais do que um conselho. Senti que aquele campo havia se fechado para mim e que era hora de tentar explorar outro: como já não recebia mais a atenção que necessitava – e alguns funcionários me hostilizavam - justamente para demonstrar que a minha presença ali era incômoda, optei pela desistência e pela tentativa de trabalhar no CRIAAD. Quando decidi ir para esta unidade, procurei eliminar os elementos que pudessem me aproximar das adolescentes e me trazer problemas com os agentes – pois o que eu vestia era mais importante para o julgamento destes do que daquelas: retirei o *piercing* do nariz, passei a vestir-me com roupas mais sóbrias e menos coloridas, prendi minha franja curta e passei a usar aliança de compromisso no dedo anelar direito. Nos momentos iniciais, estes elementos foram percebidos pelos agentes - "*deixa ela; ela é comprometida!*", ouvi algumas vezes – e me protegeram contra possíveis constrangimentos relativos ao meu gênero ou à minha idade. Com o tempo e na medida em que eles iam me conhecendo melhor - e vice versa -, pude usar minhas roupas e cabelo habituais, sem ser questionada. Mas a aliança não pude retirar, já que ela protegia-me contra as investidas de sedução dos agentes (o que havia acontecido outras vezes em outros

diz o agente/porteiro. Ele diz que aposta que eu moro em Ipanema. Olho para ele com a irritação que até aquele momento eu estava tentando esconder e digo: "*Olha só seu Carlos, eu tenho 27 anos! E moro em São Gonçalo, conhece? Sabe se lá é tranquilo?*". O agente estava com ar de espanto e o policial, de satisfação. "*Não conheço*", responde o agente. Uma afirmação duvidosa já que muitos funcionários e adolescentes do ESD vêm de São Gonçalo, além de esta ser uma cidade extremamente populosa e conhecida[140]. "*Pois é, sou de lá, não de Ipanema. E mais, estudo adolescentes infratores há seis anos. Já fiz trabalhos em Nova Iguaçu e São Gonçalo*", disse. O agente me fitava com os olhos arregalados e num tom de voz mais calmo disse: "*Já esteve num abrigo? Muitos adolescentes infratores vêm de lá...*". Frente à esta sugestão do agente, reduzi o tom de voz e percebi que ele tinha pouco contato com os adolescentes, já que a maioria destes não vêm de abrigos – das 20 adolescentes internadas no Educandário naquele momento, apenas uma morava num abrigo e não cumpria medida, estava acautelada. Respondi: "*Não, nunca estive num abrigo. Agradeço a sugestão, mas agora preciso ir*". Deixei a unidade com Israel atrás de mim, ainda tentando fazer alguma provocação.

Naquela situação, São Gonçalo entra em cena para me ajustar à gramática da violência urbana: aquele território da pobreza, no qual certamente existe a *sociabilidade violenta* e que me aproxima da "*realidade*", questiona as ideias que se construíam sobre a minha pessoa, aquelas que se reportavam a outro mundo, a um mundo no qual se pode haver o princípio da comum humanidade já que uma "vida tranquila" assim o permite. O meu conhecimento da "*realidade*" da violência urbana ainda é provado quando digo que estudo "*adolescentes em conflito com a lei*" há seis anos, tendo trabalhado ainda em outros "territórios da pobreza" – Nova Iguaçu e São Gonçalo.

Em diversas situações, tive que demonstrar que conhecia a *gramática da violência urbana* para que aquelas fossem mantidas e possibilitassem o diálogo e bom convívio (ou o *acordo*, como dizem Boltanski e Thévenot) com os agentes, especialmente porque eu

---

trabalhos de campo) e das adolescentes – as quais também diziam uma para as outras "*deixa ela! Ela usa aliança!*".

[140] Percebi que dizer que residia em "São Gonçalo" e não em "Ipanema", como pressupunha o agente graças à minha cor – branca – e título – doutoranda/pesquisadora -, fez com que ele reduzisse o volume da voz ao falar comigo. Notei em outras ocasiões inclusive que dizer que era "sãogonçalense" para os agentes fazia com que estes me tratassem melhor, pois passava a ser encaixada na categoria "trabalhadora", retirando-me da ideia de "vida tranquila" e "sem problemas" que atribuem àqueles que residem na zona sul e pertencem à classe média. Ser de São Gonçalo demonstrava que eu era "trabalhadora" como eles e merecia respeito por "chegar aonde cheguei". Morar em São Gonçalo também me aproximava das adolescentes, as quais estabeleciam uma identificação comigo por me perceberem próximas a elas, moradoras de periferias. Sobre a "repartição" do Grande Rio em espaços das classes médias e das classes populares e as imagens que se formam a partir dela, ver Ribeiro (*on line*).

carregava comigo algumas variáveis que eram "provas" contrárias àquele mundo – como a minha cor, a minha idade e meu título de doutoranda em Sociologia. Assim como eu, as adolescentes também se ajustavam (ou não) àquele regime – como veremos no capítulo 3 – dando provas de sua aproximação ou distanciamento da categoria "*bandida*"[141]. Elas também carregavam consigo certas "variáveis" que serviam como *provas*, ou seja, elas portavam *objetos* que pressupunham seus *estados* inferiores - como os boletins de ocorrência, por exemplo - e deveriam demonstrar, por meio do apoio de um *mundo de coisas*, que eram, na verdade, trabalhadoras e filhas de trabalhadores que acabaram no sistema socioeducativo por acaso, por infortúnio ou pela má influência de verdadeiros bandidos.

Poucas eram as adolescentes, entretanto, que se engrandeciam neste mundo, ou seja, poucas eram aquelas que se aproximavam dos "*trabalhadores*", já que facilmente investiam no *mundo das garotas* e cultivavam "maus hábitos" pertinentes a este – maus hábitos apontados pelos agentes que justificariam o cometimento dos atos infracionais.

Felipe, agente do CRIAAD, por exemplo, disse-me uma vez, enquanto conversávamos sentados no pátio, que um possível trabalho de campo a ser realizado na casa de algumas das adolescentes era uma tarefa extremamente perigosa e arriscada. Disse-me que de cada cem meninas, salvam-se duas. É difícil salvar alguém ali. Elas deixam o Degase e voltam para o mesmo buraco em que viviam antes, sendo este extremamente pobre e sem a assistência do Estado. Muitas delas, dizia ele, são "*pica*" da comunidade em que vivem: ou elas mandam no tráfico ou são esposas de quem manda. É muito arriscado visitá-las já que nunca se sabe o que elas poderiam fazer comigo. Se eu quisesse realmente entrevista-las fora dali, que fosse acompanhada ou então combinasse com elas num local público, movimentado, mas não onde elas moravam.

Aquelas garotas não têm medo de nada, me disse Felipe. Se elas não temem levar drogas ali para dentro, onde é proibido e onde elas estão sendo vigiadas e podem ser punidas, imagine o que acontece na casa delas. Lá elas ficam drogadas, e eu estando lá, ficaria sujeita a qualquer coisa. Muitas delas batem nas mães, nos pais e em policiais... não iriam bater em mim, que não sou "*porra nenhuma*" delas?

No momento em que Felipe me expunha os perigos de visitar a casa das adolescentes, três meninas "provam" o que Felipe dizia ao segurem uma quarta: uma lhe tapou a boca, a

[141] Neste capítulo, exponho o mundo ao qual os agentes socioeducativos se ajustam – e investem - e a gramática a ele vinculada. No capítulo seguinte, observarei como as adolescentes se ajustam ou não a este mundo e como seus estados de grandeza são atribuídos após a avaliação dos agentes.

outra a segurou pelos cabelos e a terceira tentava lhe bater. A menina que estava presa pelas outras três se debatia, tentando se desvencilhar.

Sentado na cadeira em que estava, Felipe limitou-se a olhar-me e dizer: "*Tá vendo? O que te garante que elas não façam a mesma coisa com você?*". Gritou para que elas parassem e as três soltaram a quarta adolescente, a qual foi para o alojamento ajeitando os cabelos.

Felipe me apontava os perigos do contato com a *sociabilidade violenta*: se neste regime não há intersubjetividade, ou seja, se há apenas forças aplicadas sobre objetos – onde nem pais, mães ou policiais possuem grandeza alguma – o que me garante que eu seria humanizada? Se esta sociabilidade, presente nos territórios da pobreza (aqueles sem a "assistência do Estado") é compartilhada por aquelas adolescentes "*picas*" da comunidade, seria um risco de morte tentar me aventurar por aqueles locais.

Ainda sentados nas cadeiras localizadas no pátio, Felipe começou a contar-me outras práticas pertinentes ao que ele chamava de "*mundo das garotas*". Uma destas práticas, muitas vezes associada ao cometimento de atos infracionais, eram as relações amorosas e sexuais entre elas. Felipe, entretanto, ao contrário de outros agentes, apontava para a excepcionalidade deste comportamento, dizendo que "*lá fora*" algumas tinham namorado e que na maioria das vezes, quando deixam o sistema, elas "*param com isso*". Muitas mães acabam nem sabendo que a filha "*cola velcro*"[142], pois se soubessem, não aceitariam essa "*sem vergonhice*".

Angélica, outra agente, aproxima-se e diz que naquele momento, havia muitas meninas na unidade, mas houve um tempo em que menos meninas estavam cumprindo medida e aconteciam muito mais brigas por causa das "*sapatões*". As "*sapatões*" eram as adolescentes que se vestiam como homens e que desempenhavam tal papel de gênero dentro da unidade. Lívia era considerada "*sapatão*" pelos agentes e naquele dia, estava flertando com Eliana, Maiara e Bianca.

Relações amorosas e sexuais eram apontadas pelos agentes como "maus hábitos" típicos de criminosos. Estas duas práticas associavam-se, estavam interligadas, de acordo com o discurso dos agentes - os quais as condenavam. As relações sexuais e amorosas entre as adolescentes eram encaradas de forma mais liberal pelos técnicos que as entendiam como exercício da liberdade de escolha individual. Discussões acerca do que os técnicos chamavam de "*homossexualidade*" e os agentes de "*sem vergonhice*" também eram comuns.

Houve uma situação em que agentes do ESD conduziram as adolescentes Jaqueline e Mônica para o CRIAAD, pois estas tiveram suas medidas "*progredidas*" de internação para

---

[142] "Colar velcro" representa o ato sexual entre duas mulheres, aludindo-se ao contato entre seus pelos pubianos.

semiliberdade. Os dois agentes – um homem e uma mulher – e as duas adolescentes chegaram na Kombi e dirigiram-se para a sala das técnicas. Angélica trouxe os uniformes do CRIAAD para que as adolescentes trocassem de roupa, e enquanto Jaqueline se trocava, Mônica permanecia sentada na sala, escoltada pelos dois agentes.

Os agentes comentaram com Isabel que ela necessitaria de muitas bênçãos durante a passagem de Jaqueline pela unidade, pois esta arrumava muita confusão. "*Mas quando a menina vem assim, muito agitada, ela pula*", comentou Isabel. "*Ela já disse que vai pular*", confirma o agente. "*E a Mônica?*", pergunta técnica. "*Essa daí, acho que cumpre. É mais tranquila*". Mônica se justifica dizendo que só descumpriu a medida anterior por causa da Paula. Mônica tem a tez branca, os cabelos longos e cacheados, piercing na língua e uma tatuagem grande no antebraço, na qual se lia "Paula".

"*Quem é Paula?* – perguntou Isabel – *Paula é um caso de amor?*". "*É.* – responde o agente – "*É a joão dela. Essa aí é a maria*". "*Ah sei... Paula passou por aqui e saiu de L.A.*", lembrou Isabel.

O agente com ar reflexivo aponta: "*É... tá tudo errado... tudo errado. Sabe, eu consigo até ser a favor de uma prostituta, mas não de vocês* [disse o agente olhando para Mônica]. *Isso é uma sem-vergonhice. Você não concorda*? [pergunta para Isabel]".

Isabel responde: "*Olha, eu não concordo não. Acho que as pessoas têm liberdade de ter sua opção sexual. Esse com certeza não é o maior dos problemas*". "*Mas a entrada para o tráfico também é uma opção...*", retruca a agente. "*Vocês estão confundindo as coisas...*", aponta Isabel com certa impaciência. O agente justifica então o cometimento dos atos infracionais pelos adolescentes equiparando-os às relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo:

> Vê se na época da ditadura acontecia essas coisas? Hoje você encontra mil [milhares] dessas pessoas. A ditadura tinha que voltar para acabar com essas coisas. Eu não ia querer ter duas mulheres assim como vizinhas. Acho que tinham que cercar as favelas e acabar com esses traficantes. Socioeducativo... isso é escola de bandido! É mulher com mulher! Eu nunca iria querer que uma filha minha viesse pra cá. Minha filha tem 18 anos e nunca se meteu nessas coisas!

As relações entre pessoas do mesmo sexo fazem parte dos "maus vícios" - como apontou Zaluar (1985) em suas análises -, dos maus hábitos característicos daquela sociabilidade percebida pelo agente como violenta. Quando havia repressão e censura efetiva

– na época da ditadura -, comportamentos como aqueles não aconteciam, não havia tráfico ou *gays*, os quais na fala do agente, se mesclam, fazendo parte de uma única categoria. O agente aponta ainda para sua superioridade moral demonstrando que a educação que deu à sua filha – a qual tem a mesma idade da maioria das adolescentes que se encontram cumprindo medida no sistema socioeducativo – foi fundamental para que aquela não se desviasse e permanecesse próxima aos hábitos dos "*trabalhadores*", não se metendo com "*bandidos*".

"*Mas não é bem assim... você está confundindo a homossexualidade com crime; são duas coisas diferentes*", aponta Isabel, partindo de outro mundo e levantando diferentes objetos para justificar aqueles comportamentos: ela fala de "*homossexualidade*", termo originalmente científico, difundido especialmente pela psicologia no século XIX, que definia um comportamento sexual específico entre pessoas do mesmo sexo (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2012). Isabel remete-se a um discurso estabelecido por teorias acadêmicas para definir o que o agente havia tratado como "*sem-vergonhice*" (mesmo que a categoria empregada pela técnica esteja há algumas décadas sendo contestada pelos movimentos sociais que questionam o uso de "homossexualidade" e "homossexualismo" como referências a transtornos mentais[143]).

O pensamento pretensamente fundamentado em teorias e na sistematização do comportamento das adolescentes – ao separar as categorias "homossexualidade" e "crime", Isabel demonstra que os termos representam concepções e comportamentos diferentes, os quais estavam sendo erroneamente mesclados na fala do agente – leva o agente a responder: "*Ah não são não. Vai trabalhar no pátio pra você ver*". O agente remete-se então à questão que muitas vezes fundamenta as relações entre técnicos e agentes socioeducativos: a distinção entre teoria e prática - enquanto aquela não conhece a realidade, esta é a prova mais real que se poderia ter sobre algo. O agente complementa dizendo que ainda acha que a ditadura poderia voltar para "*dar um jeito*" naquilo: "*olha só... é um monte de meninas bonitas presas aqui e ficando com mulher!*". Mulheres bonitas ficando com outras mulheres e presas: mesclam-se novamente questões de comportamento sexual com a prática de atos infracionais; uma sociabilidade desviante que não fere apenas a ordem e quebra a paz social como também questiona e se afasta dos comportamentos naturais ao sexo feminino, belo e dócil.

---

[143] Entre 1948 e 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificava o "homossexualismo" como um transtorno mental que levava o indivíduo a ter comportamentos sexuais "desviantes". Em 1990, a OMS reconheceu que o "homossexualismo" não era doença ou distúrbio, e mesmo que o termo "homossexualidade" não represente nenhuma patologia, ele ainda é associado aos transtornos mentais, o que leva os movimentos sociais a pleitearem o emprego dos termos *gays* e lésbicas ao invés de "homossexuais" (GRUPO ARCO ÍRIS).

Isabel manifesta-se e diz que "*todos perdemos durante a ditadura*" e que ele nem poderia estar dando sua opinião se estivéssemos nesse regime. Volta-se para a questão do exercício dos direitos humanos: o agente, apoiando a repressão aos "bandidos", aprova o retorno de uma ditadura militar baseada na censura – há, segundo ele, aqueles que necessitam da repressão e seriam apenas estes os alvos da punição, do disciplinamento militar e da perda de direitos durante a ditadura. Isabel, entretanto, aponta que numa ditadura todos, indiscriminadamente, perderiam direitos, inclusive o próprio agente, o qual, segundo ela, estaria privado de seus direitos civis à liberdade de opinião.

Enquanto o agente e a técnica discutiam, Mônica, sentada no banco, esperando para colocar seu novo uniforme, apenas ria. Três diferentes ordens com seus objetos e gramáticas cruzavam-se e chocavam-se: o agente apontava para a necessidade de repressão à violência, demonstrando por meio de determinados objetos que a prática de atos infracionais justifica-se por uma *sociabilidade violenta*, a qual se diferencia da moral dos trabalhadores – apesar de trabalhadores e bandidos compartilharem os mesmos territórios da pobreza. Os bandidos deveriam ser alvo da repressão, deveriam ter seus direitos suspensos, tendo em vista a falta de humanidade de seus próprios atos. As drogas, as histórias de violência – contadas pelas próprias adolescentes e pelos boletins de ocorrência -, as relações sexuais e amorosas entre elas, as leis que estabelecem as tarefas pertinentes aos agentes e as suas práticas descendentes das práticas dos agentes penitenciários justificam o cometimento de crimes e a necessidade de repressão, negando àquela parcela da população os direitos humanos – os quais deveriam ser direcionados para quem merece.

Já os técnicos – como vimos no capítulo 1 - baseando-se na legitimidade dos seus diplomas e cursos universitários, nos livros e nos autores, nas concepções desenvolvidas por certos psicólogos acerca da natureza adolescente e de certos sociólogos acerca dos territórios da pobreza e do ingresso dos adolescentes no tráfico, justificam os atos infracionais enquanto típicos da idade e de grupos específicos que estariam privados do acesso aos bens e serviços valorizados dentro do capitalismo. Para os técnicos, os comportamentos desviantes seriam compreensíveis, sendo corrigíveis com aconselhamento e reflexão.

E o *mundo das garotas* - como veremos no capítulo 3 – também se baseia numa gramática da violência, mas ao contrário dos agentes que a observam de forma negativa, sendo a *sociabilidade violenta* o alvo principal da necessidade de repressão e disciplinamento, as adolescentes a tratam de forma positiva, enquanto expressão de força e valentia. Os atos infracionais justificam-se pela coragem de burlar as leis e de enfrentar a polícia, os agentes, os bandidos e os traficantes homens.

Os agentes socioeducativos, como vimos, investem num mundo composto por determinados objetos, certas regras fundamentadas em princípios superiores – como diz Boltanski (2000, p. 20), eles concebem uma *semiologia do senso comum* - e consequências para quem não cumpre estas regras (as "*punições*" ou os registros no livro de ocorrência, os quais contribuem para a elaboração dos relatórios a serem enviados para o juiz), outorgando desta forma magnitudes para cada uma das adolescentes.

No capítulo seguinte observaremos como as adolescentes ajustam-se à gramática inspecionada, guardada, pelos agentes, como cada uma delas muda de *estado* dentro deste mundo, ao apresentar provas que as aproxime ou distancie da categoria "*trabalhadores*"; observaremos como há a mudança ou permanência de suas magnitudes graças ao uso ou não de *piercings*, à prática ou não de "*sem-vergonhices*", a alusão ou não às armas, às drogas ou ao tráfico (e isso determinará se elas precisam de disciplina e de repressão).

Explorar-se-á também como as adolescentes se ajustam às exigências das outras situações e como investem nelas para se engrandecerem. Justificando-se segundo diferentes gramáticas, elas adquirem diversos estados, os quais por vezes parecem contraditórios: elas podem ser ao mesmo tempo fortes, "*pica*" e "*imaturas*" ou boas meninas e delinquentes, dependendo das situações, as quais são ordenadas por diferentes objetos e princípios.

3 O MUNDO POVOADO PELAS GAROTAS

No dia 22 de julho de 2012, Fabiana apareceu numa reportagem do Fantástico, programa dominical da Rede Globo de Televisão[144]. Na reportagem intitulada "*Jovens denunciam superlotação e até tortura em unidades de internação*", Fabiana aparece dando seu depoimento, demonstrando que é possível passar pelo "*sistema*" e trabalhar para mudar o mundo. Usando uma blusa rosa bebê, a adolescente acaricia um gato na varanda de sua casa, passa batom, também rosa, diante do espelho e aparece logo em seguida sentada num sofá ao lado de dois bichos de pelúcia. Fabiana diz que pode mudar o mundo "*fazendo a diferença. Na atitude, no pensamento, na opinião*".

Pouco antes, o repórter Marcelo Canellas havia comentado que Fabiana "*correu o risco de ser eliminada*", tendo em vista a análise feita pelo geógrafo Jaílson de Souza, o qual disse que:

> Por mais óbvio que pareça que se aquela criança for tratada de forma indigna ela tende a se revoltar e vai ser pior para a sociedade, isso não fica claro na compreensão das pessoas. O sentimento é irracional: ele é um monstro, eu quero que ele se afaste de mim, eu quero que ele se afaste do mundo social e, no limite, eu quero que ele seja eliminado.

O geógrafo justifica o cometimento dos atos infracionais investindo na gramática, na forma de julgar, nas certezas e nos sentimentos de evidência dos técnicos, apontando sua oposição ao *regime de degradação da humanidade* - no qual alguns grupos têm sua "comum humanidade" questionada -, apontando-o como "*irracional*". Fabiana estava ali para provar como o regime de degradação da humanidade era irracional, demonstrando que, quando possível, adolescentes infratores investem nas chances de vencer na vida.

Na reportagem, o repórter diz que Fabiana "*virou apresentadora*" graças ao TV Novo Degase – na ocasião, descrito pela adolescente como sendo "*uma janela das grades para a sociedade*" - e que graças a este projeto, Fabiana aprendeu a ter "*olhar crítico sobre o*

---

[144]Esta reportagem pode ser vista em: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1681423-15605,00-JOVENS+DENUNCIAM+SUPERLOTACAO+E+ATE+TORTURA+EM+UNIDADES+DE+INTERNACAO.html>. Acesso em 23 de julho de 2012.

mundo". Nesta matéria, são mostrados os bastidores de reportagens feitas por Fabiana, em Brasília, para o canal TV Novo Degase – nas quais ela entrevistou políticos e uma funcionária da UNICEF[145]. Registrando os passos de Fabiana por ruas sem asfalto de Brasília, Marcelo Canellas aponta que foi a partir da observação daquela cidade que Fabiana teria "descoberto as contradições da vida", afinal, ao conhecer os "dois lados" de Brasília, um próspero e rico e outro pobre e sem vigilância, moradia, saúde ou sem saneamento básico, a adolescente havia percebido as desigualdades sociais (as tais "contradições da vida").

Além de ser um exemplo de superação apresentado pelo Fantástico, Fabiana já foi matéria de reportagens de alguns jornais: ela contou sua história de vida para o jornal Extra (2012) e para o jornal O Dia, ambos jornais impressos de circulação diária no Rio de Janeiro. Soube também, nas visitas que fiz ao Educandário Santos Dumont que alguns repórteres a haviam entrevistado e, quando eu solicitava aos agentes socioeducativos sugestões de meninas com as quais pudesse conversar, eles apontavam Fabiana como a melhor alternativa.

Felipe, agente socioeducativo do CRIAAD, disse que de cada cem meninas, duas se salvavam e complementa dizendo que das quase vinte meninas que estavam cumprindo medida ali naquele momento, eu poderia confiar apenas em Fabiana e em Caroline.

Fabiana era estimada pelos agentes socioeducativos: ela ajustava-se à sua gramática, ou seja, ajustava-se ao conjunto de regras a serem seguidas para que as situações fossem consideradas normais e para que a pessoa afinada com a situação fosse reconhecida pelos agentes socioeducativos como sabendo agir corretamente. Fabiana apresentava as provas legítimas que modificavam seu *status* de "*bandida*" para o de "*trabalhadora*"; sua grandeza dentro deste mundo era superior às das outras adolescentes e ela lançou mão de outras redes de objetos e referências para justificar esta magnitude (LEMIEUX, 2009; LATOUR, 2006; BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

No mundo no qual os técnicos investiam, porém, Fabiana não conseguiu se engrandecer: em algumas situações, ela foi apontada como sendo delinquente e mentirosa. Ouvi ainda que Fabiana poderia ter Transtorno Obsessivo Compulsivo ou algum transtorno mental. Ao perguntar a Ronaldo o que ele havia achado da reportagem do Fantástico em que Fabiana aparecia, o agente administrativo disse que não havia gostado nenhum pouco. Ele achava Fabiana muito estranha... sempre achou a adolescente "*psicoticazinha*".

---

[145] As reportagens feitas por Fabiana podem ser vistas em: <http://www.tvnovodegase.net/>

Mas quais as provas que fizeram com que as avaliações sobre Fabiana fossem tão discrepantes? Porque para os agentes, Fabiana era "maior" do que as outras adolescentes, enquanto para os técnicos, Fabiana era "psicótica" e perigosa?

3.1 Fabiana

O Boletim de Ocorrência (BO) anexado ao processo de Fabiana relata um fato sucedido no dia 27 de outubro de 2009 às duas horas da madrugada na Rodovia Raposo Tavares, em São Paulo. O registro da ocorrência seria feito às três e dezessete do mesmo dia. A prisão foi em flagrante, sendo dois os indiciados: o primeiro era Henrique Nascimento, branco, filho de Maria Sabino e de José Nascimento, nascido em 24 de setembro de 1988 – então com 21 anos -, natural do Estado do Ceará. Henrique era garçom, seu estado civil era "*convivente*", e ele residia na favela da Rocinha, Estado do Rio de Janeiro. A outra indiciada era Fabiana Sabino, branca, nascida em 08 de fevereiro de 1992 – Fabiana tinha 17 anos -, natural do Ceará, estado civil "*convivente*", artesã, também residente na favela da Rocinha.

Segundo o registro de ocorrência[146], policiais militares solicitaram a parada de um ônibus da empresa de transporte Andorinha. Quando adentraram no interior do referido "*coletivo*" notaram que um casal de jovens que se encontrava nas últimas poltronas, número 35 e 36, "*manifestaram comportamento suspeito*". Ao se aproximarem, os policiais notaram que a mulher do referido casal aparentava estar gestante e solicitaram que ela ficasse de pé. Assim que a mulher levantou-se, os policiais notaram, através de um movimento que a mesma realizou, que a sua barriga não era verdadeira, razão pela qual foi indagada sobre o que carregava. Foi quando ela confessou tratar-se de droga, mais especificamente, haxixe.

Incontinenti houve a revista do indivíduo que a acompanhava, identificado como sendo Henrique Nascimento, encontrando-se uma embalagem em forma de "*tijolo*" presa na parte de trás do cós das calças do mesmo. A mulher foi então identificada como sendo Fabiana Sabino, adolescente.

Indagados, ambos informaram que eram moradores da cidade do Rio de Janeiro e que Henrique tem um "colega" conhecido como "Paulinho" que lhe ofertou a quantia de mil reais para que ele fosse buscar a droga na cidade de Guairá, no Paraná. O colega pediu que

[146] Os termos utilizados na descrição dos acontecimentos são pertinentes ao registrado na ocorrência policial.

Henrique arrumasse outra pessoa que colaborasse no tráfico da droga, sendo que também seria pago mil reais à referida pessoa. Henrique conversou então com sua convivente Fabiana e a mesma se prontificou ao tráfico.

Em Guairá, Henrique e Fabiana receberam a droga de um desconhecido e deixaram a cidade imediatamente num ônibus. O casal chegou à Rodoviária de Presidente Prudente, São Paulo, por volta de onzes horas da noite do dia seguinte e ali pegariam outro ônibus destinado ao Rio de Janeiro.

Henrique usava terno quando foi abordado pelos policiais e informou que estava trajado daquela forma para não levantar suspeitas. O indiciado informou ainda que levou seis mil reais para serem deixados em Guairá com o indivíduo que o "*recepcionou*".

Ante o exposto, foram manifestas voz de prisão e apreensão em flagrante, sendo conduzidos os indiciados para a delegacia.

Com eles, foram apreendidos dois celulares (um Iphone 8gb da Marca Apple, pertencente à Fabiana, e um Sony Ericsson, pertencente à Henrique); duas passagens da Empresa Andorinha com destino à Maringá, no Paraná; noventa e cinco reais "*relacionados*" a Fabiana; uma cinta feminina de "*barriga falsa*" de mulher grávida da marca Simulan[147], onde se encontravam dois "*tijolos*" de droga, também relacionados a Fabiana; além de quatro quilos de haxixe e três tijolos envoltos em plástico transparente.

Após a apreensão, a condução dos dois suspeitos para a delegacia e o registro da ocorrência, Fabiana foi levada para a Cadeia Pública de Santo Anastácio até que a Fundação Casa[148] providenciasse uma vaga para ela em uma de suas unidades. A vaga foi noticiada no dia 29 de outubro e no dia 30, Fabiana foi transferida para a Unidade de Internação Cerqueira César I, localizada na Fazenda Samara, interior de São Paulo[149].

Os relatórios dos atendimentos técnicos realizados na Fundação Casa, o boletim de ocorrência, as atas das audiências, os prontuários e receituários médicos de Fabiana chegam ao Educandário Santos Dumont junto com a adolescente em junho de 2010 – oito meses depois de a adolescente ser detida. Nestes documentos, constam além da história relatada no boletim de ocorrência, todos os atendimentos e relatos feitos pela adolescente aos técnicos paulistas.

---

[147] Apesar de a marca "Simulan" estar apontada no Boletim de Ocorrência como sendo a fabricante da "barriga falsa", não encontrei referências a esta marca em lugar algum.

[148]Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa) é a instituição responsável pela execução e acompanhamento das medidas socioeducativas no Estado de São Paulo e está vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.

[149]O parágrafo VI, artigo 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que o adolescente deve permanecer internado na mesma localidade ou na localidade mais próxima ao domicílio dos seus pais ou responsáveis, sendo assim, Fabiana deveria ser imediatamente transferida para o Educandário Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

Fabiana ingressa na Fundação Casa com um *estado*, o de infratora, de alguém que cometeu um crime considerado hediondo e extremamente prejudicial à sociedade. Para sair do sistema o mais rápido possível, Fabiana terá que reverter estas provas, e o seu sucesso ou o seu fracasso nesta tarefa ainda estão indeterminados. Fabiana terá no máximo quatro anos[150] para justificar sua aptidão para viver em sociedade. As narrativas e ações de Fabiana nas diferentes situações, sua capacidade de compreender, perceber e prever as exigências que recaem sobre ela, sua competência para agir conjuntamente com determinados objetos – e não outros – serão fundamentais no reconhecimento de sua "magnitude" – sua grandeza ou pequeneza (LEMIEUX, 2009; BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

A performance de Fabiana renovará constantemente a magnitude a ela atribuída e a "provação" (*épreuve*) será o momento no qual a adolescente terá suas relações, seu *estado* e a própria ordem na qual ela se insere, transformados (LEMIEUX, 2099, p. 07). Como diz Boltansnki (*in* BLONDEAU ; SEVIN, 2004, p. 07): "*La grandeur doit donc être considérée comme inconnue au cours de la dispute, en sorte que la grandeur relative des personnes en présence ne puisse se dévoiler qu'au travers de ce que nous appelons une épreuve*"[151].

Desde que entrou na Fundação Casa, Fabiana estava posta à prova. O que diz e a forma como age serão fundamentais para determinar suas qualidades mentais e sociais, suas predisposições e as devidas explicações para seus atos infracionais – a serem elaboradas por aqueles que têm o poder de avalia-la e de definir sua magnitude (a qual pode ser a mesma de quando ela entrou, ou mudar, indicada pelas novas justificações).

No primeiro atendimento técnico, feito no dia 10 de novembro de 2009, demanda-se que Fabiana relate sua vida[152]. A adolescente conta que não teve sua "*paternidade reconhecida*" e que sua "*genitora*" nunca lhe contou sobre o seu pai. Fabiana proferiu que não reside com a genitora desde os treze anos de idade e "*verbalizou*" que a mesma tem "*comprometimentos psiquiátricos*", fazendo uso de medicamentos controlados, mas, apesar disso, tem bom relacionamento com ela. A adolescente relatou ainda que possui dois irmãos maternos, Fábio, de 12 anos de idade, o qual reside com seu genitor, e Francisco, de nove anos de idade, o qual reside com sua genitora.

Fabiana relatou que estava residindo com seu companheiro, Henrique Nascimento, de vinte anos de idade, segundo grau completo, desempregado, havia um mês, mas o conhecia há

---

[150] Fabiana poderia ficar custodiada pelo sistema socioeducativo até os 21 anos, idade máxima para cumprir medida socioeducativa.

[151] "A grandeza deve ser considerada como desconhecida no decorrer de uma disputa, de modo que a grandeza relativa das pessoas presentes não possa se revelar a não ser através daquilo que denominamos uma *prova*" [tradução minha].

[152] O relato a seguir encontra-se estruturado como no relatório de atendimento técnico.

um ano. Ela verbalizou ainda que antes desta união já havia sido casada, tendo a união "*perdurado*" por três anos. Fabiana e Henrique viviam num imóvel de construção de alvenaria, alugado pelo valor de cento e setenta e cinco reais e composto por dois cômodos: um quarto e um banheiro, dispondo de saneamento básico completo. A adolescente relatou que a manutenção do lar era provida pelo salário de trabalhos temporários que ela e o companheiro realizavam: ela trabalhava às vezes como garçonete e fazia trabalhos artesanais e Henrique também trabalhava esporadicamente como garçom.

Fabiana relatou que apesar de seus vínculos familiares serem estreitos, vivenciou muitas dificuldades financeiras e emocionais resultantes dos "*comprometimentos psiquiátricos da genitora*", a qual nunca supriu suas necessidades básicas, nem as de seus irmãos.

Perguntada se já usou drogas, a adolescente responde que nunca "*fez uso de entorpecentes*", referindo gozar de boa saúde.

Quanto ao ato infracional registra-se que:

> Fabiana relatou que um amigo (não soube informar o nome) de Henrique ofereceu para que o mesmo buscasse droga no município de Guairá- PR, para trazer até o município do Rio de Janeiro - RJ, a adolescente verbaliza que resolveu ir junto com o companheiro. A adolescente proferiu que cada um receberia R$1000,00 (um mil reais) para realizar o "serviço", Fabiana relatou que saiu do município do Rio de Janeiro, e que foram buscar drogas no município de Guairá, ficaram hospedados em um Hotel com o nome de Ipacaraí, neste ínterim dois rapazes de moto (não soube informar o nome) foram buscar ela e o companheiro, levando-os para uma casa afastada da cidade. Após pegarem a encomenda, Fabiana e o companheiro esconderam as drogas no corpo, a adolescente fez uma barriga falsa para disfarçar que estava grávida. Após realizar o disfarce os dois seguiram para a rodoviária de Guairá, onde o trajeto final seria o Rio de Janeiro, mas durante uma parada no município de Presidente Prudente, os dois foram abordados e encaminhados para a Delegacia local para averiguação dos fatos.

O relato de Fabiana é compatível com o depoimento dado pelos policiais militares na delegacia. Isso significava que Fabiana estava dizendo a "verdade", sendo "coerente". Dizer a "verdade" era uma das exigências das situações de atendimento técnico. A verdade nestes casos é idêntica à versão dos fatos apresentada pelos policiais, os responsáveis pelo seu esclarecimento via testemunho ocular ou investigação criminal. No seu discurso, como no dos policiais, aparecem as drogas, o dinheiro, a abordagem, a barriga falsa e as redes de tráfico que se estendem do Rio ao Paraná.

Após o ajustamento de Fabiana à situação, ao dizer a "verdade", a equipe técnica a indaga sobre os motivos que a levaram a se envolver com "*atos ilícitos*". Registra-se então que aquela verbalizou que necessitava de dinheiro para custear o tratamento do irmão materno, Francisco, que tem problemas respiratórios. Quanto ao seu companheiro, Fabiana relata que ele estava desempregado e precisava de dinheiro para pagar as contas domésticas. Das drogas e do tráfico, passa-se à necessidade de conseguir dinheiro para custear necessidades básicas referentes à saúde e à reprodução da sua sobrevivência: uma justificativa legítima para o cometimento de um ato infracional, especialmente se o infrator for um jovem pobre, residente na periferia – como vimos no capítulo 1.

A equipe técnica diz que em contato com a genitora, a senhora Rosane "*relatou que a filha não reside com ela faz aproximadamente 3 (três) anos, mas que sempre manteve contato*". A genitora informou ainda que realiza tratamento psiquiátrico, que faz uso de medicamentos controlados e que já esteve internada em clínicas por 4 (quatro) vezes. Quanto ao filho Francisco, Rosane verbalizou que ele está realizando tratamento médico com especialistas em otorrino no Hospital da Lagoa, no município do Rio de Janeiro, devido a problemas respiratórios que possui desde a infância. No momento, Francisco está fazendo uso de medicamentos e aguardando uma vaga para a realização de cirurgia; sua situação, entretanto, se encontra controlada.

A equipe técnica registra que durante o contato com a genitora, percebeu que esta tem bastante dificuldade de entendimento e por vezes não compreendia as perguntas relacionadas a ela, o que tornou o contato curto.

A "dificuldade de entendimento" da genitora é mais uma prova legítima na justificação da falta e Fabiana (o cometimento do ato infracional). Tornava-se óbvio que a ausência de cuidados maternos – a "família desestruturada" – havia levado aquelas crianças ao "*risco social*" e à influência de más companhias. Não se registra o que levou à percepção de que Rosane tinha dificuldade de entendimento, já que esta expressa fazer tratamento psiquiátrico e aponta estar tomando os cuidados necessários com a saúde do filho – dando o nome do hospital e a especialidade junto a qual este recebe acompanhamento. Mas o fato de técnicos darem as suas palavras de diplomados, baseando-se em teorias para fundamentar suas deliberações, já prescreve as verdades acerca das qualidades mentais e sociais da mãe.

Com relação à Fabiana, porém, percebe-se "*em processo psicossocial*" que ela tem consciência, mas pouca criticidade sobre o motivo que gerou a medida socioeducativa (internação provisória), o que demonstra "*falta de maturidade*" para analisar as consequências de seus atos e escolhas: "*Através dos atendimentos realizados, esta equipe percebeu que*

Fabiana está omitindo fatos sobre o ato infracional, a adolescente foi orientada sobre a importância do relato, que esse deve ser coeso e verdadeiro, mas a adolescente não consegue até o momento visualizar que com esta atitude a mesma está se prejudicando".

Diz-se que Fabiana, a qual antes de entrar na Fundação Casa estava estudando no terceiro ano do Ensino Médio, recebia agora orientações acerca dos objetivos a serem traçados e alcançados juntamente com o acompanhamento profissional, "*para obtenção de dados e principalmente para o fortalecimento pessoal, reconhecimento, discernimento das escolhas e enfrentamento das dificuldades vivenciadas, a fim de possibilitar a reflexão sobre seus atos e mudanças de conduta*".

O relatório de atendimento técnico conclui que: "*os atendimentos psicossociais têm como objetivo, proporcionar reflexões, estimular o amadurecimento e a criticidade em relação à vida pregressa, elevação de autoestima, responsabilidade diante de suas escolhas e interiorização de limites*".

Fabiana confessa suas motivações para cometer o ato infracional. Ela admite cometê-los e explica que precisava do dinheiro para uma finalidade legítima – o tratamento de saúde do irmão mais novo –, mas o fato de cometê-lo demonstra "*imaturidade*", a qual precisaria ser trabalhada no período da internação no sistema socioeducativo para que Fabiana pudesse então ter discernimento em suas escolhas futuras – e não cometesse atos infracionais novamente. Processos psicossociais, desenvolvimento cognitivo, discernimento, reflexão, autoestima e interiorização de limites: termos que se estendem numa rede que alcança as produções acadêmicas sobre psiquiatria, psicologia e psicanálise e seus autores, chegando às práticas e justificações que perfazem o sistema socioeducativo (LATOUR, 2006).

A audiência de Fabiana acontece e o Juiz determina que ela permaneça internada, já que confessou a infração e "*manifestou interesse em continuar internada visando concluir os estudos e realizar cursos que não conseguiria fazer em sua cidade*". O Juiz conclui após tais considerações e diante da gravidade do ato infracional cometido, o qual é considerado crime hediondo, "*causando demasiada repercussão social, fica claro que outra solução não resta a não ser a internação da adolescente em unidade da Fundação Casa, pois é o melhor caminho tanto para a menor como para a sociedade*".

Como não tinha passagem pelo sistema socioeducativo – e, portanto, não conhecia os meandros do cumprimento das medidas - Fabiana expressa perante o juiz um desejo de permanecer internada para que possa estudar – demonstrando assim interesse pelos estudos - e de se comprometer com o cumprimento de todas as determinações. Como previsto em lei,

o juiz determina que a "*menor*" cumpra medida no seu domicílio de origem (no Educandário Santos Dumont, portanto).

Meses se passam e a transferência de Fabiana para o Educandário Santos Dumont, no Rio de Janeiro, não chega. Ela permanece internada no interior de São Paulo, sem o contato com a família e com os parentes, sem atividades externas e tendo que cumprir a rígida rotina aplicada na Fundação Casa. Aos poucos, a adolescente vai aprendendo como se portar e o que dizer em cada situação, como se colocar frente aos técnicos, aos agentes, ao juiz e às outras adolescentes; Fabiana aprendeu quais as *provas legítimas* que teria que agregar à sua performance para que fosse considerada apta ao convívio social, fazendo opções maduras e não prejudiciais à ninguém – como pensam e esperam os técnicos.

Há registros de atendimentos técnicos, nos quais se observa que Fabiana estava inserida numa família comprometida pelo risco, fragilidade social e pela negligência materna, vivendo, por isso, dificuldades financeiras, afetivas e emocionais (a mãe vivia apenas com o benefício da "bolsa família"[153] e com a ajuda da comunidade e de familiares). Fabiana demonstrava arrependimento e "*complexo entendimento*" sobre as consequências de seus atos. Demonstrava maturidade, responsabilidade e crítica frente às informações fornecidas nos atendimentos técnicos, apresentando planos de vida e de futuro para quando adquirisse novamente sua liberdade. Além disso, a adolescente participava de todas as atividades pedagógicas propostas, mostrando-se interessada e exibindo "*desenvolvimento cognitivo*", apresentando melhoras na autoestima. As armas e as drogas que fundamentavam sua magnitude inicial – a de "*bandida*" – cediam lugar para a responsabilidade, para a maturidade e para os planos de vida, garantidos pelo desenvolvimento cognitivo.

A equipe técnica conclui que Fabiana é uma adolescente que passou por diversas situações que acarretaram rotinas fragmentadas em questões psicossociais, mas mesmo assim, apresentava expectativas para o "*enfrentamento das dificuldades*" e cumpria satisfatoriamente as regras disciplinares. No tempo em que cumpria medida, demonstrou maturidade – característica que apontava a grandeza de Fabiana no mundo investido e justificado pelos técnicos. O tempo de sua transferência já havia chegado e começava a ser excedido, tendo em vista o bom desempenho da adolescente no cumprimento da medida.

---

[153] Bolsa Família é um programa de transferência de renda que beneficia famílias com renda *per capita* inferior a 70 reais. De acordo com o programa, os pais recebem um auxílio por cada filho para que estes permaneçam na escola. Os valores vão de 32 a 306 reais, dependendo da renda mensal da família por pessoa, do número de crianças e adolescentes até 17 anos e do número de gestantes e nutrizes (MDS).

Em junho de 2010, oito meses depois de ingressar na Fundação Casa, o juiz da Infância e da Juventude de Cerqueira César pede para o Educandário Santos Dumont "*verificar a disponibilidade de vaga*" para que Fabiana fosse transferida imediatamente.

No processo que chega ao Educandário Santos Dumont junto com Fabiana constam, além dos relatórios de atendimento técnico e do boletim de ocorrência, alguns receituários médicos prescrevendo Cetoconazol shampoo, indicado para o tratamento de caspa e micose no couro cabeludo, Luftal® gotas, indicado para combater gases estomacais e intestinais, e Paracetamol, indicado como analgésico e antitérmico.

Fabiana chega ao Educandário Santos Dumont em junho de 2010. A adolescente já apresentava em São Paulo, as provas necessárias para ser considerada uma boa menina com amadurecimento progressivo, como esperavam os técnicos, e parecia próxima à categoria de "*trabalhadores*", tão prezada pelos agentes. Mas ao chegar ao Rio de Janeiro, Fabiana cometeu uma falta grave na apresentação de suas *provas de realidade*: ela perdeu a coesão e a "veracidade" em seu discurso.

No Degase, a adolescente contava a mesma história independentemente da situação e do ouvinte - ela contava o mesmo relato para os técnicos, para os agentes, para as adolescentes e para mim -, mas era um relato completamente diferente daquele registrado nos autos provenientes de São Paulo. Isto, que não representava um problema para os agentes – os quais se importavam apenas com as ações de Fabiana e com sua disciplina – nem para as adolescentes – as quais duvidavam de seu discurso, dizendo que "ninguém parava ali dentro à toa", mas não se importavam com o que a adolescente fazia ou dizia -, era uma questão para os técnicos, inspirados pelas teorias psicanalíticas e psiquiátricas, que justificavam as mentiras como disfunções mentais, e em alguns momentos ficavam indignados com as histórias contadas por ela. Fabiana passou a contradizer o que técnicos e policiais haviam dito, contribuindo desta forma para a contestação não apenas da sua maturidade e do seu discernimento, mas especialmente da sua sanidade mental – reduzindo novamente sua magnitude.

Conheci Fabiana durante os preparativos para a festa de Natal que aconteceria no CRIAAD de Ricardo. Fabiana estava sentada no banco do pátio com uma grande maleta cheia de esmaltes, alicates, lixas de unha e tintas para tecido, as quais, segundo ela, eram usadas na decoração das unhas e faziam o esmalte durar mais. Havia uma fila de adolescentes esperando para que Fabiana decorasse suas unhas com flores rosas, folhas verdes e alguns traços brancos, os quais deixavam as unhas detalhada e cuidadosamente

decoradas. Fabiana parecia concentrada e pouco falava: permanecia séria e não sorria – como percebi ser sua postura comum.

Diferentemente das outras adolescentes, as quais aparentavam desprendimento e investiam nas relações e na manutenção de uma gramática própria a elas, Fabiana ficava sempre sozinha, aparentando melancolia – o que se expressava também na sua impossibilidade de brincar e de sorrir. As regras que regulam as relações entre as adolescentes e os julgamentos e avaliações que tornam estas regras válidas e legítimas eram ignoradas por Fabiana: ela convivia e conversava pouco com as outras adolescentes, evitando qualquer identificação entre elas feitas pelos técnicos ou pelos agentes. E o isolamento da adolescente bastava para os agentes, pois Fabiana era disciplinada e obediente, e como disse Felipe, daquelas ali, apenas ela e Caroline – sua amiga mais próxima – se salvavam. Fabiana não valorizava as drogas – e dizia nunca tê-las experimentado -, nem o tráfico, fazia apologia aos estudos e ao trabalho, não usava *piercings*, nem maquiagem excessiva e não fazia "*sem-vergonhices*", ou seja, não ficava com outras meninas. A adolescente investia no mundo dos agentes ao negar completamente a gramática sustentada pelas outras adolescentes (aquela da violência urbana).

Enquanto Fabiana trabalhava, sentei-me ao seu lado apenas para observá-la tirando as cutículas, pintando as unhas com base, depois desenhando os miolos das flores, as pétalas, os cabos, fazendo bolinhas ou tracinhos para emoldurar as flores, para depois passar mais uma demão de base a fim de fixar seu desenho. Após permanecermos algum tempo em silêncio – eu, Fabiana e Ana, aquela que tinha as unhas pintadas -, começou um assunto bastante explorado por Fabiana em suas conversas: o tempo que havia permanecido na Fundação Casa. Este assunto era sempre explorado com indignação e a adolescente não escondia a sensação de injustiça da qual se dizia vítima - e o fato de se dizer vítima era contrário ao "arrependimento", já que este pressupõe que o autor da infração assuma a culpa e "reflita" sobre ela. Ser vítima era uma contradição – já que já estava provado nos autos que Fabiana era culpada -, e Fabiana expressava tanta certeza de sua inocência que por horas parecia arrogante – e a arrogância era contrária à humildade esperada daqueles que cumprem medida socioeducativa.

Fabiana me contou que ficou oito meses internada na Fundação Casa e que lá não era uma unidade socioeducativa, era uma "*prisão de menor*". De acordo com Fabiana, na Fundação Casa, as meninas acordavam às cinco horas da manhã e tinham que ficar nuas para serem revistadas pelas agentes. Elas se agachavam três vezes para ver se caía alguma

coisa de dentro de suas vaginas ou ânus[154]. Depois da vistoria, elas se vestiam e esperavam sentadas por horas num banco até o café da manhã. Segundo Fabiana, as adolescentes não podiam olhar nos olhos dos funcionários, sendo a relação com eles estabelecida "*na base do 'sim senhor', 'não senhor', 'obrigada senhor', 'obrigada senhora'*". Lá, as adolescentes não podiam nem olhar umas nos olhos das outras... não era como o CRIAAD nem como o Dumont, a Fundação Casa era uma "*cadeia*".

Fabiana conta que foi transferida da Fundação Casa para o Educandário Santos Dumont, ficou lá por quatro meses e depois foi enviada para o CRIAAD. A adolescente dizia, indignada, que não entendia porque não "*ganhou*" logo a liberdade assistida, já que nunca brigou com ninguém – nem em São Paulo, nem no Rio de Janeiro - nem desrespeitou os funcionários. Disse-me que qualquer dia iria ao Juizado da Infância e da Juventude para conversar com o Juiz. Ficaria lá na porta quantas horas fossem necessárias até que ele a atendesse e lhe explicasse os motivos de ter optado pela semiliberdade, já que ela sempre se comportou e faz tudo o que mandam que ela faça. Ela diz que faz tudo da forma correta e se comporta para poder sair logo, e afirma que a maioria das meninas dali se engana, achando que melhores são aquelas que se mostram mais fortes, aquelas que brigam mais; elas estão erradas, pois ali "*quem ganha não é a mais forte, mas a mais inteligente*".

Deixo a adolescente decorando as unhas de Ana e me dirijo à sala dos técnicos para conversar com Priscila, a psicóloga, sobre Fabiana. Aquela me conta que percebe que a adolescente se coloca à parte dentro do sistema socioeducativo: ela não se integra às outras adolescentes, permanece sozinha, prefere não se envolver com ninguém. Naquele dia de festa, Fabiana ficou de nove da manhã às cinco da tarde pintando as unhas das adolescentes e de quem desejasse (convidadas da festa e parentes das adolescentes se ofereciam para que Fabiana demonstrasse seus dotes de manicure, gratuitamente).

A mãe de Fabiana chegou ao CRIAAD para participar da festa por volta de onze da manhã: uma senhora que aparentava ter 40 anos de idade, baixa e com os cabelos que chegavam à altura dos quadris, usando uma calça cinza e uma blusa estampada de manga comprida, sentou-se ao lado de Fabiana no banco em que a filha trabalhava. A adolescente não levantou os olhos para cumprimentar a mãe, tendo permanecido durante todo o dia no mesmo lugar, com os olhos baixos, evitando conversar com as pessoas – Fabiana poderia evitar a interação com os outros ficando no alojamento, já que elas tinham essa opção, se

[154] Karina Biondi (2010) descreve como são feitas as revistas nas prisões paulistas.

assim desejassem. Mas ficando ali, a adolescente mostrava que estava de corpo presente, participando da festa, e para todos os efeitos, interagindo com as pessoas.

Houve uma peça de teatro na qual quase todas as adolescentes atuaram, e aquelas que não participaram assistiram empolgadamente, rindo e zombando umas das outras. A única que não participou nem da peça nem da zombaria foi Fabiana, a qual estava no canto do pátio, pintando unhas, e não chegou a levantar os olhos, demonstrando assim desinteresse pelo que acontecia. Pouco depois, acontece uma homenagem à diretora – a qual, disseram, era como uma "mãe" para as meninas que cumpriam medida socioeducativa ali -: as adolescentes cantam uma música para Vanusa; com exceção de Fabiana, que ainda estava no canto, em silêncio. Há ainda mais dois momentos com apresentação de atividades pelo e para o grupo: as adolescentes leem redações sobre suas mães e há choro e comoção, mas Fabiana permanece com olhar fixo. E acontece ainda uma distribuição de presentes para as adolescentes, sendo cada uma chamada para pegar o seu: as adolescentes ganham roupas - cada uma destas ao gosto da presentada – e vão até o alojamento, trocam de roupa e desfilam pelo pátio, exibindo-se. Fabiana, sentada ao lado da diretora, a qual estava com microfone em punho chamando cada uma delas para ir buscar o brinde, foi a única que precisou ser chamada três vezes para que enfim levantasse os olhos e decidisse ir buscar o presente, colocando-o ao seu lado no banco, junto à maleta de manicure.

Sentada do outro lado do pátio, observando o desenrolar da festa, eu notava o isolamento de Fabiana e a integração das outras adolescentes – as quais pareciam se divertir. Num certo momento, Ronaldo, o cientista social/agente administrativo, senta-se ao meu lado coloca a mão no queixo e examina Fabiana, dizendo que ela não consegue interagir com as outras adolescentes e faz unhas sem parar porque tem TOC (transtorno obsessivo compulsivo).

As teorias psiquiátricas que explicam as condutas "desviantes" apresentadas pelas adolescentes elucidam também os supostos comportamentos repetitivos que provocam ansiedade e que, geralmente, envolvem fatores genéticos apresentados por Fabiana (o TOC). O isolamento de Fabiana e sua seriedade, tão díspares das atitudes apresentadas e valorizadas pelas outras adolescentes, conjugado a outras provas apresentadas por aquela, demonstram problemas psicológicos, problemas que vão além da simples "*imaturidade*".

Fabiana sempre estava sozinha – tendo às vezes a companhia de Caroline, de 13 anos – e procurava ocupar a totalidade dos seus dias fazendo cursos ou se envolvendo em atividades escolares, ficando assim o menor tempo possível dentro do CRIAAD. Quando não tinha atividades externas, a adolescente mantinha-se isolada, desenhando ou lendo; seus

desenhos impressionavam as adolescentes e eram guardados numa pasta para serem mostrados para quem Fabiana achasse digno.

Em uma de suas visitas semanais ao CRIAAD, o "*senhor da igreja católica*"[155] levou um violão para cantar hinos com as adolescentes. Algumas delas sentaram-se ao seu redor e cantaram, acompanhando-o com palmas. Fabiana então se sentou ao seu lado e pediu o violão; tocou o instrumento de forma habilidosa e cantou em tom afinado. Impressionadas, as adolescentes começaram a chamar umas às outras para ouvi-la tocando e rapidamente havia várias adolescentes sentadas em frente à Fabiana, observando-a. Surpresa com a habilidade da adolescente, pergunto-lhe onde ela havia aprendido a tocar. "*Numa escolinha em São Conrado*", ela responde. "*De qual igreja o senhor é?*", pergunta Fabiana ao missionário. "*Católica*". "*Eu era professora de catecismo, mas aí fui presa, há um ano e três meses*". "*Mas você pode voltar a ser quando sair daqui*", retruca o "senhor da igreja", como as meninas o chamavam. "*Eu tenho bom comportamento... não quebro nada, não respondo ninguém! Esse lugar é injusto!*", diz Fabiana devolvendo o violão e deixando a roda. O senhor retoma os louvores e a cantoria recomeça, apesar dos protestos de Fabiana.

Apesar do um ano e três meses de prisão, Fabiana ainda cometia "faltas gramaticais" quando se encontrava nas situações nas quais os técnicos investiam e eram grandes, ou seja, a adolescente ainda agia de forma incorreta frente às regras a serem seguidas para atingir o *status* de "boa menina", o que tornavam impossíveis as referências positivas em relação a ela (LEMIEUX, 2009, p. 28). Fabiana considerava o apontamento destas faltas como sendo "*injustiça*" e continuava tentando se ajustar às regras e expectativas dos técnicos, sem entender muito bem que regras eram estas. Disse-me uma vez que Cacilda era uma péssima técnica, pois em atendimento, enquanto contava-lhe sua história, disse que era inocente e aquela riu dizendo que "*sabia muito bem*" quem Fabiana era. Cacilda riu explicitando que Fabiana contradizia as duas principais regras gramaticais dos técnicos: dizer a verdade e demonstrar arrependimento.

Fabiana chega ao ESD com uma grandeza já revista (de bandida, ela havia passado para uma adolescente em processo de amadurecimento), com uma história contada por meio de documentos assinados por profissionais com uma grandeza superior à dela (eram policiais, juízes e técnicos), os quais asseguravam suas qualidades sociais e mentais – segundo os técnicos ela estava em desenvolvimento cognitivo, demonstrando um

[155] As visitas de missionários das mais diferentes denominações cristãs eram extremamente valorizados pelas adolescentes, as quais se juntavam em volta deles e cantavam seus hinos, participando dos cultos empolgadamente.

fortalecimento da autoestima e do seu discernimento das coisas; tendo cometido um erro juvenil, o qual após sua passagem pelo sistema socioeducativo e pelos atendimentos "reflexivos" provavelmente não voltaria a acontecer. Mas os eventos vivenciados por Fabiana na Fundação Casa e o fato de estar sempre obedecendo e não criando "problemas" para ninguém, sendo "disciplinada" e séria, mas não conseguindo o devido reconhecimento por isso[156] intensificam os seus esforços na sua justificação para ganhar a liberdade e deixar o sistema: Fabiana reformula sua própria história de vida dando, no Rio de Janeiro, outra versão para o que havia acontecido. Como na justiça da infância e da juventude não há investigação dos fatos como estipulada no Código de Processo Penal[157] - no qual estão estabelecidas as maneiras de se produzirem provas periciais a fim de se aproximar das circunstâncias nas quais o delito aconteceu -, fiando-se apenas nos testemunhos dados pelos réus e pelas vítimas, Fabiana reconta os fatos, dando outra versão. No Rio de Janeiro surge uma nova Fabiana, inocente, vítima de um "*bandido*" sem escrúpulos que forjou a culpa da jovem para se livrar da sua própria.

No primeiro atendimento técnico feito no Educandário Santos Dumont, a história sobre o ato infracional mudou: Fabiana contou que foi apreendida em São Paulo, acusada de tráfico de drogas. Ela, porém estava indo para uma loja paulistana a fim de "*consignar*" seus artesanatos – a adolescente dizia não ter como provar isso, pois seu celular havia sido apreendido em São Paulo e não foi devolvido. A partir de sua chegada, a história de vida de Fabiana se transforma e passa a se espalhar segundo outras versões: ou Fabiana havia sido vítima de policiais que queriam incriminá-la – e ao mesmo tempo se livrar da droga – e então colocaram um tijolo de maconha na sua mochila enquanto ela estava num ônibus em São Paulo; ou então se contava que ela havia sido vítima de um rapaz que ela tinha acabado de conhecer, o qual era traficante, mas ela não sabia. Para se livrar do flagrante, o rapaz colocou a droga em sua mochila e ela acabou sendo presa.

Fabiana já havia sido orientada sobre a importância do relato, o qual deveria ser coeso e verdadeiro, mas como as técnicas paulistanas já haviam dito e como continuava a acontecer, a adolescente não conseguia "visualizar" que o fato de "não dizer a verdade" estava prejudicando-a.

---

[156] Uma das falas frequentes de Fabiana era a de que ela não conseguia entender como algumas meninas faziam tanta bagunça e saíam da internação direto para a liberdade assistida, enquanto ela, fazendo todas as atividades sugeridas, obedecendo e não brigando com ninguém, ainda estava na semiliberdade.

[157] Ver MIRABETE, 1997, p. 237-322.

Na entrevista que fiz com Fabiana, ela me apresentou uma das histórias que contava para os atores que povoavam e mantinham aquela instituição[158]: a versão de sua inocência e ingenuidade ao tentar ajudar a quem precisa.

Fabiana me contou que casou com o Júnior aos 16 anos. Eles estão juntos até hoje, mas ficaram um tempo separados. Ela contou ainda que trabalhou num supermercado por um ano e seis meses, que já deu aula de catequese e que fazia assistência social dentro da igreja da qual era membro – ela distribuía cestas básicas e dava ajuda financeiras para alguns moradores da Rocinha. "*Eu entrei nessa vida aqui por quê?*", se pergunta.

> Eu conheci uma pessoa, achei que a pessoa era legal, coloquei essa pessoa dentro da minha casa com um dia de conhecimento – conheci o Henrique, o quê? Não tinha nem um dia – meu marido estava viajando. Ele falou que precisava de uma casa, de um lugar pra morar, não tinha onde ficar, tinha brigado com a namorada, com a mãe. Eu falei: "Pô, meu marido está viajando, você pode ficar lá em casa". Aí ele: "Não tem problema mesmo?". Eu falei: "Não, pô, meu marido é super tranquilo, ele confia em mim...". Realmente eu não tinha cabeça. Aí ele foi pra minha casa... aí, minha mãe falou que precisava de um dinheiro para a respiração do Francisco, que tem problema respiratório, que era para o coração, coisa assim. Eu fiquei desesperada, pensando que meu irmão ia morrer. Aí eu falei com uma amiga minha lá de São Paulo, a Beth, tinha uma coordenadora de artesanato, que era gerente de uma loja, aí ela podia me ajudar, comprando todos os meus panos, todos os materiais que eu fazia de artesanato, pra poder ajudar o Francisco. Aí eu fui pra lá, porque eles pagaram a passagem, pagaram a minha, a do Henrique... mas, antes, eu não pretendia ir com ele, porque eu nem conhecia ele direito. Falei: "Pô, vou chamar seu pai e sua mãe que são pessoas mais responsáveis...". Ele: "Não, Fabiana, eu já tenho 22 anos, se você quiser, você pode ir comigo, não tem problema". "Então ta bom". A gente foi. Nisso que a gente foi, eu consegui o trabalho, ele sumiu por umas duas noites, não sei... pra mim, ele conhecia alguém lá. Aí na hora de voltar, ir embora, a gente estava vindo no ônibus e eu simplesmente fui abordada com drogas, essas coisas assim, dentro da minha bolsa... como eu não tinha conhecimento, pra mim eu ia morrer, alguma coisa assim, eu fui brigar com o policial, queria bater, queria fazer, acontecer. Aí o que aconteceu? Quase deu desacato à autoridade... eles me empurraram mais uma droga, porque eles sempre fazem isso: forjamento. Forjaram mais uma barriga falsa, forjaram um tablete pra mim, mais um tablete pro Henrique. O Henrique não estava levando nada. Aí acabou. Agora eu estou aqui sem poder provar a verdade.

Fabiana explica que conheceu Henrique poucos dias antes do flagrante. Na sua ingenuidade – à qual ela se refere como "não ter cabeça" – ofereceu-lhe abrigo. Alguns dias depois, a mãe de Fabiana avisa que o Francisco, seu filho, irmão de Fabiana, estava enfermo, e a adolescente se desespera, pensando em alguma forma de conseguir dinheiro para que ele

[158] Caroline diz que Fabiana estava indo a São Paulo à trabalho, mas foi apreendida por tráfico. Conta a adolescente que ela estava dentro do ônibus e colocaram drogas dentro de sua mochila. "*Ela sabe quem botou?*", pergunto. "*Não, mas é o que eu disse: até o dia que provarem que não é dela, é dela. Depois ela falou: 'já estou aqui, fiquei um ano presa, não tenho mais nada para provar. Já tentei no começo... eu penso assim: o que passou, passou. Já estou aqui... agora é só esperar*".

possa se tratar e se recuperar. Decide então ir a São Paulo para vender seus produtos para uma amiga, mas não pode ir sozinha, por ter menos de 18 anos. Henrique se oferece para acompanha-la, afinal tem 22 anos. Mas Fabiana não conhece Henrique e não sabe o que ele faz da vida. Este some em São Paulo e quando volta, chega provavelmente com a droga para ser levada para o Rio de Janeiro. Fabiana não sabe de nada, só tomando conhecimento do tráfico quando o tijolo já estava dentro de sua mochila, aberta pela polícia. Todo o resto da história registrada no boletim de ocorrência é "forjamento".

Fabiana se diz inocente e contradiz a palavra dos policiais dizendo que estes também estavam envolvidos com o tráfico. Ela não era apenas ingênua, como também era vítima dos crimes cometidos pelos policiais e por Henrique. Se Fabiana me diz a verdade ou não, não importa. O importante, neste caso, é que ela contradiz a palavra de atores que, naquele sistema, têm a grandeza maior do que a dela e cujos discursos já representam por si próprios, provas legítimas. A palavra de policiais é incontestável tanto para os Juízes, quanto para os técnicos e para os agentes, e Fabiana não apenas a contesta como também acusa aqueles personagens de cometerem crimes contra ela, a "*bandida*":

> Todo mundo acha que eu realmente era uma traficante, que eu fiz isso por algum motivo, sei lá... não tem porque! Se eu trabalhei, tinha três empregos. Não tem como provar, mas eu creio que daqui a um ano, dois anos, eu vá de novo pra essa loja onde eu fui, converse com a gerente de lá, consiga uma entrevista com ela ou alguma coisa assim, que eu possa provar que eu fui lá em São Paulo pra isso, porque eles acham que eu fui para o Paraguai ou alguma coisa assim... não sei como... e é isso.

Fabiana diz que confessa para a técnica que ela era inocente e lhe conta esta história. A técnica ri e diz que sabe muito bem quem ela é. Fabiana tenta se engrandecer da maneira errada – ou seja, ela comete erros gramaticais, como diz Lemieux (2009) -, dizendo que é inocente, que não foi autora de nenhum ato infracional, muito pelo contrário, ela foi vítima. Fabiana acreditava que a resposta irônica da técnica devia-se ao pouco caso que esta fazia com a recuperação da adolescente: "*Simplesmente eu não aguento ficar nesse lugar! Tem gente que não está me dando nada de conhecimento! Eu simplesmente quero aprender, quero evoluir! Se elas não querem, eu não quero correr esse risco! Aí, tipo, elas não entendem*".

A convicção com que Fabiana contava sua versão da história não convencia as técnicas. Sua asserção de que falaria a verdade até a morte não conseguia contradizer as provas anteriores; ela não tinha concretude suficiente, não tinha apoio nos fatos passados e

rompia com a percepção que estava sendo construída sobre ela desde sua entrada no sistema – toda a memória edificada pelos objetos (drogas, barriga falsa, dinheiro, passagens, favela da Rocinha etc.) e sobre a palavra de autoridades (policiais, juízes e técnicos), estava sendo questionada apenas pelo discurso de alguém com "pequeneza"[159].

Fabiana conta que decidiu falar a verdade assim que chegasse ao Rio de Janeiro, falaria a verdade apesar das consequências:

> a primeira vez que eu fui lá, o primeiro atendimento técnico eu falei: "Pô, aqui deve ser diferente de São Paulo, aqui eu não preciso mentir... aqui é o Rio de Janeiro! Ninguém vai querer me bater ou me matar! Porque lá eu tinha medo das polícias me matar ou fazer com o Henrique... por mais que ele tenha feito alguma coisa comigo, eu não queria que ele morresse. Eu sou contra essas coisas...

A outra versão da história é justificada pelo medo: medo de apanhar, medo de morrer ou de que matassem Henrique num lugar desconhecido e longe da família. No Rio de Janeiro, por sua vez, ela não precisaria mentir, já que ela conhecia bem as regras que regulam a sua justiça e a convivência. Determinada a dizer a verdade, a revela logo no primeiro atendimento. Ela diz que fala, fala tudo, desde o início. Após as declarações de Fabiana, a técnica conclui e diz para ela que ela era "*maluca*", que ela "*tinha algum problema mental*" e que ela "*era uma marginal*".

Fabiana conta que expôs então a verdade para a Defensora Pública, e esta explica:

> "Fabiana, não tem como reverter a história... o que é importante não é a verdade ou a mentira. O que foi feito, foi feito, já era, não tem como". Eu falei: "Tudo bem...". Alguém me diz que é impossível fazer alguma coisa, eu sempre quero provar ao contrário... sempre vou querer provar que tem como a pessoa fazer... mesmo que você não prove pra Justiça que eu sou inocente, que não tem como reverter. Eu estou aqui há um ano e três meses, vou fazer o que, vou voltar o tempo? Não tem como... eu simplesmente quero provar pro Júnior o que aconteceu realmente! E o que o importante não é o que a Justiça pensa! E provar pra técnica de lá do Santos Dumont, porque ela disse que eu era uma delinquente, uma marginal...

Quando a defensora diz que "*não tem como reverter a história*" e que o que é importante "*não é a verdade ou a mentira*", demonstra que a "verdade" de Fabiana não é

[159] Não discuto se Fabiana estava dizendo a verdade ou não. O que cabe nesta análise é a percepção de como as provas são construídas e apresentadas e como os "estados" são atribuídos às adolescentes dentro do sistema socioeducativo.

legítima. A verdade que continuará valendo será aquela dos autos policiais e judiciais e o que resta à Fabiana é apresentar novas provas conformes às recentes exigências que se apresentam.

Outro tópico levantado por Fabiana que prejudicava os veredictos sobre sua sanidade mental era a afirmação de que ela havia abortado aos quatro meses de gravidez. A adolescente dizia que não podia provar que a droga não era dela, já que esta estava realmente na sua bolsa, mas ela podia provar que "*perdeu*" um filho. Dizia ela que poderia ir à Fundação Casa, pedir "*alguma coisa*" para o médico que a atendeu, algum documento referente ao dia em que esteve internada, dizendo que a adolescente realmente "perdeu" naquela data, determinando o sexo da criança e por quais motivos aquilo havia acontecido. Fabiana dizia que o aborto aconteceu por causa de um funcionário e por isso nada foi registrado – como dito acima, havia apenas receitas de Luftal®, cetoconazol e paracetamol anexadas ao seu processo. Sobre este evento, Fabiana conta que:

> Fabiana - Eu estava dormindo em cima [na cama de cima da beliche], e eu dormi um pouco demais. Lá é muito regrado. É assim: cinco e meia você tem que estar todo mundo em pé, já ter tomado banho. E deu cinco e meia e eu não tinha conseguido acordar. Grávida, dormi demais. Não sabia disso, não entendia nada, não sabia que estava grávida. Ele foi, começou lá com o cacetete dele, bater em tudo lá. Não batia nas adolescentes. Aí começou a puxar o colchão.
> Marília – Batiam lá?
> Fabiana – Ele batia nas coisas, não batia nas adolescentes. Quem batia nas adolescentes eram outras adolescentes... aí eles pegaram... era mais terror mental, o que é bem pior. Preferia que eles me espancassem, mas não me torturassem mentalmente... aí era uma tortura lá. Aí eles começaram a botar o maior terror na gente. Aí ele mandou pular, era o que? Da segunda cama. Aí eu pulei, nisso que eu pulei, comecei a sentir as dores... eu não sabia que estava grávida... nunca né... aí deu quinze minutos dele humilhando, esculachando a gente, foi embora. Aí eu fui no banheiro senti aquele sangue descendo, sangue descendo, desmaiei, não vi mais nada. Acordei dois dias no hospital com um pote de vidro assim com uma criança dentro. Eu tenho certeza que aquilo ali era meu, entendeu? Sei lá, sabe quando você sente que é seu? Pra mim era meu. E nada, ninguém me deu explicação de nada... simplesmente falou que eu estava de quatro meses e alguns dias grávida, que o sexo não sabia ainda... que ele estava se formando... mas tinha como saber. Eles não quiseram falar pra não... entendeu? Eu queria ter um menino do Júnior, que é esse meu marido. Mas não tenho como provar... isso me estressa muito... E é isso minha vida: não tem como provar a verdade. Convivi com uma pessoa totalmente errada, do crime. Ele era traficante... nunca iria imaginar isso, porque eu achei que ele era uma boa pessoa...

As imagens do aborto do filho de Fabiana são dramáticas: há tortura psicológica, sangue, desmaio, hospital e um bebê dentro de um pote de vidro. Mas nada é registrado

porque este aborto foi um homicídio, não aconteceu por acaso: o funcionário da Fundação Casa a torturou e por isso ela perdeu o bebê.

Os maus tratos que Fabiana sofria na Fundação Casa não eram registrados nos autos e nem eram pronunciados pelas internas, já que isso poderia trazer problemas para os agentes frente à Justiça e, consequentemente, traria problemas para as adolescentes internadas ali: *"Tudo era informado ao Juiz. Aí, se fosse informado ao Juiz, seria informado aos policiais, que fez o que fez* [forjaram provas]. *Então, eu ia morrer ou o Henrique ia morrer. Mas, provavelmente o Henrique, né, entre os presidiários, essas coisas assim é sempre normal..."*.

Mas no Rio de Janeiro, aonde a "história era outra", ela podia falar a verdade e podia dizer que os funcionários da Fundação Casa a chamavam de "*porca, de nojenta, de todos os nomes que você puder imaginar*". No Rio de Janeiro, ela poderia dizer que lá, as adolescentes não podiam olhar nos olhos dos funcionários, e se o fizessem, apanhavam. Se fizessem qualquer barulho, se espirrassem fora de hora, recebiam "*sanções*"; se descumprissem alguma regra ou respondessem a algum agente poderiam ficar isoladas num "*quartinho*", sem poder sair. Era por isso que Fabiana "*entrava muda e saía calada*" e tinha um "*comportamento excelente*". Pergunto se Fabiana já recebeu alguma "*sanção*", se já ficou "*de tranca*" em São Paulo. Ela responde que não, nunca, porque realmente não falava nada: "*Eu realmente aguentava a humilhação. Nem todo mundo tem sangue de barata como eu tinha. Elas* [as outras adolescentes] *realmente brigavam. Os funcionários xingavam nossos pais, nossas mães... tinha gente que realmente não tinha nível para aguentar isso*". A pretensão de verdade no discurso de Fabiana é reforçada constantemente pelas inúmeras vezes que a adolescente fala "*realmente*" enquanto conta os eventos ocorridos na Fundação Casa. Ela corrobora ainda mais seu bom comportamento e a prevalência da sua inteligência contra a força das outras adolescentes – a qual só gerava problemas e "*sanções*". Fabiana ao contrário das outras, tinha "*nível*".

O discurso de Fabiana oscilava entre as afirmações de que as adolescentes de São Paulo apanham e de que elas não apanham. Pouco antes, Fabiana afirma que elas não apanhavam, apenas sofriam "*tortura psicológica*", o que era muito pior, e logo em seguida descreve que "*era baixando a cabeça, era mão pra trás, espalmada, pé junto... se você estivesse um milímetro... se sua mão estivesse um pouquinho fechada, eles batiam na gente. Se encostasse* [umas nas outras], *era sapataria e era sanção, era punição, era apanhamento, era isso... era um horror*".

As contradições nas suas histórias e a falta de documentos que provassem o que Fabiana dizia faziam com que houvesse suspeita sobre seu caráter e sobre sua sanidade

mental. “Bater em mulher” era uma prática que ia contra a moral dos agentes cariocas – apesar de estas serem “*bandidas*” – e por isso era difícil para os técnicos – os quais eram responsáveis por atestar as qualidades de Fabiana - acreditar que isto ocorresse em São Paulo[160]. Além disso, tanto no Educandário Santos Dumont quanto no CRIAAD de Ricardo, quaisquer problemas de saúde ou queixas de mal estar físico ou emocional das adolescentes são registrados nas suas pastas. Se elas vão ao Posto de Saúde e são medicadas, as receitas são anexadas às suas fichas; se elas se machucam, anota-se e procura-se remediar o “acidente”. Para as técnicas do CRIAAD e do ESD era impossível acreditar que seus colegas de trabalho não tomariam as mesmas medidas em São Paulo. Não havia registro de internação médica, nenhuma nota acerca de um aborto espontâneo. E o que levava as técnicas a acharem que Fabiana alucinava era o fato de, além da falta de quaisquer receitas, registros ou prontuários médicos, a adolescente dizer que perdeu um bebê de quatro meses, tendo sido detida com uma barriga falsa com quatro quilos de droga dentro dela. Estaria Fabiana reinventando inconscientemente sua história e reprimindo memórias? A herança genética dos surtos psiquiátricos de sua mãe estaria se manifestando?

Não havia registros sobre o aborto, nem sobre punições sofridas ou faltas cometidas pela adolescente dentro da Fundação; havia, porém, vários relatos, notas e documentos sobre o “convivente” de Fabiana: está registrado que a adolescente vivia com Henrique há pouco mais de um ano, que ambos trabalhavam como garçons e que ele decidiu traficar para pagar contas domésticas. No Rio de Janeiro, e com a verdade que poderia ser revelada, Fabiana nega que Henrique fosse seu companheiro.

> Marília - E você conheceu eles aonde? O Júnior e o Henrique?
> Fabiana – Eu conheci o Henrique por um amigo meu, na rua. Eu estava na escola, conheci ele. No mesmo dia, achei ele super gente boa porque ele falou que trabalhava, fazia curso... eu pensei: “Pô, uma pessoa parecida comigo, que quer subir na vida”. E como eu passei por não ter casa onde morar, não ter onde ficar, eu fiquei meio comovida com a história dele e falei: “Pô, pode ficar lá em casa, até você arrumar uma casa, Júnior está viajando, mas não tem problema, eu não fico em

[160] Como disse anteriormente, o “comportamento excelente” de Fabiana e a sua negação completa do “mundo das garotas” – o qual será descrito adiante – já eram suficientes para engrandece-la frente aos agentes do ESD e do CRIAAD. Os agentes socioeducativos tinham, inclusive, afeto por Fabiana e a ajudavam doando livros e permitindo que ela burlasse algumas regras, como por exemplo a de não entrar com lápis e canetas no alojamento. Dizia a adolescente que foi desenhar e ler o que permitiu que ela sobrevivesse ali dentro: “*Funcionários me levavam livros, me levavam... esqueci o nome dela... uma morena lá, muito gente boa... ela levou os livros “Crepúsculos” lá: o livro “Crepúsculo”, “Eclipse”, “Lua Nova”... eu lia... o “Amanhecer”... eram livros grandes, então dava para ficar umas semanas bem entretidas lá. Era a única coisa que fazia eu sobreviver, porque eu não tinha vontade de ficar com nenhuma das adolescentes de lá, porque, era para mim, tudo realmente* [...]*... ninguém queria nada com nada*”.

> casa...". Trabalhava de manhã até umas meia noite. Eu só iria pra casa dormir, então não teria problema. Ele também sairia à noite, porque sai muito à noite, então, a gente nunca iria ficar em casa juntos... aí, ele aceitou de boa. Não falou nada, não questionou... falou: "Fabiana, me dá cinco dias que eu vou alugar um aluguel pra mim morar". Eu falei: "Tá bom". E o Júnior, eu conheci no Intercontinental [supermercado]. Foi amor à segunda vista porque eu não gostava dele, achava ele super chato, arrogante. E ele achava o mesmo de mim. Até que a gente foi trabalhar juntos na confeitaria e ele trabalhava de *garde manger* na parte de *buffets* e a gente se deu bem. A gente era super diferente e parecidos ao mesmo tempo.

Júnior é o marido; Henrique um conhecido. Júnior é um marido bom, compreensivo e leal, que não duvida da fidelidade de sua esposa, quando esta decide levar um desconhecido para dentro de sua casa. E as intenções de Fabiana são as melhores, o que se comprova quando a adolescente diz que ela e Henrique nem se encontravam – ela trabalhava da manhã à meia-noite e ele sempre saía à noite. Fabiana acreditou na história de Henrique, identificando-se com ele, com seus problemas, mas pouco depois veria que ele estava ludibriando-a, já que na verdade, Henrique era "*bandido*".

Fabiana contava esta história para as técnicas, as quais sussurravam quando ela deixava a sala que o rapaz que foi preso com ela era, na verdade, seu amante. "Na verdade" dos autos policiais, dos quais, como já foi dito, espera-se a inscrição dos fatos de acordo com a "realidade". E Fabiana sabe que para os técnicos os autos policiais valem mais do que sua palavra, sabe que está competindo com um *actante* maior do que ela (BOLTANSKI & THEVENOT, 1991; LATOUR, 2001), e contesta a crença na veracidade do Boletim de Ocorrência dizendo que:

> Não é porque a gente diz que é verdade e uma coisa que está escrita num papel está escrito outra coisa, não é que aquilo ali é verdade... Não! Foi escrito por uma pessoa, então... Nem a Bíblia eu posso dizer que tem palavras totalmente certas! Foi escrita por um homem! Depois que teve tantas mudanças, vai dizer que está certa? Então, ela não tem como dizer se é mentira ou se é verdade se ela não averiguou a história.

Assim como a Bíblia – um livro que institui a verdade divina – as palavras dos policiais também se encontram sujeitas ao erro e à inverdade, já que são elaborados por homens, naturalmente suscetíveis ao erro. Quando as técnicas dizem que Fabiana era "mentirosa" ou "delinquente" ou que sua vida "não tem jeito" como a adolescente relata que as técnicas o fizeram, elas estão tomando como referência um documento fraco, sem "*provas concretas*", como diz Fabiana. As provas concretas de que ela não foi para o Paraguai – e não Paraná, como atesta o boletim de ocorrência – estavam no celular apreendido pela polícia e

nunca devolvido: neste aparelho constavam o número da loja para a qual Fabiana levaria seus produtos artesanais e o telefonema registrado feito por Beth, a dona da loja. "*Então não tem como ela* [a técnica] *dizer que era mentira, se ela não tem provas suficientes pra isso. Só porque o papel está escrito ao contrário, diferente... aí é difícil*".

Fabiana apelava para provas que articulavam ideais de justiça pertinentes a outro mundo: a adolescente recontava a sua história exigindo a execução das normas de investigação criminal previstas no Código de Processo Penal Brasileiro, ou seja, ela argumentava segundo outro princípio de equivalência, aquele que prevê que todos os cidadãos são iguais perante a lei e têm direito ao contraditório[161] - dizia ela que se provasse a verdade, "processaria o Estado". A ordem entre pessoas e coisas que ela introduzia nas situações era diferente daquela da própria situação, relativa ao mundo dos técnicos.

Fabiana recorria aos objetos, à gramática e à metafísica cívica para justificar sua apreciação sobre o caráter injusto daquela situação (a da privação de sua liberdade). A adolescente se sentia lesada pelo Estado por este negar-lhe o direito ao contraditório e à produção de provas periciais: ela questionava a execução das leis, a decisão da autoridade judicial, a negligência e a corrupção da polícia. Pode-se dizer, sem ousar transpor a metafísica francesa para o caso brasileiro, que Fabiana apelava para uma gramática análoga àquela da *Cidade Cívica* registrada por Boltanski e Thévenot (1991, p. 137). A adolescente diz que esperará o juiz na porta da Vara da Infância e da Juventude para exigir uma explicação sobre a sentença; ela demanda a averiguação das "provas concretas"; ela se choca com a declaração da técnica ao dizer que ela era uma "mentirosa" e "delinquente". Fabiana observa a grandeza destes atores dentro do Estado, e ressalta sua representatividade frente à uma vontade comum e à legalidade, a qual prevê a igualdade, os direitos e os deveres de todos; aqueles atores seriam representantes de uma vontade geral falariam em nome dos cidadãos, devendo assim se preocupar com o bem-estar dos pequenos, não xingá-los nem decidir pela sua privação de liberdade sem uma justificação plausível (Idem, 184). Há "provas concretas" de que ela era culpada? Não. Logo, a situação na qual ela se encontrava era "civicamente" injusta.

Como vimos no primeiro capítulo, o mundo dos técnicos socioeducativos é justificado por meio de teorias psicológicas, psiquiátricas e sociológicas que são aplicadas por eles nas interpretações dos casos com os quais entram em contato diariamente. As teorias psicológicas delineiam a "*adolescência*" enquanto uma fase natural ao ser humano que se caracteriza pelo processo de desenvolvimento com etapas próprias de amadurecimento físico e mental - como

[161] O princípio do contraditório é caracterizado pela possibilidade de resposta e utilização de meios de defesa pelos réus. Este princípio prevê a possibilidade de exame e reexame das provas pertinentes ao processo.

definiram Piaget e Inhelder (1976). As teorias sociológicas definem o “risco social” e as principais características das classes baixas – inclusive os aspectos violentos de sua sociabilidade, justificados como respostas à impossibilidade de acesso aos bens. Os principais autores usados como referência são Zaluar (*in* RIZZINI, 1994), Sento-Sé (2003), Soares, Athaíde e Bill (2005), Lemgruber (2011), Foucalt (2004) e Elias e Soctson (2000), além das referências às definições de reflexividade em Giddens (1991), como demonstrou Laurino (2010).

A combinação destas teorias com a rotina baseada em determinadas regras, práticas e objetos produz um ordenamento dos seres e das pessoas fundamentado numa espécie de hierarquia doméstica, aonde os adolescentes – seres naturalmente submetidos à autoridade dos adultos – devem aprender regras e incorporá-las, devem refletir e se arrepender de seus erros, aprender a pedir desculpas, desenvolver projetos de futuro – o que segundo Piaget e Inheldes (1976) caracteriza o abandono da fase infantil - e a ter respeito pelos mais velhos – em especial pelos seus familiares. As “provas concretas” neste caso são aquelas que dizem respeito à relação com os pais e com a escola, à criação de projetos para o futuro (projetos de trabalho e de família), à reflexão sobre o erro cometido, à verbalização da “verdade” e ao não envolvimento com a *sociabilidade violenta* – presente nos territórios da pobreza (MACHADO DA SILVA, 2004).

Os adolescentes tornam-se “*em conflito com a lei*” justamente por apresentarem provas ilegítimas perante o juiz, em audiência, ou seja, se eles são pobres que desrespeitam os pais, negligenciam os estudos, não têm projetos de futuro – não pensam em trabalhar ou constituir família -, não se dizem arrependidos do ato infracional e ainda demonstram que andam em “más companhias”, acabam sendo sentenciados a cumprirem alguma medida socioeducativa, independentemente do ato infracional cometido. Duas meninas que furtaram ou que roubaram ou que ameaçaram alguém podem receber pareceres diferentes sobre as situações de suas vidas e baseados nestes, medidas diferentes – desde o arquivamento à internação (SILVA, 2008). As provas periciais que evidenciam se o adolescente cometeu ou não o ato infracional e em quais condições não são importantes. Conclui-se, portanto que na Justiça para a Infância e para a Juventude, a gramática que delineia as exigências das situações não é aquela que envolve as normas descritas no Código Penal, mas aquela que aponta para a necessidade de educação dos adolescentes (ou “socioeducação”), os quais, independentemente do contexto necessitam dos cuidados e atenção dos adultos – em especial,

dos responsáveis[162]. No caso dos infratores, estes falharam em suas tarefas e cabe agora ao Estado "socioeducar".

Dentro do sistema, os adolescentes terão que apresentar diariamente provas contrárias às iniciais para terem suas liberdades restituídas. Fabiana apresentava algumas das provas legítimas, mas "não dizia a verdade", logo não refletia nem se arrependia do erro cometido. Ela chegou a ter um "tamanho" superior em São Paulo, mas teve sua grandeza reduzida no Rio de Janeiro ao reformular as respostas que dava nos atendimentos técnicos. Pergunto quais as diferenças entre os sistemas socioeducativo paulista e carioca e Fabiana responde: "*Diferença comigo né, porque eu mudei! Eu não sou mais aquela pessoa inocente e ingênua que achava que todo mundo era maneiro... todo mundo tava pra me ajudar... não, agora eu aprendi a ver nos olhos das pessoas quem realmente quem são. Por exemplo, tem uma técnica que não me suporta! Porque? Porque eu quero levantar! Eu quero crescer!*".

Fabiana "*progrediu*" para liberdade assistida no final de janeiro de 2011 – um ano e três meses após ingressar no sistema socioeducativo[163] -, prestes a fazer 19 anos. A adolescente que, nas poucas ocasiões em que conversava com as pessoas, dizia que só queria "*prosseguir com sua vida, estudar e trabalhar*" e que o Degase – ou seja, o próprio Estado – não queria que ela progredisse, queria mantê-la presa, afirmava que provava constantemente só buscar "*coisas construtivas*" – e que não se relacionava com as outras adolescentes por estas não fazerem nada de útil nem quererem nada da vida -, mas que mesmo assim as técnicas não acreditavam nela.

Pouco antes de deixar o CRIAAD, Fabiana pede à Isabel, assistente social, que a matricule, pela internet, num pré-vestibular social. A técnica faz a matrícula e recomenda: "*nunca diga pra ninguém que você passou por aqui. É um conselho que te dou*". Apesar de Fabiana negar veementemente o "mundo das garotas", não conversando com elas além do necessário e ignorando suas regras, desvalorizando o que elas mais valorizavam – dizendo que nada daquilo era "*construtivo*" e que demonstrações de força eram, na verdade, burrice -, ou seja, permanecendo "*à parte*" dentro do sistema socioeducativo, como disse a técnica, Fabiana começou a ganhar visibilidade na mídia e um salário de seiscentos reais por meio do

---

[162] Em entrevista para o Jornal Hoje da Rede Globo de Televisão no dia 23 de agosto de 2012, um juiz da Infância e da Juventude diz que se tornou o *personal father* dos adolescentes em conflito com a lei. A repórter Carla Suzanne diz que ele trabalha na prevenção de problemas com "menores": orienta, aconselha e muitas vezes "*dá bronca mesmo*". E, segundo a reportagem, com a ajuda do juiz, mais de cem menores encontraram um "*novo caminho*".
http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2012/08/camera-do-jh-mostra-situacao-dos-menores-infratores-no-brasil.html

[163] No Rio de Janeiro, as adolescentes geralmente ficam seis meses privadas de liberdade. Os 15 meses de privação de liberdade de Fabiana excedem em 9 meses o tempo médio.

Degase, vinculando sua imagem à deste departamento. E apesar de aparecer nos jornais, demonstrando ser um caso de sucesso e recuperação, uma prova de que o sistema socioeducativo do Rio de Janeiro funciona para aqueles adolescentes que se empenham, que querem mudar de vida, os técnicos ainda acham até hoje que Fabiana era estranha, "psicótica".

3.2 O "mundo das garotas"

Fabiana quase não conversava com as outras adolescentes nem se ajustava à sua gramática. Mas que gramática era essa e porque o investimento nela levava os agentes a acreditarem que nenhuma delas se "salvaria"?

3.2.1 A entrada

Sabe-se quando alguma adolescente chega ao CRIAAD trazida pela Kombi do Educandário Santos Dumont quando aquelas que cumprem medida na unidade começam a gritar e a fazer barulho no pátio. Assim que avistam a Kombi, a gritaria começa: ouvem-se grunhidos de alerta comunicando àquelas que estão no alojamento que alguém está chegando. As adolescentes reúnem-se no pátio e correm para os portões a fim de identificar quem chega: "*Quem é que está chegando?!*", perguntam umas às outras. Algumas vezes sabem a resposta, pois vieram do ESD e lá se conheciam, por outras não.

Quando a adolescente chega, é conduzida pelos agentes à sala dos técnicos, na qual aqueles entregam os papéis referentes ao seu processo e onde recebem os seus novos uniformes, entregues para serem vestidos imediatamente. A isto se segue a entrevista de recepção, em alguns casos feita rapidamente, e em outros, após um intervalo pedido pela técnica do dia, se esta estiver muito ocupada.

Estando no pátio, a adolescente recém-chegada senta-se em algum lugar e é observada com curiosidade pelas outras. Se chega sozinha e é desconhecida, permanece em silêncio por um tempo até que uma delas se aproxime e pergunte: "*rodou por quê?*".

As adolescentes descrevem a sensação de ingressar no sistema socioeducativo pela primeira vez como sendo de medo, receio, desconfiança: elas não sabem o que pode

acontecer, não sabem se serão agredidas pelas adolescentes ou pelos funcionários, podendo finalmente descobrir se todas as histórias que contam sobre o "sistema" são verdadeiras ou não. Alice, conta que antes de chegar ao ESD chorou muito:

> Ah, eu vim de lá pra cá [de Raposo, norte do Estado para o ESD] chorando. A moça [do Juizado da Infância e da Juventude] ainda falando... que eu não queria comer né... porque a gente foi almoçar e eu não queria comer, só queria ficar chorando, não estava com fome, aí ela: "Melhor você comer porque a comida lá tem cheiro ruim, a comida é ruim". Os meninos de lá falavam que aqui eles iam cortar meu cabelo, que as meninas iam me bater, que iam me colocar pra lavar o banheiro. Eu fiquei aterrorizada. Tanto que eu cheguei e vi que não era nada assim.

As histórias que se contam sobre o Degase são "aterrorizantes". Diz-se muita coisa sobre o lugar e tais coisas não são boas, provocam medo e ansiedade. Ao entrar no sistema espera-se que haja violência, maus tratos e condições de vida ruim. Assim como Alice, Valéria também contou que temeu sua entrada no sistema:

> Quando foi no outro dia [após a sua prisão e permanência na delegacia], já era de manhã, eles abriram a porta. Aí ele [o policial]: "vem". "Eu vou pra onde?". "Pro Santos Dumont". "Eu nem sei onde é!". Ele falou: "É... quando chegar lá, você vai ver...". Aí me botaram dentro da Blazer e eu peguei e vim pra cá... aí quando eu entrei aqui, até que eu fui bem recebida mas eu estava assustada porque eu não sabia como era o sistema. Nunca imaginei passar pelo sistema! Nunca! Nunca imaginei mesmo estar aqui! Nunca mesmo! Aí eu cheguei aqui, olhei pros muros tudo altão, eu fiquei assustada. As pessoas que eu não conhecia... outras meninas... umas que tinham feito isso, feito aquilo... aí eu fiquei assustada.

O medo que envolve a entrada no sistema é provocado pela possibilidade de convívio com outras adolescentes que cometeram atos infracionais graves, meninas perigosas e violentas, e com os funcionários do Estado que podem agredi-las. Valéria havia sido condenada por homicídio, mas teme aquelas que tinham feito "isso e aquilo", aquelas que transformam a violência num estado permanente de suas personalidades, aquelas outras tão diferentes dela. Com o tempo, elas foram se conhecendo, e Valéria e Alice perceberam que estavam enganadas, que as outras internas não eram "*nada assim*", que ali "*todo mundo é amiga de todo mundo... e colega*", como disse Alice. Valéria diz que inclusive que se dá "*bem com todo mundo*".

Assim que entram numa unidade de privação de liberdade, as demais adolescentes se aproximam perguntando o motivo de elas terem "*rodado*". Alice diz:

> quando a menina é nova, uma já olha da janela e fala: "olha lá, menina nova!". Aí quando você entra pensa assim, que aqui é um lugar que a gente vai apanhar, mas não é nada disso. Aí as meninas já chegam: "Ah, você é nova? Vem de onde? O que você fez? Você rodou por quê? Por tráfico? Você tem quantas cáries?"[164]...

Quando se pergunta: "*rodou por quê?*" tenta-se não apenas iniciar uma conversa, mas descobrir mais sobre a "*menina nova*", tenta-se mapear suas origens e "potencialidades", facilitando assim a localização da adolescente no mapa das relações possíveis (tanto amicais quanto amorosas). "*Rodar*" significa ser preso e neste caso, elas procuram saber o ato infracional análogo a qual crime a garota cometeu para ser detida pela polícia. Sabendo o ato infracional, a adolescente é imediatamente classificada numa "escala de coragem" que determina qual o nível de bravura e de "abuso" empregado no cometimento do ato infracional: mais corajosas são aquelas que cometem crimes mais graves, com maior teor de violência, sendo assim, valorizam-se e temem-se as homicidas, seguidas das traficantes – a depender também do cargo que elas ou seus "*maridos*" ocupavam no tráfico -, aquelas que roubam a mão armada, as que furtam e finalmente as que cometem crimes de pouca gravidade como ameaças e agressões.

Lisbela, por exemplo, reclamava que as meninas internadas no Educandário Santos Dumont eram muito "marrentas" – ou seja, elas eram briguentas, de temperamento forte e explosivo, achavam-se superiores – porque acreditavam que eram mais fortes do que ela por terem sido presas por tráfico e roubo, enquanto aquela estava privada de sua liberdade por um ato leve: agressão. Elas se achavam mais fortes, mas Lisbela era, na verdade, mais esperta: ela havia sido presa por agressão, mas antes disso já havia traficado e roubado, além de ser a sobrinha do traficante que matou o jornalista Tim Lopes[165]... mas Lisbela não ia ficar contando esses "*negócios*", pois poderia se prejudicar e acabar ficando mais tempo internada no sistema socioeducativo.

Lisbela me dá a prova de que apesar de algumas adolescentes se engrandecerem dizendo que eram destemidas, fortes e ousadas, podendo enfrentar qualquer um, elas eram na

---

[164] Cáries é a destruição do tecido dentário provocada por bactérias, causando a destruição e o escurecimento dos dentes. Quando as adolescentes entram no Degase, geralmente têm algumas cáries – as quais serão removidas durante o cumprimento da medida socioeducativa – e perguntam umas às outras quantas têm. O número menor de cáries expressaria melhor qualidade de vida.

[165] Tim Lopes (1950-2002) foi um jornalista da Rede Globo assassinado por traficantes enquanto produzia uma reportagem sobre bailes *funk* nas favelas cariocas.

verdade ingênuas, pois hierarquizavam umas às outras tendo como base apenas o ato pelo qual haviam "*rodado*", não atentando para o fato de que por trás de uma simples agressão – Lisbela dizia que havia sido conduzida ao Educandário Santos Dumont por ter dado um soco na orelha de uma das adolescentes que vivia no mesmo abrigo que ela – poderia haver alguém mais forte e com mais poder do que elas – alguém que já pegou em armas e que era sobrinha de um "mito do crime", o assassino do Tim Lopes.

Assim como Lisbela, Tainá era outra adolescente considerada pequena no "mundo das garotas": assim que chegou ao ESD, contou que rodou por ter "*xingado*" a Juíza e a Promotora de sua cidade, Italva, que fica ao norte do Estado do Rio de Janeiro. Tainá teve um castigo à altura do xingamento à uma autoridade: recebeu internação provisória. Mas Tainá era uma menina do interior, não demonstrava a mesma força que uma traficante e uma assaltante poderiam ter, nem despertava a curiosidade, a desconfiança e o medo que uma homicida provocava junto aos técnicos, aos agentes e às adolescentes.

As adolescentes fazem esse ritual de recepção todas as vezes que alguma garota ingressa no sistema socioeducativo. Por vezes, a adolescente que chega já conhecia outras internas e com isso já adquire um lugar específico: elas se identificam por grupos de afinidades e com uma grandeza atribuída já encontram as relações com as outras adolescentes, com os técnicos e os agentes determinadas. Alice diz que tem "*menina nova*" que fica "*se achando*", que começa a "*xingar todo mundo, querendo brigar*", não obedecendo aos funcionários, por conhecerem outras que já estão internadas ali. "*Mas tem meninas que vêm de fora e se conhecem já?*", pergunto. "*É... muita menina da Lapa...*", responde Alice. As adolescentes vão para a Lapa, zona boêmia da cidade do Rio de Janeiro, para assaltar, uma roda, a outra corre, mas aquela que correu acaba rodando também depois, e acaba que "*já se conhecem quando vêm pra cá*". Uma conhece a outra, os desafetos de uma são os desafetos da outra, e por isso, as brigas acontecem.

Quando Alice diz que são todas "amigas e colegas", quer dizer que elas estão nas mesmas circunstâncias e que seus preconceitos sobre as internas do Degase se dissolveram ao conhecê-las; não que não haja conflitos entre elas, pois estes existem em "*todo lugar*", inclusive nas escolas. Alice apenas percebeu que elas não eram "bandidas" como se pensa comumente.

Alice me conta então, que o preconceito com relação às internas é comum, mas muitas pessoas que poderiam conhecê-las melhor não o fazem por medo:

> Eles deixam de conhecer a gente, a gente já fala... até eu, antes de vir pra cá, achava que era diferente... achei que aqui só tinha garota, assim que... ah, a garota queria me bater, ia querer arrumar confusão... eu achei que era assim... ia me queimar com cigarro... era o que eu imaginava disso aqui. [...] Mas eu não falava... era o que ficava na minha cabeça. Mas eu não cheguei a falar: "vocês são bandidas, eu não quero falar com você". Não falei.

Alice aponta para a pluralidade dos seus estados, negando as essências e disposições atribuídas às "bandidas". Ela foi detida por tráfico de drogas, mas não percebe a violência inscrita em sua própria subjetividade. Alice – assim como Valéria - reconhece a *sociabilidade violenta* enquanto investimento num regime de ação regulado por provas de força (MACHADO DA SILVA, 2004), mas fala como se não se ajustasse a tal regime, temendo-o inclusive. Confessa enganar-se ao acreditar que as internas tenham disposições que se expressem apenas por relações de força e violência, apontando que, na verdade, estabelecer potências deste tipo é falta de conhecimento e até mesmo de interesse.

Apesar da percepção da pluralidade de estados, as adolescentes, mantêm um mundo nos quais não provas de força, mas de coragem são fundamentais. Neste, a coragem inclui a possibilidade de usar a violência, mas não apenas ela: a astúcia, a ousadia e a determinação são base para a manutenção da magnitude das pessoas. Ser corajoso e provocar medo demonstram o quão grande uma menina pode ser.

Boltanski e Thévenot descreveram a *Cidade de Renome* como sendo aquela na qual o temor ou o amor que alguém provoca nos outros justifica o seu valor; e como um estado de grandeza não pode ser atribuído de forma durável a partir de características pessoais, o ator que reivindica o reconhecimento alheio, deve apresentar constantemente provas baseadas em objetos que servirão como *peças de convicção* para o julgamento dos demais (BOLTANKI & THÉVENOT, 1991, p. 165). A avaliação das pessoas se baseia na qualidade das coisas que se apresentam e na forma como elas se ordenam. Reivindicar o *status* de influente, de célebre, exige ações e a apresentação de provas que justifiquem a estima concedida pelos outros. Ser grande é ser reconhecido como tal, é ser visto, admirado e temido pelas características e qualidades que apresenta – características e qualidades estas baseadas em provas que têm certos objetos como base.

Os objetos, qualidades e relações associados, classificados e hierarquizados pelas adolescentes num princípio de justiça assemelham-se ao *mundo do renome* descrito por Boltanski e Thévenot. No mundo investido pelas adolescentes, grandes são as mais corajosas

e ousadas; são estas as mais admiradas e temidas, aquelas cujo nome atravessam as instituições e provocam comoção entre as adolescentes e entre os técnicos e agentes.

A primeira prova que determina a grandeza de uma adolescente é o ato infracional cometido, conhecido e divulgado logo no primeiro contato, com o "*rodou por quê?*".

Neide havia rodado por homicídio. A psicóloga do CRIAAD disse-me que ela era uma das "líderes" das adolescentes e ouvi uma agente dando "graças a Deus" quando o tempo da medida de semiliberdade de Neide acabou. Neide era *grande* no mundo sustentado pelas adolescentes e isso representava, consequentemente, pequenez no mundo dos técnicos e no dos agentes.

Para as técnicas, Neide contava uma história de vida que justificava o cometimento do ato infracional: os eventos pelos quais passou caracterizam a "*vulnerabilidade*" e o "*risco social*", os quais levariam, segundo as técnicas, muitos jovens a se envolverem com más companhias e a fazerem escolhas erradas.

Neide – branca, com aproximadamente 1,55, cabelos castanhos escuros longos e lisos - me contou que nasceu no ano de 1995, em Magé, município próximo a Duque de Caxias, localizado a aproximadamente 65 quilômetros do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Quando era criança, seu pai, alcoólatra, costumava bater nela, em sua mãe e em seus dois irmãos mais velhos. Neide disse que sempre queria brincar na rua com as crianças da vizinhança, "*sem maldade*", mas seu pai achava ruim e a chamava para entrar. Seus dois irmãos, sabendo da proibição paterna, controlavam a saída da menina de casa e quando a encontravam na rua brincando, a mandavam entrar sob tapas. Tanto controle familiar não foi suficiente para impedir o estupro do qual a adolescente foi vítima, aos 13 anos de idade. Um desconhecido – foragido, como me contou sua mãe - transformou radicalmente a vida de Neide e mudou o rumo de sua caminhada. Com tanta violência dentro e fora de casa, Neide foi ficando cada vez mais "*revoltada*" e acabou "*aprontando*", como disse a própria adolescente: pouco depois do estupro começou a frequentar bailes *funk* e a usar cocaína e maconha com crack (o "*zirrê*"). Disse ela, que esta vida a deixou "*cega*"; ela só queria saber de "*baile de favela*", mais nada. Os bailes aconteciam de quinta a segunda, e ela ia a todos. Não adiantou seu pai brigar ou bater nem sua mãe acorrentá-la ao pé da cama, como fez certa vez: ela sempre dava um jeito de sair e ir para o baile para "*ficar*" com traficantes.

Quando tinha de "*13 para 14 anos*", Neide fugiu de casa[166] e foi morar com uma amiga, companheira de bailes e drogas, a qual seria, futuramente, a vítima do crime do qual

[166] Nos registros de atendimento técnico, Neide diz, por vezes, que sua mãe a expulsou de casa para que ela pudesse "*aprender com a vida*".

Neide foi acusada. As duas começaram então a trabalhar como "*radinho*" para o tráfico de drogas da favela de Imbariê, Duque de Caxias, e viraram "*esposas*" de traficantes. Esposas são as mulheres "oficiais", primeiras na hierarquia de relações sexuais e afetivas, e que, por isso, residem na "casa oficial" de seu companheiro – o qual por sua vez, é chamado de "*marido*", independentemente do contrato civil.

Por algum tempo, Neide e sua amiga trabalharam no tráfico de drogas – e as consumiam. Regina, sua amiga, perdeu a conta do consumo e adquiriu muitas dívidas com os traficantes da boca. Como as *leis do tráfico*[167] determinam que dívidas com os traficantes, se não pagas com dinheiro são pagas com a vida, Regina estava condenada à morte, pois não dispôs de recursos para quitar seu débito dentro do tempo estipulado. Era assim: "*se vacilasse, tinha que cobrar*", me disse Neide.

Neide foi chamada pelo gerente de boca[168], o qual a ordenou que levasse Regina para a execução. Neide foi até a casa que morava com Regina[169], então com 17 anos, e disse-lhe que a estavam chamando. Acompanhou-a até o local indicado pelos traficantes e presenciou a execução.

Neide não dava detalhes sobre o homicídio nem sobre Regina. Dizia que não queria entrar em detalhes sobre o ato infracional e que somente fez o que fez por se sentir coagida pelos traficantes.

O homicídio foi noticiado na polícia. Não encontrei registros de como e quem o fez, mas soube por Neide e por sua mãe que um primo de segundo grau da adolescente, um policial - o único que, diziam, subia a favela do Imbariê, em Duque de Caxias, onde Regina e Neide moravam, por não ter medo de traficantes -, encontrava Neide na boca e falava que se a pegasse novamente por ali, a mataria. Este policial, sabendo do envolvimento de Neide no homicídio, decidiu levá-la para a delegacia, a fim de acusá-la. Na delegacia, Neide denunciou

---

[167] Sobre as *leis do tráfico* ver DOWDNEY, 2003; MACHADO DA SILVA, 2009; RAFAEL, 1998; NERI, 2009.

[168] "*Gerentes de boca*" são os responsáveis pelo gerenciamento e supervisão da venda das drogas, distribuindo-as, estabelecendo os seus preços, e realizando a seleção e o pagamento dos "*vapores*", "*olheiros/radinhos*" e "*soldados*". Eles estão acima dos radinhos, vapores e soldados na hierarquia do tráfico de drogas (DOWDNEY, 2003: 144).

[169] Regina já havia passado pelo sistema socioeducativo acusada de tráfico de drogas: ingressou em dezembro de 2007 e fugiu em maio de 2008, quando voltou para Magé, sua cidade natal, e conheceu Neide. A adolescente, nascida em 1992, morava com a mãe e três irmãos. Começou a usar drogas na companhia de duas amigas, as quais também foram assassinadas por dívida. No processo de Regina consta que a adolescente relatava estar com inúmeras dores e possuir diversas doenças (HIV e tuberculose, inclusive). Registrou-se ainda que Regina agredia outras adolescentes dentro da unidade, que era impulsiva e que quebrava coisas em casa "*quando não é feita a sua vontade*", como contou sua mãe. Regina dizia que foi obrigada a traficar pelo pai de uma de suas amigas, o qual a mataria se ela não o fizesse. E as técnicas justificam o ato infracional apontando que como a relação entre seus pais foi dissolvida, a jovem apresentava laços afetivos rompidos com a figura paterna, explicando assim, seu temperamento explosivo e consequentemente, o ato infracional.

todos os envolvidos (aqueles que haviam atirado em Regina) e a delegada sugeriu que ela fosse morar em outro lugar, pois corria risco de morte[170]. Como a mãe de Neide, neste ano em que a adolescente esteve desaparecida, havia se divorciado e começado a se relacionar com outra pessoa, um caminhoneiro que residia em Rio Bonito, decidiu se mudar para esta cidade, a quase 80 quilômetros de Magé/Caxias[171], onde a família de Neide morava.

Três meses após o inquérito, Neide foi chamada para prestar depoimento no Juizado da Infância e da Juventude, recebeu medida de internação e foi conduzida para o Educandário Santos Dumont[172].

---

[170] A adolescente me contou que dos quatro acusados pela morte de Regina (Neide e mais três rapazes), um foi morto, dois estavam presos – dentre estes, Neide – e outro estava solto, ainda no tráfico de Imbariê.

[171] A família de Neide vivia num bairro de Magé que fez divisa com Duque de Caxias, por isso as adolescentes circulavam por estas duas cidades.

[172] A mãe de Neide disse que a Delegada decidiu soltá-la por ter "pego confiança nela": "*a Delegada que investigou, não, o caso todinho, leu* [interpretou] *como vítima, mas a Promotoria viu como se ela tivesse participado porque quis.* [...] *A Delegada, quando ela deu o depoimento, sentiu nela toda uma sinceridade e falou com ela. Houve momento em que ela mentiu e que a Delegada já acostumada com tudo isso, falou: "Olha, vou ser bem direta com você" e deu um tapa na mesa, onde ela até começou a chorar, aquela coisa toda... "ou você me fala a verdade pra mim te ajudar, me conta a verdade, ou eu não vou poder te ajudar e você vai sair daqui sem a sua mãe, sem ninguém da sua família e eu tenho um lugarzinho pra deixar você. Apropriado pra você. Eu vou te dar outra chance de você pegar, sentar e me contar tudo o que aconteceu. E não vem com meias palavras não. E não adianta mentir não porque eu saco, eu pego no ar". E foi o que aconteceu. Neide disse "Tá bom, então eu vou dizer a verdade". E resolveu falar a verdade. Aí ficou válido como depoimento. Entendeu? "Eu sabia que você estava mentindo, eu sabia que você estava escondendo pessoas... eu tinha certeza disso. Agora você sabe que fazendo isso você se prejudica, enquanto outras pessoas ficam livres". Aí foi quando a doutora Marcela pegou confiança nela, acreditou no que ela disse e deu o veredicto dela, mas ela não podia dar a palavra final, de que achava Neide inocente, que Neide foi uma vítima. Entendeu? De três meliantes, aliciadores de menor, aquela coisa toda, que vai e eles dominam mesmo.* [...] *Ela já estava tranquila, calma, e na época ela foi incluída no sistema de proteção à testemunha... com aquilo ela se sentiu mais protegida ainda...* [...] *a Delegada... então ela se sentiu mais a vontade pra estar dando um novo depoimento do que aconteceu, com mais tranquilidade. A Promotora acha que ela relatou tudo aquilo com frieza...*". A mãe de Neide acredita que o que fez com que Neide recebesse medida de internação após três meses de feita a denúncia, fosse a forma como a filha expôs a história perante o Juiz e o Promotor – forma esta que fez com que as autoridades duvidassem de sua inocência. Como Neide já estava segura de sua liberdade – pois não foi presa imediatamente após a denúncia –, relatou o fato com tranquilidade, levando à revisão do parecer dado pela Delegada (o de que ela era inocente). Não apenas no caso da mãe da Neide, mas também no de Alice, como veremos adiante, há um desconhecimento das etapas do processo penal, sendo o Delegado, por vezes elogiado e tomado como benevolente e flexível quando no ato do registro de ocorrência não prende a adolescente. O que acontece, porém é que de acordo com os artigos 301 e 302 do Código de Processo Penal, só pode ser preso imediatamente aquele que for detido em flagrante delito. Como este não era o caso de Neide, ela esperou três meses pela conclusão do inquérito policial, pelo seu indiciamento e pelo encaminhamento do processo à Justiça da Infância e da Juventude. Estes meses de liberdade são encarados como benesse da Delegada, a qual, em seu juízo, decidiu não prendê-la imediatamente. Kant de Lima (1999, p. 36) aponta que este desconhecimento do processo judicial no Brasil seria fruto da hierarquização dos saberes sobre as leis e os processos judiciais, estando os magistrados no topo da pirâmide das informações e do conhecimento: "*no Brasil,* [...] *o sistema jurídico não reivindica uma origem 'popular' ou 'democrática'. Ao contrário, alega ser o produto de uma reflexão iluminada, uma 'ciência normativa', que tem por objetivo o controle de uma população sem educação, desorganizada e primitiva. Os modelos jurídicos de controle social, portanto, não tem nem poderiam ter como origem 'a vontade do povo', enquanto reflexo de seu estilo de vida, mas são resultado destas formulações legais especializadas, legislativa ou judicialmente.* [...] *A qualidade particularista da apropriação desses saberes é visível em muitos momentos do exercício profissional, a começar pelo próprio acesso às informações processuais e aos textos legais e de doutrina, escassos nos ambientes públicos de acesso universal, como as bibliotecas públicas*".

A história de vida relatada por Neide justificava a violência que a adolescente praticou: Neide vivia numa área pobre, tinha baixa renda familiar - fruto do trabalho do seu pai como pedreiro -, sofria constantemente violência doméstica e ainda foi vítima de um estupro. Uma vida marcada por eventos trágicos justificavam, junto aos técnicos, a opção pelo cometimento de crimes. Vidas como esta, pertinentes à outra realidade, tão distante da maioria das pessoas, cheias de negligências, privações e violência – o que levavam à formação deficiente, incompleta, da personalidade -, como apontavam os psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, eram explicação suficiente para os atos infracionais, tornando assim, justificáveis as condutas violentas.

Antes de descrever o "*mundo das garotas*", como dizia Felipe, agente socioeducativo do CRIAAD, farei um adendo para falar sobre aquelas atrizes e suas histórias de vida, as quais justificariam, frente aos técnicos, a prática dos atos infracionais.

Durante os oito meses que fiz trabalho de campo, o número de meninas em semiliberdade variou. Ouvi a história de vida da maioria delas, mas apenas em março de 2011, tive a oportunidade de ler os processos "ativos", ou seja, pude ler e copiar fichas inteiras, ou parte destas, das 17 adolescentes que cumpriam medida no CRIAAD de Ricardo de Albuquerque[173].

Uma das 17 era Caroline, 13 anos, branca, que perdeu o pai aos 11 anos e dois meses depois, foi abandonada pela mãe alcoólatra e violenta. Caroline passou então a morar sozinha, tendo vivido desta forma por dois anos. Largou a escola e todos os dias, após arrumar a casa pela manhã e fazer o almoço com alimentos comprados por uma tia, passava o tempo na rua, conversando com os colegas na praça. Logo começou a se envolver com traficantes e foi convencida por estes a cometer um assalto à mão armada.

Já Lívia, 14 anos, negra, perdeu o pai num acidente de trânsito aos 10 anos de idade e logo em seguida perdeu, numa enchente, a casa em que morava. Teve que ir morar com seus avós, mãe, irmão, tia e duas primas numa comunidade, onde começou a usar drogas. Foi convidada para realizar um assalto, o qual teria sido planejado e liderado por ela – que por sua vez diz não se lembrar de nada, já que estava "*totalmente drogada*".

Daniela, 15 anos, branca, presa por furto e tráfico, morava na comunidade Pavão Pavãozinho em Copacabana com sua mãe doente, seu irmão e seus avós maternos. Sua mãe vivia "de cama" e seu avô sustentava a casa com a renda gerada pela banca de flores que possuía. Daniela informa que iniciou suas "*atividades*" com o "*intuito de contribuir nas*

[173] Em janeiro de 2011, o CRIAAD chegou a ter 22 adolescentes semilibertas.

despesas domésticas, pois sua avó com frequência preocupa-se com as contas mensais. Perante a família, dizia que estava ajudando um colega em uma barraca de lanches, justificando o dinheiro obtido nos furtos".

Raquel, negra, 16 anos, vivia numa comunidade pobre na cidade de Paracambi. Seus pais eram divorciados, tendo seu genitor negligenciado os filhos financeira e afetivamente a vida toda – fato que provocava muitas mágoas na adolescente. Raquel vivia com sua mãe, seu padrasto, seus quatro irmãos e seus dois cunhados, sustentados pelos novecentos reais provenientes do trabalho do seu padrasto e do seu irmão na construção civil. Raquel conta que passava seus dias ajudando a mãe com os serviços domésticos ou parada no portão de casa, vendo a movimentação da rua. Certo dia, foi com sua irmã, Camila - negra, 17 anos -, visitar uma prima, Ana - parda, 18 anos -, na casa em que esta vivia com o companheiro e mais quatro amigos. Dormiu lá e na manhã seguinte foi acordada pela polícia que revistava o local à procura de drogas – encontrando-as enterradas no quintal. As três – Raquel, Ana e Camila – foram presas e enviadas, juntas, para o Educandário Santos Dumont. Raquel conta que não sabia de nada e que o traficante, dono das drogas, acabou dormindo lá no mesmo dia que elas, "*por azar dos pecados*".

Bianca, parda, tinha 16 anos e era vizinha – e conhecida – de Raquel, Ana e Camila. A adolescente também foi acusada de tráfico de drogas. Bianca vivia apenas com sua mãe, pois seus pais eram separados, mas, apesar disso, seu pai ainda agredia muito a sua mãe. Bianca não falava com seu pai, o qual já havia a denunciado por tráfico. Bianca dizia que ele fazia isso "*sem fundamento*", apenas por raiva pela falta de comunicação. Sua prisão se deu quando a adolescente portava cocaína: disse a jovem que levava a droga para um conhecido da rua onde mora, pois este a ameaçava se ela não o fizesse.

Pamela, parda, tinha 17 anos e havia sido detida por assalto a mão armada. A adolescente que carregava consigo a marca da violência em que vivia – Pamela tinha uma cicatriz hipertrófica que ia da base do pescoço ao início do seio direito provocada por uma facada -, havia sido abandonada pelo pai que havia fugido de casa quando a adolescente tinha 09 anos. Aos 11, Pamela fugiu de casa para morar com amigas, iniciando o uso de drogas. Pamela dizia ter cometido um "*ato horrível*" e que se ela pudesse "*voltar atrás*", não o cometeria, já que aquela foi uma experiência ruim tanto para ela e quanto para sua família.

Alice também tinha 17 anos. Branca, nascida em Magé, a adolescente perdeu o pai, vítima de infarto, aos três meses de vida. Sua mãe passou então a trabalhar como diarista para complementar a renda doméstica e sustentar seus dois filhos pequenos. Sua mãe sempre foi membro de uma igreja evangélica e frequentava os cultos diariamente, tendo se casado com o

prebístero da igreja - o qual era mais de vinte anos mais velho do que ela -, quando Alice tinha seis anos de idade. A adolescente conta que seu padrasto era muito rigoroso, ressaltando que ele "*é da moda antiga, então, tudo tem que ser certo*". Aos 13 anos, Alice se mudou para Raposo, uma cidade a aproximadamente 320 quilômetros de Magé, no norte do Estado do Rio de Janeiro, e não conseguiu se adaptar ao lugar: além de não conseguir fazer amigos, não achava lugares para se divertir e não gostava de ir à igreja com a mãe e o padrasto. A vigilância sentida na cidade pequena a incomodava e irritava. Alice começou então a passar todo o seu tempo livre – depois da escola - em *lan houses*[174]. Sem dinheiro para pagar pelas horas gastas na internet, Alice decidiu prestar "serviços" para seu vizinho, entregando drogas em pontos específicos para pessoas específicas – os usuários faziam encomendas e quando Alice ia entregar a droga, esta já tinha destinatário. A adolescente ganharia cento e cinquenta reais por semana, os quais seriam usados, segundo ela, única e exclusivamente nas *lan houses*. Alice foi presa em flagrante, na casa do vizinho, portando doze gramas de cocaína, mas esperou três meses até a conclusão das investigações para cumprir medida socioeducativa – achando que a Delegada havia lhe dado uma "segunda chance", a qual teria sido anulada pela avaliação do Juiz.

A história de Matilde é outra contada de forma trágica, uma história "*triste, muito triste, de chorar*", dizia ela. A adolescente de 17 anos, nascida e criada numa comunidade da cidade de Macaé teve que morar, ainda pequena, com a irmã mais velha, de 22 anos, pois sua mãe, divorciada, tinha que trabalhar e não podia cuidar dela. A irmã de Matilde e o marido daquela eram usuários de drogas e passavam o dia inteiro em casa abusando dos entorpecentes. Certo dia, o cunhado de Matilde assassinou o ex-companheiro da sua mulher, após uma crise de ciúmes. A partir de então, todos os quatro – Matilde, sua irmã, seu cunhado e sua sobrinha de cinco anos – ficaram trancados em casa por um tempo, sem poder sair, com medo de que o cunhado fosse preso. As técnicas contam que durante o período em que Matilde residiu na casa da irmã, o marido desta abusou sexualmente dela, com então seis anos, e numa das ocasiões de abuso sexual, a irmã surpreendeu o marido, iniciando a briga que terminaria na morte da irmã. Após este fato, Matilde voltou a residir com a mãe.

Aos 12 anos, a adolescente começou a frequentar bailes onde conheceu Max, 19 anos, gerente do tráfico da comunidade em que morava. A adolescente decidiu namorá-lo, fugiu de casa e abandonou a escola para viver com o companheiro.

---

[174] Estabelecimentos no quais se paga para acessar a internet ou usar os computadores.

Max morava numa casa com dois cômodos e dois colchões de casal, nenhum eletrodoméstico e sem iluminação elétrica. A casa era iluminada por meio de velas e servia como depósito de armas e drogas. Max, porém, não morava sozinho: residia com mais oito garotos que trabalhavam para o tráfico. Eram olheiros, vapores e fogueteiros[175] se revezando nos colchões de casal, e com a chegada de Matilde, nos seus favores sexuais.

Matilde conta que dos 12 aos 16 anos viveu em cárcere privado como "*esposa*" dos nove rapazes. Como não havia portas, os atos sexuais aconteciam na frente de todos. Ficava o dia inteiro trancada em casa, sem poder sair; e quando saía, era sob escolta. Ela conta que no início até ia para a escola, sob escolta de um olheiro, o Will, mas os rapazes temiam que Matilde os delatasse, então, Will parou de levá-la. Na maior parte do tempo, Matilde estava sob efeito de drogas, assim como os outros nove rapazes, os quais consumiam cocaína, maconha, cola e loló.

A jovem conta ainda que apanhava muito dos nove; agressões gratuitas, lembra. Matilde me mostra suas cicatrizes, provocadas pelas agressões: há marcas de queimadura nas pernas, as quais foram feitas com colher, uma cicatriz que vai da altura do cotovelo até a mão, com marcas de pontos, provocadas por uma facada, além de marcas de facadas nas costas e na barriga.

Matilde conta que viveu assim até 2009, quando numa operação policial, a casa se desfez: Max foi preso, dois rapazes morreram e seis fugiram para outra casa. Matilde voltou para a casa da mãe, mas o vício a levou de volta ao tráfico: a adolescente foi ao "*patrão*" da favela pedir-lhe um cargo e no dia seguinte começou a trabalhar como vapor. Trabalhou por 20 dias até rodar. Quando a conheci, Matilde estava grávida de Will, seu novo marido, e por vezes tinha que ser internada nos finais de semana por causa das agressões perpetradas por ele.

Edwiges também tinha 17 anos e havia sido apreendida por tráfico. Quando chegou ao CRIAAD após ter sido detida portando treze pedras de crack, Edwiges usava uma roupa típica dos membros da igreja pentecostal Assembleia de Deus dos Últimos Dias – um vestido longo até o pé, com mangas longas e um coque prendendo os cabelos. A adolescente negava envolvimento com o tráfico, dizendo que apenas segurou a droga para seus colegas, os quais estavam passando e pediram para que ela segurasse algumas drogas enquanto "resolveriam um problema". Teria sido neste exato momento que um dos colegas a pediu três sacolés de

[175] Os "*fogueteiros*" eram como os "*radinhos*" e os "*olheiros*", os quais avisavam os funcionários das bocas sobre a movimentação estranha (seja da polícia ou de outras facções) na entrada da favela. Os fogueteiros avisam por meio dos fogos de artifício. Os *vapores* eram aqueles que vendiam a droga nas bocas (DOWDNEY, 2003, p. 143).

crack[176] e, quando ela foi entregá-los, a polícia a surpreendeu. Dizia Edwiges ter sempre contribuído para a investigação policial, dizendo a verdade.

No primeiro atendimento, Edwiges disse ter nascido em Maceió e ter sido "dada" pela mãe à uma prima, a qual a teria devolvido por mau comportamento. A adolescente teria voltado para a mãe e depois ter ido morar novamente na casa da prima – tendo ambas as devoluções sido motivadas por ciúmes de seus companheiros, tanto da mãe quanto da prima. Edwiges lamentava-se e dizia ter "*grande ressentimento*" da mãe, a qual teria sempre optado por ficar com os namorados, "*deixando os filhos para segundo plano*", como consta no relatório de atendimento técnico.

No atendimento seguinte, porém, Edwiges decide contar a verdade: ela morava com a mãe, o padrasto e uma irmã em Itaperuna, norte do Estado do Rio de Janeiro, e teria mentido por medo de receber a medida de internação. A adolescente, parda, nascida em agosto de 1993, tinha medo também de que sua mãe, uma pessoa extremamente religiosa, ficasse sabendo do ocorrido. Quanto ao relato sobre o ato infracional, Edwiges acrescenta que não estava envolvida com o tráfico, mas aceitou segurar a droga em troca de algum dinheiro, pois queria "*comprar coisas de uso pessoal*".

Desde seu ingresso no sistema socioeducativo, Edwiges demonstrava desejo de mudança e parecia ter compreendido o que fez, apresentando planos para um futuro próximo. A adolescente dizia querer voltar a estudar e sonhava em "*viabilizar um emprego para ajudar sua família*", como descrevia a técnica no relatório de atendimento.

Eliana, 18 anos, negra, nascida em Nilópolis, Baixada Fluminense, em novembro de 1992, havia sido detida por tráfico. Dizia-se que Eliana era gerente do tráfico do Morro da Mina, em Nilópolis. Conheci Eliana enquanto esta conversava com a estagiária de psicologia e anotava ansiosamente os passos a serem dados para a formação de técnica em enfermagem - seu sonho.

Eliana conta que seus pais brigavam muito em casa e que numa destas ocasiões, inclusive, quase a acertaram com uma caixa de som. A adolescente contava que não tinha bom relacionamento com a mãe e nem sentia falta dela, já que a genitora não lhe dava a atenção necessária nem fazia nada por ela – Eliana contava inclusive que quando era bebê, a mãe colocava "*algo em sua mamadeira para que ela dormisse*", e então pudesse sair.

Eliana mantinha bom relacionamento com as demais adolescentes da unidade e respeitava as normas e regras institucionais - dizia o relatório – e refletia sobre o ato

[176] O "*crack*" é uma droga feita da mistura da pasta da cocaína com bicarbonato de sódio. Essa mistura resulta numa pedra que geralmente é fumada.

infracional cometido, dizendo que "*percebe seu ato como a pior besteira que cometeu em sua vida*". Eliana afirmava ainda que a passagem pelo sistema socioeducativo havia lhe proporcionado um aprendizado de vida e colaborado para sua formação educacional e profissional.

Maiara, negra, 18 anos, nascida em agosto de 1992, em Madureira, também foi detida por tráfico de drogas. Ela dizia que cometeu o ato "*em função do efeito das drogas*" e que sem consciência, fez coisas que "*não deveria ter feito*". Maiara morava na favela do Parque das Missões em Duque de Caxias com seus nove irmãos, tendo o mais novo quatro meses de vida.

Juliana, branca, 18 anos também vivia em Paracambi e conhecia Raquel, Camila, Ana e Bianca. A adolescente residia com sua mãe, irmãos e tios (seu pai havia se separado da sua mãe desde antes do nascimento da adolescente). Juliana havia sido presa junto com a mãe enquanto estas "*endolavam*"[177] drogas e a mãe estava presa no presídio Nelson Hungria, em Bangu. A adolescente entrou grávida na unidade e agora, Lucas, seu filho, tinha seis meses e ainda vivia com a mãe no CRIAAD. As técnicas diziam que a adolescente não dava a devida atenção ao filho, mas que apesar disto, esta contava com o apoio de todas as colegas, as quais a ajudavam nos cuidados com a criança. Sobre o ato infracional, Juliana dizia que "*não valeu à pena ter se envolvido no tráfico, pois perdeu a liberdade*" e que a "*presença do filho tem ajudado a pensar mais antes de tomar qualquer decisão*". E dizia ainda que a medida socioeducativa proporcionou-lhe a oportunidade de construir um "*novo projeto de vida*".

Quitéria, parda, 16 anos, nascida em fevereiro de 1995, também estava habitando o CRIAAD, mas não havia cometido nenhum ato infracional. Sua detenção provocava indignação em todos os funcionários e gerava inúmeras especulações acerca dos motivos de a adolescente ter sido enviada para tão longe de sua cidade natal, Natividade, a quase 250 quilômetros do centro da cidade do Rio de Janeiro. Além disso – de ser enviada para o CRIAAD -, a Juíza determinou que Quitéria ficasse internada por seis meses sem poder sair. Dizia a autoridade que esta resolução iria protegê-la, já que o fato de a adolescente se prostituir pelas ruas da cidade e se envolver com más companhias lhe trariam inúmeros riscos de morte. Ouvi de alguns agentes que quem agenciava Quitéria era a própria tia, não se sabendo ao certo a partir de qual idade (como sua mãe faleceu quando ela ainda era pequena, Quitéria passou a morar com a avó materna, com sua tia e duas primas, quase todas alcoólatras, como me contou a adolescente). Ouvi ainda, das técnicas, que Quitéria fazia programas com gente "poderosa" na cidade, e que para "se livrar do problema", a Juíza

[177] Os "*endoladores*" são os responsáveis pelo processo de embalagem das drogas para a venda no varejo (DOWDNEY, 2003, p. 142).

mandou a adolescente para bem longe. A distância, porém, não impedia Quitéria de fugir da unidade e chegar à sua cidade natal por meio dos programas que fazia com os caminhoneiros, mas era sempre trazida de volta para Ricardo de Albuquerque na Kombi do Conselho Tutelar de Natividade. Eu perguntava à Quitéria o por quê de ela estar ali e ela sempre respondia não saber[178].

Das 17 meninas das quais pude registrar os processos, seis eram brancas, quatro eram negras e sete eram pardas[179]. Doze possuíam renda familiar de até um salário mínimo[180] e meio, quatro entre dois e três salários mínimos e uma possuía renda familiar de aproximadamente 4 salários mínimos. Três das dezesseis estavam estudando ou haviam concluído o 5º ano do Ensino Fundamental (Eliana, Raquel e Quitéria), quatro o 6º ano (Neide, Camila, Pamela e Lívia), duas o 7º (Caroline e Edwiges), cinco o 8º (Matilde, Ana, Daniela, Maiara e Bianca) e três estavam no 1º ano do Ensino Médio (Alice, Fabiana e Juliana). A maioria delas diz ter trabalhado – todas de maneira informal –, tendo Eliana e Daniela dito que fizeram "*panfletagem*", Ana, trabalhado com venda de roupas de cama, mesa e banho nas casas das pessoas, Edwiges, feito alguns "*biscates*" como manicure e cabeleireira, Bianca, trabalhado como cabeleireira, Maiara como auxiliar de serviços gerais, Fabiana, num bar e num supermercado, Neide, como babá e Quitéria como prostituta. Onze das dezesseis cumpriam medida por tráfico, quatro por roubo e uma por homicídio – e Quitéria. Cinco delas tinham filhos – contando com as grávidas (Ana, Maiara, Juliana, Neide e Matilde).

Inferindo sobre as características do conjunto – cujos principais aspectos são partilhados pela maior parte dos adolescentes que passa pelo Degase[181] – os técnicos apontam

---

[178] No ESD eu havia entrevistado Valéria, 17 anos, parda, nascida em Duque de Caxias e presa por homicídio. Valéria era acusada de matar a própria filha de seis meses de idade e por isso cumpria medida de internação a mais de um ano. Entrevistei também Lisbela, 16 anos, a qual estava acautelada por agredir uma colega do abrigo. Lisbela, parda e alta, era filha adotiva de um médico e de uma advogada residentes no Recreio dos Bandeirantes, zona nobre da cidade do Rio de Janeiro. Lisbela conta que sofreu maus tratos desde pequena, pois sua mãe, branca, dizia não ter parido uma "macaca". Lisbela conta ter sido vítima de agressão física e verbal por sua mãe até o dia que pediu ao pai para passar as férias com sua mãe biológica. Esta, que residia no Complexo de favelas do Alemão, era viciada em drogas, iniciando a filha no uso de entorpecentes. Após passar um tempo com a genitora e de conhecer sua família biológica, Lisbela passou a aceitar menos a agressão da mãe adotiva e pediu para seu pai deixa-la morar definitivamente com seus parentes de sangue. Lisbela foi morar então, com seu tio que era gerente do tráfico no Complexo – o tio que matou Tim Lopes – e lá passou a usar maconha, cocaína e crack. Numa incursão policial, Lisbela foi espancada pelos policiais militares, ficando gravemente ferida, o que a fez pedir auxílio à um pastor de igreja, o qual a tiraria da favela e a ajudaria a se desintoxicar. A partir de então, aos 13 anos, Lisbela passou a viver em abrigos, sendo esporadicamente visitada pelo pai adotivo.

[179] Estes dados foram extraídos do livro de entradas mantido pelos agentes. Neste livro, há registros das adolescentes que passaram pelo CRIAAD desde 1999, mês a mês, e anotam-se dados como nome, idade, data de entrada, data de nascimento, comarca de origem, comarca do ato infracional, número do processo, ato infracional, escolaridade, cor, prole, renda familiar, genitora/responsável.

[180] O salário mínimo no ano de 2011 era R$ 545,00.

[181] Segundo a pesquisa de Sento-Sé (2003), 90,3% dos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa não completaram o primeiro grau, 43,6% foram detidos por tráfico e 28,4% por roubo. Ou como resumiu o Conselho

que não há ato violento sem justificativa. As histórias de vida das adolescentes sempre possuem momentos trágicos provocados pelo acaso, pela negligência afetiva e/ou pela violência familiar: Fabiana tinha uma mãe violenta que já tentou matá-la; Neide sofria e presenciava a violência cometida pelo pai alcoólatra – além de ter sido vítima de estupro; Caroline foi abandonada pela mãe que a agredia; Lívia perdeu o pai e a casa de uma vez; Daniela não tinha pai e tinha que conviver com uma mãe doente; Raquel, Camila – irmãs –, Ana, Pamela e Juliana haviam sido abandonadas pelos pais que nem as procuravam – e a mãe de Juliana ainda era traficante, como ela; Bianca também tinha conflito com o pai, o qual além de tentar denunciá-la, ainda agredia fisicamente sua ex-esposa. Alice havia perdido o pai biológico ainda bebê e teve que ser criada com um rigor religioso que a sufocava – sufoco este também vivido por Edwiges e que levava as duas adolescentes a reclamarem bastante da falta de atenção das mães, as quais valorizavam mais os deveres religiosos do que os maternais. Matilde, abusada sexualmente desde pequena, viu sua irmã ser assassinada após os abusos serem descobertos; Eliana também presenciou cenas de violência doméstica entre seus pais; Maiara tinha nove irmãos de vários pais diferentes e Quitéria era órfã e criada por parentes alcoólatras que a agenciavam sexualmente. Mesmo que as adolescentes quase nunca assumissem inicialmente a culpa pelo ato infracional cometido – dizendo ou que eram obrigadas por vizinhos a traficarem ou apenas seguraram a droga inocentemente -, ou justificando-se por motivos legítimos – como ajudar a família, por exemplo -, as provas da violência que haviam sofrido estavam em seus corpos, nas inúmeras cicatrizes de facadas, queimaduras e cortes que carregavam.

Suas mães também confirmavam as histórias contadas, corroborando as versões de violência e abandono dadas pelas filhas. Eventos trágicos e negligência familiar combinados à situação de pobreza nas quais viviam – ou seja, o "*risco social*", já que a maioria das adolescentes residia em favelas, tendo renda familiar de até aproximadamente 800 reais – produziram o desinteresse pela escola e as deixaram vulneráveis às más influências[182].

As justificativas dadas pelas adolescentes desencontravam-se dos relatos transcritos nos boletins de ocorrência – e Fabiana era apenas um exemplo. Mas, isto não tinha muita

---

Nacional de Justiça em sua pesquisa "Panorama Nacional – A execução das Medidas Socioeducativas de Internação": "*Adolescentes de 15 a 17 anos com famílias desestruturadas, defasagem escolar e envolvidos com drogas que cometeram, principalmente, infrações contra o patrimônio público como furto e roubo*" (CNJ).

[182] Elas conseguiam justa absolvição, como o cangaceiro Severino de "O Auto da Compadecida" de Ariano Suassuna, o qual recebe o perdão divino pelos seus pecados – as mortes e a pilhagem cometidas - por ter tido uma infância difícil após ter visto os pais serem assassinados pela polícia e sofrido com o flagelo da pobreza.

relevância se as adolescentes logo assumissem a culpa – mesmo com alguma distorção nas versões - e se empenhassem no cumprimento da medida socioeducativa, na reflexão e na conscientização do dano provocado, demonstrando amadurecimento e a elaboração de "projetos de futuro".

As técnicas inclusive orientavam as adolescentes sobre como se comportar, o que dizer e o que fazer para ter sua medida abreviada. E as orientações seguem no sentido de evitar o engrandecimento no "*mundo das garotas*". Como diz Zélia, psicóloga do Educandário Santos Dumont sobre Lisbela:

> Pois é, a orientação era a de que ela não arrumasse confusão na medida que ela já havia sido liberada. Então, que ela aguentasse as pontas porque o tempo seria curto. O mais difícil ela já tinha conseguido [aguentar o tempo de acautelamento]. E se ela arrumasse alguma confusão, isso ia complicar pra ela, porque aí ia estender o prazo pra ela ficar aqui. Se ela, por exemplo, brigasse com alguma menina, aí ia ter que fazer... uma briga feia, tem que fazer o registro de ocorrência e acaba ela ficando mais tempo né? Aí a única coisa, nesse momento, que dá pra perguntar é: "o que que você quer? Você prefere arrumar uma confusão e ficar ou você prefere ir embora? Então, sustente esse desejo de ir embora! Não se meta em confusão!". Era isso o que eu pensava, pelo menos. De trabalhar o desejo. "Você quer o que? Vai ter que escolher. Quer confusão? Vai ficar aí. Tem um preço. Cada escolha tem um preço. Quer ir embora? Então vai ter que engolir sapo. Deixa as meninas falarem! Deixa! O que é que tem?".

Zélia orientava Lisbela a não se envolver nas questões das adolescentes: ela deveria pensar bem nas suas escolhas, deveria pensar em qual registro moral investiria, já que suas decisões acarretariam consequências diversas. Lisbela deveria conter o desejo de agredir as outras adolescentes e esta "contenção" seria sinal de seu amadurecimento.

As técnicas apontavam as regras a serem seguidas; elas explicitavam as expectativas correspondentes ao que o Poder Judiciário esperava ser a cessão do potencial de delinquir. As regras eram tratadas pelas técnicas como espécies de formalidades – elas diziam que não tinham poder para "ressocializar" ninguém e que os fatores estruturais eram mais decisivos do que as parcas orientações que davam às adolescentes -, limitando-se a registrar a aproximação e o afastamento das orientações. Foi ao curso? Não. Registre-se no relatório que a adolescente não quer entender o bem que o curso pode fazer na sua vida, mesmo que o que estava sendo registrado destoasse da justificativa oral dada pelas técnicas para o não frequentar a escola – a qual observava a socialização ineficiente quanto à importância da escola ou uma inadaptação

às regras escolares ou ainda a ineficiência do próprio sistema educacional em lidar com jovens – sejam estes "em conflito com a lei" ou não[183].

As técnicas registram informações rápidas e adequadas ao que o Juiz da Infância e da Juventude espera e estes registros se dão após meses de negociação com as próprias adolescentes, tentando convencê-las da importância de seguir suas orientações para a abreviação da medida.

Neide inicialmente deu pouca importância para as orientações dadas pelas técnicas. Ela investia no *mundo das garotas* e em sua gramática, o que estendeu o tempo de sua medida socioeducativa.

Constava no relatório que Neide manifestava-se de forma bastante confusa e buscava "*justificar sua falta de compromisso com a MSE* [medida socioeducativa] *de muitas maneiras, apresentando dificuldades de assumir sua responsabilidade e mantendo-se apática às orientações que lhe são dadas*". Neide não gostava de frequentar a escola. No horário de aula, a adolescente dizia sentir dores ou então simplesmente se recusava a ir; quando ia,

---

[183] Priscila, a psicóloga do CRIAAD, ao falar sobre Neide, diz que: "*A Neide, como eu te falei, na primeira passagem dela por aqui, ela não queria ir à escola de jeito nenhum. E nós fomos obrigados a matricular a adolescente, até porque faz parte da medida, a escolarização. O Juiz inclusive cita na assentada que a adolescente vai cumprir medida de semiliberdade, devendo ser escolarizada. Ele grifa isso. Então a gente não tem a opção de não matricular. A gente matricula.* [...] *mesmo a gente trabalhando a questão da importância da escola na vida dela, naquele momento a escola não tinha nenhuma importância, então, não adiantava: os nossos argumentos pra ela não eram válidos. Que a escola era importante não só pra vida dela pessoal, pra formação dela educacional e profissional, mas também por uma questão da própria medida, pra ela cumprir logo, se livrar dessa obrigação com a justiça, nada funcional. Como ela acabou permanecendo mais tempo aqui em função de o Juiz saber também desse desinteresse dela, ela acabou se convencendo a ir. Só que ao ir a escola, ela acabou produzindo situações de conflito entre os colegas também. Acredito que situações semelhantes às que ela produzia aqui dentro também. As situações que ela fazia parte... de tentar se impor aos colegas utilizando a questão da infração, de arrumar um namorado que já tinha uma namorada, então, ela vivenciou situações na escola, que ela também vivenciava aqui dentro.* [...] *Não são todas que criam esse tipo de problema na escola... algumas meninas passam pela escola recebendo elogios da direção, porque são pessoas realmente interessadas. Agora, tem outras meninas que não tem interesse algum na escola, porque a escola perdeu um pouco de sentido na vida delas. Elas acham que vão trabalhar e arrumar dinheiro de outras formas, não necessitando da escola. E eu acho que isso tem muito a ver também com a forma como a escola trabalha hoje com os adolescentes... eu não vejo isso como um problema apenas dos adolescentes, como uma questão exclusiva de falta de interesse dos jovens. Acho que a escola, de um modo geral, há exceções, eu acho que a escola ajuda a perder o desinteresse pela educação também.* [...] *Eu preciso que a escola seduza esse adolescente. Eu preciso que a escola seja interessante pra ele. Eu preciso que a escola demonstre o quanto a educação é importante na vida deles... se não houver essa parceria com a escola, parte do meu trabalho se perdeu! Porque quando o adolescente sair daqui, ele não vai continuar! Ele só vai estar na escola enquanto ele estiver aqui dentro, porque de certa forma a gente cobra né? 'Você precisa ir; é a sua medida... é o seu compromisso com o Juiz e tal'. E quando sair daqui? Deixa de ir na escola, aí deixa de ir no tratamento, deixa de fazer um monte de coisas... acho que a gente precisa que a educação funcione bem, a gente precisa que o serviço de saúde funcione bem, a gente precisa que a comunidade possa acolher esse adolescente, que a família possa acolher... se a gente não conseguir ter essas parcerias num trabalho que a gente construiu aqui algum tempo, se perde quando ele sair daqui...*[...] *O grosso, a maior parte das meninas que passam por aqui ainda estão no ensino fundamental e naqueles anos iniciais... algumas estão se alfabetizando. É uma situação muito triste mesmo, muito difícil de resolver. A gente não consegue dar conta de tudo numa passagem pelo sistema e nem sei se daria, porque a gente tem que contar com muitas outras coisas pra realmente produzir uma transformação na vida delas. E a gente não tem isso... enfim.*"

adulterava sua ficha de presença, falsificando a assinatura do porteiro e o registro de entrada na escola, ficando pela rua até a hora de retornar para a unidade. Registra-se que esses "*comportamentos inadequados*", para os quais eram oferecidas diversas propostas que pudessem colaborar com o cumprimento da medida, estimulando mudanças e favorecendo sua vida, eram uma demonstração da "*desvalorização atribuída a MSE*" e de "*um sentimento de impunidade*". Estas atitudes podem ser produto da "*forte violência vivida no AI* [ato infracional], *bem como outras situações de violência experimentadas por Neide antes do cometimento da infração – a violência sexual sofrida pela adolescente e a violência doméstica contra a sua genitora*".

Neide costumava ameaçar os colegas e funcionários da escola, além de enfrentar os agentes, as técnicas e as outras adolescentes. Ela tentava engrandecer-se por meio do medo e desta forma ter suas vontades atendidas.

Esta adolescente foi a primeira que entrevistei no CRIAAD e ela prontamente se ofereceu para me ajudar com a pesquisa. Perguntei-lhe, no primeiro dia, se podia visitar sua casa e ela disse que sim. Muitas das perguntas que fiz, entretanto, não foram respondidas ou tiveram como resposta um "*hein?*", quando o tema abordado – especialmente o tráfico e o ato infracional do qual a adolescente era ré - não podia ser esmiuçado. Passado algum tempo, Neide, sentada junto às outras meninas, me viu e gritou, apontando o dedo indicador: "*Você tá no erro comigo!!*". Assustada com aquela atitude, eu me aproximo e pergunto: "*Por quê?*". Neide repete de forma ameaçadora: "*Você tá no erro comigo! Você disse que ia lá em casa e até hoje não foi!*". Eu digo que não pude ir, pois andava muito ocupada. Mas por meio da ameaça – e dos alertas feitos pelos agentes de que eu não devia confiar nela – eu acabei fazendo as vontades de Neide e indo à sua casa, reparando desta forma, o meu erro e me ajustando assim àquela gramática.

No *mundo das garotas* não era o uso da violência a prova fundamental de engrandecimento, mas a coragem empregada nas suas ações – sendo a violência percebida como uma extensão da coragem - e o controle do medo diante do perigo. Demonstrar coragem e força – inclusive com a possibilidade de se recorrer à violência - garantia o respeito das demais adolescentes – e dos agentes –, a popularidade e a efetivação de suas vontades.

3.2.2 O destemor

Neide provocava medo nos colegas e professores da escola ao se declarar homicida e ao mesmo tempo apontava sua coragem e destemor ao enfrentar os agentes e relatar não ter medo de traficantes.

Neide contava que quando traficou na favela do Imbariê – desta vez, a adolescente relata que era vapor – não precisava trabalhar tanto quanto os meninos e que fazia o que queria sem ter que dar satisfação a ninguém. De acordo com ela, o dono do morro, o FB, a considerava uma filha e por isso, ela podia sair e voltar quando quisesse, sem ter que se justificar para o gerente da boca. O gerente, por sua vez, "*tomou birrinha*" com ela, e num momento de conflito entre os dois, Neide o mandou "*tomar no cu*":

> era só eu aparecer que ele fica com raiva de alguma coisa... [...] eu fui buscar meu dinheiro, aí cheguei lá procurando o FB, aí ele chegou já com uma dose de boldo [maconha], mandando eu meter o pé, falando que eu tava errada [...]. Eu falei que não ia, que ia esperar o FB ali. Aí eu falei "vai tomar no rabo", mas falei baixinho. O outro escutou e foi, falou pra ele. Aí eu levantei e fui pra perto de um homem que tava sentado, esperando dentro de um bar [...]. Aí ele pegou, botou a arma na minha cara e deu duas porradas nas minhas costas com a arma. Falou assim: "você tá maluca, mandando vagabundo, sujeito-homem tomar no cu? Você quer morrer?" Aí mandou eu meter o pé dali. Aí eu saí, virei as costas e falei com ele que ele ainda ia me pedir desculpas por causa disso. Aí passou três dias eu voltei lá. Antes de ir, eu liguei para o FB, expliquei o que aconteceu, voltei lá e aí foi que ele veio falar comigo. "Não falei que você ia me pedir desculpa?" Aí ele pediu desculpas, doido pra me matar, mas nunca fez nada comigo.

Neide era tão destemida que mandava o gerente do tráfico da favela do Imbariê "*tomar no cu*", sem medo de morrer. O seu destemor era diariamente demonstrado, não apenas por meio das histórias contadas, mas também pelo enfrentamento recorrente aos agentes e às outras adolescentes.

Na ata de audiência de Neide, o Juiz diz que a adolescente apresentava dificuldades em acatar as regras da instituição, "*envolvendo-se com frequência em episódios de desentendimento com as demais adolescentes, como também desacatando funcionários e os ameaçando, chegando algumas vezes a danificar o patrimônio público*".

Neide envolveu-se inúmeras vezes em "*luta corporal*" com outras adolescentes e pelos mais variados motivos. Nestes momentos de briga, a adolescente acabava destruindo janelas e

objetos ou danificando paredes. Por vezes, quando quebrava vidraças, tentava cortar os próprios braços com os cacos de vidro. Há alguns registros de suas brigas e um destes envolve Neide e Felipa, uma adolescente que não conheci:

> Vara da Infância e da Juventude da Capital, às 14:10 horas, onde se achava presente o MM. Dr. Juiz de Direito [...], presente também o Promotor de Justiça, [...], bem como a Defensora Pública, [...], compareceram as adolescentes acima identificadas, para Audiência de Apresentação, ABERTURA DA AUDIÊNCIA, pelo MM. Juiz, foi ouvida a representada SEBASTIANA ABREU, declarando: que são verdadeiros os fatos descritos na representação. Esclarece a representada sobre ter em dado momento as adolescentes resolverem "fechar 10x10", isto é, baterem na chapa. O motivo que teria dado ensejo ao batimento na chapa foi o fato de uma discussão entre Felipa e Neide, sendo que para conter esta situação o funcionário na representação interveio no meio das duas, chegando inclusive a bater na Neide, razão pela qual procederam como informado, mas nos disse que tudo teria iniciado por causa de uma brincadeira de mordida, mais especificamente por ter Neide mordido Felipa de verdade e esta em razão disto revidou, por isto estas chegaram às vias de fato. Naquela ocasião, os responsáveis cortaram a luz do alojamento e por terem sentido medo foi que procederam conforme inicialmente mencionado. Ainda nos disse que o local reservado para o castigo perdurou por aproximadamente duas semanas.

Em outra ocasião, em setembro de 2009, uma adolescente usava o aparelho de DVD na sala de vídeo e Neide ordenou que ela desligasse. A adolescente negou-se e Neide tentou agredi-la. Neide foi então trancada em seu alojamento e logo começou a gritar que "*sua vida é um inferno*", atirando objetos nas paredes e janelas do quarto, quebrando vidraças e tentando se cortar. Quando fui à casa de Neide, percebi que os vidros das portas e algumas janelas estavam quebrados. Sua mãe explica que a filha havia feito aquilo nos seus "acessos de raiva".

No Educandário Santos Dumont, antes de conhecer Neide, Lisbela havia me contado que dividia o quarto com aquela e mais outras duas meninas, e que elas eram "*Horríveis. Muito fofoqueiras! Dá vontade de meter a porrada nela* [em Neide]. *Conto um, dois, três e me seguro*". Disse Lisbela que Neide "se acha muito", "*ela acha que é mais do que os outros aqui!*", e para não falar "besteira" e não prejudicar o cumprimento de sua medida, Lisbela "virava pro lado e ia dormir".

Certo dia, encontrei um caderno escolar desgastado que comecei a ler. Nenhuma das meninas tentou me impedir, sendo assim, continuei lendo. Era um "caderno de respostas", com questões nas quais elas respondiam perguntas feitas por uma delas (não soube quem havia feito aquele caderno. A impressão que tive era a de que ele já estava ali há bastante

tempo e era passado de mão em mão como uma "herança"). Uma das diversas perguntas era: "*Quem você odeia no CRIAAD*?". Havia dezenove respostas e quinzes delas responderam "*ninguém*", mas quatro responderam "*Neide*". Achei curioso, já que o caderno estava ali há tempos e nenhuma outra menina mereceu ter seu nome citado na resposta.

Neide aproveitava-se da grandeza que o seu ato infracional lhe concedia para que seus desejos e expectativas fossem atendidos. As homicidas geravam medo e curiosidade entre as adolescentes, os técnicos e os agentes – os quais comentavam sobre o ato, recontando o acontecido e acrescentando novas informações à história assim que algum novo dado surgia (como vimos com Tabata no capítulo 1) – suas histórias eram um mistério e em nenhum dos casos com os quais tive contato – o de Tabata, o de Valéria e o de Neide - houve uma versão considerada "verdadeira": ninguém sabia o que realmente havia acontecido.

E envolta na aura de mistério – pois nunca se soube o que realmente aconteceu, já que ela nunca contou e a polícia não a prendeu em flagrante delito -, Neide fazia suas exigências e quando não era prontamente atendida, proferia ameaças – as quais surtiam efeito. Percebi que a forma como Neide falava com as outras adolescentes e com os agentes era ríspida e ameaçadora, como se estivesse sempre dando ordens. Ela não dizia "*por favor*" ou "*obrigada*" – nem para os agentes – e quando queria alguma coisa, pedia em tom de voz elevado. Já ouvi Neide pedindo para que Kelly, uma agente, pegasse algo para ela, e Kelly respondendo que ela esperasse um pouco. Neide responde: "*abusada!*" e sussurra – num tom para que os mais próximos, como eu pudessem ouvir -, "*preta macaca*".

Os agentes não escondiam o fato de não gostarem dela, dizendo que ela era chata e dando "graças a Deus" quando sua medida foi progredida[184]. As outras adolescentes conversavam com ela, mas mantinham relações de distância e desconfiança, pois como dizia Raquel "*a Neide, ela tinha o jeito de ser tipo, falso, com os outros... ela, tipo, tá falando com*

[184]Neide teve sua medida progredida após cumprir pouco mais de um ano de medida socioeducativa entre uma internação e outra (a adolescente entrou no Degase em fevereiro de 2009, evadiu em setembro do mesmo ano e depois voltou em agosto de 2010, tendo a medida progredida em fevereiro de 2011). Neide volta para o ESD grávida e sua gravidez serviu como justificativa para suas mudanças – e para a impossibilidade de cumprir certas determinações. Pouco tempo depois de ter retornado ao CRIAAD pela segunda vez, Neide voltou a frequentar a escola, mas abandonou os estudos, dizendo que a gravidez deixava seu pé inchado e a impedia de andar e calçar tênis. Começou a expressar ainda seu arrependimento frente ao cometimento do ato infracional, dizendo que não conseguia nem imaginar que a vida tirada fosse a do seu filho. Neide confessava ainda que estava valorizando mais a sua família e construindo novos planos de vida. Vale lembrar uma entrevista que fiz com a adolescente, na qual Neide me conta que só pensa no seu filho e na importância que este trouxe para a valorização de sua vida, mas quando deixamos a sala das técnicas e nos sentamos ao lado das outras adolescentes, Neide debocha dizendo que em casa diz que "*aquele troço*" a estava incomodando, fazendo com que ela sentisse muitas dores nas costas. A mãe chorava e pedia para que ela não falasse do seu bebê daquele jeito. Para as técnicas não importava se Neide dizia a verdade ou não sobre seus planos de futuro e sobre sua reflexão. Importava que ela cumprisse as formalidades e se justificasse de forma convincente para o Juiz; o que a adolescente conseguiu afinal.

você e tudo o que você falar, ela chega e fala pra outra pessoa. Então, nunca confiei na Neide não. Falava com ela, mas nunca confiei nela de conversar não. Falava só por falar"[185].

Fabiana era uma das que se consideravam amigas de Neide – assim como Caroline – e disse-me que odiava quando diziam que Neide não prestava, porque, segundo ela, aquilo não era verdade: as pessoas só inventavam histórias para prejudicar sua amiga.

Poucas pessoas enfrentavam Neide. Uma dessas poucas era Jaqueline cujo fantasma rondava o CRIAAD – e cujo convívio todas as adolescentes temiam. Jaqueline era maior do que Neide e até esta temia a chegada da outra. Dizia Neide que:

> não dá! Ela não fala comigo... não tenho condição de ficar aqui com ela e com a Bianca[186], não tem... ela não gosta de mim... ela chegou aqui, chegou pro Ronaldo, falou que ia me matar, que não sei quem ia me matar, que eu estou grávida, que ia perto da minha casa pra arrumar um esquema... não tem como, não tem como. [...]

---

[185] A falta de confiança era frequentemente ressaltada por todas elas. As adolescentes diziam não confiar e nunca "baixar a cabeça" para ninguém, não aceitando desaforos ou críticas de qualquer tipo. A expressão da desconfiança era ampla e atingia não apenas aqueles do Degase, mas em alguns casos – como o de Neide, Matilde, Edwiges, Fabiana e Quitéria – alcançava seus familiares (pais, mães, irmãos etc.). Elas diziam que não era possível confiar em absolutamente ninguém.

[186]Conversei e convivi pouco com Bianca, mas soube que esta também causava muitos conflitos e enfrentamentos dentro da instituição. Na sua ficha registra-se que: "*Tendo em vista que a menor portou-se de maneira inconveniente dentro da instituição na qual cumpria o regime de SL* [semiliberdade], *dando causa a destruição de patrimônio público lá existente, bem como ocasionando a sua ausência na AIJ* [audiência] *para a qual havia sido regularmente requisitada, a progressão de regime merece revisão. É assim posto que, segundo o relatório [...], são atribuídas à representada "postura arrogante e desrespeitosa", "sempre intimidatória, não podendo ser contrariada em seus intentos", "manipuladora, exercendo liderança negativa", "gera situações de conflito entre funcionários, adolescentes e familiares". Também convém colecionar que, segundo o mesmo relatório, foi verificado que "a postura da família, acerca do ato infracional, também não contribui para que a adolescente possa refletir sobre os episódios"*. [...] *No episódio ocorrido na noite de 03/03/2010 é apontado que a menor praticou agressão física contra funcionários, desrespeito ao policial de plantão, ameaça de morte, alegando, inclusive, ter contexto na favela de Acari.* [...] *Como bem se pronunciou o ilustre representante do MP* [Ministério Público*], a postura dessa representada consegue ser ainda mais gravosa à sociedade. Na AIJ realizada* [...] *foi revelada a trama nefasta criada por essa adolescente, que não demonstrou nem demonstra qualquer arrependimento ou remorso de ter mantido na prisão, durante o Natal e Ano Novo, por mais de 60 dias, dois rapazes trabalhadores, tudo para encobrir um namorado traficante e um amigo desse namorado, de nome Júnior. A verdade é que exercer a função de magistrado, hoje em dia principalmente na área da Infância e da Juventude, não é tarefa das mais fáceis, deparando-se o juiz com os casos mais esdrúxulos.* [...] *Importante frisar que dos autos consta que a menor é bem quista perante os traficantes da Favela do Acari, conhecendo a todos, sendo chamada pelo nome, o que indica o seu grau de comprometimento com o tráfico de drogas não só de Paracambi, mas também daquela favela carioca. Por todos esses motivos, verifico a necessidade de regressão da MSE aplicada na representada, determinando sua INTERNAÇÃO, inicialmente por seis meses, podendo ser prorrogada até o limite da lei, tudo com fulcro nos art. 121 e seus parágrafos, 122, I e II, do ECA, devendo a menor sofrer acompanhamento psicológico na Unidade, além de cursos técnicos e devendo ficar ciente a Unidade de que a menor está proibida de livre acesso à MSN, Orkut* [redes sociais virtuais] *e afins*".

.

Neide dizia que Jaqueline criava conflitos demais e que esta sim era "*problemática mesmo*". "*Mas ela agredia muito os outros lá dentro?*", pergunto. Neide responde:

> Demais... até a hora que ela sair pra rua e acontecer alguma coisa com ela... porque é assim: você faz mal pra um, mal pra outro, acaba uma hora que... sei lá... pode acontecer com ela. Com essas atitudes... eu pensava assim, dizia "ah, vou matar"... tudo era "vou matar"... eu tava como? Revoltada... aí eu fiquei pensando: "o que eu faço com os outros, pode acontecer comigo, uma hora pode acontecer comigo". Às vezes eu falo "ah, vou matar, não sei o que", mas eu não tenho coragem de matar ninguém... eu acho... [...]

Neide sempre ameaçava os outros de morte, e por meio de suas histórias demonstrava que não tinha medo de morrer. As ameaças e as agressões eram percebidas por ela como "*revolta*", um estado a ser acionado contextualmente, dependendo do registro ao qual se ajustava: naquele mundo em que os princípios da coragem e da força hierarquizavam as pessoas, Neide se dizia revoltada, expressando sua grandeza por meio de ameaças, pela impostação da voz, pelas expressões faciais sempre de desafio ou deboche e pelas agressões perpetradas quando questionavam sua magnitude. Zaluar (2004, p. 63; 1985) aponta que, no tráfico de drogas, o "revoltado" é aquele que não ouve ninguém e não obedece a nenhuma regra socialmente aceita, agindo individualmente contra as "condições adversas" em que vive – aquelas proporcionadas pela pobreza, pela falta de acesso aos bens de consumo, pelas condições de trabalho e os baixos salários destinados à população pobre. Frente às dificuldades e à violência, o jovem se "revoltaria".

A demonstração de destemor frente à morte e o alerta sobre a possibilidade de agredir e de matar eram comuns não apenas no comportamento de Neide, mas também nos das outras adolescentes. Assim que Quitéria, por exemplo, entrou no CRIAAD – sem ter cometido nenhum ato infracional -, ao se sentir ameaçada, ironizada ou ofendida pelas outras adolescentes, dizia para prestarmos atenção, pois ela "podia matar" e que não tinha medo de morrer.

Certa vez, Quitéria sairia com algumas adolescentes num dos passeios de Kombi. Como a Kombi estava cheia e apertada, as adolescentes sugeriram que Quitéria saísse do seu lugar e o cedesse para outra, viajando no colo de alguma delas, demonstrando assim, a pequenez da adolescente, a qual não tinha direito, segundo elas, a ter um espaço na kombi. Quitéria ficou então extremamente irritada e eu ri da sua zanga, expressa em xingamentos altos. Quitéria – que até aquele dia não havia conversado comigo e permanecia distante - me

olha fixamente e diz para eu tomar cuidado, pois ela podia matar. Eu respondo com desdém: "*Pode? Eu também posso. Aliás, qualquer pessoa pode matar a outra*". Talvez o meu destemor frente às suas ameaças tenha feito a adolescente criar afeto por mim, já que na visita seguinte ela já me chamava de "*amor*" e estava sempre disposta a conversar comigo de forma descontraída e bem humorada. A partir daquele dia, percebi como eu também me ajustava às regras do *mundo das garotas*: eu temia aquela que tinha cometido homicídio, mas não a prostituta.

Lívia também era outra que sempre demonstrava sua coragem: ela havia organizado o assalto pelo qual foi detida e sempre enfrentava os agentes – como vimos no capítulo 2. Uma das formas de se engrandecer no *mundo das garotas* era enganar os agentes: furtar coisas umas das outras sem que eles vissem, levar drogas para dentro da unidade sem ser pega na revista, ofendê-los abertamente, questionar suas ordens[187]. Lívia fazia todas estas coisas, praticamente todos os dias e sempre era motivo de reclamação por parte dos agentes, mas era sempre "desculpada"– Lívia tinha 14 anos quando foi detida, ou seja, considerada muito nova - e a presença de sua mãe agressiva justificava seu comportamento "desviante".

A mim foram confiadas informações sobre o que Lívia fazia, pois eu "*fechava*" com as adolescentes, como disse Ana. Soube que Lívia comprava envelopes de cocaína quando ia para a escola e os escondia no ânus de forma a conseguir passar pela revista dos agentes. Além disso, Lívia os desobedecia, não cumprindo suas ordens – como a de não usar bonés na rua – e soube que ela já tentou agredir uma agente quando esta ordenou que a adolescente saísse do seu lado. Mas apesar disso, Lívia nunca teve sua medida regredida, pois todo mau comportamento terminava em prantos, com a adolescente pedindo desculpas, e com as justificativas de falta de afeto materno e maturidade.

Já Jaqueline não havia cometido homicídio – havia assaltado -, mas era grande pela sua agressividade e audácia. A adolescente agredia aqueles que a contestassem ou que não a obedecessem, e seu nome corria as instituições. Vi Jaqueline poucas vezes, mas ouvi muito sobre ela e os relatos sempre pareceram amedrontados: na quase totalidade das entrevistas que fiz com as adolescentes, seu nome surgiu como sendo um dos principais estopins das brigas no Educandário Santos Dumont. A adolescente era um mito entre as privadas de liberdade,

---

[187] Certa vez vi Matilde rindo. Pergunto de que ela achava graça. Ela escreve no meu caderno de campo: "*Eu acho que a Vanusa viu o isqueiro que tá comigo*". Se Matilde pretendia fazer algo com aquele isqueiro, não sei; pude perceber apenas que o fato de pegá-lo sem que ninguém visse, lhe trouxe satisfação. E pegavam-se coisas dos funcionários e daquelas com quem não se "fechava". Notei que inúmeras vezes as adolescentes me pediram coisas emprestadas – em especial canetas, lápis e borrachas -, as quais sempre voltaram. Era importante devolvê-las, demonstrava-se, desta forma, respeito não apenas pelas minhas coisas, mas por mim. Todas as vezes que os agentes me pediram lápis, canetas etc., entretanto, os objetos não foram devolvidos, dando a entender que nem os objetos nem o ato da devolução eram importantes.

tanto das que cumpriam medidas de internação quanto das que cumpriam medida de semiliberdade.

Poucas semanas antes da chegada de Jaqueline ao CRIAAD Ricardo, chegaram três meninas que "*fechavam*" [ou seja, que apoiavam, eram fiéis] com ela: Pamela, Eliana e Roberta. A partir de então, começaram a ocorrer conflitos mais frequentes e "*lutas corporais*", como diziam as técnicas, com as meninas que já estavam cumprindo medida, especialmente com Lívia e Daniela. Um destes eventos envolveu Pamela e Ana, gerando "tumulto generalizado":

> Vimos por meio deste, [...] comunicar que novo fato ocorreu em nossa Unidade envolvendo as adolescentes acima mencionadas. Cabe ressaltar que no dia 02/11/2010 essas mesmas adolescentes foram encaminhadas a Delegacia de Polícia para a realização do Registro de ocorrência sob o título de Desacato – Dano – Vias de Fato. Com base no relato da Coordenadora de Plantão foi informado a Autoridade Policial que em 02/11/2010 (data do ocorrido) por volta das 18h verificou-se um intenso "tumulto" sendo o mesmo iniciado no alojamento quatro. Diante da impossibilidade de conter as adolescentes que estavam demonstrando um comportamento bastante agressivo, foi acertado entre a equipe de plantão que o melhor procedimento a ser realizado seria retirá-las do alojamento visando com isso, preservar a integridade física das mesmas. Fato que acabou ocorrendo o contrário do esperado, pois ao invés das mesmas conseguirem manter um equilíbrio diante da situação, acabou criando um "tumulto generalizado" (sic). Segundo registro em livro próprio da Unidade, as adolescentes Pamela e Ana acabaram se auto agredindo além do fato de todas as outras adolescentes começarem a falar mal, ameaçar e desacatar os funcionários que ali se encontravam tentando reverter uma situação que aparentemente não apresentou justificativa. Quando os profissionais (agentes de disciplina) conseguiram sensibilizá-las quanto à importância das mesmas retornarem aos seus respectivos alojamentos, a adolescente Quitéria resolve então chutar um vaso sanitário danificando assim o Patrimônio da Unidade. Finalizando a Síntese Informativa, gostaríamos de deixar registrado o ocorrido, tendo em vista a prática desse novo Ato Infracional por parte das adolescentes acima mencionadas. Diante do exposto, remeto o presente a apreciação e consideração de V. Exª.

Vanusa - a diretora do CRIAAD - andava visivelmente nervosa e constantemente convocava reuniões com as meninas na tentativa de resolver os numerosos conflitos. A diretora dizia que seus "*nervos*" estavam "*atacados*" por ter que apartar lutas corporais e que por isso não estava conseguindo dormir. Pediu às meninas para serem compreensivas e para pararem de brigar, mas se isso não acontecesse, ela teria que apelar para a polícia ou para o judiciário. As meninas saíam da sala das técnicas, onde aconteciam as reuniões, prometendo se comportar melhor. E para evitar brigas, a diretora e as técnicas optaram também por

separar as meninas por alojamento segundo os "conflitos"[188] e não de acordo com as idades e compleições físicas, como prevê o SINASE[189]. Houve muitas reclamações por causa das trocas, mas as técnicas procuraram convencê-las de que seria melhor assim.

Algum tempo depois, Ana entrou na sala pedindo atendimento à técnica. Conversaram um pouco sobre a limpeza dos alojamentos e do pátio (o dia estava quente e Ana suava demais, reclamando do calor) e começaram a falar sobre a quantidade de confusões que as meninas estavam criando. "*Isso não é nada... Espera até a Jaqueline chegar...*", alertou Ana.

Jaqueline finalmente chegou – sob muitos gritos das outras meninas, como em todas as entradas na unidade – no dia 03 de fevereiro de 2011. Ela chegou ao CRIAAD na Kombi do Educandário Santos Dumont, acompanhada por dois agentes e outra adolescente, Mônica, que também teve sua medida progredida.

Jaqueline, que tem a cútis branca e excesso de peso nos seus 1 metro e meio de altura, está agora com 17 anos e muitas cicatrizes pelo corpo e rosto. Soube pelas adolescentes no Educandário que Jaqueline morava em Duque de Caxias e era acusada de roubo, assaltando geralmente na Lapa e no Leblon. Disseram que todas as vezes que Jaqueline teve sua medida progredida para liberdade assistida disse: "*Me esperem que quinta estou de volta!*", e realmente sempre voltava.

A adolescente chegou ao CRIAAD usando o uniforme do ESD e alguma maquiagem no rosto (lápis nos olhos e batom vermelho). Seus cabelos crespos que chegam aos ombros estavam cuidadosamente penteados e enfeitados com uma flor vermelha. Mônica, a adolescente que chegou com Jaqueline, não demonstrou o mesmo cuidado com sua aparência: estava apenas usando o uniforme do ESD e chinelos de plástico, sem maquiagem ou cabelos arrumados.

Algumas meninas do CRIAAD chegavam até a porta para ver Jaqueline, a qual disse num tom de autoridade e com a voz empostada: "*Chama a Pamela*". A adolescente, que eu não soube quem era, respondeu do lado de fora: "*Ela está se escondendo de você*". "*Escondendo porra nenhuma! Chama ela agora! Não adianta se esconder, porque eu vou aí.*", retrucou Jaqueline.

---

[188] Os conflitos aconteciam geralmente por questões de afinidade, nas quais as de um grupo "*fechavam*" entre si, mas não com as do outro grupo. Não havia um critério – como local de moradia ou facção criminosa – que pressupusesse as relações de afeto ou de conflito entre elas. Seus pertencimentos a certo grupo poderiam ser previstos se elas fossem vizinhas e amigas de uma ou outra que pertencessem a certo grupo (como era o caso das meninas de Paracambi que eram primas, vizinhas e colegas), mas isso não era absoluto: elas podiam criar afinidade com outra adolescente e "ir para o outro lado", como pude presenciar algumas vezes.

[189] O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo determina que as adolescentes sejam separadas por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração (SINASE, 2006: 70).

Angélica, uma das agentes, trouxe uniformes do CRIAAD para que as adolescentes se trocassem. Perguntou quem trocaria de roupa primeiro. Jaqueline se ofereceu prontamente. Foi ao banheiro com sua trouxa de roupas, enquanto Mônica esperava sua vez sentada no banco de madeira que fica encostado na sala dos técnicos. Ao seu lado estavam os dois agentes do Educandário.

Um dos agentes – eram um homem e uma mulher – perguntou à Isabel, a assistente social, se ela tinha uma "*vela de seis meses*", pois seriam necessárias muitas bênçãos durante a passagem de Jaqueline pelo CRIAAD. O agente lembrou, porém, que Jaqueline completaria 18 anos em julho, então os funcionários do CRIAAD teriam que esperar ao menos até lá. Isabel disse-lhe que quando a menina vem assim, muito "*agitada*", ela geralmente "*pula*" - ou seja, foge do CRIAAD ou não volta após o fim de semana. "*Mas ela já disse que vai pular*", disse o agente.

Depois de conversarem com a técnica, e após Mônica ter trocado de roupa, os agentes foram embora. As meninas ficaram um tempo no pátio aguardando a entrevista de recepção.

A assistente social chamou então Jaqueline para conversar. A jovem já havia mudado de roupa, prendido o cabelo e tirado a maquiagem. Jaqueline sentou-se de frente para Isabel na mesa redonda da sala, colocou as mãos sobre a mesa e cruzou os dedos: "*Então, Jaqueline, queria que você falasse um pouco sobre você...*", perguntou Isabel. Jaqueline responde: "*Eu não tenho nada pra falar sobre mim não...*".

Jaqueline falava com suavidade na voz, tinha a expressão facial calma e parecia estar serena, enquanto Isabel ainda não havia conseguido sentar para conversar com a adolescente devido ao volume de papéis e trabalho que estavam sobre a mesa ao seu encargo e que ela tentava organizar.

> Isabel: Jaqueline, como você avalia a sua vinda aqui para o CRIAAD?
> Jaqueline: Boa.
> Isabel: O que você espera com essa medida?
> Jaqueline: Eu espero apenas de mim. Espero cumprir as regras e poder melhorar, ser uma pessoa melhor. Porque a gente tem que melhorar, né? Cansei dessa vida errada, agora só vou fazer as coisas certas.
> Isabel: E como é sua família?
> Jaqueline: Meu pai, não sei, minha mãe está em São Paulo. Eu moro com a minha sogra que chamo de mãe. Ela que assina pra mim ["*assinar*" quer dizer que é a sogra quem se tornou responsável legal pela adolescente].
> Isabel: Sua sogra?
> Jaqueline: É, é ela que me cria.
> Isabel: Você sabe quanto é a renda na sua casa?
> Jaqueline: Não sei não.
> Isabel: Você tem filhos?
> Jaqueline: Tenho um filho de três anos, mas ninguém diz que ele tem essa idade.

> Isabel: E o pai do seu filho?
> Jaqueline: O pai do meu filho mora na casa de baixo da minha sogra. Ele não é o pai de verdade, só registrou.
> Isabel: Vou ter que te fazer uma pergunta indiscreta: você fica com meninas?
> Jaqueline: Eu sou sapatão.
> Isabel: Já cumpriu medida antes, Jaqueline?
> Jaqueline: De semiliberdade não...
> Isabel: Quantas vezes você passou pelo sistema?
> Jaqueline: Estive no Dumont quatro vezes.
> Isabel: Mas você também recebeu LA [Liberdade assistida], né? LA também conta como medida socioeducativa... Pode ir, Jaqueline. Depois a gente conversa com mais calma.

Jaqueline pergunta se pode ligar para sua mãe e Isabel diz que sim. Leva-a à sala ao lado, liga para a mãe da jovem e volta para a sala técnica para ajeitar os papéis sobre a mesa. Enquanto isso Jaqueline conversa com sua mãe:

> Mãe, sou eu. Como a senhora está? Como está o [nome do filho]? Mãe, você tem que vir aqui pra conversar com as técnicas. Mãe, na semana que vem vou pra casa vestida de homem [a mãe responde]. Porque agora eu sou joão, mãe! Vou até no [nome do cabelereiro] pra raspar a cabeça [a mãe fala]. Para com isso mãe! Agora eu sou joão! Deixa eu ir, mãe. Bença.

Jaqueline sai da sala e já ouço seus gritos. Ela chamava por Pamela, a qual é sabidamente sua "*maria*"[190] e à qual Jaqueline "espanca", como disseram as outras meninas.

A adolescente ficou no CRIAAD ainda por duas semanas até "*pular*", como dizem as meninas, ou "*evadir*", como dizem os técnicos (Mônica pulou no mesmo dia). Ela manteve-se calma no início, mas pouco tempo depois fez ameaças aos funcionários por não terem-na deixado ir ao salão de cabeleireiro; dizia que quem se colocasse no caminho dela "*ia ver*" e que ficaria "*careca como xota depilada*", talvez fazendo uma alusão à punição de raspar a cabeça perpetrada pelo tráfico de drogas em caso de infrações "leves" às leis do tráfico – como fazer fofoca, por exemplo.

Jaqueline era quase um mito: destemida, enfrentava qualquer adolescente e funcionário e ao contrário das outras, não ficava apenas nas ameaças e nem nas brincadeiras. Seus atos infracionais não estavam entre os mais valorizados (ou seja, sua grandeza não era dada imediatamente na sua entrada, como o é quando as meninas cometem homicídio) e não a

---

[190] "*Marias*" são as adolescentes que apresentam características, emoções e aparência que comumente atribuem-se às mulheres. Veremos a divisão de gêneros mais adiante.

colocavam no topo da hierarquia da força e da falta de temor; ela havia "*rodado*" por assalto, sendo assim, ela tinha que provar diariamente que era forte, ousada e destemida por outros meios (e raspar a cabeça, como disse à mãe, também a ajudava a reforçar sua imagem forte, viril). Jaqueline dava tantas provas de sua grandeza que versões sobre seus atos espalhavam-se e a adolescente era temida por todas: como a gramática, as convenções e regras do "mundo das garotas" valorizam o que envolve poder e virilidade, remetendo-se às regras e aos valores pertinentes ao tráfico de drogas[191]: Jaqueline gritava com as outras, as ameaçava, batia na sua "*maria*", ameaçava os funcionários (uma menina me disse que os agentes do ESD não batiam em Jaqueline pois, acreditava ela, tinham medo da adolescente) e a partir da sua entrada no CRIAAD, se vestiria como homem. Quando Jaqueline começava a gritar, a unidade ficava em silêncio. No mundo das garotas, sua grandeza estava acima das grandezas das demais.

Poderíamos dizer que o mundo das garotas valoriza uma *gramática da violência urbana*, como a estudada por Machado da Silva, ou, como observou Feltran (2008), as adolescentes utilizam o *marco discursivo do crime*. As pessoas são medidas pelos atos infracionais cometidos e a grandeza é avaliada de acordo com a coragem empregada para cometê-los. Mas ao contrário do temor e desqualificação da violência, como no caso dos agentes, como vimos no capítulo 2, os quais percebiam a *sociabilidade violenta* como um fenômeno que rompe as rotinas e desafia o Estado, no *mundo das garotas*, a *gramática da violência* toma um sentido positivo e é encarada como expressão de audácia.

No caderno de respostas que encontrei no pátio, por exemplo, havia algumas perguntas e respostas que apontavam para a valorização destes repertórios, tornando as infrações uma forma de constituir e dar sentido às relações que têm lugar naquele contexto. Pergunta-se: "*Você já foi mulher de bandido?*". Das 19 que responderam, apenas três disseram que não (Lívia, Daniela e Raquel – duas que diziam não se relacionar com homens e uma que dizia

---

[191] Zaluar (2004, 1994) descreve o *etos da masculinidade* ou *etos guerreiro* no tráfico de drogas, o qual conseguiria a obediência pelo medo e basear-se-ia na insubmissão e no desafio. Este etos fundamentado na capacidade e disposição de destruir o adversário, seria reflexo de uma ideologia que atrelaria liberdade e poder, sendo o "sujeito-homem" um ser autônomo, capaz de buscar a ampla realização de suas vontades por meio do uso e da ameaça de uso da força. No tráfico, indivíduos atomizados se protegeriam em bandos para demonstrar coragem por meio da força bruta e para se defender dos demais, os quais também estariam dispostos a tal tipo de demonstração. Zaluar (2004, p. 62) diz que o etos da masculinidade se constrói sem o contraponto feminino e impõe a necessidade de resposta violenta às provocações. Há um culto ao *heroísmo bandido* e à absolutização da liberdade, expressa na frase "*ninguém manda em mim, ninguém me influencia, ninguém me sugere*" (idem, p. 63), os quais são extremados pela disposição para "*terminar de vez com a liberdade alheia*", tirando-lhe a vida. "*O bandido precisa ser mau para auto-afirmar-se: não pode hesitar diante das ações mais condenáveis, sob pena de ser considerado um homem emasculado, sentimental, fraco*" (Ibidem, p. 64). Há a necessidade de revidar qualquer provocação ou tentativa de humilhação, sendo justamente a possibilidade do revide o que permitiria a avaliação moral da coragem do *sujeito homem* (ZALUAR, 1985).

nunca ter namorado ninguém e ainda ser virgem). Em seguida a pergunta era sobre o cargo do "*marido*": "*gerente*" foi a resposta quase unânime.

Matilde e Quitéria sentam-se então ao meu lado e começam a conversar sobre a página que eu estava lendo. Matilde comenta com Quitéria: "*Viu? As garotas escreveram o que os maridos faziam... eu não ia escrever o cargo do meu ex-marido, não vou entregar ele...*". "*Qual era o cargo dele?*", pergunto. "*Gerente*", Matilde responde. "*Ué, mas todas as meninas disseram que namoravam gerentes!*", contesto. Matilde gargalha e diz: "*Eu vi! Gerente e dono... ninguém colocou 'olheiro', 'vapor'... o pai do meu filho é olheiro, mas eu amo ele. Ele é olheiro, coitado, mas eu amo ele*". Matilde fala que seu "marido" – diferentemente do "pai do seu filho" – era gerente e que as meninas mentem ao *engrandecerem* seus companheiros. O pai do seu filho era um pobre olheiro - função que não desfrutava do mesmo *status* que um gerente, com seu poder, dinheiro, reputação e funções -, mas desfrutava do seu amor.

Pergunto então à Matilde qual era o seu cargo no tráfico. Ela responde: "*vapor*". "*E as outras meninas daqui?*", continuo. "*Todas eram vapores*", ela aponta. "*Não tinha nenhuma gerente?*". "*Uma ou outra diz que é gerente, mas é mentira*", ela retruca. "*Matilde, porque você acha que os adolescentes entram para o tráfico ou cometem atos infracionais?*", questiono. "*No fim, são sempre as amizades*", ela conclui.

Por quê as adolescentes "mentiriam" que eram mulheres de gerentes e de donos, como disse Matilde? Ser mulher de gerente ou dono era ser grande segundo o "marco discursivo do crime", como diz Feltran. Gerente e dono eram altos cargos de poder dentro do tráfico de drogas, e isto levava inclusive algumas adolescentes a afirmarem que elas próprias – assim como seus maridos – eram gerentes.

Neide não disse que foi mulher de um gerente em Caxias, mas agora estava grávida de um gerente de tráfico de uma favela em Rio Bonito. Ela havia sido a protegida do FB, dono do morro do Imbariê e era acusada de homicídio. Ela usava estas informações para se engrandecer, provocar medo e ter suas vontades atendidas. Já Jaqueline não havia cometido homicídio, mas fazia muitas ameaças com tom de voz firme e agredia fisicamente aqueles que não a obedecessem ou apenas discordassem dela[192], fossem estes funcionários do Degase ou

[192] Certa vez vi uma discussão com muitas ameaças por parte de Jaqueline – esta dizia que ia cortar a cara de Valéria quando esta estivesse dormindo – porque Valéria não concordou quanto à cor da Juíza. Jaqueline disse que "sua Juíza" era branca e Valéria disse que não, que a Juíza era morena. A partir desta discordância Jaqueline se irritou e proferiu ameaças à Valéria.

não. Lívia também enfrentava os funcionários do Degase: ela estava constantemente tentando enganar os agentes e desobedecendo às suas regras[193].

As adolescentes investiam num mundo que estima os atos infracionais e a gramática da violência urbana, relacionando-se segundo o que Feltran (2007) chama de "marco discursivo do crime". Valoriza-se a audácia de cometer infrações graves, de burlar regras, desobedecer aos agentes e de enfrentar as oponentes, gerando desta forma, medo e respeito. Mas tanta valentia não era sem limites. Elas ainda temiam a morte e a expressão deste medo era tratado por vezes com seriedade e por vezes com zombaria.

3.2.3 A morte

A morte era um não humano que rondava as mentes e afetava as situações. Apesar de dizer-se que a morte não era temida, quando as adolescentes eram confrontadas com alguma possibilidade de risco às suas integridades físicas (ou até mesmo de encarar entidades espirituais que anunciem a morte), as reações de medo transpareciam – e acabavam servindo

[193] E para manter informações, suas regras e relações a parte dentro daquele contexto, no qual a vigilância sobre elas era constante, as adolescentes criavam ainda códigos de linguagem para se comunicarem sem que ao agentes ou as técnicas entendessem. E uma destas formas era a "língua do p". Este código foi usado algumas vezes em minha presença e nalgumas destas vezes eu entendi a mensagem e noutras não. Elas estavam conversando comigo e de repente começavam a falar na "língua do p", na qual se coloca a letra "p" antes de cada sílaba – por exemplo "p-sí-p-la-p-ba", para sílaba. Num dia que cheguei, Maiara veio até mim com voz chorosa dizendo: "*Tia, minha mãe me abandonou! Foi embora para Minas e me deixou sozinha...*". Eu perguntei por quê. Ela me disse que sua vida era difícil, pois seus pais eram divorciados. Além disso, sua mãe foi passar férias em Minas e não quis mais voltar para o Rio. Seu pai não ligava muito pra ela, então quando ela saía nos finais de semana ia pra casa ficar sozinha – Maiara quase chorava ao contar sua história de solidão e abandono. Eu estava dizendo para a adolescente que sentia muito por tudo isso, quando Lívia, do outro lado do pátio chamou-a e falou algo na "língua do p". Seu tom choroso mudou, tornando-se jocoso e as duas começaram a se comunicar de forma que não entendi. Maiara saiu do meu lado e sentou-se ao lado de Lívia e as duas permaneceram rindo e conversando na "língua do p", sem que eu entendesse. Kelly, agente, se aproxima de mim e confessa que Maiara é "*uma atriz*", pois consegue chorar quando quer, sem muito esforço. Noutra ocasião, eu estava conversando com Alice sobre sua mãe quando Lívia apareceu na porta do alojamento e começou a gesticular. Eu fingia que não estava entendendo o que ela queria dizer com as mímicas, mas compreendia: ela dizia zombava de Alice, dizendo que esta estava apaixonada por mim. Nisso, Lívia disse: "*Tia, você entende a língua do p?*" E começou: "*p-a p-a p-li p-ce p-tá p-a p-fim....*". Alice grita: "*Pára Lívia!!! É claro que ela entende!*". Lívia pergunta: "*Você entende, tia?*". Eu disse que não – porque estava constrangida com a possibilidade de ouvir a informação que ela tinha para me dar. Nisso Alice entrou para o alojamento batendo o pé, chateada. A "língua do p" era uma forma de se comunicar trocando informações particulares, sem criar problemas ou ser repreendida pelo que estava sendo dito. Dizer que Alice estava apaixonada por mim era uma informação sigilosa, primeiro porque eu não era uma adolescente cumprindo medida e segundo que o relacionamento entre mulheres não era bem visto pelos agentes.

de contra prova. A morte eminente parecia estar presente em suas vidas, já que muitas delas haviam perdidos inúmeros colegas assassinados tanto por policiais quanto por traficantes.

Quitéria, por exemplo, dizia não ter medo de morrer e ser capaz de matar, mas todas as vezes que ouvia o som de fogos de artifício corria para debaixo da cama, tentando se esconder.

Ou ainda, certa vez, quando cheguei ao CRIAAD, Quitéria e Matilde estavam sentadas no banco localizado no pátio, com feições de transtorno. Tina, a estagiária de Psicologia senta-se ao lado de Matilde e pergunta-lhe como ela estava. Matilde responde que estava com medo do que aconteceria com uma agente, pois ela havia "*visto coisas*" perseguindo a tal agente. Tina pergunta, então, que coisas eram estas, mas Matilde diz não poder contar, já que eram "*graves*". Tina entra para a sala das técnicas e relata a história para Isabel, a assistente social. Isabel chama Matilde e Quitéria para conversar e eu entro na sala para acompanhar a conversa. Matilde senta-se no banco entre Isabel e Tina, e Quitéria senta-se na minha frente.

Matilde e Quitéria relatam então que, no dia anterior, estavam "*brincando*" no alojamento: as duas fizeram um círculo com areia, começaram a cantar "*Vem Satanás! Vem Satanás!*" e a dançar, batendo palmas. Matilde sentiu que quem veio, na verdade, foi a Pombagira[194], mas a adolescente não permitiu que a entidade se manifestasse em seu corpo. Contrariada, a Pombagira passou a assombrar Matilde e a perseguir uma agente que fazia plantão naquele dia. Matilde e Quitéria contaram que ficaram com medo do que poderia acontecer quando a agente saísse dali.

Tina contou ser frequentadora da umbanda e alertou que as garotas não deveriam fazer brincadeiras como aquelas, as quais por sinal, nem eram brincadeira. A estagiária sugeriu que fosse feita uma oração. Matilde a impede bruscamente dizendo que não, pois tinha medo. A adolescente começou então a se lamentar dizendo que não entendia o por quê de Deus ainda deixá-la viver depois de tudo o que havia passado, após tanto sofrimento. Matilde dizia que achava que Deus não era bom já que apenas coisas horríveis aconteceram em sua vida e agora ela estava cansada de viver, estava sem esperanças e queria que sua vida chegasse ao fim.

Quitéria apenas ouvia a conversa. Às vezes ela olhava para a grande mesa cheia de pastas e dizia que gostaria de ser psicóloga para dar conselhos às pessoas. Isabel, num tom de voz calmo, dizia para Matilde que ela poderia refletir sobre as coisas que aconteceram na sua vida e, então, aprender com elas. Matilde, porém, ressaltava que só haviam acontecido coisas ruins em sua vida e que para ela, não havia chance de algo bom acontecer.

---

[194] A Pombagira é uma entidade da umbanda, sendo a representação feminina de Exu.

Tina insiste na tentativa de orar e Matilde nega, dizendo não compreender como Deus não havia visto as coisas que lhe aconteciam. As técnicas quase em uníssono dizem que Deus via, já que Ele estava em todos os lugares. "*Ai não diz isso!!!*", disse Matilde, temendo a onipresença divina. Eu intervenho na conversa e digo para a adolescente que se ela morresse poderia encontrar tanto a Pombagira quanto Deus no outro plano, sendo assim, não fazia sentido desejar tanto a morte – as entidades que ela temia tanto estariam todas lá, esperando por ela. Matilde fica em silêncio e diz que tenho razão. Recito então uma frase atribuída a Chico Xavier[195]: "*Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode recomeçar e fazer um novo fim*". Matilde me olha fixamente por um longo tempo e confessa: "*Gostei de você*". Após mais algum tempo de silêncio, Isabel pede à Matilde que lhe conte sua vida com mais detalhes numa outra sala. Tina me pergunta se sou espírita. Confesso que não, que eu havia ouvido a frase num filme que havia assistido havia pouco tempo. Tina sai da sala dizendo que precisava espairecer e fazer uma oração. Quitéria permanece na sala, refletindo em silêncio, até confessar, novamente, que seu sonho era ser psicóloga para poder ajudar as pessoas. Matilde e Quitéria brincam de desafiar o sobrenatural, entrando em conflito com uma entidade feminina cuja ousadia e irritação – características atribuíveis também às meninas – não admitem deboche. Matilde e Quitéria sentem a presença da Pombagira; esta age provocando pavor nas adolescentes. Matilde diz não ter medo da morte e até a deseja, mas ao mesmo tempo teme as experiências "extracorpóreas" que poderá ter após desencarnar.

O fato de terem presenciado a morte de conhecidos também lhes trazia ansiedade. Neide relatava sonhos que teve em que Regina vinha falar com ela; e Nair, adolescente detida por tráfico junto com Matilde, mas com sua medida progredida para liberdade assistida antes desta, relatava para Juliana um sonho que teve no qual andava numa rua cheia de buracos com um conhecido que já morreu. Ela olhava para suas mãos e suas unhas estavam pintadas de vermelho. "*Sonhar com unha é morte*", disse Nair, "*Quem próximo a mim vai morrer? Fábio, Thiago e Raphael já morreram. Meu ex-marido já morreu... quem será agora?*", dizia a adolescente aflita.

A morte fazia parte das histórias das adolescentes e representava uma angústia relacionada ao futuro, caracterizando a insegurança nas rotinas, desestabilizadas pelo que Machado da Silva chama de *sociabilidade violenta*.

Outro fator que provocava medo e ansiedade eram as histórias sobre as milícias. Os técnicos diziam para as adolescentes que a região de Ricardo de Albuquerque era controlada

---

[195] Chico Xavier (1910-2002) foi um célebre *médium* e grande divulgador do espiritismo no Brasil.

pelas milícias[196] e que estas matam traficantes e acusados de tráfico. As histórias sobre a possibilidade de serem pegas pelos milicianos eram suficientes para gerar ordem e silêncio durante a noite, já que "muito barulho" poderia chamar atenção da milícia. Por vezes, à noite, as meninas gritavam ou "*batiam chapa*" (ou seja, chutavam as janelas e as portas dos alojamentos para chamar a atenção dos agentes) por causa de brigas entre elas ou a fim de ter alguma reivindicação atendida – fosse pelo calor, ou por terem que ir dormir cedo (às oito da noite trancavam-se as portas), ou como forma de enfrentar alguma norma, da qual discordavam. Os agentes dirigiam-se então até os alojamentos e diziam que os milicianos escutariam aquele barulho e apareceriam no CRIAAD para saber o que estava acontecendo. A visita dos milicianos os levaria a descobrir que ali havia algumas adolescentes detidas por tráfico e sabe-se lá o que eles poderiam fazer com elas. Já ouvi também a diretora dizendo para as adolescentes, após algumas brigas que se estenderam noite afora, que estava com problemas com os milicianos do local por causa da gritaria e que isso a deixava preocupada porque os milicianos estavam "*doidos para matá-las*". Estes comentários e a crença em tal possibilidade eram suficientes para provocar medo e gerar silêncio.

A possibilidade de serem pegas pela milícia também fazia com que as garotas fossem e voltassem da escola rapidamente, pois suas pastas do CRIAAD eram documentos que comprovavam seu estado de "em conflito com a lei". Certa vez, Ana iria para a escola e na saída, percebo que ela retirava nervosamente algumas folhas da sua pasta de frequência – aquela que elas levavam para a escola para receber a assinatura e o registro da hora pelo porteiro. Kelly, a agente, pergunta o que estava acontecendo e ela responde, quase aos gritos, que não ia dar mole para os milicianos; ia tirar os papéis da pasta para que eles não pensassem que ela poderia fazer alguma arma com aqueles ferros que prendem os papéis e que por isso, a pegassem e a matassem. Kelly então responde: "*Mas você tá com medo dos milicianos?! Vocês ficam gritando a noite toda, chamando a atenção deles!*". As histórias sobre milicianos impediam que as adolescentes burlassem as regras da instituição: os rumores sobre a milícia garantiam o silêncio à noite, garantiam que as adolescentes voltassem para o CRIAAD na hora e que não guardassem nada que pudesse se transformar em armas.

Milicianos poderiam matá-las e a possibilidade de morrer as afligia, contrariando as provas de coragem e ousadia que apresentavam. O "etos da masculinidade" que fazia parte do repertório pertinente ao "mundo das garotas", constituindo um dos principais critérios de

---

[196] As milícias são "*grupos paramilitares compostos em geral por policiais da ativa ou ex-policiais, bombeiros etc., nem sempre moradores de favelas, e muito bem armados* (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2007, p. 578)".

ajustamento a ele, dava lugar ao medo quando era outra a situação, especialmente naquelas de ameaça à vida – fosse pelos milicianos ou pelas entidades sobrenaturais.

3.2.4 "Joãos" e "Marias"

No *mundo das garotas* investia-se também em outras configurações de gênero, diferentes daquelas às quais as adolescentes se ajustavam na presença dos técnicos e dos agentes. Ali, os estados masculinos e femininos variavam de acordo com as situações e podiam encontrar diferentes expressões. Como vimos, o *etos guerreiro* – termo cunhado por Elias (1993; 1997) e desenvolvido por Zaluar (2004) como *etos da masculinidade* ou da *virilidade* – engaja as adolescentes e suas corporalidades, tendo como apoio inúmeros objetos (como armas, drogas, leis, cargos no tráfico etc.). Mas este etos é partilhado por adolescentes do sexo feminino que na maioria das vezes não se travestem de homem para se engrandecerem – Jaqueline era "*joão*", mas Neide era "*maria*" e ambas eram "grandes". Apesar disto, as adolescentes ajustavam-se a novos gêneros – ao menos na interpretação dos técnicos e dos agentes - quando ingressavam no Degase e com estes, investiam em experiências sexuais, muitas vezes, diversas das que tinham fora dali.

O assunto "*homossexualidade*", por exemplo, apareceu pela primeira vez durante uma entrevista realizada com Fernando, o psicoterapeuta do Educandário Santos Dumont. Fernando me contava a história de Alice, uma menina de 17 anos, vinda do interior e filha de evangélicos, que se sentia forçada pela mãe a namorar um rapaz do qual não gostava. Fernando contou que Alice sempre expôs o desconforto provocado pelo compromisso assumido, revelando que achava que na verdade quem era apaixonada pelo rapaz era a própria mãe. Após relatar alguns acontecimentos da vida da moça e algumas de suas impressões e interpretações para o seu comportamento (disse que Alice era muito boa; tinha um "caráter limpo, trabalhado"), Fernando revelou que Alice lhe confessou que ficava com meninas. Após esta revelação, Fernando pôde entender o que acontecia com Alice: a moça era homossexual e numa família evangélica, se sentia reprimida e acuada. Ela estava "*aprisionada num corpo*" e numa cultura que não era a qual ela pertencia; Alice estava "*um pouquinho adiante do tempo de onde ela vive*". E foi até bom que ela fosse para o Santos Dumont, pois lá ela "*deu um salto muito grande em termos de autoconhecimento*".

Na reunião seguinte com a mãe de Alice, Fernando disse que a moça tinha uma revelação a fazer. Deixou Alice a sós com a mãe para que a adolescente contasse que era homossexual. Assim que Fernando retornou à sala, indagou à mãe o que ela achava sobre a revelação da filha. A mãe disse que nunca esperava isso, mesmo achando que Alice era "diferente", pois ela própria, quando jovem, sempre teve vontade de namorar, tendo seu primeiro relacionamento aos 12 anos de idade, enquanto Alice nunca demonstrou interesse por ninguém (e por isso sugeriu que a adolescente, com então 13 anos, namorasse Marcão, um rapaz de 19 anos que morava na vizinhança). Fernando então disse à mãe que algumas atitudes que esta tomou levaram a circunstâncias "*não boas*".

Fernando disse à adolescente que estava na hora de conversar "*mais claramente com sua mãe*" e disse à mãe que Alice "*está descobrindo as coisas, está descobrindo a sexualidade dela agora, aos 17 anos*". Disse-lhe ainda que se ela realmente ama a filha, deveria aproveitar a oportunidade e conversar mais com ela, e que Alice "*com certeza não vai fazer nada para magoá-la. Ela está descobrindo coisas inerentes a ela própria*". E se tal descoberta for interrompida, ela poderá voltar a fazer coisas que deixam a mãe chateada. Fernando contou que então as duas se abraçaram e choraram, e espera que a mãe "*trabalhe bem as informações que recebeu*".

As informações passadas por Fernando pareciam esclarecedoras: Alice descobriu-se homossexual e sustentaria a sua opção sexual pelo resto de sua vida, enfrentando inclusive a mãe e a doutrina na qual havia sido criada. O trabalho individualizado realizado pelos técnicos havia dado bons frutos; faltava apenas a permissão da mãe para que a autodescoberta da adolescente continuasse sem impedimentos ou opressões.

No Educandário Santos Dumont, Alice estava desempenhando determinado papel de gênero, ou, poderíamos dizer, nos baseando nas teorias de Boltanski e Thévenot (1991), que ali, dependendo da situação, o gênero de Alice também tinha diferentes estados. Butler (2003, p. 200) diz que os *gêneros* são performativos; eles apresentam inúmeras configurações possíveis nos diferentes contextos culturais e históricos, e nem sempre se constituem de maneira coerente ou consistente em tais contextos já que estabelece interseções com modalidades étnicas, de classe e regionais. Segundo a autora, não se pode separar as noções de gênero das interseções políticas e culturais nas quais elas são invariavelmente produzidas e mantidas: aprendemos a ser mulher e a ser homem de acordo com a posição temporal e estrutural relativa que ocupamos na sociedade. Os gêneros são *efeitos* das instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. Tanto no Educandário

Santos Dumont quanto no CRIAAD haviam diferentes estados de gênero, a depender do contexto e dos atores envolvidos nas situações.

No Educandário Santos Dumont, Alice possuía certo gênero, correspondente à determinada posição ocupada nas relações com as outras adolescentes. O gênero atribuído pelo técnico, entretanto, mostrou-se entendido de forma diferente das percepções de gênero pertinentes ao "mundo das garotas". Para os técnicos, todas as relações amorosas e sexuais entre as adolescentes eram relações "homossexuais", nas quais duas mulheres adolescentes decidem investir, sejam aquelas relações casuais ou de longo prazo.

Para as adolescentes, entretanto, havia outras configurações de gênero, as quais abarcavam diferentes formas de expressão corporal e atribuições, para além do "mulher adolescente" em autodescoberta. No ESD e no CRIAAD, as adolescentes diziam-se "*joãos*" ou "*marias*", dependendo dos papéis de gênero desempenhado entre elas em certas situações.

Edna era "*João*". A adolescente tinha os cabelos raspados, usava bermuda e blusa grandes, tinha tatuagens que ela própria havia feito com gilete e tinta de caneta esferográfica: sua aparência e gestos lembravam os de um menino. Nas vezes em que a adolescente passou pelo pátio, provocou um alvoroço: as outras meninas gritavam e davam-lhe cantadas, tentando chamar sua atenção.

No mesmo dia em que conheci Edna, conversei com Alice. Dentre os relatos sobre sua vida e sobre sua passagem pela instituição, ela me contou que "não aguentava mais a Edna". Ao ser questionada sobre o motivo, Alice revelou que algumas adolescentes não a deixavam dormir: passavam a noite cantando pagodes românticos para Edna, tentando conquistá-la, perturbando o sono das demais.

Nesta mesma conversa, Alice – a qual era branca, tinha cabelos loiros cacheados na altura dos ombros e os olhos azuis - começou a me falar sobre Marcão, sobre como o rapaz era chato e fazia piadas extremamente sem graça, das quais só a mãe dela ria. Disse que nunca gostou dele, mas como a mãe teve uma "*revelação espiritual*" de que Marcão era o rapaz certo para ela, cedeu às pressões maternas e religiosas. Alice contou ainda que quando se mudou para o interior do Estado, aos 15 anos, terminou seu namoro com Marcão e apaixonou-se por um rapaz da escola, passando a namorá-lo, o que desagradou à mãe. Em momento algum Alice falou sobre sua "autodescoberta", nem que não gostava de namorar meninos.

Aparentemente, Alice havia se relacionado sexualmente com pessoas do mesmo "sexo" dentro da instituição, mas para ela, isso não representou uma transformação em sua identidade de "gênero". De acordo com Butler (2003), as identidades sexuais teriam uma temporalidade social, e homens e mulheres não possuiriam atributos preexistentes que

poderiam ser medidos; sendo assim não se pode falar de uma "natureza sexual" inerente aos seres humanos: o que há são discursos acerca de características e possibilidades performativas[197]. A "natureza" de Alice não era a de desejar homens ou mulheres; a adolescente ajustou-se a outro gênero, diferente, em alguns aspectos, daquele que ela vivenciava anteriormente (antes de ingressar no sistema socioeducativo). Ao entrevistar Alice, passei a questionar como se davam os investimentos de gêneros pelas adolescentes e como suas relações eram percebidas pelos técnicos responsáveis pelo seu acompanhamento nas instituições socioeducativas.

Ao ingressar no sistema socioeducativo, Alice passou inicialmente a ser "*maria*", ficando com as "*joãos*" e mantendo desta forma a estética e comportamentos atribuídos ao gênero feminino. Quando a conheci, Alice era, ainda, "heterossexual", segundo a concepção das adolescentes. Com o passar do tempo e no final da minha pesquisa, Alice tornou-se "*lésbica*", namorando meninas com a mesma estética e comportamentos femininos, mas não era chamada de "*sapatão*" ou "*viado*", como são as "*joãos*". Sua primeira relação com outra menina foi dentro do ESD e com o passar do tempo da medida, seu posicionamento sexual se transformou. Mas meninas que namoravam outras meninas eram raras – das que conheci, apenas Alice e Camila –, e a maioria eram "*marias*" que namoravam "*joãos*", sendo estes considerados homoafetivos, *gays*, apenas estes últimos.

No Educandário Santos Dumont, com um controle mais rígido sobre os horários, sobre as tarefas das adolescentes e sobre meu tempo de entrevistas, era difícil conversar e observar as adolescentes; mas com a mudança de campo (do ESD para o CRIAAD) passei a ter maior

---

[197] Butler acredita que o gênero não deve ser concebido como uma inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; ele tem que designar o aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta disso que o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; este também é um "meio discursivo/cultural" pelo qual a "natureza sexuada" ou um "sexo natural" é produzido como "pré-discursivo", como "uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura" (2003, p. 200). Não haveria um corpo sexuado sobre o qual se inscreve uma cultura: essa produção do sexo como pré-discursivo, diz Butler, deve ser compreendida como um efeito do aparato de construção cultural designado como "gênero". Não poderíamos falar, segundo a autora, portanto, em "mulheres" ou "homens" em geral, e nem pressupor uma relação causal entre sexo e desejo (no qual existiria uma heterossexualidade compulsória que percebe o desejo pelo "sexo oposto" como pertinente à nossa natureza). "A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre 'feminino' e 'masculino', em que estes são compreendidos como atributos expressivos de 'macho' e 'fêmea'. A coerência de qualquer dos gêneros exige uma heterossexualidade estável e oposicional" (BUTLER, 2003, p. 38-39). Segundo Butler, os prazeres corporais não seriam redutíveis a uma essência específica dos sexos, mas se tornam culturalmente interpretáveis como manifestação desses sexos: "*Essa formulação radical da distinção sexo/gênero sugere que os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais. Se o sexo não limita o gênero, então talvez haja gêneros, maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitados pela aparente dualidade dos sexos*" (BUTLER, 2003, p. 163).

liberdade para observar as adolescentes e para conversar com os técnicos. Numa destas conversas, Priscila, a psicóloga do CRIAAD, entrou no assunto "relação entre meninas" quando me falava sobre Neide. Priscila disse que esta jovem além de se relacionar com meninos, também se relaciona com meninas e que em cada passagem da moça pela instituição, "*ela arruma uma namorada*". "*E geralmente essa namorada que ela arruma tem outras namoradas e não quer um compromisso sério, não quer um namoro, e assim acabam surgindo conflitos entre ela, a menina que ela namora e outras meninas*", seja por ciúme, ou por outros motivos, mas "*sempre há um problema*". Priscila disse que os técnicos constantemente chamam Neide para pensar sobre essa forma que ela tem de se relacionar – "*que geralmente é com pessoas que já têm outro relacionamento, que não vão priorizá-la*" -, sobre essas "*questões pessoais*", que ela vivencia dentro da instituição e que trazem problemas recorrentes. Desde que Neide entrou na instituição, diz Priscila, há aproximadamente dois anos, o relacionamento amoroso com outras adolescentes é uma constante, e embora isso "*demande um trabalho*", os técnicos conseguem "*solucionar minimamente*". Não dá para solucionar "*por completo*" porque isso tem a ver "*com coisas dela, com o modo como ela se constituiu, com o modo como ela aprendeu a se relacionar com os outros e talvez ela precise de um acompanhamento maior quando ela sair*". Neide estava grávida do gerente do tráfico do bairro onde mora; o rapaz tem 23 anos é casado e tem dois filhos. A moça o conheceu no início de 2010, após ter evadido do CRIAAD. Quando voltou para o sistema para continuar cumprindo medida, retornou para o Educandário Santos Dumont, grávida de 3 meses.

Priscila, pensando sobre os relacionamentos entre as adolescentes, percebe que:

> Tendo ou não namorado lá fora, às vezes ela [a adolescente em geral] arruma uma namorada aqui, o que também gera uma série de conflitos: ou porque a namorada daqui está com problema com o namorado que ela tem lá fora, ou com a namorada que ela tenha lá fora; ou porque a menina que não tem namorada aqui dentro está incomodada com o casal que está namorando ali; ou porque a menina que está com ela aqui não quer um relacionamento sério e já está de olho em outra... então, são muitas coisas, muitas variáveis permeando essas relações. Embora a gente não possa permitir o relacionamento sexual aqui dentro[198], não tem como a gente controlar de

[198] O relacionamento sexual entre internos(as) não é permitido. Em algumas instituições socioeducativas, como as de São Paulo (as da Fundação Casa), por exemplo, a atividade sexual entre os internos ou internas é severamente punido, chegando inclusive a castigos físico, como me contou Fabiana. A Fundação Casa realizou um levantamento e soube que 13% dos adolescentes tiveram experiências sexuais durante a internação. Este número pode ser ainda maior, já que dando esta informação, os adolescentes estariam assumindo mais uma infração. No Rio, como disse a técnica, não é possível controlar as relações sexuais entre as internas (entre os meninos são muitos os casos de abuso sexual e entre as meninas, estes não acontecem, mas a prática sexual entre elas é bastante intensa) e por isso, os agentes e técnicos não punam tão severamente a atividade sexual, dando-lhes apenas advertências. Após longa discussão e a fim de diminuir a ocorrência dos estupros e da transmissão de

> forma rígida. Seria uma hipocrisia minha se eu dissesse pra você que a gente controla, até porque não dorme um funcionário com elas no alojamento à noite.

Priscila diz que as adolescentes, enquanto "adolescentes", estão numa fase de "*construir relações novas... elas estão construindo e constroem muitas relações; estão experimentando o mundo e eu não vejo isso como algo negativo. Os conflitos surgem em qualquer relação* [...] *e a gente tem que focar pra evitar que essas relações se tornem um problema que prejudique o cumprimento de medida delas*".

Para os técnicos do sistema socioeducativo, ao contrário do que mostram os estudos sobre as prisões femininas feito por Padovani (2009)[199], o relacionamento entre as adolescentes fazia parte do momento natural de descoberta da sexualidade, da curiosidade com o próprio corpo, pertinentes à fase da adolescência. As adolescentes estavam descobrindo e explorando relações, as quais – se devidamente orientadas - permitiriam que elas se desenvolvessem e pudessem fazer melhores escolhas para suas vidas.

Priscila relata então o caso de Neide, que se relacionava com uma menina, a qual não quis colocá-la como a "número 1", levando Neide a quebrar algumas coisas e querer evadir, "*tornando a coisa um pouco violenta, inclusive colocando em risco o bebê dela*". Mas Priscila diz que o interessante é o:

> quanto essas relações são importantes na vida delas, porque elas são capazes de abrir mão de tudo em função de uma relação dessas. Ela é capaz de evadir e deixar pra trás a medida dela, deixar pra trás a família que está naquela expectativa que ela cumpra, por causa de um desentendimento com uma outra menina aqui dentro, de um problema numa relação amorosa. A gente trabalha muito isso porque a gente sabe que isso também é muito importante na vida delas e tem um peso que é muito maior do que o peso da medida.

---

doenças, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas decidiu que visitas íntimas para aqueles com relacionamento estável fora da instituição seriam permitidos (COTES, 2004). Para as meninas, esta liberação ainda não foi aplicada, sendo proibido inclusive que seus maridos ou namorados as visitem dentro da instituição. Quando o fazem, disfarçam-se, dizendo serem irmãos das adolescentes.

[199] Padovani aponta como há esforços contínuos das autoridades e da administração penitenciária – da equipe técnica, do Ministério da Justiça e dos agentes penitenciários – para evitar a "*homossexualidade*" entre as detentas da Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo. Segundo a autora, os discursos destes atores dirigem-se à atualização da ideia de que o "sexo natural" para as mulheres vincula-se ao amor e à instituição familiar, a qual teria na formação heterossexual seu reflexo "saudável", o que justificaria, desta forma, as relações entre as detentas como fruto da "*carência afetiva*". Comumente vincula-se, nas prisões, a homossexualidade com a delinquência e o desvio, e as observações dos comportamentos sexuais são avaliados segundo uma normativa heterossexual que explicita a manutenção da ideia que existem qualidades essencialmente femininas. Padovani observa, entretanto, que as relações sexuais e afetivas entre as apenadas estão diretamente vinculadas ao tempo da pena, ao "*ato criminoso do passado renegado*" e à possibilidade de reconstruir a vida no futuro, sendo os vínculos afetivos verdadeiros suportes emocionais que as ajudam a melhorar suas vidas na cadeia.

Priscila reflete sobre a importância que aquelas relações têm na vida de Neide e das demais adolescentes e em como estabelecer aqueles vínculos são fundamentais no cumprimento da medida. A equipe técnica com a qual mantive contato durante a pesquisa de campo, respeitava as relações entre as adolescentes, não as tratando como "faltas", nem relatando para o Juiz – apenas em casos de destruição do patrimônio público, como foi o caso de Neide. Eles tentavam compreender aquelas relações como momentos de descoberta e surpreendiam-se com a intensidade com que aconteciam. Numa conversa sobre temas de pesquisa durante o almoço, por exemplo, Isabel, a assistente social, disse que tem muito interesse em ler um estudo sobre a sexualidade das adolescentes dentro do sistema socioeducativo. Ela considera este tema bastante interessante – e pouco explorado – tendo em vista a intensidade e peculiaridades com que as relações acontecem, as quais, muitas vezes ela não conseguia interpretar.

As adolescentes semilibertas investiam em novas formas de relações de gênero, as quais pressupõem certos estados de masculinidade e de feminilidade, diferentes daqueles observados pelos técnicos – os quais reconheciam a "homossexualidade" – e pelos agentes – os quais os notavam como "*colação de velcro*". No interior do sistema socioeducativo, as adolescentes ajustavam-se a novas performances para os já conhecidos papéis de gênero; papéis estes que reproduziam padrões de comportamento tributários de definições culturais anteriores à detenção (CUNHA, 1991). Elas se dizem "*joãos*" ou "*marias*" caso o papel de gênero assumido seja o masculino ou o feminino (papéis estes cuja performance se dá nas relações amorosas, não fazendo diferença nas regras de grandeza, nas quais prevalece o que Zaluar chama de "etos da masculinidade ou da virilidade", independentemente do gênero assumido). Vejamos como joãos e marias se identificam e são identificados.

3.2.4.1 "Cheio de gatinha aqui, tia!": Novos gêneros para todas as adolescentes.

Certo dia, houve a exibição de um documentário para alguns CRIAADs. A exibição foi promovida por uma Ong e contou com a participação de moças e rapazes que cumprem medidas socioeducativas em diferentes bairros do Rio de Janeiro. As meninas puderam ir com roupas trazidas de casa, fazer penteados, usar maquiagens e seus próprios sapatos. Os meninos foram uniformizados e com os chinelos fornecidos pela instituição.

Na exibição do filme, tive a oportunidade de sentar-me ao lado de Luísa. Na nossa frente estavam os meninos do CRIAAD de Belford Roxo, ao nosso lado, um espaço para a passagem das pessoas e na fileira seguinte, as meninas do CRIAAD de Ricardo de Albuquerque. Atrás, alguns adolescentes que cumpriam liberdade assistida usando roupas comuns e os técnicos e agentes que acompanhavam a todos.

Luísa estava bastante agitada com a presença das meninas de outras instituições e do CRIAAD de Ricardo. Frequentemente ela virava-se para mim e dizia: "*Cheio de gatinha aqui, tia!*". Luísa tem 16 anos e na ocasião vestia-se com blusa e bermuda grandes, cabelos presos num rabo de cavalo, e o cabelo de sua nuca estava raspado. Tinha algumas tatuagens feitas à gilete e à tinta de caneta esferográfica; em sua pele estavam escritas algumas iniciais. Perguntei-lhe o que significavam aquelas iniciais e ela respondeu que se referiam às iniciais do seu próprio nome e do da sua namorada. Perguntei como era a relação dela com a namorada, e ela respondeu que era tranquila, a namorada residia inclusive com ela e com a família dela.

Voltou a falar das "*gatinhas*": falou das meninas das outras instituições, depois começou a falar da beleza das meninas do CRIAAD de Ricardo (os meninos à nossa frente eram todos "*coisas feias*"). Ela disse: "*Fabiana é bonitinha né, tia? Já peguei*". Perguntei-lhe com quem mais ela havia se relacionado. Ela apontou quase todas; apenas uma ou duas ficaram de fora. Eu disse que estava admirada com o potencial para conquista dela e ela me disse que quando ela era pequena, sua mãe lhe ensinou que quando a folha de louro do feijão caísse no seu prato, você deveria chupá-la três vezes e fazer um pedido: "*Quando eu era mais nova, chupava a folha de louro e dizia: 'quero muitas mulheres, quero muitas mulheres, quero muitas mulheres'. Quando eu fui para o Dumont, fiquei com 36 mulheres!*". Luísa me contou que as meninas do CRIAAD a disputam bastante: elas lavavam suas roupas do dia a dia e suas roupas de cama e de banho (quando ela ia procurar as roupas, já estavam todas limpas e dobradas), tentavam chamar sua atenção, faziam tudo por ela.

Ao fim do filme e do debate sobre o documentário (o qual tinha a gravidez na adolescência como tema e no qual um dos meninos falou bastante sobre a sua experiência neste assunto, afinal ele já era pai), os meninos do CRIAAD de Belford Roxo chamaram Luísa para conversar, pedindo para que ela interviesse e colocasse as meninas do CRIAAD de Ricardo "*na fita deles*". O menino que tinha uma companheira e um filho queria ficar com Fabiana, a qual disse que não tinha fita nenhuma nem nada pra falar com ele.

Houve um *coffee break* e as meninas juntaram-se para comentar a aparência dos rapazes que estavam ali. Luísa permaneceu conversando com os meninos. Eu estava ao lado

de Neide, a qual constantemente dizia: "*Olha só a Luísa, não para de olhar para mim!*". Percebi que as duas flertavam (Neide também estava na lista das que "ficaram" com Luísa). Luísa se aproximou do grupo de meninas e brincou: "*Ai, eu também estou grávida...*". As outras riram e escarneceram: "*Até parece! Tá ficando com homem agora? Você só fica com mulher!*".

Após este fato, comecei a prestar mais atenção nos flertes e nas situações em que as adolescentes demonstravam mais fortemente os papéis de gênero desempenhados entre elas.

Algumas semanas depois, houve uma festa de confraternização de final de ano: almoço, sobremesa, uma peça de teatro interpretada pelas meninas e músicas. Os responsáveis e parentes eram convidados da festa.

As meninas se arrumavam, colocavam seus melhores itens do vestuário, se maquiavam, alisavam os cabelos com prancha. Havia a promessa de que os CRIAADs de meninos participariam da confraternização, e isso deixou as meninas extremamente agitadas.

Algumas meninas estavam demorando para se arrumar para a festa, e Lívia era uma delas. A mãe de Lívia chegou então acompanhada de dois rapazes. Lívia recebeu seus convidados e entrou correndo para o alojamento. Quando saiu, usava uma sandália de salto, brincos prateados grandes, uma blusa justa e uma calça jeans de cintura baixa, a qual deixava um pedaço da sua barriga à mostra.

Eu estava sentada ao lado de Neide, de sua mãe e seu avô. Quando Neide viu Lívia, demonstrou um enorme espanto, parecia em choque, dando início a um intenso burburinho que durou até o fim da festa. A atenção de Neide voltou-se totalmente para a maneira de se vestir de Lívia, ignorando por vezes o que a mãe dizia ao seu lado. A mãe falava sobre seu neto, filho do seu filho mais velho, e sobre a netinha, a filha de Neide que estava para nascer, e Neide, que não conseguia tirar os olhos de Lívia, virou-se e disse: "*Mãe, olha a Lívia! Vestida de mulher!*". "*Bem-feito! Pra você deixar de ser idiota! Queria até comprar camisa pra presentear mulher!*", disse a mãe. Perguntei se Lívia normalmente não se vestia de mulher. "*Usa até cueca!*", respondeu Neide.

Naquele dia, Lívia sentou-se poucas vezes ao lado de sua família, mas mesmo assim, a notícia de que um dos rapazes era, na verdade, seu namorado, espalhou-se. Tal notícia deixou as meninas indignadas e os comentários aumentaram. Mesmo assim, "vestida de mulher" como estava, Lívia dançava com outras adolescentes de forma sensual e notoriamente flertava com uma e outra adolescente.

Quando a festa terminou e os parentes foram embora, os burburinhos continuaram. Sentei-me ao lado de Neide, Lívia (que rapidamente trocou de roupa, logo que a festa acabou)

e outras três meninas. As meninas falavam com Lívia que "não a conheciam mais". Lívia virou-se para mim aparentemente irritada e perguntou o que eu estava fazendo ali na instituição. Disse-lhe que escrevia um trabalho sobre a vida das meninas do CRIAAD. Ela disse-me: "*Então vou te contar minha vida, tia!*". Não tive tempo de questionar nada, pois ela falava rápido e alto, mas o destinatário da fala, entretanto, não era eu, mas Neide. "*Tá vendo aquela menina ali tia* [Neide estava a dois metros à nossa frente]? *Já namorei com ela, mas ela não confiou em mim. A gente terminou e agora tô apaixonada por aquela lá* [Maiara, que estava do outro lado do pátio], *mas essa aí não aceita!*". Ana, que estava ao lado de Neide disse: "*Não entendo, Lívia. Não entendo esse seu jeito. Fica com mulher, mas tem namorado!*". Lívia disse que "*ia mandar a real*". Quando entrou no Educandário Santos Dumont, era "*mulher*", mas virou "*joão*" lá dentro. Disse que sempre teve namorado "lá fora" e que não teria problemas em contar para o atual que ficava com mulher ali dentro, deixando claro, entretanto, que havia sido joão, e não maria.

Perguntei à Lívia com quem ela tinha ficado. A adolescente, assim como Luísa, apontou a maioria das meninas que estavam no pátio. Eu indaguei se as outras meninas também ficavam umas com as outras, como ela ficava. Ela respondeu que não: "*maria não fica com maria. Maria fica com joão*". Ela disse que às vezes uma das marias usa a brincadeira de "*verdade ou consequência*" para ficar "*chupando peitinho*" das outras, mas ela acha isso estranho. "*E quem é joão aqui?*", perguntei. "*Eu, Luísa e Daniela*". Perguntei se Daniela também ficava com muitas meninas. "*Não, Daniela tem namorada aqui dentro. Namora a Fabíola. Só eu e Luísa que somos sem vergonha*". Perguntei-lhe então o que um joão e o que uma maria faziam. Lívia respondeu que: "*o joão dá dedada na maria*". "*E a maria faz o que com o joão?*", perguntei. Ela respondeu que nada. "*Nada? A maria não dá dedada no joão?*", perguntei. "*Colé, tia! Não vou ficar levando dedada de mulher não!*"[200].

Por meio destas histórias, dos relatos das meninas e das suas interações, podemos perceber como se configuram os gêneros dentro das instituições destinadas à aplicação de medidas socioeducativas para meninas. Quem olhar para aquele espaço – como os técnicos muitas vezes o fazem – enxergará alguns indivíduos do sexo feminino e poderão pensar que graças à "natureza" destas, encontrarão certas características pertinentes às mulheres como um todo (características psicológicas e emotivas; além de certo tipo de desejo). Aquelas que "contrariam a natureza" estão desviando e "fazendo sem vergonhice", como diziam os agentes, os quais geralmente associavam relações homoafetivas com o cometimento de

[200] E justamente pelo fato de "não levar dedada", ou seja, de não ser tocada ou penetrada, Lívia poderia contar para seu namorado que ficava com outras meninas. Já que não houve penetração, a traição era mais amena.

crimes. Podemos dizer que ali, de acordo com o pensamento de Butler, a noção da "substância permanente" dos gêneros, a viabilidade de "homem" e "mulher", se vê questionada pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade (BUTLER, 2003, p. 47).

Sabe-se que a grande maioria das meninas fica entre si. Mas não é tão simples como parece: as marias ficam com os joãos; marias não ficam com marias nem joãos com joãos. A grande maioria das marias têm namorado nos locais em que vivem, e nunca têm sua heterossexualidade questionada. Os joãos – as quais são apontadas como sendo *gays* - normalmente têm namoradas fora dali, mas podem ter namorados também – o que provoca estranhamento nas demais, já que, dentro do CRIAAD, elas se adéquam ao papel de gênero masculino. Um "estado de gênero" daquelas adolescentes é construído de acordo com o contexto no qual elas se encontram: uma mesma adolescente pode assumir diferentes "identidades", dependendo da posição que ocupa. Podemos afirmar, de acordo com Rojo, que a diversidade das identidades de gênero é constituída naquele contexto segundo outros tipos de relações, que não a "natureza". Como no estudo feito pelo autor citado, (ROJO, 2010), ali, aparentemente, também não há uma diferenciação entre os sexos, mas percebemos gêneros diferentes: percebe-se que as adolescentes reconfiguram certos papéis comumente atribuídos aos homens e às mulheres, com suas práticas e emoções específicas. Como diz Vale de Almeida, ser homem (e mulher) no dia a dia, nas interações sociais, nas construções ideológicas, não se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de "*atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, relembrados. Em suma, em constante processo de construção*" (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 128).

As joãos se vestem como homens. Não é difícil ouvir durante as festas ou em momentos de saída da instituição, algum agente ou técnico dizer para uma joão: "*Vai ficar vestida de menino?!?*", numa demonstração de estranhamento e desaprovação por essa prática – a qual, apesar disso, encontra corroboração, já que ao chegarem à unidade os agentes dão uniformes maiores e mais largos para aquelas que se dizem "*joão*". Elas andam todo o tempo com os cabelos presos. Luísa tem a nuca raspada; Lívia raspou parte da sobrancelha e pintou o buço de louro; Daniela é pequena e magra, anda como um menino e está frequentemente envolvida em atividades esportivas como futebol, tênis de mesa e pipa. Quando há visita ou encontro com os CRIAADs de meninos, são as joãos que interagem e que "se misturam" com os outros rapazes, tornando imperceptíveis as distinções pela "natureza sexual": todos ali possuem o mesmo gênero.

É permitido às joãos que sejam “sem vergonha”: elas normalmente se relacionam com muitas meninas e é comum vê-las flertando com várias (dando beijos e carícias) num único dia. Às vezes elas assumem compromisso com uma ou outra, mas este geralmente acaba rapidamente, o que leva às brigas por ciúmes, fortes discussões e até às destruições do patrimônio institucional. Lívia namorou Neide que terminou o relacionamento por “não confiar” na parceira; depois tentou se relacionar com Viviane e agora, com a entrada de Maiara na casa, contou-me que estava de namorada nova, pois a anterior não quis “*lhe dar bola*”. Uma agente me disse que atualmente a casa está cheia, mas não acontecem muitas confusões; difícil é quando tem muitas “*sapatões*” (referindo-se claramente às joãos), pois constantemente saem confusões por ciúmes. As joãos têm as suas roupas lavadas e dobradas pelas marias - as quais disputam sua atenção -, e dificilmente desempenham as tarefas de “mulher”. As joãos costumam se tornar amigas, mantendo-se próximas e muitas vezes são cúmplices nas confusões que saem dentro da casa. Elas estão sempre bem humoradas e fazendo brincadeiras com as outras meninas, mas também não levam “desaforo pra casa” e é comum ouvi-las dizer que “*não baixam a cabeça pra ninguém*”. Quando querem fazer graça, as joãos se “vestem de mulher”, usando vestidos, saltos e batom, e circulam pelo pátio, rebolando de forma caricatural, provocando risos nos agentes e nas outras meninas, as quais dizem que elas estão vestidas de “*viado*” - numa referência clara aos homens que se vestem de mulher.

Já as marias se arrumam, costumam usar roupas justas, salto alto e maquiagem, além de fazerem penteados elaborados (com prancha alisadora e presilhas); e mesmo quando estão com seus uniformes rotineiros, se penteiam e passam maquiagem. Frequentemente disputam e reivindicam o posto de “fiel” das joãos (ou seja, de namorada “oficial”) e dão intensas demonstrações de ciúmes quando percebem que as suas joãos estão flertando com outras ou que estão prestes a trocá-las por outra maria: como é seu o papel da mulher, elas podem ser extremamente passionais. Neide, por exemplo, sempre arruma namoradas, mas quando é “oficializada” demonstra ciúmes e provoca brigas ao sentir que está sendo trocada por outra. Ela relaciona-se com “homens” que traem, pois este é o papel que cabe ao gênero masculino, tenha o ator que o desempenha um pênis ou uma vagina. Assim como Neide, as outras marias aceitam o papel do “joão conquistador” e retribuem às investidas que recebem, com beijos e apertos[201].

[201] Em entrevista, a mãe de Neide disse que sua filha teve uma paixão doentia pela Antônia, uma moça que passou pelo CRIAAD. Ela teve uma tão paixão intensa que deixou a mãe preocupada: isso era demais pra sua cabeça, disse. Ficar com outras mulheres era inaceitável. A mãe ressaltou, entretanto, que o relacionamento das

São as marias que lavam e varrem o pátio, os alojamentos e os banheiros, e que lavam as suas roupas e as das joãos no tanque. Cabe a elas as atividades "domésticas". São elas também que recebem as "dedadas": como os homens, as joãos penetram, mas não são penetradas. Não há "colação de velcro", como frequentemente dizem os agentes ("*Conta pra mãe que a filha está colando velcro!*" – dizem os agentes para os técnicos quando alguma delas tem mau comportamento), mas há as que penetram e as que são penetradas, ou seja, as que desempenham o papel sexual do homem – ativo - e as que desempenham o papel de mulher - passiva. No caderno de perguntas havia a questão: "*Você já transou com mulher?*". Das 19 adolescentes que responderam, 11 disseram que sim. E a pergunta seguinte foi: "*Já tomou linguadinha de mulher?*" - numa referência ao sexo oral - e apenas 4 disseram que sim, sendo que algumas que disseram que já transaram com mulher, responderam "*eca*" a essa pergunta. Pode-se perceber que apenas a "dedada" – ou seja, a penetração - é comum nas relações sexuais entre joãos e marias.

Assim como as joãos, as marias também "*não abaixam a cabeça para ninguém*", mas ao contrário daquelas, as marias não fazem brincadeiras que procurem divertir aos que com elas convivem[202]. Tanto as joão quanto as marias podem ter *piercings* – os quais muitas vezes são colocados por elas mesmas, esquentando, ou não, um brinco e furando a pele com ele[203] - e tatuagens, também feitas por elas próprias– faz-se o corte e joga-se a tinta de caneta por cima, de forma que a pela absorva a tinta -, marcando-se geralmente com desenhos, figuras, nomes ou iniciais que revelem o momento do cumprimento do ato infracional – marcam-se as iniciais das namoradas ou dos namorados do momento ou desenhos associados ao "mundo do crime", como folhas de maconha, por exemplo.

Poderíamos pensar que todas ali são homossexuais, já que todas ficam com "mulheres", elas, porém, investem noutra configuração de gênero, que é inerente àquele contexto, no qual há as homossexuais (as joãos que também são chamadas pelas outras de

---

meninas não passava dos "beijos na boca". Percebendo a preocupação da mãe, os agentes alertaram que aquele desejo que Neide estava sentindo era momentâneo: quando saísse dali, a adolescente "esqueceria essa ideia". A mãe ressaltou, porém que Antônia, era "um menino escrito"; nada nela fazia com que percebêssemos que na verdade era uma mulher. Antônia tinha corpo e voz de homem e foi morta inclusive, por ser confundida com um traficante local, como disse a mãe de Neide.

[202] Kulick (2008a) discute o estereótipo que perpetua que mulheres não têm senso de humor.

[203] Numa visita que fiz, Raquel estava recém-furada. Ela ainda não tinha nenhum *piercing* e pediu para que sua prima, Ana, lhe colocasse um. Ana esquentou um brinco e perfurou o lábio inferior de Raquel. No dia em que fui entrevistá-la, o furo estava inflamado e a boca de Raquel, muito inchada, mas ela disse que não tiraria, pois ia melhorar. Quando as adolescentes entram no Degase sem perfurações – e se entram, como foi dito nos capítulos anteriores, retiram piaçava das vassouras ou cerdas das escovas de cabelo e colocam nos furos, impedido assim que eles se fechem -, elas mesmas as fazem. No ESD brincos ou materiais perfurantes não são permitidos; no CRIAAD são liberados, o que as permite furar orelhas, sobrancelhas, lábios etc. além de fazer tatuagens com materiais cortantes e caneta esferográfica.

"*viado*") e as heterossexuais (as marias). Não causa estranhamento que as marias tenham namorados fora dali, afinal, elas gostam de "homens" (aqueles que desempenham esse papel), tenham eles o sexo que tiverem; mas provoca alvoroço quando descobrem que uma joão tem namorado (mesmo que este estranhamento seja momentâneo e dure apenas o tempo de a joão se travestir de maria para manter o gênero que sustenta do lado de fora da instituição, terminando quando sua família vai embora e ela veste-se novamente de homem), pois esta deveria gostar de mulher. Ali a ambiguidade não é bem vista (a maria que gosta de "chupar peitinho" é considerada estranha pelas outras).

Podemos dizer, como Kulick (2008b) - quando fala dos travestis residentes na capital baiana na década de 90 -, que quando passarmos a conceber masculinidade e feminilidade como signos ou processos acionados através de certas práticas específicas, e não como derivadas de corpos biologicamente "macho" ou "fêmea", então estaremos em posição de começar a compreender melhor a subjetividade daquelas adolescentes. Nas instituições privativas de liberdade, as adolescentes ajustam-se a novos gêneros, nos quais se evidenciam novos homens e mulheres, *joãos* e *marias*, os quais reformulam a masculinidade e a feminilidade conhecidas, com seus atributos e características.

Como pude perceber na festa de confraternização, as marias e as joãos pertencem àquele contexto, àquele espaço/tempo, àquele mundo. No final da festa de confraternização, despedi-me de todas as adolescentes. Quando fui me despedir das que faltavam, cheguei à porta do alojamento e chamei por Daniela. Nisso, Raquel apareceu com o rosto todo sujo de batom vermelho. Logo atrás dela, veio Daniela com suas blusa e bermuda largas, seu boné pra trás e a boca também muito suja com o mesmo batom vermelho. "*Mas Daniela não é fiel à Fabíola, sua namorada?*", pensei. Mas Daniela pode; ela foi feita para ter mais de uma mulher, como qualquer homem.

3.2.5 Transitando entre os diferentes estados.

Entre as adolescentes, em questões de relações amorosas, mantêm-se papéis de gêneros associados ao masculino e ao feminino: há aquelas que são "homens" e aquelas que são "mulheres", estranhando-se aquelas "mulheres" que gostam de "mulheres" e aquelas que são "homens" que gostam de "homens". Há certas ações, objetos, sentimentos e comportamentos pertinentes às "*joãos*" ou às "*marias*", os quais estão devidamente

delimitados. Existem as joãos e as marias, mas ambas se ajustam ao repertório do "*mundo das garotas*" segundo os mesmos critérios e provas. Elas se engajam – apesar da aparência masculina ou feminina – no mesmo mundo de coisas, submetendo-se às mesmas provas de grandeza, investindo no que Zaluar chamou de "etos da masculinidade".

Valorizam-se os atos infracionais com maior teor de violência, a ousadia em infringir as regras institucionais – sejam estas com o conhecimento dos agentes ou não -, os cargos mais elevados no tráfico de drogas, o potencial para fazer e cumprir ameaças, a possibilidade de se fazer reconhecer como uma pessoa má. Mas estas regras e provas valem apenas entre as adolescentes: apenas em seu "mundo", as armas, as drogas, a valorização do crime e o controle do medo encontram lugar.

Entre elas disputam-se magnitudes na hierarquia de reconhecimento de coragem. Difundem-se formas de enfrentar os agentes e infringir as regras institucionais[204], ensinando-se como "*bater chapa*" – ou seja, como fazer barulho chutando portas e janelas para incomodar ou protestar contra alguma ação ou decisão dos agentes, ou contra alguma adolescente ou grupo rival –, ou como colocar fogo nos alojamentos – usando absorventes e a luz elétrica. As adolescentes recebem absorventes "com gel" durante o período menstrual. Alice me contou que Thainá, uma adolescente que tentou matar o pai, já incendiou o alojamento – fato que soube ter ocorrido ainda outras vezes. Thainá chutou o interruptor de luz até que ele se quebrasse e ela pudesse acessar os fios, unindo o polo positivo ao negativo, gerando assim faíscas que em contato com o absorvente, inflamável, produziram fogo. O absorvente foi jogado no colchão, o qual imediatamente pegou fogo. Esta forma de produzir fogo serve para acender cigarros de tabaco ou de maconha que entram sem autorização ou para incendiar colchões em forma de protesto ou provocação. Valéria me contou que Jaqueline também produzia fogo desta forma:

> uma menina aqui entrou com cigarro pra cá... teve visita, a mãe dela trouxe cigarro pra ela... a mãe dela ia até presa... [...] aí ela entrou com cigarro aqui pra dentro e começou a dar pras meninas, deu pra Jaqueline, a Jaqueline entrou com cigarro pra dentro do meu quarto, sendo que era meu, dela e da outra menina. Aí começaram a fumar. O seu [diretor] tinha acabado de colocar... porque estava sem este negócio [interruptor de luz]. Elas pegaram, começaram a bater, arrancou. Aí arrancou, aí começou a dar um estalo na lâmpada, aí sai aquele foguinho né, aí tem o absorvente de gel, se você botar ele, ele pega fogo rápido. Aí elas botou fogo e foi acender o cigarro e ficou fumando dentro do alojamento. Aí elas falou: "Valéria, quer fumar?".

[204] Não sei se há a difusão de como se projetar e engrandecer no "mundo do crime" extra-muros. Nunca as ouvi conversando sobre como cometer crimes ou infrações, nem combinando de infringirem juntas as leis, limitando-se a conversar sobre o que fizeram, orientando os relatos sobre suas vidas pela infração, ressaltando os aspectos que favoreciam a justificativa para sua apreensão.

> Eu falei assim: “não, vocês sabem que eu não fumo... não sei porque tão me oferecendo”. Aí ela falou assim: “já é! Fala direito!”. Eu falei: “Eu to falando direito!”. Eu não tava aguentando ver aquilo não. Aí eu peguei saí do quarto. Seu [diretor] estava desconfiado por causa do cheiro do cigarro. Aí seu [diretor] entrou dentro do alojamento pra ver qual alojamento estava [...]. Foi no meu. Aí chamou elas né. Não me chamou. Aí perguntou o que tava acontecendo. Porque ela já falou pro seu [diretor] que fuma né. Seu [diretor] sabe que eu não fumo. Aí perguntou. Aí seu [diretor] tava conversando com elas aí eu fui também pra elas não pensar: “ah porque a Valéria não veio?”. Aí eu fui. Seu [diretor] perguntou... é que ele tava 99% desconfiado que a gente fumou, mas ele não tinha certeza, então não tinha como ele punir, porque ele não tinha certeza. Aí eu peguei e chamei a diretora, a técnica, e conversei com a técnica, falei que realmente tinha cigarro e eu não ia ficar de tranca e ia me atrasar por causa das outras meninas. Se eu não fumei, eu não fiz nada... como todo mundo vai pagar? Aí eu cheguei, chamei o diretor [...] e falei. [...] aí seu [diretor] falou: “pode deixar, ninguém vai ficar sabendo não...”. ele falou: “não vou punir porque eu não tenho prova, mas se eu ver que apareceu cigarro de novo, eu vou punir o quarto todo”.

Valéria descreve como as adolescentes costumam produzir fogo, mas também os atritos entre ela e Jaqueline a qual a manda “*falar direito*”: as duas eram de grupos opostos apesar de dormirem no mesmo “*quarto*”. Valéria vai ao diretor e delata as infrações cometidas pelas outras adolescentes – o que também era comum em casos de grupos rivais. O diretor diz que não podia punir ninguém, pois não tinha “provas” de quem havia fumado dentro do alojamento, apesar do testemunho de Valéria. Esta relata o fato deixando claro para mim que era uma “boa menina”: ela não fumava, ela discorda e desaprova quem fuma no ESD – especialmente por estarem infringindo uma norma institucional -, ela procura esclarecer a verdade para o diretor.

A narrativa de Valéria é expressiva do “mundo das garotas”: difundem-se conhecimentos para burlar as normas sem o conhecimento dos agentes ou da direção - de forma que estes não possam “provar” -, delineiam-se grupos rivais nos quais se procuram maneiras de prejudicar umas às outras - seja denunciando suas infrações ou ameaçando-as diretamente, seja furtando bens pessoais sem o conhecimento das outras -, mas também se estabelecem padrões de lealdade, nos quais aquelas que “*fecham*” se baseiam (não se delata uma amiga, não se furtam seus pertences, não se fala mal dela nem se contam seus segredos). Como as medidas socioeducativas geralmente são breves, durando por volta de seis meses, há um intenso investimento neste “mundo”.

Outra forma bastante difundida entre elas para ameaçar umas às outras, especialmente no Educandário Santos Dumont, é o “quebrar o vaso”. Em diversas entrevistas relataram-se ameaças feitas com cacos de vaso sanitário quebrado: chuta-se ou se sobe no vaso sanitário que se encontra dentro de cada quarto dos alojamentos para que ele se quebre, e a partir dos

seus cacos, ameaçam-se as outras de morte ou de corte. Valéria relata uma destas situações – provocadas por Jaqueline, a qual, segundo Valéria, teria quebrado seis vasos na unidade:

> Tem umas aqui que até ameaça a outra... não, porque elas desconta a raiva dela no vaso, acho. Quebrou o vaso, a raiva passou. É outro processo [judicial – destruição do patrimônio público], atrasa mais. Aí tem umas que fala que vai quebrar o vaso pra cortar a cara da outra que tá no mesmo alojamento. Aí a outra já não consegue dormir... porque vai que dorme, ela vem com o vaso, ela vai e corta a cara? É eu, essa que discutiu comigo hoje [Jaqueline], e mais uma, nós três. Aí teve um dia que ela ganhou dois prestobarba[205]: ela ganhou um depois falou que não tinha ganhado, ganhou outro. Aí escondeu um. A menina falou que tinha visto ela esconder, mas não tinha certeza. Aí a gente foi falar com os agentes, né, porque ela ameaçou né... cedo ela falou que ia usar o prestobarba pra cortar a nossa cara. Aí a gente pensou o que? Se ela escondeu um, é pra quando a gente tiver dormindo, distraída, ela abrir nossa cara! E eu entrei com o rosto aqui sem nenhuma marca, vou sair com a cara marcada? Tá louco! Falei com os funcionários, os funcionários tirou eu e a menina do quarto dela. Porque ela falou que ia cortar a nossa cara.

Além do vaso, ameaça-se com aparelhos de barbear, "*estoques*" - que seriam palitos de churrasco, por vezes usados nas aulas de artesanato -, com os talheres do refeitório ou com os líquidos quentes, como os achocolatados que consomem durante o café da manhã. Valéria diz ter medo das ameaças perpetradas por Jaqueline, mas anunciou para os agentes que não ficaria quieta se Jaqueline fosse para cima dela; Valéria não baixaria sua cabeça, mesmo que isto a prejudicasse. Valéria e as outras adolescentes percebem as ameaças, as brigas e as discussões como provocações de suas adversárias para "*atrasar*" a medida, fazendo com que suas inimizades permaneçam mais tempo internadas ou semilibertas:

> E como as meninas sabem que a gente está pra ir embora e o relatório está pra subir, já começa a arrumar alguma coisa pra te atrasar! E é isso o que ela quer fazer! [...] ele [o diretor] falou pra eu continuar se comportando, [...], que era pra eu continuar com esse comportamento. Ele me deu parabéns e tudo. Aí, elas ficou sabendo né... aí agora, quer me atrasar. Aí eu fico com raiva... e na hora que a gente tá nervosa...

O ajustamento no mundo das garotas serve como prova contrária no mundo dos técnicos: o fato de "*não baixar a cabeça*" e desta forma, se mostrar valente, forte e corajosa frente às outras adolescentes, não se permitindo ser ameaçada e respondendo às agressões,

---

[205] As adolescentes recebem aparelhos de barbear para raspar os pelos de suas pernas e axilas. A adequação ao que se espera do corpo e da estética femininos abre uma exceção na norma do Educandário de evitar quaisquer objetos que possam se transformar em armas (como brincos, *piercings*, canetas esferográficas etc.).

"*atrasa*" a medida, ou seja, demonstra que o amadurecimento, o controle dos desejos, ou a determinação para realizar projetos – sendo o cumprimento da medida o principal deles – ainda não foram alcançados, ou, segundo a percepção do Juiz, sua periculosidade ainda não cessou.

No CRIAAD não se quebravam vasos, mas como se podia sair da unidade, tentava-se encontrar formas de entrar na unidade portando drogas e cigarros, como foi dito anteriormente.

Mas ali havia, além das disputas, lealdades – "*fechamentos*", como elas diziam. Apesar de dizerem ter desconfiança de todas as pessoas, inclusive de suas mães, quando se diziam amigas, ou "*fechamento*", elas estabeleciam relações de fidelidade e proteção, onde se ajudariam – emprestando itens de beleza, maquiagem e vestuário -, defenderiam – caso alguma de outro grupo a ofendesse ou tentasse agredir – e cederiam sua vez em passeios ou visitas ao médico – como foi o caso de Raquel e Daniela na visita ao ginecologista.

Pode-se dizer que o que as adolescentes valorizavam entre elas se baseia principalmente no que Misse (1999) chamou de "submundo criminal": as adolescentes investem em práticas e relações que se opõem ao processo de normalização e às leis, apoiando-se nas experiências e conhecimentos que elas têm acerca do que é ser "bandido" – e do que é o "etos da masculinidade", como definiu Zaluar - inserindo-se aí, porém, relações de lealdade que repensam as ideias acerca do "delator" (serei leal apenas aos meus pares; às inimigas, a violência e a delação). Ser delatora não era uma prática odiável e severamente punível como é no contexto do tráfico de drogas ou como seria em unidades masculinas: delatar pessoas do grupo oposto é justificável. Se alguma adolescente fizesse alguma coisa "errada", como fumar, usar drogas, começar brigas, fazer fofoca ou furtar coisas, outra, do grupo rival poderia contar às técnicas ou aos agentes sobre a infração cometida, e isto não seria um problema para o grupo como um todo (numa unidade masculina, por exemplo, os X9 são repudiados por todo o grupo, inclusive por aqueles considerados "fechamento").

As práticas das meninas se distanciam das observadas nas unidades masculinas – e por isso, dão a impressão, para a equipe técnica, de serem mais "agressivas e violentas" do que as dos meninos. Segundo as técnicas, trabalhar com os meninos é muito melhor, pois eles as respeitariam mais, seriam "mais calmos".

As hierarquias de reconhecimento, estabelecidas pelas adolescentes do ESD e do CRIAAD por meio do ajustamento às provas de força e de coragem eram diferentes das observadas por Neri (2009), em seu estudo realizado em duas unidades socioeducativas de privação de liberdade para meninos (o Educandário Santo Expedito e a Escola João Luiz

Alves). Ali, aponta Neri, os adolescentes reproduziam as divisões e os limites espaciais do tráfico de drogas, nos quais integrantes das diferentes facções presentes no Estado do Rio de Janeiro – ou moradores das áreas nas quais tais facções dominavam – não podiam estabelecer vínculos de amizade ou de lealdade, havendo hostilidade e agressões físicas e verbais entre eles – apenas meninos do Comando Vermelho podiam ser colegas dos do Comando Vermelho, valendo o mesmo para os do Terceiro Comando Puro e os dos Amigos dos Amigos. Além disso, mantinham-se regras de convivência a serem rigorosamente respeitadas, sob risco de punição severa.

As hierarquias nas unidades masculinas, com "*estágios e posições numa escala evolutiva, que pressuponha a passagem por níveis diferenciados de poder e moral*" (NERI, 2009, p. 118), prestígio e *status*, estabelecem-se por meio da forma como os adolescentes "*tiram a cadeia*", ou seja, pela forma como eles relacionam-se com o coletivo. Os adolescentes que têm mais prestígio são aqueles que "fortalecem", são os internos "tranquilos", que tratam os demais "na humildade", aqueles que sabem negociar tanto com os funcionários quanto mediar as relações entre os adolescentes, negociando e distribuindo, inclusive, os artigos trazidos pelas visitas. Adolescentes com menos prestígio são aqueles que provocam brigas corriqueiras, aqueles que desrespeitam internos e funcionários: "*deve-se atentar para o fato de que aqui, o envolvimento em brigas não é sinônimo de coragem, nem de prestígio, mas de desgaste moral*" (NERI, 2009, p. 128):

> Basicamente, como explicam os internos, os "comédias" querem "tirar uma onda que não podem" e "falam demais", contrapondo-se ao "menor mente", tipicamente humilde e respeitoso, segundo eles. Independentemente do crime que cometeu e de sua idade, o "comédia" é visto como imaturo e infantil. Sendo assim, o comédia é tido como um jovem que quer aparentar ser "mais bandido" ou "mais experiente" do que os outros, querendo chamar atenção em público e "gastar"/"tirar onda". Na opinião dos internos, quem é mais experiente na "vida do crime" é "tranquilo", "justo" e não se envolve em confusões. Outro adolescente, internado no ESE, explicou que o "comédia é quem racha a cara, que não aceita papo reto da tranquilidade, faz o contrário, arranja confusão" (NERI, 2009, p. 129).

Enquanto nas unidades masculinas aqueles que são mais "tranquilos" e sabem barganhar e negociar gozam de maior prestígio - independentemente do ato infracional cometido -, são os "mais experientes na vida do crime", nas unidades femininas, o ato infracional é uma prova fundamental, conjuntamente com as provas de força e de coragem, para o engrandecimento da adolescente frente ao grupo de internas. Ameaçar internas e

funcionários, falar sobre suas infrações, provocar e responder às provocações eram provas de grandeza dentro do Educandário Santos Dumont e do CRIAAD de Ricardo.

As divisões por facção não encontravam lugar nas unidades femininas já que as amizades e as inimizades podiam ser estabelecidas ou negadas a qualquer instante por critérios de afinidade – Valéria já foi muito amiga de Jaqueline e agora as duas eram inimigas; Lívia e Daniela eram grandes amigas e cada uma residia num local com uma facção criminosa (Terceiro Comando Puro e Comando Vermelho, respectivamente)[206]. Mas como nas unidades masculinas - dividas em grupos do Comando Vermelho, do Terceiro Comando Puro e dos Amigos dos Amigos -, as unidades femininas também possuíam seus grupos – não incomunicáveis e definitivamente inimigos -, que se provocavam e revidavam às provocações, que se delatavam para os agentes e técnicos e que pegavam as coisas uns dos outros – atitudes que numa unidade masculina seriam punidas com agressões físicas sérias (NERI, 2009).

Ao contrário das unidades masculinas também, nas unidades femininas, as adolescentes podiam namorar e até mantinham relações sexuais, comportamentos tratados como infrações graves nas "sociedades dos cativos" das unidades masculinas, como disse Neri inspirada por Sykes (1958).

Pode-se argumentar que as adolescentes das duas unidades observadas sofreram o processo de *sujeição criminal* (MISSE, 2008), talvez de forma mais radical. Misse descreve o processo de sujeição criminal da seguinte forma: na modernidade haveria uma ênfase na racionalidade da ação e no autocontrole, o que levaria os cursos de ação que transgridem tal regra tácita a serem *acusados socialmente*[207]. A acusação social recai não apenas sobre a transgressão, mas também sobre o sujeito transgressor: sua subjetividade, suas razões e motivos deverão responder pela necessidade, ou não, de estabelecer tendências, pelo seu

---

[206] Nos meses que fiz pesquisa de campo, as meninas que moravam em Paracambi – três parentes e duas vizinhas – eram amigas e formavam um grupo. Lívia e Daniela, as quais eram as "*joãos*" da unidade, estavam sempre juntas – sendo que Alice se identificava mais com as duas, permanecendo mais tempo em suas companhias -, e Lívia criava amizades e inimizades à medida que arrumava e terminava com suas namoradas. O grupo formado por Jaqueline, Pamela, Eliana e Roberta brigava com Lívia, Daniela e afins, provocando inúmeras brigas que resultavam em agressões físicas. Neide e Ilana – uma "gerente" do tráfico de Niterói – eram amigas e Fabiana e Caroline conversavam com estas, mantendo-se, porém, constantemente isoladas das demais. Matilde e Quitéria, consideradas "estranhas" pelas outras, eram amigas e também se mantinham mais frequentemente em dupla. Quitéria era constantemente alvo de brincadeiras de mau gosto, sendo motivo de zombaria pelo seu tamanho e pela forma como falava, empregando recorrentemente o português de forma incorreta.

[207] A acusação social pode ser um modo de operar o poder: certos tipos sociais são construídos segundo a regularidade esperada de que indivíduos sigam variados cursos de ação reprováveis. "*Como modo de operar o poder numa relação social, o uso da acusação avança na modernidade em decorrência do que Foucault* [...] *chamou de "passagem da lei à norma". Quando é a lei que impera sobre a norma, não se pune o sujeito, mas nele, a sua transgressão; quando ao contrário, é a norma que dita (e reforma) a lei, é o sujeito da transgressão que está em questão. A acusação especializa-se em refinar a associação do sujeito à transgressão, reificando seu caráter ou sua personalidade como homogeneamente transgressor ou não transgressor. Desaparecem as nuances clássicas e o mundo é dividido em 'bons' e 'maus' caráteres*" (Misse, 2008, p. 16).

baixo autocontrole, pela sua falta de normas, pela sua individualização excessiva (MISSE, 2008: 15). A acusação social define a *criminalização* de um curso de ação "típico-idealmente" definido como crime (um sujeito pratica um ato transgressor, há a classificação social daquele curso de ação como crime). Já o processo de *criminação* encaixaria o fato na lei, ou seja, um evento, um curso de ação local e singular é encaixado numa classificação criminalizadora proposta por uma processualística racional-legal de interpretação oficial do evento. A acusação serve de "*fio condutor para dispositivos* [a lei] *que 'neutralizem' essa disparidade entre as forças*" (MISSE, 2008, p. 17).

As afinidades entre as forças capazes de acusar e as forças que se investem de poder numa relação constituem o núcleo mínimo do desenvolvimento moderno dos processos de *incriminação*, a qual recai sobre o sujeito autor do evento (Idem). A passagem da acusação social à incriminação da *desnormalização* depende de uma forte *individuação* do sujeito acusado que o retire de qualquer laço social atenuante dessa individuação. Esse seria, portanto, para Misse, o papel do Estado: cabe à lei oferecer legitimidade a um processo que padeceria de "neutralidade" por meio de procedimentos impessoais, de modo a construir, por meio de provas e testemunhos, a "verdade" da acusação.

Quando as *práticas crimináveis* tornam-se recorrentes, forma-se um *núcleo de mobilização* para a incriminação dos sujeitos acusados e para a constituição da *sujeição criminal*:

> Quando a transgressão, cuja criminação é socialmente justificável, desliza para a subjetividade do transgressor e para sua individualidade, reificando-se socialmente como caráter ou enquadrando-o num tipo social negativo, constitui-se o que propomos chamar de sujeição criminal. [...] Amplia-se a sujeição criminal como potencialidade de todos os indivíduos que possuam atributos próximos ou fins ao tipo social acusado (MISSE, 2008, p. 23).

Aquele que é assujeitado criminalmente é identificado por características definidas socialmente, porém, seu estado criminal é consolidado, levando o próprio assujeitado a identificar-se com o caráter social negativo que lhe é atribuído. O estigma de condenado confere ao assujeitado criminalmente um status irreversível, levando o apenado a assumir uma nova imagem de si mesmo e a redefinir a sua personalidade em torno da ideia de infrator.

Certos tipos sociais, portadores de características específicas, seriam identificados como tendo "subjetividades criminosas", com potência para cometer crimes e sendo, por isso,

mais frequentemente incriminados pela Justiça. Antecipa-se o processo de incriminação identificando-se certos tipos de ação, formas de falar e de se vestir, locais de moradia etc. como sendo desviantes, problemáticos e potencialmente incrimináveis.

Quando se incrimina, conferem-se categorizações negativas à certos sujeitos, "assujeitados", discriminados, os quais, por sua vez, não conseguindo negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada, incorporam o estigma na sua própria identidade, legitimando assim a *sujeição criminal*:

> Entre esse *self* socialmente degradado e subjugado pelo horizonte de risco de uma morte iminente, sem sentença e sem qualquer glória, e a emergência de um sujeito criminal inteiramente egoísta e indiferente ao destino dos outros, reificado em seu próprio atributo social, estende-se o *continuum* de dimensões do conceito. A sujeição criminal não é apenas um rótulo arbitrário, ou o resultado de uma luta por significações morais disputáveis, mas um processo social que condensa determinadas práticas com seus agentes sob uma classificação social relativamente estável, recorrente e, enquanto tal, legítima. Há estruturação na produção social da sujeição criminal, mas cada evento só é capturado nessa estruturação se "fizer sentido" para muitos indivíduos, inclusive para o próprio acusado (MISSE, 2010, p. 23-24).

Seleciona-se um agente a partir de aspectos crimináveis, esperando e prevendo a incriminação. Depois se espera que o agente tenha uma "experiência social específica" obtida com outros bandidos, justificando suas ações de acordo com as expectativas dos que assujeitam: "*É importante frisar que a sujeição criminal é o resultado, numa categoria social de indivíduos, de um processo social de constituição de subjetividades, identidades e subculturas* [...]" (MISSE, 2010, p. 24) e que "*trata-se de um processo de inscrição do crime na subjetividade do agente, como numa possessão, e não apenas no seu comportamento criminável, tornando muitas vezes sua tentativa de 'sair do mundo do crime' tão inverossímil para os outros a ponto de exigir praticamente um processo de conversão (despossessão) de tipo religioso*" (MISSE, 2010, p. 26).

As adolescentes estariam assujeitadas criminalmente? Afinal, elas foram incriminadas, estão dispostas a infringir normas, regras e leis, são representadas (já que ali, "ninguém se salva") e se autorepresentam como criminosas:

> Em oposição ao 'não fiz por mal' do negligente e do 'fui levado a isso' do neutralizador, ele pode chegar, no limite, a assumir publicamente sua identidade como 'mau' ou se tornar inteiramente indiferente ao status negativo que continuam a

> lhe atribuir. Impor-se pelo medo é uma das formas mais elementares e universais de operar o poder em condições de desconfiança recíproca (Idem).

O princípio da sujeição criminal, no qual o assujeitado incorpora e reproduz o estigma[208], e torna desta forma, a criminalização que sofre passa a fazer parte da sua própria identidade, pode ser questionado pelo princípio da incerteza proposto pelas teorias pragmatistas, especialmente aquela elaborada por Boltanski (2000) e Boltanski e Thévenot (1991). Segundo este princípio – demonstrado pelas análises produzidas ao longo desta tese -, as magnitudes não estão vinculadas de uma vez por todas aos atores e são constantemente negociadas, e renegociadas, nas diferentes situações. A incerteza supõe a necessidade de provação para que a desigualdade e as magnitudes sejam reveladas, estabelecidas, justificando assim a ordenação segundo um princípio de justiça (BOLTANSKI, 2000, p. 93).

Apontar que o assujeitado incorpora e assume o "banditismo" seria engessar uma das suas magnitudes – as quais, por sua vez, necessitam de provação constante e renovável para serem mantidas e justificadas - e generalizá-la para outras situações que demandam outros princípios de justiça e de equivalência. Para ser "bandido" é necessária a apresentação de provas – que envolvam atos, objetos e pessoas - cujos resultados acumulados possam ser objeto de cálculo na avaliação do seu "potencial para a maldade". Como diz Boltanski (2000, p. 99), na ausência de toda manifestação em atos, a existência de uma potência pode enfrentar-se em intervalos mais ou menos regulares de forma a sustentar sua factibilidade e a fazer com que a possibilidade de sua efetivação permaneça sempre presente:

> Por sí mismo el acto carece de interés probatorio. No tiene valor sino en la medida en que esté en condiciones de revelar en quien lo realiza una potencia, es decir, una disposición más duradera que el acto y capaz, por conseguiente, de manifestarse nuevamente en actos futuros. Así, el carácter persistente de la potencia revelada por el acto es lo que confiere a este su carácter de prueba. El acto vale como prueba en tanto que expone una potencia a luz del mundo. Pero, a la inversa, la potencia de una persona debe permanecer, por construcción, incognoscible en su totalidad (BOLTANSKI, 2000, p. 100)[209].

---

[208] "*Para que haja sujeição criminal, é preciso que certos tipos de curso de ação, representados não apenas como desviantes, divergentes, problemáticos ou ilegais, mas denunciados principalmente como criminais, inclusive pelo agente, se reiterem na expectativa social a propósito desse agente; que esses tipos de curso de ação condensem significações de ruptura com representações de normas sociais de validez abrangente e, principalmente, rompam ou ameacem romper com o núcleo emocional dos agentes sociais, um núcleo forte sobre o qual se concentram as representações sociais da normalidade, do crime e da violência*" (MISSE, 2010, p. 26).

[209]"Por si só o ato carece de interesse probatório. Ele não tem valor na medida em que esteja em condições de revelar uma potência em quem o realiza, ou seja, uma disposição mais duradoura que o ato, e seja capaz, por

Os atores, passando de um regime de ação a outro, possuem diferentes estados, saindo deles quando são confrontados com a necessidade de ajustar-se a outros regimes. É possível observar a magnitude dos "*bandidos*" no interior deste *mundo*, desta *subcultura*, como dizem Misse e Zaluar, analisando-a como uma das situações possíveis às quais se ajustam estes atores, mas para isto, seria necessário observar também – ou ao menos não perder de vista durante as análises - as outras situações, observando os constrangimentos e delimitando os outros princípios de justiça aos quais se adequam. Pode-se pensar que no Degase há a disputa pela construção de identidades, como pressupõe a sujeição criminal de Misse, mas a ideia de identidade pressupõe maiores rigidez e estabilidade de comportamentos, o que não vemos nas unidades do Degase: ali se pode ser meiga ou abusada, sem correr o risco de parecer psicótica. A ideia de *estados*, vinculados às situações e negociados durante seus decorreres, descreveria melhor a pluralidade de comportamentos que aqueles atores apresentam, possibilitando a observação de como certas ações ajustam-se a diferentes princípios de justiça e representam a associação entre atores e diferentes objetos.

Há, nas diferentes situações, coações que limitam as possibilidades de ação e que permanecem e se perpetuam no tempo por meio dos objetos que as compõem e dos princípios universalizantes que organizam e hierarquizam estes objetos e as pessoas. As adolescentes investem num repertório que valoriza uma *gramática da violência*, disputando – baseadas em certos objetos e discursos, como armas, drogas e leis, por exemplo – o reconhecimento das demais da sua força, coragem, maldade e ousadia. Mas as coações que as fazem se "assujeitar criminalmente" e demonstrar para as outras o quão más e bandidas elas podem ser, não encontram lugar quando a situação está localizada na sala dos técnicos, por exemplo, na qual se tomam como base outros objetos, justificações, expressões corporais e gestos.

Não há um comportamento verdadeiro e outro falso. Acreditar nisso seria levar o "princípio da racionalidade da ação e do autocontrole" - princípio moderno que estabelece e justifica a acusação social, como disse Misse -, ao extremo e notar que aqueles atores, os assujeitados criminalmente, agiriam apenas tendo em vista certos fins (WEBER, 2002, p. 41)

---

conseguinte, de manifestar-se novamente em atos futuros. Assim, o caráter persistente da potência revelada pelo ato é o que confere a este seu caráter de prova. O ato vale como prova se expõe uma potência à luz do mundo. Mas, ao contrário, a potência de uma pessoa deve permanecer, por elaboração, icognoscível em sua totalidade [tradução minha]".

– sua saída da cadeia, o cometimento de infrações às normas institucionais e às leis e a manutenção de uma “subcultura criminal” e violenta.

De acordo com a teoria da sujeição criminal, se analisássemos as adolescentes perceberíamos que elas estão dispostas a infringir normas e lei, se autorepresentam como criminosas executando certas ações e contando determinadas histórias para comprovar que são “bandidas” e que “são mais bandidas do que as outras”; e tudo isto num espaço relativo ao Estado, o qual registra e publiciza certos aspectos de suas vidas e contribui para reforçar aquela imagem de infratora - já que é a partir do ingresso no sistema que elas são incriminadas. Elas se ajustam, portanto, a todos os critérios daqueles que seriam, de acordo com Misse, assujeitados criminalmente.

Mas observando-as em outras situações percebe-se que elas também lançam mão do “não fiz por mal”, do negligente, ou do “fui levado a isso” do neutralizador (MISSE, 2010, p. 26), dependendo das coações às quais estão submetidas e dos interlocutores que estão as avaliando. Entre elas, impõem-se o medo como forma de operar o poder e manter suas grandezas, não fugindo à culpa, pelo contrário reforçando-a e orgulhando-se dela. Um assujeitado criminalmente jamais fugiria a culpa, em situação alguma? Como saber? Apenas acompanhando-os em diversas situações nas quais ele vise se ajustar, ou seja, explorando as ações para além das entrevistas que concedem aos pesquisadores – método que provavelmente levaria à refutação da hipótese, já que para serem liberadas pela justiça as adolescentes (assim como os adolescentes) devem portar um relatório que comprove a cessação de sua periculosidade, ou seja, devem provar que houve incriminação sem sujeição – apontando a sua pequenez no “mundo das garotas”.

Desde o início desta tese, vêm-se tentando mostrar as diferentes formas de organizar os espaços pertinentes ao sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, as quais envolvem distintos princípios de organizar pessoas e objetos e de justificar estas ordens. Além da existência destas ordens, observou-se como as meninas mobilizam diferentes competências, gramáticas e posturas, gestos, expressões corporais e ideias sobre o corpo, se ajustando às diversas situações que se apresentam. As adolescentes se engajam em diversos mundos, criando uma multiplicidade de condutas, atualizando uma pluralidade de formas de ação.

Elas “estão bandidas” em certa situação, mas também se ajustam e se justificam segundo as gramáticas da família – apelando para ideias comuns do que é “ser mulher”, um ser frágil, emotivo e sensível -, da “natureza adolescente” – enquanto impulsivas, em processo de amadurecimento e de descobertas - das “*marias*” ou dos “*joãos*” – com suas diferentes

expressões corporais, suas entonações de voz, suas maneiras de se vestir; elas fazem críticas literárias quando discutem seus livros favoritos; desenham em momentos reflexivos e fizeram análises da condição feminina quando escreveram sobre o dia internacional da mulher. As adolescentes, assim como quaisquer atores sociais, têm competência para se ajustar e investir nas mais diversas gramáticas, dependendo da situação com a qual se confrontem.

Pode-se dizer que há um processo de sujeição criminal no qual se criminalizam modos de vida, hábitos e estéticas de certos grupos sociais – os pobres moradores de áreas faveladas -, como demonstraram os analistas da criminalização da pobreza (BATISTA, 2003; COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; COELHO, 1978), mas quando ingressam no sistema socioeducativo após serem acusadas e incriminadas, as adolescentes promovem a revisão das provas criminalizadoras, questionando as potencialidades a elas atribuídas e justificando-se segundo os repertórios com os quais são acareadas. Assim como elas, esta pesquisadora também teve que se ajustar a novas gramáticas, inclusive àquela da "violência urbana", dizendo para os agentes que eu conhecia a "realidade" de violência da qual eles se diziam expertos, e para Quitéria, quando disse que assim como ela, eu também poderia matar uma pessoa. Certamente meu lugar e grandeza nestes mundos já estavam sustentados e determinados por uma série de objetos e provas – como meu diploma, minha autorização judicial para realizar pesquisa na unidade, minha idade, minhas formas de falar e de me vestir, meu gênero e a cor da minha pele -, mas isto não determina de uma vez por todas as minhas "disposições" e potencialidades, como pressupuseram os agentes socioeducativos quando insistiam nas minhas "inocência e ingenuidade" e eu tive que provar que não era uma "patricinha boba", mas uma "trabalhadora", como eles[210].

Eu e as adolescentes tivemos, durante a pesquisa, diferentes "estados", não permanentes, acessados nos diferentes nos mundos localizados nas situações das quais fizemos parte. Ajustamo-nos a princípios superiores diversos – que ordenaram nossas magnitudes de acordo com as provas que apresentamos e que coordenaram nossas ações – e saímos necessariamente transformadas quando deixamos aquele contexto.

---

[210]Todos os atores têm igual potência de acesso aos estados de *grandes*, dizem Boltanski e Thévenot (1991, p. 99). Tudo dependerá do investimento que se faz, das provas que se apresentam e do sacrifício que se empreende – já que ser grande em certos mundos significará ser pequeno em outros - para alcançar tais estados. Um estado de grandeza não pode ser atribuído de forma durável a partir de características pessoais; um estado outorgado pode sempre ser posto em causa e a manutenção dos mundos depende das provas que permitem a atribuição de tais estados. Eu poderia investir no mundo sustentado pela gramática da violência urbana, mas não estava disposta a fazer os sacrifícios nem apresentar as provas exigidas para tal. Ao menos não naquele momento, nem naquele contexto ou situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do ano de 2011, eu andava por uma das ruas de Copacabana, bairro da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, e encontrei Jaqueline, acompanhada por uma amiga. Ela usava shorts jeans, uma blusa azul justa e chinelos. Assim que me viu, a adolescente pareceu surpresa, mas me cumprimentou com beijos e abraços. Perguntei se ela estava bem e ela respondeu que sim, indagando imediatamente o que eu fazia ali, já que morava tão longe. Respondi que tinha ido fazer uma prova para um concurso. "*E você?*", pergunto. "*Eu estou aqui com minha amiga esperando um colega trazer os papéis para a gente fazer panfletagem...*", ela responde. Digo achar legal e desejo-lhe boa sorte. Ela me retribui os votos e nos despedimos.

Já em 2012, encontrei Gabriela, uma adolescente com a qual convivi pouco, mas que sempre foi extremamente carinhosa e simpática comigo. Gabriela gostava de mexer nos meus cabelos, de penteá-los e arrumá-los. A adolescente, cujo apelido era "*gordinha*", andava no CRIAAD com os cabelos crespos sempre desgrenhados – apesar do gosto em pentear os cabelos alheios – e em seu corpo havia várias cicatrizes. Gabriela era célebre pelas brigas com o "*marido*", no qual ela batia muito, sendo sua história motivo de risos e piadas entre os agentes socioeducativos.

Eu encontrei Gabriela num *shopping* em Niterói. A adolescente estava mais magra, com os cabelos longos, chegando à cintura, lisos e brilhantes. Vestia shorts jeans branco, largo, com uma blusa colorida. Sua figura era extremamente diferente daquela que circulava pelo pátio do Degase; nem era possível perceber suas inúmeras cicatrizes – estas pareciam invisíveis. Fiquei feliz ao vê-las. Elas aparentavam tranquilidade e demonstravam estar distantes dos destinos esperados para os "*adolescentes em conflito com a lei*": a cadeia ou a morte. Provavelmente as duas teriam aprendido a se ajustar a novos princípios, teriam passado por inúmeras outras situações, teriam ultrapassado provações, algumas com êxito e outras não, e agora estavam ali, parecendo outras Jaqueline e Gabriela, diferentes das que eu conheci – e elas não haviam precisado dar várias entrevistas para canais de televisão e jornais, como Fabiana, para que isso fosse certificado.

Tive notícias de Neide, a qual deu a luz à uma menina, mas que apesar disso, segundo a mãe, continuava "aprontando" e dando-lhe "dores de cabeça". Das outras meninas, não obtive outras informações. Como demonstram os dados de Sento-Sé (2003), 60,9% dos adolescentes que foram acusados de cometerem atos infracionais e cumpriram medida

socioeducativa não reincidiram, ou seja, não foram acusados de cometer nenhum outro ato infracional. Não saberia, nem ousaria, dizer quais delas se encaixariam ou não nesta estatística.

Com Ronaldo ainda tive contato por mais tempo. Ele me telefonava e enviava mensagens por correio eletrônico frequentemente, a fim de me informar sobre algum congresso sobre violência ou infância, sobre algum livro que poderia me interessar ou para me cobrar o envio dos capítulos escritos.

Por meio desta pesquisa, pude conhecer dezenas de pessoas, histórias, análises e visões de mundo e pensar como o mundo social é extremamente complexo, plural, contraditório. Certamente a oportunidade que tive, de acompanhar aqueles contextos, de viver suas rotinas, de ler suas informações, de conversar e ouvir aquelas pessoas, é desfrutada pela minoria dos pesquisadores que se dedicam a este tema. Geralmente o Degase é fechado: com poucos se pode conversar, para poucos espaços se pode – e também se quer – ir, poucas coisas podem ser perguntadas. Absolutamente, minhas indagações e análises só puderam acontecer em virtude das experiências a mim proporcionadas.

Após a orientação das análises pelos olhares pragmatistas, pude observar que as teorias produzidas por especialistas em "*adolescentes em conflito com a lei*", sejam elas identificadas como *críticas* ou *liberais*, estavam presentes, agiam, orientavam e justificavam determinada arquitetura, como vimos no **capítulo 1**. Elas fazem parte de um mundo, no qual as leis – tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto aquelas promulgadas antes deste -, normas estaduais e federais, boletins de ocorrência e escolares etc. combinavam-se na provação das adolescentes, de forma que esta provação resultasse num relatório com *status* de verdade a ser lido e validado pelo Juiz. Elas estavam inseridas numa determinada percepção de cidadania e direitos – dos quais estiveram privadas até então – que precisavam ser restituídos a fim de que seus desenvolvimentos cognitivos e sociais saudáveis pudessem acontecer. Esta restituição nem sempre era possível e tornava-se a principal explicação para a reincidência.

Apontou-se ainda que naquele mesmo espaço, havia lugar para outros princípios justificadores dos atos infracionais, outras concepções sobre cidadania e direitos. No **capítulo 2**, foi possível perceber como a cidadania tinha geometria variável, sendo modulada pelos atos das pessoas, não pelo local de moradia, já que todos se percebiam como pobres e moradores de periferias. Os atos demonstravam que "bandidos não eram humanos" e justamente por isso deveriam estar privados de seus direitos humanos – o que Freire (2012) chamou de *regime de degradação da humanidade*. Tais concepções nos fazem pensar que mesmo no interior de

instituições do Estado e que apesar de pessoas se reconhecerem como Estado, o que é "justo" ou não, vai para além do que está previsto em lei, sendo vivenciado e negociado de diferentes formas nas situações. No *mundo dos agentes*, no qual se vivencia uma forte ética do trabalho - em que trabalhadores e bandidos são hierarquizados a partir das provas que apresentem -, as leis, a disciplina, os uniformes, a violência e as armas, contribuem para a organização dos seres e das pessoas.

No **capítulo 3**, pudemos conhecer o que Felipe, agente socioeducativo, nomeou como "*mundo das garotas*". Felipe, observador, sentado no pátio, via as adolescentes se relacionarem e dava de ombros dizendo que aquele era o "*mundo delas, o mundo das garotas, fazer o quê?*". O mundo das garotas era próprio a elas, pois os atos infracionais as organizavam. Para ser grande entre elas era preciso ser valente, produzir medo nos outros e não ter medo de nada, estar disposta a brigar e a revidar provocações, a ter coragem de infringir as normas da instituição e de encarar os agentes socioeducativos. Elas partilhavam o que Zaluar (2004) chamou de *etos da masculinidade*, mas na maioria das vezes preservando os caracteres e ações típicas femininas quando se relacionavam sexual e afetivamente. Elas eram "*joãos*" ou "*marias*", dependendo do papel sexual desempenhado e dos seus parceiros no momento.

Apesar dos diversos princípios de justiça e engrandecimento presentes nos contextos do CRIAAD e do Educandário Santos Dumont, a maioria das adolescentes conseguia se ajustar a eles, conseguia dar provas legítimas, sem parecer loucas ou "*psicopatas*", como diziam os técnicos quando alguma delas agia de forma ilegítima. Algumas delas investiam no mundo das garotas ou no mundo dos técnicos e assim, sofriam as consequências de serem pequenas nos outros mundos. Ao se tornarem "*adolescentes em conflito com a lei*", as garotas entraram em contato, aprenderam e tiveram competência para se ajustar às mais diversas situações – algumas das quais descritas e sistematizadas nesta tese.

Com este trabalho pudemos enfim, testemunhar a pluralidade de princípios de justiça, de organização de humanos e não-humanos e a maneira como os atores os mantêm por meio do investimento e do ajustamento nas mais diferentes arquiteturas. Pudemos ver ainda os conflitos entre estes mundos, como as provas regidas por diferentes princípios se chocam umas com as outras, exigindo das adolescentes habilidades para cumprir suas medidas socioeducativas de forma propícia à sua liberação. O que ficou registrado nas páginas que antecedem a esta foi a polifonia de vozes, histórias, relações, justiças e verdades, a qual procurei sistematizar com o objetivo de compreender como aquele contexto permanece.

Parafraseando Feltran (2011, p. 263), concluo este trabalho dizendo que por meio destas análises, e suspendendo a pergunta “como resolver?”, não me refugiei num espaço contrário à crítica ou às tentativas de transformação social; apenas procurei inserir mais perguntas, apontar novas questões para este debate, tentando questionar a categoria “*adolescentes em conflito com a lei*” enquanto algo dado, passando a pensá-la como um estado ajustado, negociado, repensado em cada situação que se acredita que ele esteja dado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Ética e Violência: adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, H. W. et. al. *Juventude em Debate.* São Paulo: Editora Cortez, 2000.

AGENTES DE SEGURANÇA SOCIOEDUVATIVOS RJ. *DEGASE/RJ não é Segurança Pública (?!?), diz governador.* Disponível em: <http://agentessocio-educativos.blogspot.com.br/> Acesso em 20 de maio de 2012.

_____. *Urgente – porte de arma para agentes socioeducativos.* Fevereiro de 2012 Disponível em: < http://agentessocio-educativos.blogspot.com.br/2012_02_01_archive.html> Acesso em 22 de julho de 2012.

ALMEIDA, Alberto Carlos de. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam*: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro, 2001.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Sexual orientation and homosexuality.* 2012. Disponível em: <http://www.apa.org/helpcenter/sexual-orientation.aspx>. Acesso em 23 de julho de 2012.

ATHAÍDE, Celso; SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

BARATIN, Marc e JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas*: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BARBOSA, Lívia. *Igualdade e Meritocracia:* a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis*: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BENELLI, Sílvio José. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. Campinas: *Estudos de Psicologia*, volume 21, número 3, setembro a dezembro de 2004.

BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas:* Uma visão humanística. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada.* São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado*: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BLOG A POEIRA. *Origem e História do que é agora o "agente de segurança penitenciário"*. 2011. Disponível em: <http://blogapoeira.blogspot.com.br/2011/01/origem-e-historia-do-que-e-agora-o.html> Acesso em 20 de maio de 2012.

BOLTANSKI, Luc. *El amor y La justicia como competencias*: tres ensayos de Sociologia de la acción. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2000.

BOLTANSLKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal, 2002.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De La Justification*: les economies de la grandeur. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

_____. *On Justification*: economies of worth. New Jersey: Princeton University Press, 2006.

BUGNON, Géraldine; DUPREZ, Dominique. Olhares cruzados sobre o atendimento institucional aos adolescentes infratores no Brasil. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social.* Rio de Janeiro: volume 3, número 7, janeiro, fevereiro e março de 2010, p. 143-179.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL DOS SANTOS, Marco Antônio. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2008.

CASTRO, Paulo Roberto de Andrade. *A construção social do delinquente menor de idade na esfera jurídica.* Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2006.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. 30 anos de Vigiar e Punir (Foucault). In: *Anais do 11º Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais,* São Paulo, 2005.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *CNJ traça perfil dos adolescentes em conflito com a lei.* Publicado em 10 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/18886:cnj-traca-perfil-dos-adolescentes-em-conflito-com-a-lei>. Acesso em 30 de janeiro de 2013.

COELHO, Edmundo Campos. A administração da Justiça criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Volume 29, nº 1, 1986, p. 61 a 81.

_____. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública.* Rio de Janeiro, nº 12, 1978, p.139 a 161.

_____. *Oficina do Diabo:* Crise e conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Jovens Pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P.C.P.; IULIANELLI, J.A.S. (Org.). *Jovens em Tempo Real.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CONANDA - CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Brasil). *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 2004.

COSTA SANTOS, Marcos Antônio da. A escola no sistema sócio-educativo do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100031&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 de maio de 2012.

COTES, Paloma. Liberado para Menores: Unidades de internação de adolescentes do Rio de Janeiro vão implantar visita íntima, acendendo uma polêmica nacional. Rio de Janeiro, *Revista Época*, Edição 328, 26 de agosto de 2004.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs). *Anthropology in the Margins of the State*. Houston: Advanced Seminar Series, 2004.

DARLAN, Siro. Redução da idade de Responsabilidade Penal. Rio de Janeiro, *Revista Cidadania e Justiça*. Ano 3. nº 7. jul-dez, 1999.

_____. *Da Infância Perdida à Criança Cidadã*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1998.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs:* capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995.

DODIER, Nicolas. Agir dans plusieurs mondes. *Revue Critique. Sciences Humaines: sens social.* Paris, Centre National des Letres, juin-juillet, p. 427-458. 1991

DUBOIS, Christophe. Action publique en détention: décloisonnemento, réinsertion et réparation. Le cas d'une prision ouverte. Louvain-l-Neuve: *Recherches Sociologiques et Anthropologiques*, volume 2, número 39, 2008, p. 79-101.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders:* sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu:* trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

EXTRA, Casos de Polícia. O trabalho compensa: Ex-menores infratores vêem no Degase uma chance de não voltar para o crime. Publicado em 11 de maio de 2012. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/o-trabalho-compensa-ex-menores-infratores-veem-no-degase-uma-chance-de-nao-voltar-para-crime-4868248.html>. Acesso em 24 de julho de 2012.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. Salvador, *Caderno CRH*, volume 23, número 58, janeiro a abril de 2010, p. 59-73.

_____. *Fronteiras de tensão:* um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas: Unicamp, 2008a.

_____. O legítimo em disputa: As fronteiras do "mundo do crime" nas periferias de São Paulo. Rio de Janeiro, *Dilemas*: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, volume 1, número 1, julho, agosto e setembro de 2008b, p. 93-126.

_____. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. Campinas, *Revista Temáticas*, ano 15, 2007, p. 11-50.

FREHSE, Fraya. Erving Goffman, sociólogo do espaço. São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 23, número 68, 2008, p. 155-166.

FREIRE, Jussara. Agir no regime de desumanização: Esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, *Dilemas:* Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, volume 3, número 10, outubro-dezembro de 2010, pp. 119-142.

_____. Moralidades, "violência urbana" e "Direitos Humanos" na cidade do Rio de Janeiro. In: *Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS*. 36º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, 21 a 25 de outubro de 2012.

_____. Sociologia Pragmatista, operações críticas e democracia: Percepções de justiça e competências de lideranças em Nova Iguaçu (RJ). In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia.* II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Universidade Federal de Santa Neide, Florianópolis, 2007.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas.* Madrid: Biblioteca Nueva, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GARCIA, Tomás Coelho. *Denúncias públicas contra a "violência policial" no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (orgs). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade.* São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1989.

GRUPO ARCO-ÍRIS. Cidadania LGBT desde 1993. Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/>. Acesso em 28 de julho de 2012.

KULICK, Don. Lésbicas sem humor. Rio de Janeiro, *Dilemas*: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, volume 1, número 1, 2008a.

_____. *Travesti*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008b.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação:* como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

_____**.**. *A Esperança de Pandora:* ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. São Paulo: EDUSC, 2001.

_____. *Jamais fomos modernos:* Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico. Rio de Janeiro, *Revista Manguinhos,* volume II, março a junho de 1995, p. 07 a 26.

_____. *Onde estão as massas perdidas? Sociologia de uma porta*. Traduzido por BRESSAN, Raíssa Fries. LATOUR, Bruno. Where are the missing masses? Sociology of a door. Londres, Sociology The Journal Of The British Sociological Association, 1992, p. 01-07.

_____. *Políticas da natureza:* Como fazer ciência na democracia. São Paulo; EDUSC, 2004.

_____. *Reassembling the social:* An introduction to Actor-Network Theory. Nova Yorque: Oxford University Press, 2005.

LAURINO, Carolina González. La palavra experta em el ámbito sócio-juridico de intervención com adolescentes. In: *Anales de la IX Jornada de investigación de la Facultad de Ciencias Sociales,* Montevidéu, UdelaR, 13 a 15 de setembro de 2010.

_____.. El peritaje expert en context de la infracción adolescente em Uruguay. In: *Anales de la X Jornada de investigación de la Facultad de Ciencias Sociales,* Montevidéu, UdelaR, , 13 e 14 de setembro de 2011.

LEMGRUBER, Julita, PAIVA, Anabela. *A dona das chaves*: uma mulher no comando das prisões do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LAHIRE, Bernard. *Homem plural*: os determinantes da ação. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

LAUTIER, Bruno. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. In: *Revista Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro, Volume II, No 1, 1997.
LEI Nº 4583 de 25 de julho de 2005. Dispõe sobre a criação da categoria funcional de inspetores de segurança e administração penitenciária e dá outras providências. Disponível em: < http://www.sindsistema.com.br/?pagina=legislacaoviw2&id=10> Acesso em 15 de maio de 2012.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ORTNER, Sherry. *Making gender*: the politics and erotics of culture. Bacon Press, Boston, 1996.

LIMA, Roberto Kant de. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. Curitiba, *Rev. Sociol. Polit.*, n. 13, Nov. 1999 .

LOBÃO, Ronaldo. O Tempo vertiginoso: impossível de capturar na lei? Rio de Janeiro, *Revista de Direito Penal e Processual*, número 2, 2008, p. 171-189.

LUNA FREIRE, Letícia de Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. Rio de Janeiro, *Revista Comum*, volume 11, número 26, janeiro a junho de 2006, p. 46 a 65.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Contos Escolhidos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. "Violência Urbana", segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. Salvador, *Caderno CRH*, volume 23, número 59, maio a agosto de 2010. pp 283-300.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. In: *Revista Sociedade e Estado*, Volume 22, nº 3, 2007, pp 545-591.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

MATEUS, Luizane Guedes. *Pivetes, delinquentes e contadores de história:* a fala não autorizada dos "vencidos". Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, 2003.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. *Bolsa Família.* Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 30 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército*: Valores, Deveres e Ética Militares (VM10). Portaria número 156 de 23 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php?option=com_content&task=view&id=87&Itemid=100> Acesso em 26 de abril de 2012.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". São Paulo, *Revista Lua Nova*, número 79, 2010. pp. 15-38.

MORAES, Luciana Simas Chaves de. *Polifonia discursiva*: A internação de adolescentes infratores no Rio de Janeiro no início da República e na conjuntura atual. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais). Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2004.

MOTA, Fábio Reis. Deslocamentos, movimentos e engajamentos: as formas plurais da ação humana na perspectiva de Laurent Thévenot. Niterói, *Revista Antropolítica*, número 24, 1º Semestre de 2008. pp 221-233.

NASCIMENTO, Maria Lívia do (org). *Pivetes:* A produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

NERI. Natasha. "Ninguém é peito de aço": As narrativas de jovens em conflito com a lei e suas experiências com policiais no Rio de Janeiro. In: *Anais do 33° Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, Minas Gerais, 2009.

_____. "*Tirando a cadeia dimenor*": A experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID -10:* Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ORTNER, Sherry. *Making gender*: the politics and erotics of culture. Boston: Bacon Press, 1996.

PADOVANI, Natália Corazza. *"Perpétuas espirais":* Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PEREIRA, Virgílio de Lima. *Adolescentes em situação de ato infracional*: um estudo sobre as medidas socioeducativas. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. *Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro.* Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/CIDADE_DESIGUAL_OU_CIDADE_PARTIDA.PDF>. Acesso em 03 de julho de 2012.

RIO DE JANEIRO. Lei 5933 de 29 de março de 2011. Dispõe sobre a reestruturação do quadro de pessoal do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027280/lei-5933-11-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em 12 de março de 2012.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bängel. *Da Lógica da Criança à Lógica do Adolescente***.** São Paulo: Ed. Pioneira, 1976.

PIMENTEL, Maria Elisa da Silva*. O lado certo da vida errada*: um estudo sobre o tráfico de drogas sob o comando do Império. Doutorado (Mestre em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

RAMALHO, Zé. Avôhai. In: *Zé Ramalho 1*. Rio de Janeiro: Epic, 1978.

RAMOS, Maria Augusta. *Juízo*. Documentário 90 min. 2008.

RAUTER, Judith. *Criminologia e Subjetividade no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

RIZZINI, Irene (org). *A Criança no Brasil Hoje*: Desafio Para o Terceiro Milênio. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

ROJO, Luiz Fernando. Borrando los sexos, creando los géneros: construción de identidades de gênero em los deportes ecuestres em Montevideo y Rio de Janeiro. Brasília, *Vibrant*, v. 6, n° 2, 2010.

ROSA, Marcelo. Mas eu fui uma estrela do futebol! Incoerências sociológicas e as controvérsias sociais de um militante sem-terra sul-africano. Rio de Janeiro, *Revista Mana*, número 17, volume 2, 2011. pp 365-394.

ROSE, Nikolas & MILLER, Peter. Political Power beyond the State: problematics of government. In: *The British Journal of Sociology*, 2010. p 272-303.

SALLES FILHO, Belmiro Freitas. Trabalho sujo e mediação em instituições para adolescentes em conflito com a lei. In: SALES, Mione Apolinário; CASTRO DE MATOS, Maurílio; LEAL, Maria Cristina (orgs). *Política social, família e juventude:* uma questão de direitos. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SANTOS, Tânia Coelho dos; DECOURT, Marcela Cruz de Castro (orgs). *A cabeça do brasileiro no divã.* Rio de Janeiro: Sephora – Núcleo de Pesquisa, 2008.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Perfil dos jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro.* Relatório de Pesquisa, Cesec / Ucam, Rio de Janeiro, 2003.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – CONANDA, Brasília-DF, 2006. Disponível em: <http://www1.direitoshumanos.gov.br/sedh/.arquivos/.spdca/sinase_integra1.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2011.

STRATHERN, Marilyn & MacCORMACK, Carol. *Nature, culture and gender.* Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SILVA, José Erivaldo F. O Agente de Segurança Penitenciário: um refém remunerado?. In: *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 2010. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/content/o-agente-de-seguran%C3%A7-penitenci%C3%A1rio-um-ref%C3%A9m-remunerado> Acesso em 20 de maio de 2012.

THÉVENOT, Laurent. *L'action au pluriel:* sociologie des régimes d'engagement. Paris: Éditions La Découverte, 2006.

THOMPSON, Augusto F. G. *A questão penitenciária*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si.* Lisboa: Editora Fim de século, 1995.

VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha*: Polícia e menoridade no Rio de Janeiro 1910-1920. Rio de janeiro: Editora Arquivo Nacional, 1999.

VIVEIROS DE CATRO, Eduardo. O nativo relativo. Rio de Janeiro. *Revista Mana*, n° 8: 113-148, 2002.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2010.

WEBER, Max. *Ciência e Política*: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. *Conceitos básicos de Sociologia.* São Paulo: Centauro, 2002.

ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 24, número 71, outubro de 2009. pp 09-24.

_____. *A máquina e a revolta:* as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Editora Revan, Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

_____. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. São Paulo, *Revista Estudos Avançados*, 21 (61), 2007. pp 31-49.

_____. *Integração Perversa*: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZAMORA, Maria Helena (org). *Para além das grades*: elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2005.